



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Isadora Simões de Souza

**Mulheres usuárias de drogas e o sequestro de seus filhos: interrogar a
violência de estado numa perspectiva feminista**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**São Paulo
2022**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Isadora Simões de Souza

**Mulheres usuárias de drogas e o sequestro de seus filhos: interrogar a
violência de estado numa perspectiva feminista**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Tese apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social sob a orientação de Prof^ª Dr^a Maria Cristina Gonçalves Vicentin.

**São Paulo
2022**

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura _____

Data _____

e-mail _____

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

S729

Souza, Isadora Simões de
Mulheres usuárias de drogas e o sequestro de seus
filhos: interrogar a violência de estado numa
perspectiva feminista. / Isadora Simões de Souza. -
São Paulo: [s.n.], 2022.
176p. il. ; cm.

Orientador: Maria Cristina Gonçalves Vicentin.
Tese (Doutorado)-- Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia: Psicologia Social.

1. maternidade. 2. antiproibicionismo. 3.
acolhimento institucional de crianças. 4. drogas. I.
Vicentin, Maria Cristina Gonçalves. II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de
Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia
Social. III. Título.

Isadora Simões de Souza

Mulheres usuárias de drogas e o sequestro de seus filhos: interrogar a
violência de estado numa perspectiva feminista

Tese apresentada à Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência parcial
para obtenção do título de Doutora em Psicologia
Social sob a orientação de Prof^a Dr^a Maria
Cristina Gonçalves Vicentin.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Maria Cristina Gonçalves Vicentin - PUC-SP

Prof^a Dr^a Flavia Medeiros Santos - UFSC

Prof^a Dr^a Luciana Togni de Lima e Silva Surjus - UNIFESP

Prof^a Dr^a Alice de Marchi Pereira de Souza - UERJ

Prof^a Dr^a Gabriela Gramgow - PUC-SP

*Dedico essa tese às parceiras dessa pesquisa, Tatiana Raquel,
Aline, Ana Maria e para os seus filhos, em especial ao Pablo,
por sua presença amorosa em nossos encontros.*

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), número do processo: processo nº. 140192/2018-2 (2018-2022).

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), process number: 140192/2018-2 (2018-2022).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, às minhas parceiras de pesquisa, às mulheres que tiveram seus filhos sequestrados e que confiaram suas histórias de vida a mim: Tatiana, Aline e Ana Maria. Agradeço também, às trabalhadoras guerreiras da “rede viva” de BH, as queridas Sônia, Egídia, Amanda e Fernanda.

Agradeço à Maria Cristina Gonçalves Vicentin, minha orientadora amada, bruxa, amiga e fonte de inspiração para tantas lutas. Tu é a pessoa que conheço, que mais profundamente discute os efeitos da violência de Estado e não mede esforços para guerrear fortemente contra as mais diferentes formas de opressão. Obrigada por tanto, por me acolher nos mais diferentes momentos desse percurso, por vibrar por mim, por me ajudar a pensar a docência e por ter embarcado comigo nessa pesquisa.

Aos imensos parceiros do NUPLIC, amigos que deram tantos “giros” nos meus textos, que apontaram tantos caminhos, muito obrigada Emiliano, Lilian, Marta, Cecília, Saulo, Yliah, Marina Decot, Richard, Izabela, Iara, Luiza, Marina, Bárbara, Dayse e tantos outros que circularam no “núcleo da Cris”. Quero agradecer especialmente, à Camila Avarca, amiga querida que me acolheu em tantas e tantas, abrindo espaços, me escutando e apostando em mim. À sábia Claudia Trigo, com quem eu tive a alegria de compartilhar tantos processos dessa pesquisa, justamente pelos temas próximos que nos ligaram ainda mais na vida. Quero agradecer, de forma profunda, à amiga Lucia Carreiro, por tanto acolhimento, ética e sensibilidade, obrigada por estar atenta cotidianamente aos meus processos, me presenteando com mensagens e afagos, que me sossegaram o peito em tantos momentos.

À banca de qualificação agradeço muitíssimo pela generosidade da leitura e pelos caminhos apontados pelas professoras Flavia Medeiros, Luciana Surjus e Eduardo Dias. Agradeço também às professoras que chegam para a banca final, Alice de Marchi, Gabriela Gramkow, Elisa Zanerato e mais uma vez à Camila Avarca.

À Giane Alvares, minha amiga tão amada e imensa, obrigada por tudo que tu é, na minha vida e na de tantos. Tu é meu porto seguro, colo amoroso e imprescindível. Obrigada por estar sempre perto, em especial te agradeço, pelos últimos acontecimentos, que foram tão duros, mas que pudemos passar por eles com a leveza da nossa amizade, isso sempre me faz voltar para algum eixo. Tu me ajuda e me lembra, que posso ser grande nesse turbilhão da vida. Agradeço ao Mauro, que é meu gigante amigo, proteção e carinho.

À Jana Koosah por todas as conversas antimanicomiais, feministas, anticapitalistas e antiproibicionistas que estão presentes nessa tese. Agradeço por nossa amizade revolucionária

e amorosa, por tanta escuta e colo, sem os quais eu não teria conseguido chegar até aqui, você é rainha do Líbano e do meu coração.

À Carolina Bertol, amiga, pelo tanto de amor que construímos em nossa amizade, pela escuta atenta, ética e amorosa. Pela invenção de tantos planos e projetos, que atravessam mares e montanhas, e pela aposta de sermos cada vez mais livres, sabendo que estamos amparadas uma pela outra, sempre. É lindo o que estamos construindo, te amo.

À Ana Gebrim, minha amiga amada e imensa, que faz parte dessa tese, com suas produções, que me deu pistas preciosas, e que me brinda cotidianamente com sua amizade, amor, carinho. Obrigada pelas trocas diárias, regadas de delicadezas, músicas e sonhos. Seguiremos juntas nessa explosão que tem sido a vida, abertas para tantas descobertas.

À Sabrina Basquera, amiga amada que encontrei na Sé e que desde lá não nos soltamos mais, na luta, nas alegrias e nas dores. Amiga que me brinda com seu pensamento crítico, amorosidade, bar e boemia. Companheira de SUS e antiproibicionismo. Obrigada por toda a presença viva e acolhedora, em todos os momentos da vida.

À Adélia Capistrano, amiga tão amada, que viveu essa tese comigo nas trocas epistolares, que deram corporeidade para muitas partes desse texto, me emprestando ânimo quando não encontrava mais, através dos ditados que fiz enquanto tu escrevia, dando ordem e corpo para esse texto, lembrando que nem tudo estava perdido.

À Jandora Marques, minha preciosidade da fronteira, minha irmã da vida, meu porto. Amiga que me conhece como ninguém, que é ouro puro, preciosa minha. Obrigada por toda a presença nesses anos, em especial nos últimos, não medindo esforços para estar o mais perto que podia. Te ter por perto me acalma o peito e ajuda a seguir, te amo muito.

Ao Marcelo Rocco, mi *carinito*, amigo sabido e tão amado. Inventor de outros mundos e viagens possíveis e impossíveis comigo, que me ensina cotidianamente sobre tantas coisas. Tu me enche de orgulho e força para eu seguir os caminhos por aqui, obrigada por tanto amor, escuta, acolhimento e presença na minha vida.

À Paloma e à Barbara, minhas afilhadas amadas, que em todo o tempo estiveram comigo nos processos que vivi ao longo da escrita, que abrem a casa no cerrado, me dando amor e cuidado. Eu sempre vou estar por perto, amo vocês.

À Ana Thomé e à Camila Rosa, amigas tão cuidadoras, que me acompanham diariamente, sendo tão atentas, parceiras, escutadoras e acolhedoras. Que me ajudam a pensar em tantos caminhos, para que possamos viver esse turbilhão da vida juntas. Muito amor e admiração por vocês.

Ao Enrique Bessoni, meu companheiro de Brasília e de vida, amigo irmão amoroso que está sempre comigo, em todos os perrengues da vida e de quem sinto a falta todos os dias. Que possamos seguir juntos, inventando um tanto, para afirmamos a vida.

Aos amores de Brasília: Marcel e Thais, que mesmo de longe me acompanham com tanto carinho e amor. Ao Pedro Macdowell, por ser esse amigo tão incrível, amoroso e maravilhoso. Ao Denis Recco, irmão querido e parceiro de tantas. Ao Pedro Henrique Carneiro, amigo que esteve presente em tantas trocas nessa pesquisa e na chegada em São Paulo e por fim agradeço à Andréa Borghi, parceira em tantas andanças de Brasília e arredores, que me incentivou tanto no estudo desse tema de pesquisa.

Ao Zago, amigo que alegrou a minha vida em São Paulo com a sua chegada, sendo tão atencioso em pensar caminhos que fossem mais possíveis para escrever essa tese, assim como esteve junto em tantas outras andanças, obrigada por tudo.

À Vilma Bokany, mulher imensa e amiga querida, com quem desabafei tantas e tantas vezes sobre a dureza da escrita, da vida e das perdas dolorosas que tivemos nesse percurso. Obrigada, Vilmety.

À Mariane Pontes, agradeço pelas tantas partilhas de uma gestão alucinante nos serviços do centro de São Paulo, que sempre esteve junto, em cada conquista diária e no boteco do fim do dia, para chorar as mágoas daqueles processos todos e tantos outros.

À Gleica Tomasoni (Kika), Marilia, Manu, Amanda e Gabi, amigas queridas que tanto me alegam e acompanham nessa vida de São Paulo. Obrigada pela presença calorosa e amorosa na minha vida.

Aos meus amados amigos Leon Garcia e Adriana Pinheiro, que me ajudaram a pensar em tantos caminhos para essa tese, me apresentando para os *hermanos* argentinos, com quem tive trocas importantes para a construção desse texto. Obrigada pela casa aberta, mesa farta, acolhimento na crise e na alegria, amo muito vocês.

Ao Roberto Tykanori, amigo central na chegada em São Paulo, que me possibilitou a entrada em tantas fronteiras, que vibrou pelas minhas novas conquistas por estas bandas e por tantas outras que estão descritas nessa tese, obrigada Tyka.

À Lilian Breschigliaro, pelo apoio fundamental na entrada nesse doutorado, pelo amor que construímos ao longo de tantos anos, pela vida que dividimos juntas e pelas tantas partilhas possíveis que seguimos inventando no correr das nossas existências, obrigada, Pre.

Ao Paulo Beer, que com sua escuta sensível me ajudou a chegar em tantas questões de análise, me apoiando para ter coragem no enfrentamento de tantas coisas intoleráveis.

À Ana Godoy que me ensinou a importância de encontrar alegrias na escrita, nem que seja pela fúria, só assim foi possível escrever essa tese. Obrigada por todo o apoio, amorosidade e tantas risadas, essa tese é fruto dos nossos encontros.

À minha mãe, Marise, e ao meu pai, Júlio, agradeço por todo amparo, amor, ensinamentos e força. Obrigada por me apoiarem a embarcar em outros mundos que andei, vibrando comigo, eu amo vocês.

À Judith que me acompanhou em cada palavra e cada lágrima na escrita dessa tese. Sendo a alegria na minha vida nesses últimos tempos. Sei que, de algum lugar, segue me acompanhando.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida, sem a qual não seria possível a realização desta pesquisa, espero que nesses tempos de tantos ataques a ciência, outras pessoas, em especial às mulheres, sigam fazendo pesquisa.

“El alivio fue enterarme que no había sido abandonada”

Maria de Las Victorias Ruiz Dameri

“La verdad te libera”

Victoria Montenegro

Vietnã

Mulher, como você se chama? - Não sei.

Quando você nasceu, de onde você vem? - Não sei.

Para que cavou uma toca na terra? - Não sei.

Desde quando está escondida? - Não sei.

Por que mordeu o meu dedo anular? - Não sei.

Não sabe que não vamos te fazer nenhum mal? - Não sei.

De que lado você está? - Não sei.

É a guerra, você tem que escolher. - Não sei.

Tua aldeia ainda existe? - Não sei.

Esses são teus filhos? - São.

Wislawe Szymborska

RESUMO

Essa pesquisa foi realizada em parceria com mulheres que tiveram seus filhos sequestrados pelo Estado e com profissionais do campo da saúde e do direito que se colocaram ao lado delas, na garantia de direitos de crianças e suas mães. Chamamos de sequestro a prática de retirada de bebês, mais especificamente daquelas mulheres em situação de rua e/ou usuárias de drogas, que se consolidou sem que as mães tenham o direito de ver e amamentar seus filhos, ou sequer serem informadas do paradeiro institucional deles. Tal debate se faz fundamental frente a atual e recorrente recomendação dos órgãos de justiça acerca do nascimento de crianças filhas de mulheres usuárias de crack e outras drogas, bem como de gestantes que se recusarem a realizar o pré-natal. Visando compreender o jogo de forças e de verdades que governam corpos de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade social, buscamos conhecer, por meio de entrevistas-conversas, os itinerários institucionais de duas mulheres usuárias de drogas que viveram a experiência da retirada de seus filhos e que lutam para reaver ou reconstruir a história de seus filhos; bem como as ações de profissionais que construíram estratégias de enfrentamento das violações de direitos na cidade de Belo Horizonte. Esta cidade é um marco emblemático, desde 2014, quando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais implementou recomendações para a retirada de bebês que ganharam grande visibilidade. O encontro da pesquisadora, quando profissional de um serviço de saúde mental em São Paulo, com uma mulher usuária de drogas, compôs também as narrativas das mulheres que abrem cada seção da tese. Ainda, a partir da ideia de uma “pesquisa viva” participamos de debates e audiências públicas para discutir esse tema. Orientada por uma epistemologia feminista, em especial desde o feminismo decolonial de Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Françoise Vergès e Elsa Dorlin, buscamos analisar as opressões que o sexismo e o racismo produzem, operado nas “redes mortas” que se constroem na vida dessas mulheres e crianças. Os seguintes planos de análise compõem a tese: a) a historicidade dos diferentes mecanismos de sequestro de crianças nascidas em situação de pobreza: a roda dos expostos, o menorismo e as práticas realizadas nas ditaduras brasileira, argentina e espanhola ; b) os modos de retirada de guarda presentes no que chamamos de “rede morta”: a operação do desmentido, a produção da maternidade indigna por meio da tutela moral e do proibicionismo quanto ao uso de drogas, e os mecanismos psi- jurídicos de criminalização e patologização das famílias; c) a perspectiva garantista de direitos, especialmente o debate dos direitos sexuais e reprodutivos e os caminhos de sustentação de redes de apoio e de proteção que não oponham direitos das crianças ao das mulheres. A produção do sequestro se ancora na suposta proteção da criança, mas, em nome dessa pretensa proteção, em muitos casos, violam-se os direitos das mulheres, comumente julgadas pelos seus modos de vida, que passam a receber uma nova “sentença”: não ter o direito à maternidade. A tese sustenta a produção de redes vivas como estratégia de enfrentamento ao intolerável.

Palavras-chave: maternidade, antiproibicionismo, acolhimento institucional de crianças, drogas, violência de Estado.

ABSTRACT

This research was carried out in partnership with women who had their children kidnapped by the State and with professionals from the field of health and law who stood by their side, in guaranteeing the rights of children and their mothers. We refer to kidnapping as the practice of removing babies, more specifically of homeless women and/or drug users, which was consolidated without mothers having the right to see and breastfeed their children, as many were not informed the institutional whereabouts of their children. This debate is fundamental considering the current and recurring recommendation of justice agencies about the birth of children of women who use crack cocaine and other drugs, as well as pregnant women who refuse to undergo prenatal care. Aiming to understand the play of forces and truths that govern bodies of women and children in situations of social vulnerability, we seek to know, through interview-conversations, the institutional itineraries of two drug users women who lived the experience of having withdrawn children and who struggle to recover or reconstruct their history; as well as the professional's actions who have built strategies to face rights violations in the city of Belo Horizonte. This town has been an emblematic landmark since 2014, when the Public Prosecutor's Office of Minas Gerais State implemented recommendations for the removal of babies, which got great visibility. The researcher's encounter, as a professional in a mental health service in São Paulo, with a drug user woman also composed the narratives of the women who open each section of the thesis. More, from the idea of a living research, we participate in debates and public hearings to discuss this topic. Guided by a feminist epistemology, especially since the decolonial feminism of Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Françoise Vergés and Elsa Dorlin, we seek to analyze the oppressions that sexism and racism produce, operating from the "dead networks" that are built in the lives of these women and kids. The following plans of analysis compose the thesis: a) the historicity of different mechanisms of kidnapping children born in poverty: the baby hatch, the "minorism" and the practices carried out in Brazilian, Argentinian and Spanish dictatorships; b) the current custody withdrawal modes present in what we denominate "dead network": the operation of denial, the production of unworthy motherhood through moral protection and drug prohibitionism, and psycho-legal mechanisms of criminalization and pathologization of families; c) the guaranteeist perspective of rights, especially the debate on sexual and reproductive rights, and the ways of sustaining networks of support and protection that do not oppose children's rights to those of women. The production of kidnapping is anchored in the alleged protection of the child, but, in the name of this protection, in many cases, they violate the rights of women who, commonly judged by their way of life, start to receive a new "sentence": denial of the right to motherhood. This thesis supports the production of living networks as a strategy to face the intolerable.

Keywords: maternity, anti-prohibitionism, institutional care for children, drugs, State violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Madres da Plaza de Mayo	79
Figura 2 — Em busca da verdadeira identidade.....	85
Figura 3 — Cartaz feito pelos movimentos sociais em apoio à Andrielle.	119
Figura 4 — De quem é esse bebê?	132
Figura 5 — Os sapatinhos como símbolo da resistência	137
Figura 6 — Dona Sônia	149
Figura 7 — Linha do tempo com ações e documentos do município de Belo Horizonte, e documentos nacionais, relativos aos debates sobre o sequestro de crianças	158

LISTA DE SIGLAS

ABMP	Associação Brasileira dos Magistrados, Promotores e Defensores Públicos
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
AT	Acompanhante Terapêutico
BH	Belo Horizonte
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEDECA	Centro de Defesa de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
CELS	Centro de Estudios Legales y Sociales - Argentina
CGMAD	Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas
CMM	Código de Menores Mello Mattos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
FOETRA	Federación de Obreros y Empleados telefónicos de la República Argentina
MDH	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
MP	Ministério Público
MS	Ministério da Saúde
NIDA	Instituto Nacional de Pesquisa sobre Drogas dos Estados Unidos (National Institute on Drug Abuse)
NUPLIC	Núcleo de Pesquisa em Lógicas Institucionais e Coletivas
ONU	Organização das Nações Unidas
PADHu	Plataforma Aberta de Atenção em Direitos Humanos
PCB	Partido Comunista do Brasil
PNH	Política Nacional de Humanização
PROAME	Programa de Apoio a Meninas e Meninos de Rua
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RBS	Grupo Rede Brasil Sul (filial à Rede Globo)
RENFA	Rede das Feministas Antiproibicionistas
SUS	Sistema Único de Saúde
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: TATIANA RAQUEL E NOSSAS FRONTEIRAS	15
1.1 Andanças e afetações da pesquisadora: fronteiras com a violência de estado	22
1.2 Configurando o problema de pesquisa	30
1.3 A fronteira como uma estratégia ético-política	38
1.4 Estrutura da tese	42
2 ALINE: A PRODUÇÃO DO SEQUESTRO	44
2.1 O desmentido diante da lei	49
2.2 A construção das maternidades indignas	60
2.3 A consolidação de uma noção hegemônica de maternidade e as práticas de exceção	65
2.4 O dispositivo do sequestro: da roda dos expostos ao sequestro de bebês na ditadura	69
2.4.1 Da Roda dos expostos ao Menorismo	70
2.4.2 Sequestro de crianças na ditadura brasileira	74
2.4.3 O sequestro de bebês na ditadura Argentina	78
2.4.4 O sequestro das crianças durante o Franquismo na Espanha	83
3 ANA: UM CORPO CANSADO, UM CORPO EXAURIDO	89
3.1 Os direitos sexuais e reprodutivos: bandeiras, lutas e guerras	96
3.2 Mulata, mucama e mãe preta: a condição das mulheres negras escravizadas no Brasil Colônia e Império	105
3.2.1 O mito da democracia racial e os efeitos subjetivos nas mulheres negras	109
3.2.2 Mulher negra hoje: opressões e seus impactos psicossociais	111
3.3 O Matriarcado da miséria	116
3.3.1 “Pois é Carolina, as misérias dos pobres do mundo inteiro se parecem como irmãs”	121
3.3.2 “Não existem inocentes, existem espertos, ao contrário”	124
4 O CASO BH: MULHERES DE BELO HORIZONTE NA LUTA - NAS BRECHAS E FRESTAS PARA SUSTENTAR DIREITOS	132
4.1 Diante da dor dos outros: uma rede morta e uma rede viva	137
4.2 Sônia: O movimento peripatético de uma Rede viva	149
4.3 “Cê não vai entrar sozinha no hospital!”: a rede clandestina	156
5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: EM DEFESA DE UMA MATERNIDADE ANTIPROIBICIONISTA	159
REFERÊNCIAS	163

1 INTRODUÇÃO: TATIANA RAQUEL E NOSSAS FRONTEIRAS

Desde que cheguei em São Paulo, em 2016, no ano seguinte ao “golpe”¹, moro no Centro, no bairro Campos Elíseos, que fica entre a Barra Funda e Santa Cecília. Lá, escuto os helicópteros que rondam a favela do moinho, assim como os que sobrevoam cotidianamente a região da Luz, conhecida como Cracolândia.

Os helicópteros são alguns dos elementos que compõem uma cena de pressão cotidiana que atravessa os corpos dos que vivem na Cracolândia, mas obviamente a presença da polícia é o que mais aterroriza, pela violência praticada cotidianamente. A especulação imobiliária é outro: a prefeitura visa, em especial, alguns terrenos localizados no quadrilátero formado pela Rua Helvétia e pelas Alamedas Cleveland, Glete e Barão de Piracicaba. A área é reconhecida no plano diretor da cidade, como Zona Especial de Interesse Social, categoria que abrange terrenos da região central da capital paulistana, onde existem imóveis desocupados, subutilizados e cortiços. São quadras como a Alameda Dino Bueno, onde havia o conhecido fluxo de usuários de drogas que hoje se mantém na Rua Helvétia, bem como na Praça Princesa Isabel, a menos de 500 metros de distância.

A Cracolândia ocupa um pedaço da antiga Boca do Lixo, região da capital que concentrou uma importante produção do cinema independente, entre as décadas de 1920 e 1930. Ali nasceu o faroeste e as pornochanchadas por volta de 1970, cujos roteiros jogavam luz em cenas eróticas. Outros gêneros do cinema também tiveram lugar na “boca” como os filmes policiais e comédias. Sem dúvida a região da Luz sempre foi um prato cheio para tudo isso, pelo tanto de gente que vive lá, pelas pessoas que chegam de tudo que é lugar desse país e do mundo, pelo cenário dos hotéis decadentes que acolhem essas pessoas, pelos cortiços e casas de prostituição, que pedem luz e não bomba, como frequentemente as pessoas que lá vivem têm sido tratadas nos últimos 30 anos.

Um pouco mais para cima, na região onde moro, tem crescido uma retomada da valorização de algumas quadras do canto dos Champs-Élysées, com a abertura de bares e movimentos legais, como o Armazém do Movimento Sem Terra, que agrega outros movimentos e festas. Havia também um bar aonde eu ia muito, e voltava caminhando, com minha companheira, carregando uma sacolinha com uma ou duas cervejas para tomar a saideira em casa. Certa noite, vimos de longe um cara chutar alguma coisa com força, e resolvemos ir para

¹ Em 2016, ocorreu a consolidação de um golpe no Brasil, com o afastamento definitivo da Presidenta da República Dilma Rousseff. Esse capítulo se inscreve como um dos mais vergonhosos da nossa história. Acusada de praticar uma manobra contábil, conhecida como pedaladas fiscais, contra ela não foram levantadas quaisquer suspeitas de enriquecimento ilícito ou aproveitamento do cargo em benefício próprio.

o meio da rua para enxergar melhor. Estávamos na quadra oposta à que ele estava, e, chegando mais perto, nos demos conta de que ele chutava a cabeça de uma mulher. Atravessamos na hora indo em direção à quadra onde ele e a mulher estavam e fomos perguntando o que estava acontecendo ali, e na hora percebemos que ela estava desacordada. Ele estava muito alterado e perguntou o que nós queríamos, que aquela ali era a mulher da vida dele, o amor dele, que não era para a gente se meter, que a gente não sabia de nada da vida deles. Perguntei como ela se chamava, e ele disse: Tatiana.

Eu falava com Tatiana enquanto passava água no pescoço dela. Me aproximei mais, pisando no papelão onde ela estava e na hora ele gritou: — Sai da minha casa, você tá pisando na minha casa, no meu papelão.

Recuei, pisando na calçada e seguí tentando acordá-la. Segurei no pulso de Tatiana, a pulsação era fraquinha.

Ele nos perguntava: — Quem são vocês? Vocês vão me dar uma cerveja dessas aí? Vão me dar um salgado, um dinheiro? Porque se vocês não vão me ajudar com nada, vão embora, eu me entendo muito bem com ela.

O papo era estranho, nós quatro tínhamos bebido, mas acho que o efeito das cervejas que tomei passaram naquela hora, naquela tensão toda, ao ver aquele homem bater naquela mulher.

Seguimos tentando conversar com ele, dizendo que ela estava desacordada. Ele estava muito alcoolizado, também tinha dificuldade em se manter em pé. Eu e minha companheira, muito tensas, tentávamos estabelecer um diálogo para pensar em algum cuidado para a mulher. Nisso, Tatiana acordou, meio zozza pela violência que tinha sofrido e pelo álcool que tinha bebido.

E ele imediatamente falou: — Meu amor, eu tô aqui, essas mulheres estão nos atrapalhando.

E ela responde prontamente: — Sai daqui suas vagabundas, putas, sai daqui, sai daqui, sai daqui. Ela tentava se levantar e não conseguia, mas conseguia gritar com uma certa força.

Enquanto ela gritava, fomos nos afastando. Ela seguia tentando se levantar e nós perguntávamos se ela estava bem, mas não tinha conversa, assim nós fomos nos afastando, entendendo que não ia adiantar tentar falar com ela. Fomos embora, atordoadas.

Eu me perguntava se não tinha que ter insistido, mas achei que não íamos conseguir um diálogo possível. De todo jeito, foi bom vê-la acordar.

Um mês depois desse encontro com Tatiana, ocorreu um ato em defesa do programa municipal De Braços Abertos². Nessa época, eu trabalhava na coordenação de saúde mental

² O programa municipal De Braços Abertos foi criado pela gestão do prefeito Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores - PT, inspirado em um programa internacional chamado Housing First, que consiste exatamente em

do município de São Paulo e estava completamente envolvida na organização do ato, pois o programa De Braços Abertos estava sendo frontalmente ameaçado pelo governo municipal recém-eleito. A questão da Cracolândia vinha sendo tema de debate político há muitos anos e o prefeito eleito, João Dória (PSDB), fazia questão de dizer que, se ganhasse, iria fechar todos os hotéis, que era uma barbaridade as pessoas usarem drogas dentro de suas casas – no caso os hotéis –, entre outras questões.

Por tudo isso, mobilizamos muitos esforços para fazer uma série de atos em defesa do programa, como folders, publicações que explicavam o que ocorria e entendemos que era preciso organizar um evento em um grande local. Um dos locais escolhidos para a realização do ato foi o Teatro do Tuca³, da PUC, palco de tantas lutas. A reitora da PUC São Paulo tinha acabado de ser eleita e autorizou a realização do ato, participando também⁴. Além dela, convidamos pessoas importantes para o evento, como Antonio Lancetti⁵ – foi um dos últimos eventos dos quais participou; Arthur Chioro, ex-ministro da saúde; moradores dos hotéis como Benedita, uma das personagens centrais do filme Diz a ela que me viu chorar⁶, Stella, Dentinho, Zé de Abreu; o ex-diretor do departamento da saúde mental da Organização Mundial de Saúde – OMS, professor Benedito Saraceno, que estava em São Paulo em função de outro evento, entre outros.

Nesse evento, conseguimos garantir alguns meios de transporte para que os moradores dos hotéis pudessem ir. Eu estava na frente do Tuca quando os moradores dos hotéis começaram a chegar para o ato. Foi quando escutei uma mulher aos gritos, brigando com todo mundo, xingando outra mulher, chamando-a de puta, horrorosa, entre outras coisas. Me guiei pela voz, desconfiada, até encontrar a mulher. Fui perguntar para o Denis, meu amigo e

garantir “moradia primeiro”, aliada à possibilidade de trabalho, cuidado em saúde e ações vinculadas a assistência social. Durante a campanha de João Dória (PSDB) para a prefeitura, em 2016, a região da Luz, conhecida como Cracolândia, foi foco permanente do debate. O candidato, na época em que venceu as eleições, sustentava a promessa de que, se ganhasse as eleições, terminaria com o Programa de Braços Abertos e garantiria medidas de internação para todos que lá vivem. Foi por esse motivo que, em novembro de 2016, organizamos o ato. Na ocasião, eu trabalhava na coordenação municipal de saúde mental do município de São Paulo.

³ O Teatro do Tuca, localizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, teve grande importância na história política do Brasil. Durante o período da Ditadura Civil-Militar, entre as décadas de 1960 e 1980, o teatro foi palco de inúmeros protestos e manifestações na luta pela redemocratização do país.

⁴ Primeiro evento oficial do qual a reitora Maria Amália Pie Abib Andery participou.

⁵ Antonio Lancetti foi um dos grandes pensadores do programa De Braços Abertos. Em um de seus artigos, publicado no jornal Folha de S. Paulo, ele deixa registrada a seguinte frase: “Talvez o De Braços Abertos seja a trincheira mais visível da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica brasileira” (LANCETTI, 10 de março de 2016). Ele faleceu pouco depois do evento, no dia 14 de dezembro de 2016.

⁶ O filme Diz a ela que me viu chorar, dirigido por Máira Bühler, lançou um olhar extremamente sensível sobre a vida das pessoas que viviam em um dos hotéis do programa municipal Braços Abertos – já citado acima. O filme traz um potente retrato das relações amorosas, das brigas, dos amores, das dores, do uso de drogas, sonhos e paixões das pessoas que lá viviam. O documentário foi filmado exclusivamente dentro do hotel e mostra os corredores, quartos e elevador desse hotel social.

gerente de um dos hotéis, se ele a conhecia, ele me disse que sim, perguntei como ela se chamava e ele respondeu: *Tatiana Raquel*⁷.

Meu coração acelerou, coisa que não sei bem explicar, só sei que foi bom vê-la e saber que estava bem.

O ato começou e Denis sentou-se ao meu lado. Tatiana tinha bebido e estava muito inquieta, e Denis a chamou para sentar-se ao seu lado. Ela foi, tinha uma ótima ligação com ele. Eu estava do lado oposto e às vezes comentava alguma questão do evento. Ela começou a ficar muito incomodada, dizendo:

— Essa puta safada não vai calar a boca, não?

Na hora parei de falar. Depois disso, Denis veio comentar algo comigo e respondi em voz baixa. Estávamos na primeira fileira e o professor Benedito Saraceno tinha começado a falar. Ela não teve dúvida: levantou-se e começou a gritar:

— OOOO sua puta, vagabunda, você não cala a boca, não para de fofoca, só na fofoquinha, não cala essa boca....

Denis levantou e a convidou para tomar um ar lá fora.

Enfim, Tatiana não entrou mais no ato e ficou tomando um corote⁸ do lado de fora. No fim do ato, fui ao banheiro e encontrei Tatiana, que me olhou e disse:

— Você, hein, sua vagabunda, não calava boca lá dentro, hein?

E eu respondi: — Eu? Mas tu gritaste bastante, né. Mas desculpa eu ter te desconcentrado.

Ela esbarrou em mim e saiu gargalhando.

Tatiana ficou na minha cabeça desde a história perto da minha casa. Volta e meia pensava nela e sempre perguntava por ela para o Denis.

Como Fernando Haddad (PT) tinha perdido as eleições de 2016, eu sabia que não iria ficar na Secretaria de Saúde do município. Roberto Tykanori⁹ saiu da coordenação de saúde mental do município e eu saí logo em seguida, em fevereiro.

Nessa mesma época, abriu a seleção para a coordenação do CAPS AD III¹⁰ da Sé, região do centro de São Paulo, me candidatei e passei. Logo que assumi, fui entendendo quais

⁷ Tatiana Raquel é um nome fictício.

⁸ Corote é uma cachaça que vem em um frasco pequeno, com uma alta concentração de álcool, também é conhecida como barrigudinha.

⁹ Roberto Tykanori Kinoshita foi o interventor da Casa Anchieta, hospital psiquiátrico de Santos, cidade precursora na reforma psiquiátrica brasileira. Importante referência da saúde mental brasileira, foi o coordenador nacional de saúde mental do Ministério da Saúde, durante a gestão da presidenta Dilma Rousseff.

¹⁰ O CAPS AD III é um serviço que compõe a Rede de Atenção Psicossocial. O serviço é destinado a proporcionar a atenção integral e continuada a pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Os CAPS III funcionam 24hs por dia, todos os dias da semana.

eram os hotéis do programa que o CAPS era referência, um deles era o gigante Dom Pedro, hotel que ficava em frente ao Mercado Público Municipal de São Paulo e onde Tatiana Raquel morava. Fui conversar com o Denis, ele ainda era o gerente na época, e um dos casos que ele me disse que a equipe fugia era dela mesma: Tatiana Raquel. Não tive dúvidas, pautei os casos do hotel, montamos equipes para estarem mais próximas, já que lá viviam mais de cem pessoas. Nem todos estavam vinculados ao CAPS, mas havia casos muito graves, por diversos fatores e que precisavam de cuidado mais próximo.

Tatiana começou a ir ao CAPS, redefinimos a referência¹¹, já que muitos não queriam de jeito nenhum acompanhá-la, porque já tinham tomado uns tapas, socos e cuspes. Reencontrei Tatiana, ela não me reconheceu e achei desnecessário lembrar dos nossos encontros. Me apresentei, disse para ela que coordenava o CAPS e que achávamos bom ela dormir lá por uns dias, porque estava precisando fazer uns exames e tal, e ela logo ficou muito minha amiga. Seguiu brigando, batendo, xingando, cuspiendo em muitas pessoas lá do CAPS, mas comigo ela mudou. Todo dia ela queria ver “a diretora”, me abraçava, me protegia, xingando os caras que me xingavam.

— Cadê a diretora? Vou chamar a diretora Isadora!

— Diretora, posso usar seu telefone?

— Diretora Isadora, eu amo você. Como você é linda.

Ela pegava o telefone e discava uns 20 números na sequência, eu dizia que tinha número demais ali. Ela ficava furiosa comigo na hora, batia o telefone na parede – quebrou dois telefones –, mas depois se acalmava.

Ela sabia que, de alguma forma, o cuidado dela lá não era fácil, uma parte da equipe não topava cuidar da Tatiana. Quem realmente bancava o cuidado dela eram as bravas residentes¹², as poucas pessoas contratadas no CAPS, dentre elas a médica clínica, Mari, que logo assumiu a referência do caso, e eu. Quem bancava o cuidado eram as mulheres!

Tatiana chegava muito alcoolizada no CAPS, bebia seu corote desde manhã cedo. Foi com ela que fui percebendo que as mulheres não tinham lugar no CAPS. Basicamente, nos leitos do acolhimento noturno, só dormiam homens. Quando uma mulher chegava alcoolizada ou sob efeito de alguma outra droga, era completamente ridicularizada pelos homens, pelos

¹¹ Denominamos como profissional de referência aquela que assume o cuidado, mais centralmente da/do usuária/o no CAPS.

¹² Eu as denomino de bravas, em função de que eram muito aguerridas, tinham uma postura ética e envolvimento com as pessoas que eram atendidas no serviço. Havia dez residentes no CAPS, 6 de programa de saúde mental com ênfase em álcool e outras drogas da escola de enfermagem e mais quatro residentes do programa do Instituto de Psiquiatria, ambos os programas eram interdisciplinares e da USP.

usuários, e também por alguns trabalhadores da equipe. Homens eram mais tolerantes com o uso de álcool pelos homens, as mulheres que tinham espaço eram as mais quietinhas, afinal, “mulher que grita muito enche o saco”, era o que eu escutava.

E Tatiana causava mesmo. Enquanto ela comia, bastava alguém falar: “Ô Tatiana, sua bêbada!”, e ela pegava a marmita e lançava inteira na cabeça de quem quer que fosse. Aí começava aquele caps-caos na hora da alimentação, aqui abro um pequeno debate, para situar que a hora da alimentação sempre foi um analisador importante nos serviços de saúde mental, muitos trabalhadores tinham uma posição bastante conservadora, eu acho que dava para fazer outra tese de doutorado somente falando disso. A equipe grudava em posições e falas como: precisamos ‘pontuar’ para fulana que isso não está certo; fulano está ‘intoxicado’ por isso não pode almoçar; entre outras. Muitos não conseguiam se deslocar e pensar, que qualquer pessoa razoável sabe, que a primeira regra na política de redução de danos é: alimentação e hidratação. Ou basta pensar em suas próprias vidas, depois de um porre, nada melhor do que comer bem e se hidratar muito. Mas esse deslocamento não é simples, como disse Carl Hart¹³ no congresso do Harm Reduction, que ocorreu em Portugal: “Nós, trabalhadores do campo das drogas, precisamos nos inspirar no movimento LGBT e sair cada vez mais do armário, falar dos nossos usos de drogas e parar com essa masturbação acadêmica, como se só o outro usasse drogas”. Esse acontecimento da alimentação me levou a ter muitas conversas, debates, discussões, desentendimentos com alguns trabalhadores, porque se eu achava que alguém não poderia comer com todos naquele momento, então que pudesse ofertar um suco, conversasse um pouco com aquela pessoa e oferecesse o almoço um pouco depois, mas nunca negar comida, em hipótese alguma. Se eu achava que havia risco de engasgo porque a pessoa bebeu demais, ou porque a pessoa não tinha nenhum dente, então eu que me colocasse no lado daquela pessoa, para garantir que ela ia se sentir bem e não iria passar mal e, caso se engasgasse, nada melhor do que ter alguém ao lado. Essa desculpa da intoxicação parecia uma punição para aqueles que verdadeiramente causavam e Tatiana estava no topo dessa lista, dentre as que mais causavam, por isso nunca queriam que ela almoçasse. Junto aos trabalhadores, estavam os homens que eram usuários do CAPS, alguns diziam que ela não sabia se comportar, que era uma mulher difícil, isso passou a ser assunto de reunião de equipe e assunto de

¹³ Carl Hart, em seu livro *Drogas para adultos* retoma esse debate no capítulo “Saíam do armário: parem de se comportar como crianças”, chamando de “ridículas” as ações praticadas por equipes burocratas e “sem coração” que destruíram famílias. O autor fala de como é difícil se livrar das equipes de saúde que entram na vida das famílias, sendo que uma vez que entram, parecem ser aquelas relações violentas, que você tenta trocar de número de telefone, mas a pessoa sempre encontra você (HART, 2021, p. 62). Esse debate tem total ligação com os casos que vamos debater, de mulheres que tiveram muitos filhos sequestrados, em função do suposto risco que as equipes entenderam que elas representam para seus filhos.

assembléia. Começamos a problematizar que a hora do almoço era uma hora importante, comida é afeto, encontro, partilha e minha posição era a de que a equipe pudesse comer junto, bater um papo. Estar junto poderia auxiliar a evitar o lançamento de comida e se resolveria a tal probabilidade do engasgo.

Com tudo isso, começamos a pensar nas posições dos usuários e trabalhadores em relação à Tatiana, assim como as posturas em relação a outras mulheres usuárias do CAPS, por isso começamos a debater machismo na equipe e nas assembleias semanais do serviço junto com as usuárias e usuários do serviço. Havia um movimento silencioso que, em alguma medida, sustentava aquela desigualdade na atenção psicossocial entre homens e mulheres. Lembro quando uma residente problematizou o machismo na equipe e alguns homens olharam com indignação. Percebemos que no AD essa diferença se coloca com muita força, diferentemente dos CAPS mais voltados para as questões de saúde mental.

A moralidade do proibicionismo e tudo que isso representa em relação ao uso de drogas é muito forte. Parece que existe uma maior comoção com a loucura, afinal, ninguém escolhe ser louco, mas usar droga sim, é o que o discurso do senso comum, com todos os seus julgamentos atravessa o fazer dos profissionais de saúde também. Esse discurso está presente na prática cotidiana e o enfrentamento dos estigmas e preconceitos era necessário, pois só assim conseguiríamos radicalizar o conceito de portas abertas e acolher a todas as pessoas que chegavam ao CAPS.

Certo dia, Tatiana chegou e foi conversar com a Mari, que era a sua referência. Eu estava na farmácia resolvendo questões das prescrições quando escutei gritos, entrei na sala, perguntei se podia ficar e me sentei no chão com Tatiana e Mari. Tatiana me olhou nos olhos e, entre gritos e lágrimas, agarrou meu rosto com as duas mãos e me disse:

— Me tiraram minhas filhas, eu sou assim porque me tiraram elas. Cadê minhas filhas? Como elas são? Com quem elas vivem?

Aos prantos, foi a primeira vez que ela conseguiu falar dessa história.

Esse encontro me fez olhar e pensar nas nossas fronteiras, eu enquanto mulher passando na rua e vendo Tatiana sofrer uma violência, eu enquanto mulher trabalhadora do CAPS acessando pela primeira vez a história da retirada das suas filhas. Foi necessário tempo e laço para que ela pudesse falar dessa história, dessa dor, que, segundo ela, a fez ser assim. Nesse dia, não tenho dúvida, ultrapassamos alguma fronteira.

1.1 Andanças e afetações da pesquisadora: fronteiras com a violência de estado

O caso de Tatiana Raquel não foi o primeiro caso em que me deparei com uma situação envolvendo crianças retiradas de suas famílias, em que o foco da denúncia eram mulheres-mães¹⁴ usuárias de drogas cuja maternidade foi questionada ou efetivamente interdita por força do braço do Estado, em circunstâncias que afrontam os marcos legais e não se apoiam no plano de direitos.

Lembrar e narrar a história de Tatiana, ativou outras histórias em mim, abrindo espaço para o início de uma escrita que eu poderia chamar de memorial, espaço de ativação de memórias. Começo, portanto, contando essas histórias, que também são um recorte das minhas andanças, um resgate de algumas das experiências vividas. Histórias importantes para chegar até esse doutorado e que, mais especialmente, dizem muito de como cheguei a este tema de pesquisa.

Pátio da Paim

Meu primeiro trabalho como psicóloga foi em 2008, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de São Leopoldo, cidade da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O CRAS é um serviço da proteção básica, da política da assistência social, e este se localizava na região oeste da cidade, no bairro Vicentina. Esse primeiro trabalho carrega o ponto de partida para essa pesquisa, sem dúvida alguma. Na Vicentina, na Paim e em outras vilas, conheci uma gente muito especial, uma gurizada linda, assim como encontrei histórias muito complexas. Na região, ocorriam assassinatos de meninos e foi a primeira vez que entrei em contato com debates acerca da “violência letal”¹⁵, do genocídio da juventude negra e periférica. Perdemos alguns jovens e cada morte me arregaçava o peito, cada velório nas casas era uma dor imensa. Quem provocava a morte dos meninos era uma incógnita, alguns diziam que eram grupos locais, outros atribuíam à polícia.

Eu e a Sabrina, educadora que compunha a equipe do CRAS, minha grande amiga até hoje, pensávamos juntas em projetos e propostas para tentar cuidar mais dos adolescentes. Atuávamos fortemente em um projeto de banco comunitário, com moeda local, fizemos ainda um projeto de cartografia, do qual ela foi a grande inventora. O projeto era para que os adolescentes resgassem a história do bairro, escutassem os velhos. Sabrina é historiadora e os

¹⁴ Nessa pesquisa acompanhamos mulheres cisgêneras, mas temos conhecimento da retirada de bebês de homens transexuais que faziam uso de drogas, inclusive em Belo Horizonte.

¹⁵ Mais tarde esse tema tomou mais espaço na minha vida, fui trabalhar no Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), que atendia a todo o Estado do Rio Grande do Sul.

levava semanalmente na biblioteca, para pesquisar histórias do bairro de anos atrás, em uma tentativa de deslocar, de entender que a Vicentina não era só o que os jornais atuais contavam.

Criamos um grupo de trabalho para discutir violência letal, articulamos outros parceiros, do Proame Cedeca Bertoldo Weber¹⁶ e da Secretaria de Assistência Social – SACIS, nos reuníamos à noite, em nossas casas, outras vezes em uma mesa solitária no Mercado Público, ou no bairro da cidade Baixa em Porto Alegre, para debater o que estava acontecendo. Nós duas chorávamos juntas as mortes dos meninos e tentávamos juntas achar respostas, uma forma de disputar a vida deles.

Nessa disputa, recebemos mensagens no CRAS, algumas de apoio e outras que nos ameaçavam. Muitas das atividades realizadas eram abertas, então a população sabia que estávamos atentas à questão dos assassinatos que ocorriam no bairro.

Certa manhã, surgiu uma pichação na porta do CRAS: “deixem os nossos meninos”, em seguida passamos a receber recados de alguns moradores para não chamarmos os meninos para os grupos, pois eles tinham que seguir trabalhando na venda de drogas.

Mesmo com esses recados e ameaças, seguíamos firmes nos encontros com a gurizada, e, na sequência, um ano depois, organizamos um evento no Fórum Social Mundial em Porto Alegre e levamos esse debate, sobre os assassinatos dos meninos.

Sabrina também foi minha parceira no CRAS, quando atendemos o “Pátio da Paim”, esse caso foi minha inspiração para o mestrado¹⁷ – e que de alguma forma, também inspira essa pesquisa.

No inverno de 2008, ocorreu uma ação policial no Pátio da Paim¹⁸ que resultou na prisão de alguns homens que lideravam o tráfico¹⁹ da região que nós atendíamos no CRAS. Com isso, suas companheiras assumiram o comando do tráfico na região. Essas mudanças no comando do tráfico, produziram queixas dirigidas às mulheres, advindas de algumas instituições como o Conselho Tutelar e a escola, que passaram a acompanhar mais de perto aquelas crianças. Essa família, pelo que comentavam na região, vendia mais drogas do que os demais da vila e até mesmo da cidade. As instituições referidas acima, então, levaram a situação para a promotoria da infância e da juventude, e, na sequência, a juíza responsável pela Vara da Infância e da

¹⁶ O PROAME - Programa de apoio a meninos e meninas é uma instituição vinculada aos direitos das crianças e dos adolescentes na cidade de São Leopoldo, anos depois tornaram-se um CEDECA - Centro de Defesa de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes Bertoldo Weber, utilizam ambos os nomes.

¹⁷ O mestrado foi intitulado Determinantes da Institucionalização de Crianças e Adolescentes na doutrina da proteção integral, e o campo foi realizado em uma Vara da Infância e da Juventude na capital São Paulo.

¹⁸ Pátio da Paim era um lugar, no fim da vila que nomearam de Pátio, em função de que era um lugar que terminava em uma rua sem saída. No Rio Grande do Sul, os bairros mais vulneráveis são chamados de Vila e não de favela.

¹⁹ Apesar de estarmos falando aqui de trabalho no comércio varejista de drogas, manteremos o termo tráfico para sinalizar a encruzilhada criminalizante e estigmatizante de que se revestem tais práticas discursivas (pelo sistema de segurança e de justiça, pela mídia e por outros atores).

Adolescência solicitou o acolhimento institucional de aproximadamente vinte crianças, todas integrantes de uma mesma família, justificando que estavam em situação de negligência. Essa foi a primeira resposta das instituições: o acolhimento institucional imediato.

A área da saúde, através da Unidade Básica de Saúde – UBS, era um dos poucos serviços que tinha a liberação desses moradores para entrar nessas casas, que eram vigiadas por algumas pessoas e intimidadores cães da raça rottweiler, o que já dava um certo medo de chegar. Foi somente após a negociação das lideranças locais, e com o apoio da UBS, que a proteção básica da assistência social teve permissão para começar a atuar com as famílias que ali residiam.

Naquele momento, nosso papel como trabalhadoras de um serviço de assistência social, era o de exercer uma escuta ética, entender o que estava ocorrendo, para garantir a permanência da convivência familiar e comunitária, articular a rede para assegurar não só o melhor interesse das crianças, mas também o das mães. Assim, sustentávamos na rede que cuidar das mães e das crianças era defender e entender que se tratavam de direitos complementares e não de direitos opostos. Por isso começamos uma atuação muito próxima das famílias e da rede. Isso distinguia a nossa ação das demais instituições envolvidas, como a promotoria, conselho tutelar e escola, que se posicionavam pelo afastamento imediato das crianças.

A posição do Poder Judiciário era solicitar semanalmente avaliações, para encaminhar o acolhimento institucional das crianças. Porém, negligenciavam os nossos relatórios e as nossas solicitações de audiência, eu ficava muito incomodada com aquilo. Talvez meu fronteirismo e interiorismo tenham me levado a tomar algumas atitudes, dentre elas a de ir ao fórum e bater na porta da sala da juíza que, para minha surpresa, me recebeu, e conversamos um pouco. Depois desse episódio, marcamos uma audiência – na realidade, era este um dos meus pedidos no relatório, que ela pudesse nos escutar e que pudéssemos sair um pouco do papel, para que também ficasse registrado de outro modo o que estávamos tentando dizer nos relatórios e que parecia não estar sendo ouvido, ou seja, conversar de uma forma mais equânime, sobre as tantas ações que estavam sendo realizadas.

Nessa intervenção, tecemos espaços valiosos com a rede interssetorial e com o sistema de justiça. Aquele cenário extremamente complexo nos trouxe a compreensão da importância de nos reunirmos em rede de forma sistemática para construir um plano de ação, cujo objetivo era encontrar respostas distintas às do judiciário e da promotoria da infância e da adolescência para o que vinha sendo solicitado até então: a institucionalização das crianças.

Para tanto, foi necessário implicar, nesse processo, as secretarias de educação, habitação, saúde, assistência social e cultura, de modo a sustentar e garantir a continuidade da convivência familiar e comunitária daquelas crianças com suas mães e outros familiares.

Todos os encontros realizados com as famílias eram atravessados por coisas simples, como o fato de literalmente caminharmos juntas pelo território, escutar as crianças, adolescentes e suas mães. Escutar suas histórias de vida me afetou intensamente e produziu uma resposta de que encaminhamentos burocratizados não se encaixariam nessa cena complexa, exigindo a construção de um trabalho artesanal.

Uma das urgências que emergiram era a necessidade de mapear os serviços públicos em que essas pessoas circulavam ou que precisariam acessar, sendo que era central agenciar redes de cuidado em torno delas. Compreender seus modos de estar no mundo, de forma questionadora e crítica foi o que nos sintonizou com um entendimento importante de que havia ali um outro desenho possível de ser e de estar no mundo, de família, de fraternidade.

Nessa época, encontrei muito apoio técnico e ético no livro *Pivetes: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário*, de Maria Livia Nascimento, Maria Cecilia Coimbra e Lygia Aires (2009), onde discutem largamente os efeitos de uma escuta pautada em julgamentos e a urgência de uma escuta ética. Essas autoras contribuíram para uma abertura de pensamento, que me deslocou em direção a outras concepções e arranjos possíveis de família, lembro que eu as citava nos relatórios que enviava para o judiciário. Essa foi uma chave de leitura importante para efetivamente pensar outros caminhos para aquelas pessoas, caminhos que necessariamente passavam por uma concepção de família, que era delas, única e possível. Assim sustentáramos que essa era a rede mais forte possível, buscando afastar os argumentos pautados em uma lógica de família nuclear, burguesa. Para isso, era necessário nos despirmos de uma pretensa neutralidade científica, de uma psicologia “apolítica, neutra, científica e objetiva, que obscurece as condições socioeconômicas peculiares ao capitalismo e que põe ênfase na doença, na falta, nas dificuldades, nos desequilíbrios e nos desajustes” (COIMBRA; AYRES, 2007, p. 66).

E como propõe Donna Haraway, a necessidade de construirmos um projeto de ciência que ofereça respostas mais possíveis para as pessoas, especialmente para as mulheres:

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARAWAY, 1995, p. 15).

Naquela época, pelo fato desse caso ter ganhado espaço na agenda intersecretarial do município, as crianças não foram institucionalizadas, conseguimos que elas permanecessem com as mães, o que foi um grande marco na cidade, para os serviços, para o pensar e agir em rede.

Ainda assim, fizemos muitas coisas equivocadas nessa ação, em especial tentamos montar grupos de artesanato²⁰, que poderia ter sido uma boa iniciativa, mas naquele momento não dialogava em nada nos interesses delas. Só depois de algumas iniciativas fomos conseguindo realmente escutar o que acontecia, quais os pontos de apoio e articulação faziam sentido para elas.

Brasília, a nota técnica e as violações indígenas

Tempos depois, em 2012, mudei para o planalto central, em Brasília, onde fui trabalhar no Ministério da Saúde, na Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (CGMAD). Atuava em três frentes: saúde mental infantojuvenil, saúde mental dos povos indígenas e nos processos de desinstitucionalização, também acompanhava a implementação da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS nos estados do norte, mais especialmente no Pará e Amapá.

Na época em que estava em Brasília, em 2014, foi quando as recomendações nº 5 e 6 do Ministério Público de Minas Gerais foram publicadas, ambas recomendavam a retirada de crianças filhas de mulheres usuárias de drogas. Esse é um dos casos centrais dessa tese, e serviu de campo de pesquisa para mim. Cheguei a participar de alguns debates na época, com junto ao Ministério da Saúde (MS) e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), com quem construímos uma Nota Técnica conjunta, em resposta à retirada dos filhos das mulheres usuárias de drogas.

Pela pauta de saúde mental indígena, tive a chance de conhecer muitos territórios indígenas, mas destaco aqui a situação das adoções irregulares de crianças indígenas ocorridas na região do Cone Sul do Mato Grosso do Sul, em especial nas cidades de Dourados e Ponta Porã. Participei de ações que chamamos de Mutirão do Cone Sul, em uma agenda ampla, juntamente com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e a Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Ao chegar nas cidades, nos reuníamos primeiramente com os povos indígenas para escutar deles como avaliavam essa situação e as assembleias eram claras em dizer que se tratava de uma ação de sequestro, sendo que havia a hipótese, de que algumas crianças foram levadas para fazendas para a exercerem trabalho escravo. Reunimo-nos com o Ministério Público, a Vara da Infância e da Juventude, os serviços da assistência, da saúde, os Conselhos Tutelares na tentativa de

²⁰ O artesanato é uma prática muito utilizada em vários serviços, porém às vezes mal-usada, como nesse caso. Ofertar práticas que exijam motricidade, já logo de manhã, para quem fez um uso de substâncias intenso durante a noite, não é uma boa ideia, provoca mais frustração do que alegrias em construir alguma coisa. Mais tarde, quando atuei no CAPS, repensamos isso e deixamos os horários das atividades mais ‘espalhados’ o que era mais interessante para as necessidades de cada usuária e usuário.

buscar mais explicações sobre o que estava ocorrendo. A Funai lançou um relatório²¹ oficial dessa ação evidenciando claras violações de direitos humanos.

Escutar as mulheres indígenas me faz ter a certeza da urgência de habitarmos outras cosmovisões. Lembro-me de pessoas que tive a chance de conhecer nessas andanças e que me apresentaram outra concepção de infância. Na aldeia de Santa Isabel, entre os Karajás, povo que vive na Ilha do Bananal, localizada entre os Estados do Mato Grosso e do Tocantins, aprendi que as crianças são espíritos livres e que ninguém poderia chamar a atenção delas. Para mim, como uma mulher não indígena, isso foi uma tarefa árdua, em especial quando estávamos na beira do Rio Araguaia e algumas crianças muito pequeninhas entravam no rio para se banharem; eu tinha medo de que elas se afogassem, mas havia uma conexão entre as crianças, umas cuidavam das outras. Lembro e agradeço a oportunidade de escutar Mapulu e Kaiulu do Xingu, Benki Ashaninka, Álvaro Tukano, por todos os ensinamentos que tive no campo da infância. Agradeço a oportunidade de recentemente ter a alegria de ler Ailton Krenak e Davi Kopenawa, ambos com a potência de nos fazer resistir, mesmo “nessa espécie de fim dos mundos” (KRENAK, 2019, p. 25).

Nessa mesma época em que eu morava em Brasília, em 2014, ingressei no mestrado em saúde mental, quando então estudei os determinantes da institucionalização de crianças e adolescentes em tempos da doutrina da proteção integral, a partir de uma densa análise de processos judiciais de uma Vara da Infância e da Juventude da cidade de São Paulo. Também participei de audiências concentradas, motivada pelas experiências com as quais me deparei como profissional da rede, quando pude ver os diferentes modos de produção de discurso e prática que eram moralistas e proibicionistas, culminando no risco de perda de guarda ou efetivamente na perda da guarda.

No estudo, foram analisadas as políticas públicas para a infância e juventude no campo da saúde, assistência social, educação e em outras áreas (SOUZA, 2017). Sem dúvida essas áreas inscreveram uma nova concepção de cuidado para a infância e isso se reflete no campo jurídico, político e social brasileiro, com consequências para as ações públicas dirigidas ao seu cuidado e proteção.

Porém, um dos achados da pesquisa de mestrado é que o sistema de garantias de direito brasileiro é paradoxal, por vezes contraditório, sendo que em muitos dos processos judiciais era

²¹ O relatório publicado pela FUNAI compõe o “Plano de Ação para a Efetivação do Direito a Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Jovens Indígenas Junto a Seu Povo No Cone Sul Do MS - Eixo III - Ação 3.20”. O nome do relatório é Mapeamento qualificado de todos os casos de crianças indígenas em situação de acolhimento institucional e familiar da região de Dourados, Mato Grosso do Sul.

possível registrar a aplicação dos princípios da proteção e, em outros, constatava-se a inexistência deles, ficando evidente o que denominamos, em uma categoria de análise, como proteção tutelar e proteção garantista. Em casos nos quais não havia uso de drogas, loucura ou pobreza, era possível acompanhar o andamento do devido processo legal, em casos nos quais um desses aspectos estava presente, isso não acontecia e diversos relatórios da rede de serviços estavam ausentes ou, quando estavam presentes, eram calcados em análises moralistas das equipes técnicas da Vara da Infância e da Juventude e do Ministério Público.

Em função disso, o estudo buscou investigar se as crenças e valores registrados nos relatórios e decisões judiciais estavam em consonância com o preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ou se, apesar de todos os avanços no sistema de garantia de direitos, ainda se aplicam valores morais dos antigos códigos. Por fim, o estudo também buscou analisar como acontece o processo de desinstitucionalização das crianças e adolescentes – entendido para fins daquela pesquisa como a reinserção na vida comunitária ou familiar – ao investigar quais eram as estratégias desenvolvidas para garantir esse retorno, bem como as demais estratégias de inclusão social.

Com isso, reconhecemos naquela pesquisa a necessidade de estudos sistemáticos que permitam esclarecer os pontos de impasse que ainda obstaculizam a plena garantia de direitos e proteção baseados no desenvolvimento e na cidadania para crianças e adolescentes. Uma tríade fica evidente na pesquisa de mestrado: loucura, drogas e pobreza. Na presença desses fatores era possível observar que os filhos eram retirados das mães de forma rápida e era perceptível que não havia escuta das partes envolvidas, em muitos casos podemos dizer que não havia o devido processo legal.

Pós golpe, chegada em São Paulo

Em março de 2017, já morando em São Paulo, assumi a coordenação do CAPS AD III da Sé, conhecido também como CAPS do Centro de São Paulo, cenário eletrizante e momento em que reencontro Tatiana Raquel, personagem da narrativa que abre essa introdução. O tempo vivido no CAPS tem força nessa tese, porque foi lá que conheci algumas mulheres usuárias de drogas que tiveram seus filhos sequestrados. Também foi lá que passei a pensar com mais intensidade no efeito da guerra às drogas no corpo das mulheres, bem como nas tantas falhas da atenção psicossocial em relação ao cuidado delas. Nesse período, trabalhando com essas mulheres criamos estratégias, como a ampliação do acolhimento noturno para mulheres gestantes, de modo que acompanhássemos esse período, articulando com a família as

possibilidades de cuidado. Assim foi possível, em alguns casos, garantir que os filhos não fossem retirados. Porém, outras mulheres, como é o caso de Tatiana, já chegaram com os sequestros de seus filhos consolidados, situação que levava muitas delas à intensificação do uso de álcool e outras drogas.

O encontro com Tatiana me reconectou com muitas situações de trabalho onde o corpo do profissional e sua possibilidade de atuar e estar entre as ações, justamente naquelas redes que insistem em normalizar e assujeitar os modos de vida das famílias pobres é urgente e necessária. Esse era um elemento que podia, senão alterar radicalmente os destinos das mulheres e seus filhos, pelo menos colocar em análise os efeitos das políticas e criar alianças de proximidade com elas. O encontro com Talita não foi o primeiro momento em que me deparei com estas situações de “sequestros”, mas talvez tenha sido o momento em que me dei conta de como profissionais e serviços podiam não fazer fronteira e se fechar a certas dimensões da experiência de sofrimento e de luta destas mulheres.

Neste estudo, busco olhar para as cenas de sequestro de filhas e filhos de mulheres usuárias de drogas, atravessada pelos encontros que narrei acima, assim como os novos encontros que tive, com mulheres que me auxiliaram nessa pesquisa, pensando nos efeitos da guerra às drogas, do racismo, do patriarcado e do proibicionismo no corpo delas e de seus filhos.

A escrita desta tese passa, portanto, pelo acompanhamento de mulheres que vivenciaram essas cenas de retirada, sequestro e rapto de seus filhos. Nasce de todos esses encontros, que me levaram a intensificar e consolidar esse estudo, uma vez que esse tema se tornou, ao longo dos anos, vital para mim.

Decidimos sustentar no título e no corpo da pesquisa a terminologia sequestro. Essa escolha se dá primeiramente pelo fato da constante presença dessa expressão na fala das mulheres trabalhadoras da saúde e da justiça que foram entrevistadas. O termo sequestro, além de outras terminologias como rapto, retirada, sumiço, foi utilizado no estudo de mestrado, desenvolvido na Unicamp, pela pesquisadora Arianne Oliveira Alves (2020), intitulado *Quem tem direito a querer ter/ser mãe? Dinâmicas entre gestão, instâncias estatais e ação política em Belo Horizonte (MG)*, nesse estudo a pesquisadora realizou um levantamento de 31 documentos, entre cartas, manifestos, recomendações, ofícios, pareceres, deliberações, notas técnicas, resoluções, notas públicas, recursos, notas taquigráficas, leis e atas de audiências pública, evidenciando a prática de sequestro. Ela adota essas designações por também escutar o que as mulheres mães e mulheres trabalhadoras diziam, apontavam e denunciavam, uma certa assimetria de poderes entre mulheres trabalhadoras e homens que estavam no executivo e judiciário em Belo Horizonte (Alves, 2020).

1.2 Configurando o problema de pesquisa

No Brasil dos séculos XIX e XX, mulheres e seus filhos foram sendo separados, através de distintas tecnologias que iremos debater nesta tese. A história da institucionalização de crianças e adolescentes revelou que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições totais, como abrigos ou educandários. Essa história tem repercussões importantes até os dias de hoje, não sendo possível afirmar que a prática da institucionalização tenha sido superada, mesmo na vigência do marco jurídico da proteção integral, no qual se baseia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – lei n. 8.069/90 (BRASIL, 1990)²².

Nos tempos atuais, o debate sobre o tema de mulheres usuárias de drogas, mais especialmente daquelas que fazem uso de crack, faz-se fundamental, frente à atual e recorrente recomendação dos órgãos de justiça, como a do Ministério Público, de imediata comunicação ao Poder Judiciário acerca do nascimento de crianças filhas de mulheres usuárias de crack e outras drogas, bem como gestantes que se recusarem a realizar o pré-natal. E aqui apontamos que as recomendações produziram medo em diversas mulheres, que temem em buscar apoio da rede, muitas relatam o fato de não buscarem atendimento nos serviços de saúde ou se recusarem a ir, em função do medo que sentem.

A situação de Belo Horizonte é emblemática, em função de duas Recomendações do Ministério Público Estadual (MP), produzidas em 2014 de nº 5 e 6, e que por seu conteúdo produziram muitas manifestações distintas de diferentes setores do Sistema de Garantia de Direitos. O primeiro documento recomenda que as maternidades acionem a Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte em casos de gestantes usuárias de drogas, para que seja realizado o acolhimento institucional de crianças. O segundo, propôs que profissionais da saúde que

²² No século XX, em que foram promulgadas, no Brasil, as leis especiais da infância e adolescência, os Códigos de Menores de 1927 (“Código Mello Matos”) e de 1979 inscreveram caminhos com critérios mais rígidos para a prática da institucionalização de crianças e adolescentes. Somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que marca o início da tentativa de restabelecer um Estado Democrático de Direito no país, em 1990, entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que estabelece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e sua proteção será efetivada somente através da implantação de políticas públicas voltadas à cidadania plena. As recentes políticas públicas para a infância e adolescência no campo da saúde, assistência social, educação e em outras áreas marcam uma nova concepção de cuidado para a infância e isso traz reflexos importantes no campo jurídico, político e social brasileiro, com consequências para as ações públicas dirigidas ao seu cuidado e proteção. A partir do reconhecimento, pelo Sistema Único de Saúde – SUS, no início do século XXI, da necessidade de serem organizadas redes de atenção psicossocial para cuidado de crianças, adolescentes e seus familiares com a experiência do sofrimento psíquico e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas foi reconhecida (COUTO, 2004).

notassem gestantes “impontuais” com o calendário de consultas de pré-natal encaminhassem-nas aos Conselhos Tutelares.

Essa ação, que amplia o poder do Estado, por meio da punição e das “polícias da saúde” na formulação de Scislesky *et al.* (2013), quando a norma sanitária amplia os mecanismos de governo das vidas, como é percebido em diferentes cidades brasileiras. Como identificamos nas pesquisas de Malheiro (2020) e Sarmiento (2019), a prática de retirada de bebês de mulheres em situação de rua e/ou usuárias de crack/outras drogas é comum, mesmo em maternidades de estados e municípios como Salvador, Porto Alegre, São Paulo, em que não há esse tipo de recomendação feita pelo Ministério Público. É o que constatamos a partir do trecho da reportagem que informa sobre a situação paulistana:

Segundo a juíza Cristina Ribeiro Leite, responsável pela Vara da Infância e Juventude que atua no centro da capital paulista, 90% dos bebês colocados para adoção na região central de São Paulo são filhos de mães dependentes de crack e em situação de rua (REDE BRASIL ATUAL, 2017, n.p).

Cabe destacar que a Constituição Federal Brasileira de 1988 estabeleceu nova configuração do Sistema de Justiça, desde a determinação da criação de Defensorias Públicas até as novas atribuições dos Ministérios Públicos, sobretudo voltadas à garantia de Direitos Humanos de caráter difuso e coletivo, como os de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, pessoas com transtornos mentais, entre outros. As recomendações passam a ser uma ferramenta do Ministério Público para mediar a relação entre administração pública e as/os cidadãos quanto às políticas públicas destinadas à garantia de seus direitos. É o caso das recomendações expedidas, fazendo sugestões sobre a atuação dos serviços de saúde no cuidado com mulheres em situação de rua e/ou usuárias de drogas e seus/suas filhos(as) recém-nascidos(as). A recomendação, portanto, é um documento opinativo, uma vez que não possui poder coercitivo ao poder público, sendo desse modo, de cumprimento espontâneo, porém incentivado²³.

Ao contrário, o que vemos é que o governo das vidas das mulheres-mães usuárias de drogas reedita no campo das políticas públicas para a infância e adolescência, o ideário menorista e de seus valores, conforme estabelecidos nos antigos códigos, reafirmado nos valores morais, nas crenças, no senso comum atravessado por sua lógica punitivista, repressivo e hierárquico. A noção de criminalização da pobreza (COIMBRA, 2009), de família desestruturada e outras expressões baseadas na ideia de irregularidade, habitam o cotidiano da

²³ Análise crítica sobre o instrumento da recomendação do Ministério Público ao Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10946. Acesso em 25 out. 2017.

sociedade e das práticas profissionais com decisões de suspensão da convivência familiar e comunitária, mesmo sob a égide da doutrina da proteção integral. Desconsideram, assim, as diretrizes das políticas sociais ligadas à garantia de direitos – saúde, educação, assistência social, etc. –, que afirmam que o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias pode trazer profundas implicações, tanto para a criança, quanto para a família, devendo ser aplicado apenas como medida de última escolha.

O caso Belo Horizonte (BH) nos interessou em particular pelo conjunto de tensionamentos, debates e propostas garantistas no campo das políticas públicas que possibilitou. Deste modo, boa parte das mulheres que ouvimos neste trabalho protagonizaram diferentes posições – mães, advogadas e médica – nesta luta. A história de BH possibilita esclarecer os pontos de impasse que ainda obstaculizam o pleno desenvolvimento da garantia de direitos e proteção baseados no desenvolvimento e cidadania plena para crianças, adolescentes e seus familiares, bem como trazer perspectivas analíticas que possam contribuir para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos.

Este tema já vem sendo pesquisado no Brasil. Num levantamento inicial, pudemos encontrar trabalhos de mestrado realizados em diferentes cursos de pós-graduação da Antropologia, que abordam o tema de mulheres em situação de rua e mulheres usuárias de crack e outras drogas, sendo que em todas as produções o tema da maternidade atravessa as pesquisas. Uma pesquisa realizada na UFBA, pela pesquisadora Luana Malheiro, outra pesquisa realizada na Antropologia da UFRGS, realizada pela pesquisadora Caroline Sarmiento e, por fim, o trabalho realizado pela pesquisadora Arianne Alves, realizado na antropologia da Unicamp, mas que parte de Belo Horizonte.

Luana Malheiro (2020) buscou compreender a cultura do uso de crack entre mulheres que tinham trajetória de rua, na cidade de Salvador, Bahia. Seu estudo aponta para como a guerra às drogas opera no corpo das mulheres, que são alvos privilegiados de inúmeras violências. Uma das formas de suportar isso, é uma entrada mais intensa no uso de substâncias.

Caroline Sarmiento (2019) atua no *Jornal Boca de Rua*²⁴, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Em seu estudo, a autora discute a realidade de mulheres que vivem em situação de rua, discutindo as distintas tecnologias de governo em seus corpos. Dentre os temas que Caroline escutou, no *jornal Boca de Rua*, foi a realidade de muitas mulheres que tiveram seus filhos

²⁴ O *Jornal Boca de Rua* é feito na cidade de Porto Alegre e existe há 20 anos. A equipe do jornal é composta por pessoas que vivem nas ruas. Ele atua na perspectiva de escutar as demandas das pessoas que vivem nas ruas, bem como assuntos que os movimentos sociais pautam.

retirados. O estudo de Caroline, passa pela percepção de como o Estado percebe a experiência da maternidade dessas mulheres.

Por fim, retomo também à dissertação de Ariana Alves (2020) que realiza seu campo na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, apresentando como a separação compulsória foi sendo construída como um “problema”. Para realizar esse debate, a autora se debruça nos documentos que a cidade produziu, como portarias, matérias jornalísticas, bem como participando de coletivos que discutiam o tema. A autora mostra, a partir de uma etnografia, como a questão da separação compulsória se constitui como “problema”, debatendo a construção dos documentos e as arenas de disputa do tema.

Nessa pesquisa, temos a intenção de analisar os processos e aqui não falamos dos processos judiciais físicos, mas dos modos pelos quais se produz a retirada e sequestros de crianças de suas mães, a fim de evidenciar tendências, posições nesta arena de tensões e disputas em que mães e filhos recém-nascidos têm sua convivência interrompida a partir do contexto de uso de drogas. Dentre estes mecanismos, nos interessa pensar em certos regimes de verdade: o das maternidades destas mulheres como maternidades indignas. Para isto, os argumentos relativos à proteção, cuidado e direito à maternidade na posição dos diferentes atores envolvidos, são particularmente de nosso interesse.

Para configurarmos estes processos, apresentaremos os itinerários dessas mulheres, por meio de narrativas construídas a partir de suas histórias de vida; caracterizaremos e analisaremos os mecanismos de sequestro que incidem sobre as mulheres usuárias de drogas e seus filhos e, por fim, sustentaremos o debate acerca de maternidades antiproibicionistas que incluam os diferentes modos de vida como um caminho para a configuração de *redes vivas* (MERHY, 2014) no campo da saúde e das políticas públicas.

Percursos metodológicos e procedimentos

Partindo das provocações de Rita Segato, que propõe uma “antropologia interpelada, solicitada, demandada pelos povos que durante um século serviram de objeto” (SEGATO, 2021, p. 17) é com ela que seguimos, para pensar nas contratualidades firmadas para a feitura dessa pesquisa. Nosso acordo central parte das conversas com as mulheres que estão em diferentes fronts e, nesses encontros, fui entendendo que eu tinha um outro lugar, o lugar de pesquisadora/testemunha. Dessa forma, nossa pesquisa se afirma militante, e para realizá-la foi necessária uma boa “caixa de ferramentas”, para elaborar, processar, analisar, tantas histórias e acontecimentos.

Seguimos com Alice de Marchi Souza, que nos apoia a pensar nesses efeitos das “moduções militantes”, ainda mais em cenas de intensas violações de direitos, como as vividas pelas mulheres parceiras nessa pesquisa, que tiveram seus filhos sequestrados. Pensando nas provocações da autora, como ela propõe, iniciando “pelo lado de cá” (SOUZA, 2018, p. 198), iniciamos essa escrita pelo meu percurso, nesses diversos fronts, dessa forma concordamos com a autora que aponta que “em determinado momento de nossa experiência nesse contexto, no entanto, algumas posturas e atitudes se fizeram questão incômoda e incontornável, colocando- nos o imperativo de parar e reparar: tratar delas como problemas de pesquisa.” (SOUZA, 2018, p. 198).

Pensar na perspectiva crítica da colonialidade de poder, como nos provoca Segato (2021), é pensar naquilo que aparece como demanda e como produzimos respostas que apoiem as pessoas, ao invés de conduzir uma pesquisa que simplesmente recolha informações. Nesse sentido, nos apoiamos em alguns aportes da antropologia, que nos auxiliaram tanto, nas diferentes entradas de campo.

[...] por causa dessa disponibilidade para a solicitação de comunidades e povos que essa prática disciplinar é também uma *antropologia litigante, a serviço, questionanda*. Desse modo também, a antropologia supera a “crise do objeto” que a vinha ameaçando, bem como a sua contrapartida, um *umbiguismo* iniciático, uma *ego trip* narcísica que consome uma porção excessiva de suas páginas. Sua caixa de ferramentas, o ofício etnográfico, serve à busca de respostas ativamente solicitadas por aquelas e aqueles (SEGATO, 2021, p. 16).

Essa pesquisa utiliza-se, também, dos aportes teórico-metodológicos de Michel Foucault relativos à genealogia que se caracteriza pela análise da correlação entre campos de saber, tipos de normatividade e modos de subjetivação. Para Foucault, é necessário definir o modo como se estabeleceram saberes e normas a partir das maneiras pelas quais uma sociedade pensou e interpretou um acontecimento, em um dado momento histórico, que estabelece por sua vez as condições de produção de formas e modalidades através das quais as pessoas podem se reconhecer como sujeitos, implicadas nessas normas e saberes (FOUCAULT, 1979).

Para Foucault (2008), cada sociedade possui “regimes de verdade”, isto é: “os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 2008, p. 12). Assim, algumas formas, ditas e tidas como verdades se impõem e outras formas que divergem, daquelas hegemonicamente reconhecidas, passam a ser silenciadas por diversos mecanismos: as políticas de verdade. Deste modo, segundo Foucault (2010, p. 39) os discursos

judiciários não podem ser dissociados da prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.

As posições das trabalhadoras e das mulheres mães serão analisadas, portanto, a partir de sua posição de fala nos processos e tramas, que envolvem frontalmente as cenas judiciais.

Rita Segato (2021) aponta que a escolha teórica está sempre ligada aos próprios interesses de quem pesquisa, sempre se referindo a uma escolha teórico-política. Dessa forma ampliamos as escolhas teóricas, que em sua maioria são autoras, que nos ajudam a escrever essa tese. A literatura feminista, com um aprofundamento nos debates feministas decoloniais, são grandes chaves que nos apoiaram nas problematizações que fizemos nessa pesquisa, dessa forma, serão analisados os argumentos relativos à proteção, cuidado, direitos e maternidade dos diferentes atores e os jogos de saber-poder que eles sustentam e, assim, as tensões, controvérsias e a construção da posição hegemônica. De outro lado, serão caracterizadas e analisadas as trajetórias institucionais das crianças e mulheres, de forma a evidenciar as modalidades de assujeitamento e subjetivação que problematizem certos regimes de verdade. Em tais trajetórias, a análise se fará por meio da identificação de analisadores²⁵, isto é, evento crítico que permite explicitar o jogo de forças postas nessas situações, bem como questionar determinadas naturalizações (LOURAU, 1993).

Pretendemos, assim, acompanhar o circuito traçado pelas mulheres mães e mulheres trabalhadoras, aqui denominadas “parceiras” de pesquisa, como indicado pela pesquisadora Luana Malheiro (2020).

Dessa forma, por meio de conversas com as mulheres parceiras nesta pesquisa, assim como trabalhadoras em relação ao agir das políticas e aos modos singulares como estas operam, destacamos todos os cuidados éticos que foram tomados e que a pesquisa tramitou pela Plataforma Brasil, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa²⁶ da PUC-SP.

Para tanto, realizamos os seguintes procedimentos:

- Conversas com mulheres-mães usuárias de drogas que, por esse motivo, tiveram seus filhos retirados e destituídos juridicamente;
- Conversas com profissionais que protagonizaram o debate e o enfrentamento dos mecanismos de sequestro;

²⁵ O conceito de analisador (LOURAU, 1993), como acontecimento que dá visibilidade ao jogo de forças atuando em uma determinada situação e que permite arguir determinadas naturalizações será usado na escolha e na disposição de fragmentos de conversa, cenas e casos extraídos do diário de campo, de participações observantes ou de entrevistas.

²⁶ O número do parecer de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP é 5.017.568.

- Levantamento de documentos jurídico-normativos, em especial dos construídos pelo Ministério da Saúde e os que envolvem o caso de Belo Horizonte, que incidem sobre as mulheres-mães usuárias de drogas;
- Revisão de literatura sobre epistemologia feminista e mais especificamente aquelas que fazem um diálogo com o antiproibicionismo, a Saúde Mental Coletiva e com o campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Penso que meu percurso como trabalhadora na saúde mental possibilitou um bom encontro com as parceiras dessa pesquisa, que foram as duas mulheres-mães, que tiveram seus filhos retirados, que ocorreu em função da indicação de outras pessoas: uma pediatra, coordenadora da saúde materno-infantil de Belo Horizonte-MG e uma professora universitária que atua com redução de danos. Realizamos, ainda, mais algumas conversas com profissionais de Belo Horizonte que atuaram decisivamente a favor das mães no que se configurou como “O caso BH” e mais duas conversas, que serviram de apoio para essa pesquisa, acerca das experiências de sequestro de bebês pela ditadura na Argentina.

No total, realizamos 6 (seis) conversas que foram gravadas e transcritas, além de outros encontros, com as mesmas mulheres, que também compõem esse estudo.

Em Santos - SP, realizamos uma conversa:

- Ana Maria, mulher negra, que teve 11 filhos, sendo que 10 dos seus filhos foram retirados.

Em Belo Horizonte- Minas Gerais, realizamos 5 conversas:

- Aline, mulher branca, com 4 filhos, sendo que 2 foram retirados;
- Três advogadas: Fernanda, mulher negra, da instituição Maria Felipa – Advocacia Popular; Egídia, mulher branca, vinculada ao projeto Polos Cidadania da UFMG e Amanda, mulher branca, advogada da Clínica de Direitos Humanos da UFMG;
- Sônia, mulher branca, pediatra, que foi coordenadora da área técnica da saúde materna infantil do município de Belo Horizonte.

Além dessas, foram realizadas outras duas conversas que serviram de apoio para esse estudo:

- Em Buenos Aires, conversamos com Carla Villalta, antropóloga que estudou o plano sistemático do sequestro dos bebês na Argentina;
- De forma remota, conversamos com Alan Iud, advogado das Madres de Plaza de Mayo.

O encontro com Ana, uma das mães entrevistadas, que vive na região da Baixada Santista, se deu através de uma professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), coordenadora de um programa de redução de danos, que me apresentou para Ana.

O encontro com as trabalhadoras de Belo Horizonte, MG, se deu em um seminário que ocorreu em São Paulo, na Clínica de Direitos Humanos, na faculdade de direito da USP, onde participamos da mesma mesa. Registrei o contato delas e, tempos depois, fui para Minas Gerais para entrevistá-las.

Realizamos um levantamento de parte dos documentos que foram construídos na cidade de Belo Horizonte, MG, como recomendações, portarias, notas técnicas e algumas matérias jornalísticas. Utilizamos como um dos pontos de suporte o site organizado pelo grupo Mães órfãs, que depois também ficou conhecido como De quem é esse bebê?²⁷, bem como materiais que foram citados durante as entrevistas como *habeas corpus* e decisões. Esses documentos terão como finalidade subsidiar a identificação de outros determinantes que possam não estar contemplados na análise desses processos de sequestro e dos pontos de atenção da rede de saúde, justiça e outras redes.

Cabe destacar que o site De quem é esse bebê?, organizado pelo coletivo composto por mulheres que tiveram suas filhas e filhos retirados, trabalhadoras da saúde, militantes de direitos humanos, estudantes, entre outras, é um espaço virtual que virou mais uma ferramenta política. O site funciona como um registro de memórias, eventos e documentos oficiais, onde a organização mantém as informações e movimentos atualizados, como, por exemplo, quais são os parlamentares que apoiam o debate, as manifestações da Organização das Nações Unidas (ONU), as audiências públicas que ocorreram etc.

Compôs também o trabalho a realização de diários de campo²⁸ onde registrei uma série de pensamentos e impressões, antes, durante e após os encontros com as mulheres; memórias dos espaços onde trabalhei, em que me deparei com episódios de retirada de bebês; observações sobre os documentos pesquisados²⁹ que marcam posicionamentos distintos em relação à retirada de crianças, tantos os que defendem a convivência familiar e comunitária, como os que têm posição contrária; comentários e observações das entrevistas com trabalhadoras do direito, da saúde e com mulheres que tiveram seus filhos retirados.

²⁷ Disponível em: <https://dequemeestebebe.wordpress.com/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

²⁸ O diário de campo como parte da metodologia nos apoiou no andamento de toda pesquisa como um instrumento de registro de inúmeras informações que não foram ditas nas conversas, mas sentidas e observadas nos diversos itinerários dessa pesquisa, pelas cidades que passamos e estudos realizados.

²⁹ No capítulo em que discutiremos com mais profundidade o caso de Belo Horizonte, será apresentado em uma linha do tempo com alguns documentos que analisaremos futuramente.

Tomamos como central a fala das mulheres parceiras desta pesquisa, sendo que as histórias delas, na forma de narrativas produzidas a partir das transcrições das entrevistas e de anotações do diário, abrem os debates dos capítulos; são as narrativas articuladas com uma análise de implicação que impulsionam a articulação teórica. Essa proposta é uma aposta ético-política e também parte procedimental desta pesquisa, pois afirma o compromisso de contar e publicizar essas histórias, o que foi pactuado e solicitado para a pesquisadora no momento das entrevistas. Os nomes dos profissionais e hospitais estão preservados na íntegra como estratégia de denúncia.

Essa metodologia visa colaborar para uma escuta sensível a dimensões ainda não conhecidas sobre o tema da retirada, sequestro e suspensão da convivência familiar e comunitária de bebês e de suas mães, sob o marco legal da proteção integral. Dimensões que, vale ressaltar, conformam enunciados presentes nas práticas discursivas a serem analisadas.

Ressalto que, durante toda a construção da tese, participei com muitos parceiros da rede e em especial junto de Ana Maria, parceira dessa pesquisa, de audiências públicas, rodas de conversa, seminários, congressos, realizando esse debate. Todos esses encontros³⁰ foram fundamentais para a pesquisa, onde afirmo uma posição ética, que aqui chamo de uma posição de fronteira.

1.3 A fronteira como uma estratégia ético-política

Para falar da experiência de habitar fronteira e do fazer fronteira com as experiências dessas mulheres como um modo de pesquisar, retomo alguns pontos do que vivi com as mulheres, mas para começar, volto para a fronteira onde nasci.

Sou gaúcha, de uma cidade que faz fronteira seca com Uruguai, seca mesmo, as duas cidades se costeiam de ponta a ponta, é possível entrar e sair a hora que quiser, sem nenhuma fiscalização. Lá a gente fala difícil, tem dialeto próprio. Lá é frio de *renguiar cusco*, deixa a boca da gente *paspada*, porque encana um vento minuano, mas que é bom para uma *carpeta*, com *assado* ou *chori*. Nesses dias frios, eu saía que nem *cuete*, usava japona ou campeira, chegava em casa *chairada* e *enchuflava estufa*. Na noite vivia *desubicada*, de *borracheira*, chegava em casa *jodida*.

³⁰ Destaco alguns encontros: audiência pública sobre a retirada compulsória de crianças filhas de mulheres usuárias de drogas, em Santos; o encontro nacional do movimento ‘Despatologiza’, na roda de conversa “Em defesa das maternidades antiproibicionistas”; roda de conversa organizada pela Associação Brasileira de Magistrados, Promotores e Defensores Públicos (ABMP), todos ocorridos em 2021.

Pero no te hagas grandes ilusiones, o fato de ser fronteira com o Uruguai não fez de Santana do Livramento (Brasil) melhor e nem mesmo de Rivera (Uruguai) melhor. As cidades são bastante conservadoras, tem um encontro difícil ali, complexo, cidades atravessadas pela desigualdade, concentração de muita riqueza para poucos e muita pobreza para muitos, presença cotidiana de violência contra mulher, machismo, homofobia, transfobia e muitas outras violências.

Mas posso dizer que ser da fronteira me atravessa profundamente, me fez andar por outros mundos, além de ter esse sotaque carregado, me fez olhar para uma série de coisas a partir desse lugar.

*Porque eu, uma mestiza,
continuamente saio de uma cultura para outra,
porque eu estou em todas as culturas ao mesmo tempo,
alma entre dos mundos, tres, cuatro,
me zumba la cabeza con lo contradictorio.
Estoy norteadada por todas las voces que me hablan
simultáneamente.
(La fronteira, Gloria Anzaldúa)*

Anos atrás, lendo Gloria Anzaldúa, filósofa chicana-tejana-lésbica-feminista, com o livro *Borderlands – La Fronteira – The New Mestiza*, me encontro em relatos de fronteira e depois com uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo, na carta ela finaliza dizendo “desenterrem a voz que está soterrada em vocês”. Talvez algo que se tornou questão de pesquisa mais tarde passe por essas relações conservadas e conservadoras de Livramento e Rivera, nas desigualdades de gênero, na opressão que as crianças vivem e por fim, me aciona as lembranças mais profundas das mulheres que sempre foram apontadas para mim como malditas, más mães.

Anzaldúa aponta que o fato de nascer em uma fronteira, abre a possibilidade de “uma nova consciência *mestiza, una conciencia de mujer*. Uma consciência de fronteiras” (ANZALDÚA, 2019, p. 323). Concorro com a autora, que ao perceber pontos de vista conflitantes, exige uma experiência de tolerância, para de fato poder entrar em outras fronteiras, e que essa submersão passa necessariamente pela necessidade de não manter ideias e conceitos rígidos.

Aqui, seguimos com Margareth Rago, pensando na “escrita de si” como prática de liberdade. A autora trabalha, resgatando histórias de mulheres que sofreram os efeitos da ditadura brasileira, frontalmente. A obra da autora, aponta que a reinvenção de si só ganha espaço pelas lutas feministas, como nesse fragmento “se entendemos que os feminismos abrem outras possibilidades de subjetivação e existência para as mulheres, é necessário que levemos

em conta a linguagem e o discurso, meios pelos quais se organizam a dominação cultural e a resistência” (RAGO, 2013, p. 30).

Com a autora Ana Gebrim, partilhamos do entendimento que a noção da fronteira nos remete ao front “lugar de conflito, mas também de confluência, permeabilidade, barreira, atravessamentos e impedimentos” (GEBRIM, 2020, p. 23).

Assim, retomamos que essas mulheres, que são nossas parceiras nessa pesquisa, se recusam a serem governadas e mesmo com suas histórias marcadas pelo traumático, entenderam que nessa possibilidade, na “escrita de si” pode haver alguma chave de análise, mesmo que futura, como uma linha que está sendo jogada, para que mais tarde os filhos possam buscar, a partir dessa outra narrativa que está sendo lançada, da mesma história. Rago (2013), busca justamente evidenciar isso, ao contar as histórias de várias parceiras de luta.

[...] privilegio narrativas de si que evidenciam a luta contra a normatividade imposta sobre as mulheres, portanto como práticas discursivas efetivamente feministas, isto é, que enfatizam e se comprometem com as lutas contra as formas contemporâneas de controle biopolítico dos corpos e com as buscas de afirmação de novos modos de expressão subjetiva, política e social. Instaladas em novos territórios, apontam para a exposição de vivências que são grafadas, ditas e esclarecidas como atitude crítica aos valores morais e às verdades instituídas, apontando tanto para um trabalho sobre si quanto para a luta em defesa da dignidade, da justiça social e da ética (RAGO, 2013, p. 56).

Retomando que no front com Tatiana Raquel, e com outras mulheres e instituições que vocês conhecerão nos próximos capítulos, penso, que é possível entender que tracei um modo de trabalhar, conectada em algumas experiências fronteiriças, marcas da minha trajetória. Ao longo de meu caminho, transitei por vários povos, sendo que em boa parte deles foi necessário avançar espaços que já estavam demarcados, o que requer sustentações, sendo a mais central, que é sustentar formas de vida, como no caso das mulheres mães que fazem uso de drogas. Essas experiências se inscrevem no desafio de produzir conhecimento nas fronteiras dos conhecimentos, das instituições e avançar para garantir direitos.

A importância de sustentarmos posicionamentos que estejam atentos e implicados, em relação aos discursos hegemônicos, que marcam inúmeros episódios de violência, como aponta a autora Gebrim (2020).

É preciso habitar a fronteira para renovar formas de existir “que apenas se estabelecem quando há travessias multilaterais” (SILVA, 2019, p. 69). Nesse sentido, evidenciar as histórias das parceiras de pesquisa, avança para um passado individual, mas coloca luz em um fenômeno que é coletivo.

Em muitos casos, sabemos que para se mover entre as fronteiras, é preciso recorrer a meios alternativos, como Gebrim (2020) nos fala em seu estudo que se debruça na clínica com migrantes. Dessa forma, podemos aproximar a situação de um imigrante, que é reconhecido como indesejável em muitos países, pelas marcas do racismo, xenofobia, o que resulta ao fato que essas pessoas poderão demorar vários meses, ou mesmo anos, para atravessar uma determinada fronteira, para ser aceito em um determinado território. Aproximo esse debate à realidade das mulheres que possuem um estereótipo marcado, também pelo racismo, xenofobia, pobreza e são julgadas pelos seus modos de vida, e que podemos ver nessa pesquisa, mais especificamente pelo fato de usarem drogas. Temos um modelo que se espera e se deseja de uma mãe, logo, nessa arena montada, composta pelos sabedores e defensores do estereótipo de uma boa mãe, em que estão a postos para impedi-las de avançarem a fronteira, impedindo-as do direito de exercer a maternidade.

No campo da disputa jurídica-social não é diferente. É necessário montar corpo e estratégia de resistência para que as mulheres não sejam capturadas e seus filhos não sejam institucionalizados. Esse front está demarcado nesta pesquisa, através das parceiras, essas mulheres que tiveram seus filhos retirados e as trabalhadoras mineiras do campo da saúde e do direito, que agiram com bravura quando montaram estratégias distintas para garantir os direitos das mulheres mães e de seus bebês.

O ex-coordenador do departamento de saúde mental da Organização Mundial de Saúde-OMS, Bendetto Saraceno (2011), em seu artigo que discute a cidadania como forma de tolerância, aponta que a arbitrariedade de certas fronteiras nos coloca uma urgência e necessidade de nós, profissionais do campo da saúde, alargarmos ainda mais práticas de autonomia e liberdade. Nesse artigo, Saraceno questiona a lógica do modelo biomédico, caracterizada por ser linear, individualista e a-histórico, discute o determinismo claro, decorrente deste modelo que resulta em uma simplificação da experiência do sofrimento e o aprisionamento em uma única identidade, a de doente, incapaz, louca etc.

No campo das mulheres usuárias de drogas, pensamos na aproximação da cidadania como contexto inseparável de qualquer exercício de cuidado, da cidadania como direito em si. Dessa forma, o debate que o autor faz, nos convida a pensar na tolerância não mais como simples aceitação da diversidade, mas como exercício constante de afirmação de direitos. Assim recorreremos à autora Margareth Rago, mais uma vez, que encontra no artifício da “escrita de si” e das outras, que também são suas parceiras, uma forma de evidenciar os horrores cometidos pelo Estado.

Ao contrário da necessidade de purificação pela escrita confessional que desenrola o filme da vida, como nas autobiografias clássicas masculinas, que visam zerar o passado e aliviar a alma, essas narrativas feministas visam romper o isolamento feminino na vivência da dor e, portanto, acentuam a dimensão do testemunho, apontando para a denúncia das violências sofridas pelo terrorismo do Estado, pelo autoritarismo do partido político, pela Igreja ou pelos preconceitos sexuais e sociais (RAGO, 2013, p. 58).

Escutar estas mulheres cujas condições de classe e raça impunham distâncias, foi um exercício permanente de ir abrindo fronteiras e em alguma medida, sustentando a condição de estrangeira, é boa parte do percurso deste trabalho. E também foi no encontro com essas mulheres que nos posicionamos epistemologicamente numa perspectiva feminista.

1.4 Estrutura da tese

Como vimos anteriormente, esta tese inicia com o caso *Tatiana Raquel e nossas fronteiras*, e um relato de algumas das minhas andanças profissionais, em que me deparei com diferentes violências de Estado, como a situação do sequestro de crianças filhas de mulheres usuárias de drogas. Trago alguns dos caminhos e fronteiras em que estive, assim como os percursos metológicos que nos apoiaram na construção dessa pesquisa.

Em seguida, a seção intitulada *Aline: O desmentido e a produção do sequestro* começa com a narrativa sobre a história de Aline, que abre a discussão acerca do processo da produção do desmentido que resulta no sequestro de seu filho, buscando evidenciar os mecanismos de sequestro, fluxos e exceções operados no campo jurídico e da rede de serviços que sustentam esse mecanismo, desde a roda dos expostos à ditadura no Brasil, passando por outros países como Argentina e Espanha. Tal sequestro se faz também pelo dispositivo de produção das maternidades tornadas indignas, que passa a ser um dos pilares que sustenta a prática de sequestro, em que a tutela moral é um mecanismo central.

Na seção seguinte, nomeada *Ana: Um corpo cansado, um corpo exaurido*, inicio contando a história de Ana e na sequência resgatando alguns marcos da história do feminismo que nomeamos Bandeiras, lutas e guerras, fazendo um debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos. A intenção é evidenciar que mulheres como Ana, muitas vezes estão fora dos debates do campo da saúde mental e do feminismo e por esse motivo afirmamos a necessidade de um feminismo antiproibicionista. Apontamos casos onde a violência de Estado se coloca de forma mais cruel, como nos casos em que ocorreram o procedimento da laqueadura compulsória. Esse capítulo também debate a situação das mulheres negras escravizadas no Brasil Colônia e Império. Por fim, debatemos o que chamamos de matriarcado da miséria, que

resgata a história de algumas mulheres brasileiras que viveram e sustentaram suas maternidades, mesmo em situações de extrema miséria, assim como outras tiveram seus filhos retirados em função da pobreza e da loucura.

Na última parte, iniciamos com a narrativa que conta a história das *Mulheres de Belo Horizonte: Mulheres na luta*, que fala das trabalhadoras da saúde e do direito de Belo Horizonte, também parceiras nesta pesquisa. Nossa proposta é falar desse caso emblemático, através dessas mulheres que buscaram alterar a posição das políticas públicas na relação com as mulheres mães e usuárias de drogas. Sobre o caso BH, além das entrevistas, apresentamos uma pequena linha do tempo dos acontecimentos em torno do caso e alguns documentos em que analisamos mais profundamente a atuação da rede, que denominaremos como “rede morta” e “rede viva”.

Ao final, traço algumas considerações finais, na direção de afirmar uma maternidade antiproibicionista.

2 ALINE: A PRODUÇÃO DO SEQUESTRO

*É uma alienação fascista, é uma máfia, é uma injustiça,
e essa verdade precisa prevalecer. A mentira não pode prevalecer.
Essas crianças estão vivendo uma vida de mentira, alienada.
Eu concordo com a adoção justa, mas essa adoção,
no meu caso, com propriedade, realmente é injusta!
(Aline, julho de 2019, entrevista realizada em Belo Horizonte - MG)*

Desde o início desta pesquisa, um dos objetivos era ir para Belo Horizonte, em função desta cidade ser um dos cenários mais emblemáticos do Brasil no que diz respeito à retirada de bebês, filhos de mulheres usuárias de drogas, onde se instituíram dispositivos que favoreciam esta ação, como Recomendações do Ministério Público em 2014. Após vários contatos, viajei para a capital mineira, em julho de 2019, para encontrar mulheres trabalhadoras do campo do direito e da saúde pública que atuaram e se posicionaram publicamente em relação à separação de bebês de suas mães.

Uma delas é Sônia Lansky, médica pediatra, antiga coordenadora da saúde materno infantil da cidade de Belo Horizonte, e uma das pessoas centrais na luta pelos direitos das crianças e de suas mães.

Sônia e eu nos encontramos à noite, em um lugar público e, durante toda a conversa, ela me trouxe elementos do processo que se instituiu na cidade e começou pessoalmente uma articulação para que eu conversasse com mais pessoas que acompanharam as mulheres que tiveram seus bebês retirados, assim como falou de muitas mulheres que viveram o sequestro de seus filhos. Lembrou-se especialmente de uma: Aline.

Quando escrevo e penso nas histórias que escutei pelas terras mineiras, vejo que todas elas estão dentro uma da outra; é um emaranhado de acontecimentos que envolvem muitas pessoas, muitos poderes, muita tristeza, dor, violação. A história de Aline apareceu no relato de todas as pessoas que entrevistei naqueles dias quentes em Belo Horizonte.

Sônia falava de Aline com muita força, e começava lembrando do primeiro encontro delas, que aconteceu em uma audiência pública:

“Uma mulher começa a falar com muita propriedade de tudo e nós ficamos assim, de cara, é a Aline! Chegamos na Aline, ela vai na audiência, com uma pulseirinha do hospital, porque um ano antes ela tava nesse mesmo lugar, em outra audiência feita lá, ela vai e fala: Eu tô com o meu neném ali no hospital e tô presa. E ela diz que tá presa, que o neném tá lá: ‘larguei minha neném lá’. Mas ela não tinha perdido essa neném ainda, a da pulseirinha, que

era a Aghata, ela não perdeu ela, ela perdeu o Zion e outro. Aline usa drogas até hoje, agora acho que ela tá numa fase muito boa, ela é artesã, muito elaborada, uma retórica incrível, escreve muito bem. Ela vai lá e lê a carta, isso em 2015, tem que olhar as datas, mas foi o ano que a confusão tá acontecendo na cidade. Mas é isso mesmo, a Aghata tem 4 anos e o Zion tem 6 ou 7 anos. E ela tava com risco de viver a mesma coisa e ela vai e fala isso, porque ela é bem antenada assim, conhece rede social, ela é pobre, mas não é tão pobre como as outras mulheres que a gente acompanha, ela tem ensino médio e a família não é tão ruim das pernas, ela é pobre, mas não é tão pobre, e tem essa irmã que tem esse escritório de não sei o que, e tem sempre alguém para ajudar.”

Durante nossa conversa, Sonia decidiu ligar para a Aline perguntando se ela toparia conversar comigo, prontamente Aline respondeu que sim, dizia pelo telefone que Sonia era seu anjo e que confiava muito nela. Afirmava querer contar, em todos os lugares, a história do filho retirado.

Sonia me passou o telefone dela indicando que era muito importante que eu encontrasse Aline na hora do almoço e que não ultrapassasse esse tempo, pois ela estava bem nesse trabalho, junto com a irmã; que ela estava em uma fase mais estável. Peguei o telefone da Aline e imediatamente liguei para combinar nosso encontro.

No dia seguinte, fui encontrar a Aline em seu local de trabalho, no centro de Belo Horizonte. Liguei e disse que estava esperando lá embaixo, ela fez questão que eu subisse, queria me apresentar para seus colegas de trabalho: *“Olha, ela vai me entrevistar, vou contar toda a verdade para ela, toda a história do Zion”*.

Sáímos pelo centro. Ela mostrava alguns lugares e eu perguntava sobre outros, assim caminhávamos juntas até o restaurante. Chegando lá, buscamos um lugar mais vazio, em um espaço mais afastado do salão. Nós nos servimos e seguimos nossa conversa. Aos poucos, começaram a chegar mais e mais pessoas. Fiquei tensa por ela estar contando algo tão dolorido naquele lugar movimentado, comecei a achar que o gravador não iria conseguir alcançar a sua voz e aquilo tudo que ela dizia, que era tão estarrecedor e terrível. Quando perguntei para ela, se queria sair de lá, que poderíamos buscar outro lugar, ela respondeu que não se importava de falar ali. Aline parecia querer gritar para todo o mundo, e reafirmou seu sonho de escrever um livro, de ir a um programa de televisão e contar a sua história, para quem sabe um dia reencontrar o filho retirado. Durante toda a nossa conversa, Aline falou do nome que deu ao filho e do nome que a família adotiva deu para ele; ela explicitou que quer deixar registrado de todas as formas possíveis, para que o dia que ele buscasse a sua história, soubesse que nem por um minuto ela desistiu dele.

Aline falava com muita força do que chamo aqui de uma experiência de “desmentido”. Não à toa, em várias passagens de sua fala, ela “afirma veementemente”. Aline contava ter feito todos os procedimentos, pré-natal, entre outros procedimentos de saúde, de cuidado, mas que tudo isso nunca foi considerado. Em sua fala, ia trazendo fragmentos de sua vida, memórias, uma espécie de dossiê com os nomes e dados de todas as pessoas que insistiram em desmentir-la, pessoas que violaram seus direitos e de seus filhos.

“Eu sempre tive vocação para ser mãe, eu fui diminuindo o uso da droga, cheguei na maternidade em bom estado físico, psicológico, e levando os meus exames de pré-natal. A assistente social mentiu no meu relatório, Liliane Braga, é o nome dela. Ela mentiu no relatório, falando que eu não realizei os exames do pré-natal, ela contrariou provas documentais e testemunhais da enfermeira que fez o pré-natal e que testemunhou na época do processo, a enfermeira Vera Lucia.

Então, o primeiro agravante, né? Falaram que eu não fiz o pré-natal, sendo que eu fiz. Deram a entender no processo que eu não sabia quem era o pai do meu filho, sendo que eu morava junto dele, e na época que ele foi chamado coercitivamente, ele depôs que não concordava com a adoção. Então, veementemente, os meus familiares não concordavam com a adoção, então isso foi perguntado, no processo, em audiência. Quando isso foi perguntado para o meu tio Paulo, se ele concordava com a adoção, a resposta foi não. Minha mãe, Regina, a resposta foi não. Apesar que eles não concordavam com o meu relacionamento com o Mateus. Mas com relação à convivência da criança, com o núcleo familiar, a gente não imaginava que ele ia para o abrigo, quando a gente se assustou, ele já tinha sido adotado.”

Ao longo de toda a conversa com Aline, ela afirma seus movimentos e mostra o quanto não eram considerados, como o fato dela ter diminuído o consumo de drogas, trabalhar, buscar um acompanhamento de saúde, ir em todas as visitas aos filhos, quando estavam no serviço de acolhimento institucional. Todas essas informações também estão registradas na entrevista que Aline deu ao jornal O Estadão³¹, de São Paulo, datada em 17 de outubro de 2017. Na ocasião, a matéria revelava que a Vara da Infância e da Juventude precisava explicar, em dois meses, o acolhimento institucional de 120 recém-nascidos sob o argumento de estarem em situação de risco. O Juiz em questão foi alvo de uma reclamação disciplinar apresentada ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

³¹Aqui temos o link da matéria onde a entrevista foi concedida: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,justica-tira-bebes-de-familias-em-situacao-de-risco,70002044603>.

Ela contava muitas cenas em que é desmentida. Afinal, o fato de ser uma mulher que faz uso de drogas a lança em uma cena de conflito: de um lado, trabalhadores da saúde e da justiça, aqueles que têm o lugar e a vida cheia de verdade e dignidade, e, de outro lado, ela, uma mulher, mãe, usuária de drogas. Nesse confronto, se sustenta uma verdade inventada: Aline não poderia ser uma boa mãe.

Volto a dizer que, não à toa, ela afirma, afirma, e, por fim, afirma veementemente as suas histórias:

“Afirmo veementemente que eu nunca deixei de ir às visitas, quando eu não fui, foi no máximo uma vez, quando eu não tinha dinheiro. E com 5 meses que ele tava no abrigo, ligaram para a casa da tia paterna, na casa do Mateus, que é o primeiro pai, falaram que não era para eu ir mais, que ele já tinha sido adotado. E tudo que eu tinha de lembrança é o pezinho dele, que quando eu ia no abrigo, uma vez eu pintei o pezinho e coloquei no papel, tenho essa lembrança, tenho algumas fotos. E é um amor que não diminui, é um amor vocacional, eu sei que nem toda a mãe tem vocação para ser mãe, mas eu afirmo que eu tenho. Porque o meu amor não diminui, meu sentimento de justiça, ao mesmo tempo que tenho esperança, que é algo que me mantém, porque se eu não tenho esperança eu não tenho nada.”

Naquele restaurante barulhento, eu escutava Aline. Seu corpo estava trêmulo e a sua voz era firme. Dizia do processo de retirada do seu filho Zion e depois mais tarde, quando seu filho João foi institucionalizado, em ambos os processos, podemos perceber a ausência de uma escuta e articulação de rede e ausência do devido processo legal.

Ela conseguiu recuperar a guarda de João passados alguns meses, mas fala com muita mágoa desse tempo, em função de que o menino tem um atraso na fala, decorrente do tempo da institucionalização.

Enquanto a escutava, me trazendo as cenas com tantos detalhes, era possível me conectar com sons, gritos, choros, angústia, indignação. Ela lembra que quando saía das visitas aos filhos, nos abrigos, o choro das crianças acompanhava os seus passos. Em todas as dimensões dessa luta, ela aponta e sabe as falhas processuais nos processos judiciais de seus filhos e as falhas da rede de saúde e da assistência social.

Hoje, ela afirma a sua posição militante. Estudou e entendeu muito do que ocorreu com ela e seus filhos. Conta de suas buscas incessantes, além de percorrer todos os espaços possíveis, e de ter uma memória repleta de datas e nomes. Foi ao fórum e conseguiu acessar os dados do processo de seu filho Zion ou Gabriel (nome dado pela família adotiva).

“Eu fui até o juizado da infância, naquela parte onde tem os arquivos, e segui a recomendação do advogado, falando que eu quero tudo que me cabe do processo, e a funcionária, eu não sei o nome, não sei quem é, falou que assistiu uma entrevista minha na Câmara Municipal, e disse que se compadeceu da minha história, e que ela não poderia ter feito isso, mas ela me deu... Eu não entendi na hora, e depois que eu li, eu vi todos os dados dele, da família adotiva, aí eu procurei por essa família, mandei vários e-mails para a mãe, falei para ela que o amor não é egoísta, que eu não queria tirar ele deles, mas que eu queria apenas fazer parte, que eu tava sofrendo a cada dia, que eu queria só ver onde ele está, dar um abraço nele, que um pouco para eles seria muito para mim, que eu não queria tirar eles do convívio, sempre foi na intenção de agregar, de somar, de agradecer quem ama meu filho, que eu amo também, nesse sentimento. Mas ela não me respondeu, e mandou a polícia na minha casa, na época a investigadora da polícia civil, eles foram sem intimação, mas falaram que não era para eu procurar eles mais, que eu estava importunando.”

Aline descobriu o endereço onde o filho morava; ficava em frente ao prédio e imaginava em qual apartamento ele morava. Ficava imaginando como ele era, com o que brincava, do que gostava de fazer. Um dia, começou a chamar o nome do filho na parte de baixo, chamava pelo nome que ela registrou e chamava pelo nome atual. Imaginava que, por ele ser um menino da classe média, ele era muito estudioso e com acesso à internet, e por isso, ela seguiria a postar na internet, todos os dias, a sua busca pelo filho. É assim que ela acredita que, um dia, ele vai acessar a “história oficial” de sua vida.

Depois de tantos e-mails não respondidos pela família adotiva, depois da polícia ter ido na casa de Aline, ela consegue descobrir a escolinha onde o filho estudava, e começa a disparar uma série de postagens no facebook. Após todos esses movimentos, ela recebe a notícia de que a família mudou de estado: foram viver no Mato Grosso do Sul.

Aline e seu filho foram triturados por um sistema judiciário branco, por trabalhadoras de saúde com uma concepção de maternidade que julga o que é uma maternidade digna e indigna.

2.1 O desmentido diante da lei³²

*Me ajuda a escrever a história do meu filho,
ele é um menino esperto, vai saber ir atrás da história dele um dia.
(Aline, julho 2019, entrevista Aline, Belo Horizonte, MG)*

O encontro com a Aline me aciona, me desloca do lugar de pesquisadora para um lugar de testemunha. Ela narra a história como uma denúncia, fala os nomes completos das profissionais das maternidades, dos juízes, da promotora, da mãe adotiva do filho, de todos os lugares por onde passou. Fala de fatos, eventos e atos, sabe de todos os documentos existentes sobre o assunto, sabe tudo sobre o processo judicial do seu filho que foi adotado, lembra com detalhes de todas as vezes em que foi desmentida, cada encontro, cada documento, e sabe que é julgada pelo fato de ser uma mulher, mãe e usuária de drogas.

Durante meu trabalho de campo, pensar nesse lugar de quem testemunha algo foi inevitável, em especial por pedidos como o de Aline, para que eu a ajude com a verdade, para terminar com essa “máfia”.

E aqui, seguimos com a autora Eugénia Vilela, que aponta esse momento, quando a testemunha considera que seus registros devem entrar no espaço público, na intenção de produzir dobras e mudanças no discurso hegemônico:

[...] podendo servir como um modo de formação de um grupo alargado, essa abertura do espaço íntimo a um espaço não privado produz um testemunho, isto é, um tipo de discurso sobre a presença dos traços do passado no presente que concorre com o discurso histórico (VILELA, 2012, p. 153).

A autora pensa que o testemunho pode ser uma chave de enfrentamento “agônico”³³ no jogo entre as diferentes forças institucionais que são produtoras de morte e de vida.

Continuando essa análise, Marcio Selligman Silva nos convoca a pensar no papel do testemunho como uma chave ética para a responsabilidade e para o cuidado, destacando que esse lugar, esse papel de quem testemunha, tem função preciosa pelo acúmulo de violações que estamos vivendo ao longo dos anos. Talvez, seja a partir da escuta que novos pactos de responsabilidade possam ser estabelecidos, já que os existentes estão sendo desrespeitados

³² A expressão ‘Diante da lei’ foi retirada do livro de Franz Kafka ‘O processo’, nessa parábola o autor constrói uma imagem de um homem frente a uma porta que seria a lei, que foi feita somente para ele: “Aqui ninguém mais, senão tu, podia entrar, porque só para ti era feita esta porta. Agora vou-me embora e fecho-a”. Entendemos que essa imagem nos ajuda a pensar na porta que a lei contrui voltada para algumas mulheres.

³³ Eugénia Vilela é professora na Universidade do Porto, Portugal, dessa forma o sentido da palavra ‘agônico’ pelo português de Portugal, significa, algo ligado a respiração, no sentido de uma chave vital.

cotidianamente, como no caso em questão, em que temos o descumprimento do devido processo legal, que deveria se pautar no *Estatuto da Criança e do Adolescente*. O autor comenta em um de seus artigos:

Ao invés de reduzir o testemunho ao paradigma visual, falocêntrico e violento (que tende a uma espetacularização da dor), [...] minha proposta é entender o testemunho na sua complexidade enquanto misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 5).

Articulando o debate testemunhal, com a produção do desmentido, é que percebemos essa prática nos diferentes pontos de atenção da rede de serviços, sendo finalmente cancelada pelo Poder Judiciário.

Seguimos com a autora Ana Gebrim, que relembra a importante conferência de Ferenczi, nomeada *Confusão de línguas entre os adultos e crianças*, apontando que foi nesse momento que Ferenczi denunciou “o quanto o fator real do acontecimento violento foi negligenciado pela psicanálise” (GEBRIM, 2020, p. 111). Aqui, penso e traço um paralelo do quanto a vida das mulheres usuárias de drogas não é entendida como uma experiência possível de ser vivida, passando a ter suas vidas amplamente invadidas e aniquiladas, por entenderem que o uso de drogas é prejudicial a elas, assim como é prejudicial para todas as suas relações e espaços de vida, logo o coro coletivo, dos trabalhadores da saúde, da assistência social e do sistema de justiça completam o entendimento de que essas mulheres não podem exercer a maternidade.

Dessa forma, o conceito de desmentido nos auxilia a nomear o que atravessa a vida da Aline, uma vida marcada pela ausência de um de seus filhos.

Desmentido é, portanto, a noção Ferencziana para dizer do processo de negação da experiência vivida: ou do adulto que diz à criança que nada aconteceu, ou do analista que não reconhece a experiência. O desmentido, assim, não é apenas a negação do acontecimento, mas também a suspensão e dúvida da própria existência daquele que o experienciou (KNOBLOCH, 1998 apud GEBRIM, 2020, p. 111).

A partir desse olhar de Ferenczi, que faz uma relação entre a posição do adulto com a criança, em função de que uma das questões centrais que se coloca aqui é que, na cena do afastamento, sequestro e até definitivamente a destituição do poder familiar, crianças não são escutadas, bem como podemos ver que suas mães também não, como no caso de Aline.

Aline foi desmentida, tudo que ela provou em relação a todos os procedimentos e exigências que faziam para ela, como o fato de ter moradia, condições mínimas de vida, lembrando que a ausência disso, não constitui motivo para o afastamento do convívio familiar. Aline foi desmentida pela lei e frente à lei, assim como seu filho, que não foi escutado durante o processo

de institucionalização, por isso essa experiência do desmentido se aplica largamente a essas duas perspectivas: das mulheres e das crianças.

No que toca às crianças não escutadas, se coloca como uma prática de pretensa proteção, justificando a aplicabilidade do princípio do “melhor interesse” da criança – princípio central do ECA –, mas percebemos que os trabalhadores destas diferentes arenas partem de uma lógica adultocêntrica, julgando saber o que é melhor para as crianças. E esses mesmos trabalhadores, empreendedores morais, são os que constroem argumentos que apontam que determinadas mulheres não podem exercer a maternidade.

São raros os processos nos quais percebemos a presença de uma escuta verdadeira das crianças, não só pelo sistema de justiça, mas também pelos serviços da rede. Chamo de verdadeira porque muitas vezes os processos são mecanizados, sem efetivamente promover escuta.

Há alguns anos, nessa arena de debates sobre o processo de escuta de crianças e adolescentes, se instalou em muitos Estados do Brasil a iniciativa chamada “depoimento sem danos”³⁴. Porém, percebemos que, em muitos lugares, se montava uma estratégia de buscar a *verdadeira verdade* dos fatos, sem efetivamente escutar a experiência do sofrimento daquela ou daquele que estava ali. Percebemos que a tomada de depoimento era feita por profissionais da psicologia ou do serviço social, que eram guiados pelo juiz por meio de um ponto eletrônico, ou seja, as perguntas eram as de interesse do próprio judiciário e não na intenção de promover cuidado e acolhimento para aquele que passou por algum acontecimento que o levou até aquela inquirição.

Em 2009, tivemos a importante publicação do documento *Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção* pelo Conselho Federal de Psicologia. Desta coletânea, destacamos o texto da autora Esther Arantes (2009) que problematiza justamente o processo de escuta de crianças e adolescentes afirmando que ele “requer o reconhecimento da existência de uma tensão, a ser constantemente pensada, e não necessariamente uma contradição, entre pessoa em desenvolvimento e sujeito de direitos, entre, proteção e autonomia” (ARANTES, 2009, p. 82). Como o jurista Eduardo Rezende Melo aponta, ainda estamos longe de radicalizar o entendimento de que crianças e adolescentes são efetivamente sujeitos de direitos.

³⁴ A estratégia do Depoimento Sem Dano consiste na forma de “colher” depoimentos de Crianças e Adolescentes, vítimas ou testemunhas de crimes contra a dignidade sexual, assim como foi expandido para outras situações. Em 2017, foi promulgada a lei 13.431/2017 (Lei do Depoimento Sem Dano ou do Depoimento Especial). Por sabermos que não existe depoimento “sem danos”, muitas foram as instituições de defesa de direitos humanos de crianças e de adolescentes que fomentaram diversos debates sobre essa “técnica”. Em 2009, o Conselho Federal de Psicologia lançou um importante documento, com propostas para a categoria, nomeado de “Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção”.

Embora muito se alardeie quanto ao novo paradigma normativo de se considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, isso não foi suficiente para o avanço na desconstrução do mote tantas vezes inerente à garantia de direitos de crianças e adolescentes: a sua proteção (MELO, 2010, p. 46).

Mas essas não são as únicas questões postas ao exercício dos direitos de crianças e adolescentes, uma vez que situações concretas e históricas, como as que acompanham as histórias de muitas mulheres e crianças, são marcadas pelo racismo, pela pobreza e exclusão social. Todo esse debate em torno da ausência de escuta nos dimensionam para as delicadezas que envolvem as tramas pessoais e familiares em um contexto como o de uso intenso de drogas; nunca negamos isso. O que queremos debater é como excluir definitivamente os processos de criminalização e judicialização da pobreza e dos conflitos familiares operados pelas diversas instituições já citadas.

Para pensar nesses processos que pouco cuidam e mais controlam as diferentes formas de vida, buscamos Maria Cristina Vicentin (2016) que produz um importante debate, apresentando o conceito *descriançável*, que envolve um entendimento para aquelas práticas que não acolhem as crianças. Diz a autora:

[...] identificamos o ‘descriançável’ no panorama das relações contemporâneas quando estas produzem um empobrecimento ou mesmo um sufocamento dos processos de abertura, acolhimento e invenção de territórios com as crianças e adolescentes (VICENTIN, 2016, p. 31).

Como resposta a estas “práticas de sufocamento”, a autora (VICENTIN, 2016, p. 31) nos dá pistas para pensarmos em práticas “criançáveis”, mostrando caminhos para visualizarmos “onde estão os manicômios infantis e juvenis nos dias de hoje”; onde estão “as situações de perigo”; e, por fim, como pensar em “descolonizar a infância”, a partir da afirmação de práticas criançáveis. Abaixo me detenho em duas “situações de perigo” que a autora nos apoia nessa discussão:

- na delimitação de fluxos dos serviços de saúde por critérios exclusivamente diagnósticos e não pelas expressividades e necessidades das situações ou pelo reconhecimento dos vínculos e dos territórios forjados pelos usuários;
- na adoção acrítica às noções de proteção e desenvolvimento e, de forma geral. As colonizações que fazemos da infância (VICENTIN, 2016, p. 34).

Na busca de práticas que sejam efetivamente abertas ao encontro e à escuta, a própria autora abriu espaços quando falamos de crianças e adolescentes insitucionalizados, escutando

aqueles “meninos”³⁵ que ninguém costumava escutar. Quando ela fez a proposta para realizar uma entrevista grupal com esses adolescentes, foi surpreendida por eles com a seguinte provocação que ela relata “para que eu pudesse gravar o que falariam eu deveria transcrever a fita cassete, fazer uma cópia assinada, com registro em cartório, para que eles deixassem com a família” (VICENTIN, 2005, p. 60). Esses meninos, que fazem parte do livro *A vida em Rebelião - jovens em conflito com a lei*, parceiros da pesquisa de Vicentin, sabiamente certos, e já acostumados a serem desmentidos pela polícia e outras instituições, fizeram da experiência da pesquisa um registro da verdade.

Na experiência das crianças institucionalizadas que aparecem aqui, nesta pesquisa, fico imaginando o que farão quando forem adultos, quando conseguirem acessar seus processos. Qual serão as reações, que tipo de “rebelião” se produzirá quando lerem o que escreveram em relação às suas vidas, às vidas de suas mães e quando descobrirem os processos desmentidos? Ou, como disse Fernand Deligny, como cuidar desses estragos produzidos pelo mundo adulto na vida das crianças, “estragos que reencontro nas crianças para as quais a moral ensinada sem precaução é a catedral deserta que elas temem e cujos vitrais quebram por ódio dessa vida coletiva da qual são excluídas [...]” (DELIGNY, 2018, p. 121).

Ao olhar para o sistema de garantia de direitos brasileiro, reconheço que tivemos um avanço significativo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) no que diz respeito ao entendimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. Porém, em uma cena como na do acolhimento institucional que se define como medida de proteção, podemos perceber que, em muitos casos, se aplica uma medida que viola os direitos de crianças e suas famílias justamente porque estas não foram escutadas. Cabe destacar que, quando falamos de crianças, ou melhor, justamente por serem crianças, é fundamental apontar a importância da escuta.

No caso de um dos filhos de Aline, João, que foi institucionalizado já com a fala desenvolvida, um dos efeitos observados foi que a sua fala foi afetada por conta do período de oito meses de institucionalização, ele pedia para ficar com a mãe durante todo o tempo em que permaneceu dentro da instituição. Ele não foi escutado. Seu pedido sequer foi considerado em seu processo. O sistema de garantia de direitos, por vezes, opta por uma série de ritos, intervenções e inquisições, em que pessoas são chamadas, mas, ao que tudo indica, no fim dos processos, verdadeiramente ninguém as escuta.

O que queremos apontar aqui é que na experiência de desmentido que Aline vive não se considera o que mulheres, seus familiares e crianças dizem, porque do outro lado está posto o

³⁵ Aqui vou chamar de meninos, justamente por sabermos que a maioria dos jovens que cumprem medidas socioeducativas de internação são meninos.

discurso do especialista, que sustenta práticas como as que estamos nomeando como sequestro das crianças pelo Estado.

O uso da ideia de sequestro para pensar o que vivem as mulheres usuárias de drogas e seus bebês pretende fazer referência mais especificamente aos modos de condução do processo judicial e da “rede fria” que o procedimento judicial acionará (aspecto que discutiremos mais adiante).

O que Aline e mulheres como ela experimentam está alicerçado em uma sucessão de violação de direitos: são desmentidas, não há apoio do Estado às suas reais demandas e necessidades e isso resulta na condução de um processo de vida que se torna judicial.

Continuando o debate sobre o sistema judicial, pensamos o direito brasileiro, com Kant de Lima, que descreve essa forma “intuitiva” pela qual o sistema judiciário é conduzido e que resulta no “livre convencimento motivado do juiz” (KANT DE LIMA, 2010, p. 31).

[...] o processo não se volta para consensualizar os fatos, para estabelecer quais são os fatos, nem o que ficou provado efetivamente. Pelo contrário, através da lógica do contraditório, que propõe um dissenso infinito e veda qualquer consenso entre as partes, os fatos e as provas são determinados pela autoridade interpretativa do juiz: é ele quem vai escolher dentre os inúmeros indícios contraditórios trazidos ao processo quais o convencem e quais não (KANT DE LIMA, 2010, p. 31).

Para o jurista argentino Ernesto Zaffaroni (2007) foram lançados sistemas penais paralelos que condenam sem o devido processo legal, como podemos ver nos processos ditatoriais – que comentaremos mais à frente. Esses mecanismos seguem ativos, atuando de forma majoritária nos corpos de crianças, jovens, pobres, mulheres usuárias de drogas, pessoas negras e moradores dos bairros periféricos. Segundo o mesmo jurista, para manter patamares repressivos e garantir legitimidade ao poder punitivo, os governos pós-ditatoriais logo inventariam outros inimigos e fabricariam “novas” guerras, realizando e justificando discursos de emergência e risco, valendo-se das mídias oficiais e dos demais componentes dos dispositivos de segurança. É o que assistimos na “guerra às drogas”, que na vida das mulheres e crianças que acompanhamos nessa pesquisa.

Nos processos judiciais, como aponta Kant de Lima, impera a lógica do “contraditório”, porém, na ausência de fatos, a justiça passa a trabalhar com versões e indícios. Por exemplo, se a polícia chegou até a casa de Aline e disse que a casa dela estava desorganizada e as crianças descabeladas, pelo fato de a polícia ter fé pública, isso passa a valer como forte indício, já a fala de Aline não tem essa possibilidade diante da justiça. Ainda mais quando pensamos nessa justiça que silencia as pessoas, reforçando uma hierarquia através de tantos códigos, como aponta Shoshana Felman (2014) ao falar desse sistema que é:

[...] reforçado pelas roupas, pelos códigos discursivos e de conduta, pela presença de autoridades, reproduz uma estrutura de poder socialmente injusta e desigual, e revela que o direito e a lei são colunas fundamentais que sustentam essa mesma estrutura (FELMAN, 2014, p. 8).

No processo penal brasileiro, as alegações do réu que não estão conforme com os autos do inquérito têm que ser provadas, logo, muitas das coisas que são apresentadas não são consideradas, como os documentos, fatos e testemunhas que Aline apresentou e que não foram suficientes, sendo Aline permanentemente desmentida.

Assim, se supõe sempre que o réu mente para defender-se, o que macula de falsas todas as alegações que não coincidem com a apuração sigilosa e prévia, que tem fé pública. Onde esta inquirição preliminar e secreta, feita pelo executivo, não existe, o sentido da confissão é outro e assemelha-se muito mais a um testemunho ou a uma submissão à verdade imposta pelo Estado (KANT DE LIMA, 2010, p. 38).

Para Kant de Lima (2010) ao abordar as diferentes *sensibilidades jurídicas*³⁶, apontando que o exercício dessas sensibilidades não muda só pela sua definição, mas também na forma que operam o poder que exercem na vida das pessoas. Assim, aponta que existem formas diversas de se exercer esses poderes,

[...] o que colabora para tornar o sistema jurídico empírico, opaco aos próprios operadores, que não dispõem de orientações universais que devam prevalecer em todos os casos. As duas ideias de igualdade, uma associada à semelhança, outra à diferença, sustentam, de certa maneira, a possibilidade de um eterno uso da lógica do contraditório, em que a decisão nunca é das partes envolvidas, mas daqueles que tem autoridade, fundada em um saber apropriado particularizadamente, de origem mágica, que é a fonte de seu poder e da legitimidade de suas decisões (KANT DE LIMA, 2010, p. 44).

Ampliando para a articulação “psi” jurídica na produção das sentenças na vida das pessoas, Zaffaroni trabalha com o fato de que existem trabalhadores que assumem uma “etiqueta”³⁷, apontando que talvez possa existir um certo grau de vulnerabilidade naqueles que assumem esse “etiquetamento”, justamente cumprindo esse papel “o exercício do poder punitivo opera como mel para moscas no que concerne a muitas pessoas[...]

³⁶ Roberto Kant de Lima, utiliza o conceito de sensibilidades jurídicas, a partir da construção de Clifford Geertz (2001). Ele aponta que o seu interesse pelas sensibilidades jurídicas ocidentais, foram se atualizando durante o tempo, a partir de seus estudos, que permitiram que ele chegasse a novas conclusões, para além do que está posto nessa categoria, que parte do entendimento de duas tradições e ou sistemas, que são jurídicas e judiciais distintas, a do Brasil e a dos Estados Unidos: o júri.

³⁷ Zaffaroni se refere aqui à teoria do Labelling Approach ou paradigma da reação social, que critica o anterior paradigma etiológico, que analisava o criminoso segundo suas características individuais. O novo paradigma tem por objeto de análise o sistema penal e o fenômeno de controle, quando o desvio e a criminalidade passam a ser considerados uma etiqueta, um rótulo, atribuídos a certos indivíduos por meio de complexos processos de interação social e não mais uma qualidade particular, intrínseca da conduta individual.

2013, p. 180) em especial aquelas com vulnerabilidades concretas, como as mulheres e crianças que foram separadas, pela prática de sequestro.

Buscando entendimentos sobre a prática de sequestro, o dicionário aponta o seguinte significado: apreensão ou depósito judicial de certo bem, sobre o qual pesa um litígio, a fim de que seja entregue quando for solucionada a pendência, a quem for de direito. Também é possível considerar que sequestro é um ato pelo qual, ilicitamente, se priva uma pessoa de sua liberdade, mantendo-a em local de onde não possa sair livremente.

Nos casos que acompanhamos, nem sempre foi possível a “entrega” no fim do processo judicial, justamente por ter se configurado a perda do poder familiar, bem como percebemos que mesmo as crianças afirmando o interesse em ficar com a mãe, isso não era considerado, mantendo-as institucionalizadas.

Quando penso em cenas de sequestro, lembro de uma cena especialmente, por ser um dos casos mais emblemáticos que escutei, durante o campo de pesquisa em Belo Horizonte. Quem me relatou essa situação, foi Sônia Lansky:

“Esse caso é emblemático para mim, porque a gente tava ainda lidando com o apoio da saúde mental, mas não com o envolvimento, como esse caso trouxe. Porque essa moça, ela tava internada no hospital geral que tem uma maternidade, e eles armaram um esquema para sair um pouco do nosso cerco, e também do cerco da promotoria. A saída que eles tiveram foi deixar a mãe internada com o bebê retido, mas a mãe também não aceitava ir embora. Ela tinha umas questões de saúde mental, e a psicóloga e a assistente social, que estavam acompanhando com a gente, mas eram movimentos assim, de oposição. Eles estavam achando caminhos nessa história para ficar bem com a promotora e também com a gente. Acusando a gente, mas né, nesse meio do caminho. Os médicos, eu acho que entenderam mais. Quando eu faço essa reunião com os médicos, e olha, ô gente, isso é uma questão clínica, isso ultrapassa a responsabilidade de uma maternidade, deixar retido alguém que teve alta clínica, como se justifica isso? Ah não, “mas é alta social”. Mas se a gente deu alta clínica, então de alta clínica, é o território que vai resolver as questões de vida das pessoas. Maternidade é um ponto de apoio da saúde no momento do parto. A rede local vai resolver, vai compreender a situação com o tempo necessário, não é um problema da maternidade, né, por isso que eu tenho essa bronca enorme com as maternidades. É uma cilada e se prestou a isso, aí, essa maternidade... não foram os médicos, a responsável pela alta, é sempre a psicologia e a assistente social, liga para o SAMU... armou uma cena, ligou para o SAMU... nossa senhora, essa cena dá até para fazer um filme ...ligou para o SAMU e falou para o SAMU que tinha uma pessoa lá em surto,

ai... eu tô te falando, porque eu tô relatando o que foi feito, falado, em público, porque nós provocamos uma reunião com todo mundo, a comissão perinatal, saúde mental, todo mundo e o SAMU. O médico do SAMU foi lá e leu para a gente, o que eu to te falando agora, você sabe que o SAMU registra tudo. Aí chegou o responsável pelo SAMU e falou assim: ‘— Eu vou ler, a transcrição daquele dia.’ Nesse dia, estava a maternidade com a equipe médica, a psicóloga, a assistente social, e vai falando os nomes. E a psicóloga tava lá, contando o caso assim, e muito elaborada, parecia da nossa turma, toda cheia da retórica, acompanhava os nossos encontros, e ela falava ‘não, eu fiz que foi necessário’. Aí ela falou, falou, defendendo a maternidade, se defendendo. Aí chega o médico do SAMU, que a gente chamou para a reunião. E ele, muito neutro, falou: — Eu vou ler aqui.

A senhora tal, telefona para o SAMU e diz que tem uma paciente internada, em surto, em crise psicótica, em surto. O médico regulador fala, nós podemos encaminhar... mas eles poderiam ter acionado a clínica psiquiátrica do hospital, o hospital era geral. Que é outro problema, ninguém das maternidades, mesmo sendo hospital geral, tinha um suporte adequado, do apoio de saúde mental, para medicar uma mulher, para orientar alguma coisa, para fazer uma abordagem do momento, né? Então assim, ruim de clínica também, na necessidade que a mulher apresentava ou que o bebê apresentava.

A abordagem era: dá alta para a mulher e retira o bebê. Então ela chamou e nós falamos com ela. Você pode, a psiquiatria... — não, não conseguimos, não teve jeito, vai ter que ir para o Raul. O Raul Soares é um manicômio daqui, que é perto, um ex-manicômio da cidade. Aí ela...

É, aí a maternidade era muito perto, aí ela fala: ‘— a gente não conseguiu, a gente já tentou, a gente já tentou, mas não conseguiu’.

Aí o pessoal do SAMU fala: ‘— Você sabe que a gente não faz contenção em pacientes nessa situação? A gente até pode fazer o transporte inter-hospitalar.’ Aí já tinha acionado o manicômio para fazer a transferência e precisava do transporte inter-hospital.

Aí a gravação fala: — Você sabe que o SAMU não faz contenção em surto de paciente psiquiátrico?

— Sei, tudo bem.

— Mas você sabe que se precisar, então tem que acionar a polícia militar?

— Sei.

— Se sabe desse tipo de problema?

Ele abordou tudo, e ela dizia que sabia... e vamos ter que fazer.

Bom, mandaram um camburão, a polícia subiu na maternidade, o filho da mãe que eu sempre esqueço, o militar relaciona com a mãe, para ganhar a confiança dela:

— Eu sou militar, você aceita, me dá seu bebê para eu levar comigo?

E ela perguntou: — mas eu vou junto?

— Vai.

Ela e o marido, ele pega o neném, ela acompanha calmamente o camburão, entra no camburão, é. O marido entra no camburão, vão para o CERSAM leste, que também é perto. Chega no CERSAM leste, tá lá a equipe de dia, ela entra no consultório para fazer a consulta, aí o cara pede, para descer o elevador, já fica com o neném. Lá no CERSAM, ele continua com o neném e vai embora, com o neném.

Aí o marido dela grita na porta do consultório: — Fulana, fulana, tão levando o nosso neném embora. Ela sai correndo junto do marido, batendo no carro: — Meu filho, meu filho!!!!”

Essa história que Sônia relata aparece na fala de outras profissionais de Belo Horizonte, em especial na fala das advogadas. Nesses encontros com profissionais da saúde, mulheres que tiveram seus filhos retirados e escutando as trabalhadoras do direito, fica visível o entendimento das profissionais que, se há sequestro, se alguém que teve a sua liberdade restrita, medidas jurídicas precisam ser tomadas.

Em Belo Horizonte, à medida em que a assessoria jurídica da Clínica de Direitos Humanos da UFMG começou a tomar foi baseada nesse entendimento: de que se há sequestro, há uma violação, há alguém privado de liberdade de forma ilegal, por isso o debate sobre *habeas corpus* começa a aparecer.

Com a frequência das decisões pautadas na vida pregressa das mães, as instituições como a Clínica de Direitos Humanos e Projeto Polos Cidadania, ambos da UFMG, começam a estudar alternativas legais para garantir a defesa e a liberdade das pessoas. Abaixo, um fragmento da fala da Amanda, advogada da Clínica de Direitos Humanos.

“Aí fizemos um habeas corpus, o habeas corpus a gente tava relutando. A gente fez aquela vez, na Defensoria Pública. Nos outros casos estávamos acompanhando, a gente não tinha usado. A gente ficava pensando se o habeas corpus era o modelo, recurso adequado, mas usamos e super deu certo, foi julgado. Aí entramos com uma liminar em habeas corpus, pedindo para primeiro desabrigar a criança e depois ouvir o Ministério Público e o juiz. Aí entramos com uma liminar em habeas corpus no TJ e foi negado, mas foi rapidíssimo. O bom é que habeas corpus julga rápido e por isso a gente pensou que a partir de agora tem que entrar com habeas corpus,

porque se entra com agravo e demora, não tem a decisão. Foi negado no TJ daqui. Entramos no STJ e tivemos uma decisão ótima da Nanci Andrigui, que é uma ministra que tem um posicionamento mais progressista e ela deu uma decisão ótima, concordando com tudo que a gente falou. Aí ela falou assim: olha, essa criança tem que ser desabrigada, vou conceder a ordem, liminarmente, porque tô vendo aqui, que a decisão tá toda baseada na vida passada dessa mulher e a vida passada não significa nada, não significa nenhum ato contrário contra essa criança, e mandou entregar a criança para a mãe. Aí pediu informações da vara, foi ótimo.”

Para Furlani (2019), o *habeas corpus* é um remédio constitucional que tem como finalidade evitar ou fazer cessar uma violência ou coação à liberdade de locomoção que decorre da ilegalidade ou abuso de poder. Com isso, a Constituição Federal, dentre outras garantias individuais, prevê a possibilidade de *habeas corpus*, com o sentido de oferecer meios aos cidadãos para provocar a intervenção das autoridades competentes visando sanar ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder.

Ainda na conversa com Amanda, naquela tarde, acompanhadas de muito café e água, ela lista muitos processos que acompanhou; processos onde as mulheres não eram escutadas, entre outras coisas graves que se percebiam, como essa:

“A gente ficou horrorizado com o processo dela de separação com o primeiro filho. A gente não ficou horrorizado pela atuação dos técnicos, pelo julgamento, pelo moralismo, pela frieza ou por uma exigência alta, de performance dela como mãe, mas a gente ficou chocado com o curso do processo judicial, que não tinha defesa, não tinha citação do pai e da mãe, o processo corria todo sem a possibilidade de contraditório e ampla defesa, não tinha publicação, a gente custou a entender, pensava, gente, o que que é isso. E começou a correr esse prazo. E quando foi publicada essa decisão, não tem publicação dessa decisão, não tem intimação dos genitores, não tem uma busca da família extensa. Processo esquisito. Quem iniciou esse processo? Não tem petição inicial. Que processo é esse? Isso é um processo administrativo? A gente ficou estudando, tentando entender. Se era um processo administrativo, se era um processo judicial. Porque para nós tinha que ser um processo judicial. E a gente ficou assim, como que não tinha uma petição inicial? O que é um processo judicial? Um processo judicial contencioso tem que ter todas as garantias da ampla defesa e do contraditório. Ele começa com uma petição inicial, com uma parte interessada, faz uma petição pedindo, a petição inicial é importante, porque a parte contrária pode entender do que tá sendo pedido e quais são os fundamentos, para ela poder argumentar contrariamente. E aí depois que a petição inicial é apresentada, a parte contrária é

chamada para se manifestar, a parte contrária se manifesta, e o juiz, ouvindo as duas partes, decide. O processo era de uma parte só, e muitas vezes ele nem tinha parte só, era só o juiz, o juiz era a parte, o que era pior ainda, porque o juiz tem que ter uma posição imparcial. E nesse processo e em outros, que a gente foi vendo, o processo é iniciado por uma decisão, um despacho do juiz, ele recebe um relatório da maternidade ou de algum outro serviço de saúde, falando que a mãe é usuária de drogas, falando que a mãe estava em situação de rua ou alguma outra situação de vulnerabilidade e aí o juiz decide, sem ninguém pedir para ele, liminarmente, decide acolher a criança.”

Muitas são as linhas de força que se conjugam na produção deste efeito de sequestro e que reúnem racionalidades e tecnologias de diferentes campos de saber-poder como as lógicas próprias do aparato judiciário, que se conjugam por sua vez com as lógicas psicossociais, num enredamento que comporá o que Donzelot chamou de Complexo Tutelar e que nos ajudará a situar a relação entre a tutela moral e a retirada da guarda, tal como aponta Kant de Lima, quando comenta as lógicas do judiciário brasileiro.

2.2 A construção das maternidades indignas³⁸

*Born with the moon in cancer
Choose her a name she will answer to
Call her Green
And the winters cannot fade her
Call her Green
For the children who've made her
Little Green
Be a gypsy dancer
(Joni Mitchell³⁹ - Little Green- Album Blue, 1971)*

Para ampliar a mirada sobre a construção das *maternidades indignas*, seguimos com Amanda, advogada que entrevistamos, que relata muitos momentos em que os movimentos do judiciário avançavam para retirar bebês pela vida pregressa da mãe e o quanto essas mulheres são trituradas pela lei.

³⁸ Tomamos para o título dessa seção o conceito de vida indigna, trabalhado por Giorgio Agambem, no livro *Estado de Exceção*, na intenção de pensar essa "vida sem valor" e "indigna de ser vivida", ele aplica esse conceito falando das pessoas que devem ser consideradas "incuravelmente perdidas".

³⁹ Joni Mitchell, é uma cantora canadense. Em 1977 lança o álbum *Blue*, na canção *Little Green*, ela fala pela primeira vez, da filha que forçadamente entregou para a adoção, em função de não ter tido apoio algum na época. A gravidez, ocorrida quando ela era solteira, foi vista por sua família como um escândalo e o aborto estava fora de cogitação. Sem condições de criar a criança, ela foi forçada a entregá-la para a adoção.

Uma das formas de construir as maternidades indignas- é uma das dimensões de produção do sequestro- é a da articulação maternidade e uso de drogas como parte da construção de uma maternidade indigna. Trago uma das cenas que relato abaixo, no relato de Amanda, advogada da Clínica de Direitos Humanos, que analisa os argumentos que sustentam a retirada dos bebês, como o debate em relação ao uso de drogas, nos remetendo à ideia de uma punição, ou seja, já que faz uso de drogas, não pode ser mãe:

“[...] porque uso de drogas não é fundamento legal para separar mãe de criança, né? Tá no ECA que tem que ser uma ação, omissão, suscetível de causar dano à criança. Usar droga não é uma ação, omissão, não é nada que a pessoa está fazendo contra a criança. Então uso de drogas, trajetória de rua, [...] não são fundamentos para você tirar a criança da mãe, a mãe não fez nada contra a criança, para você tirar a criança da mãe, ela tem que ter feito algo contra a criança. Se a mãe está numa situação de vulnerabilidade, ela tem que receber apoio, ela não pode ser separada da criança.”

Foucault (2003) em seu livro *A Verdade e as Formas Jurídicas* analisa que, para garantir o controle dos indivíduos, o que ganha valor não é a reação penal ao que as pessoas fizeram, mas sim, o controle de seu comportamento. E aqui o controle punitivo dos indivíduos pode ser ampliado em sua efetivação não somente pela justiça, mas por outros poderes como as instituições psicológicas, psiquiátricas, médicas, pedagógicas etc. Dessa forma, essa rede de instituições que estamos falando tem outra função, que não a de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas “virtualidades”.

Toda a penalidade do século XIX passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer. Assim a grande noção de criminologia e da penalidade em fins do século XIX foi a escandalosa noção, em termos de teoria penal, de periculosidade. A noção significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam (FOUCAULT, 2003, p. 85)

O que Foucault (2003) aponta, é que partimos não de uma reação penal, mas do controle do seu comportamento. Tal como podemos ver na situação em que Aline fala, explicitado por Amanda, apontando que uso de drogas não é motivo para retirar um bebê de uma mãe, mas que ainda assim o judiciário se apoia e fundamenta suas decisões na vida pregressa da mãe ou em possíveis virtualidades, do que ela pode vir a fazer e não efetivamente em função de seus atos.

Outra advogada com quem conversamos em Belo Horizonte, Fernanda, que atua no *Coletivo de Advocacia Popular Maria Felipa*, atendendo diretamente as mulheres presas, em especial aquelas que têm filhos, em um projeto chamado “Solta minha mãe”. Essa entrevista foi muito importante, em função de que por mais que as mulheres que acompanhamos nesta pesquisa não tiveram trajetória de cárcere, as situações se conectam, em função de todo o processo de criminalização da pobreza que gira em torno das mulheres pobres e negras, e que produz uma espécie de recriminalização das mulheres que são mães e fazem uso de drogas. Ou seja, não basta puni-las porque cometeram um crime, precisa punir de outras formas, como o argumento nesta tese, retirando o filho. Pensando na política de drogas proibicionista, que produz seus efeitos no corpo das mulheres, Fernanda lança a seguinte análise:

“[...] o problema da lei de drogas é o seguinte, não é nem que fala que é uma quantidade e é outra, não é isso, o problema da lei de drogas e de todas as leis do Brasil, é que a gente acha que a lei vai solucionar um problema que é de concepção de nação, e a lei não consegue fazer isso. Então quando se pensou a lei de drogas e criou o tipo penal do usuário sem a previsão de prisão, de encarceramento, o que que as forças da segurança pública do Brasil, que existem e foram feitas para prender pobre, preto e favelado, se então agora uso não dá mais cadeia, então eu prendo todo mundo por tráfico, entendeu? E como a gente tem um judiciário, que é todo um sistema de justiça criminal que é concebido na mesma lógica, nós temos um judiciário que vai referendar isso, porque o nosso judiciário de fato acredita que todo jovem, que toda mulher preta, pobre e favelada, é traficante. E se ela é usuária, ela é usuária e traficante, ele é usuário e traficante, porque ele nunca vai ser só usuário, porque só usuário é menino branco aqui da zona sul, sabe? Da classe média e tal, coitadinho desse menino, o dó, tá usando droga. O resto é usuário e traficante. Se amanhã a gente fizer uma lei que 50 gramas para baixo é uso, todo mundo vai ser preso com 55g, porque o nosso sistema de justiça criminal vai garantir que seja sempre 55g, de um jeito ou de outro, então o nosso problema não é legislativo, nós precisamos de uma discussão mais profunda.”

A criminalização das mulheres usuárias de drogas pode ter várias roupagens, e quando falamos em políticas de drogas é importante pensar que esta também é uma política de gênero, como refere a autora Susan Boyd (2019), professora da Universidade de Victoria em Vancouver, Canadá. A autora aponta que a violência do colonialismo, social e econômica, é ainda mais dramática quando nos referimos às “mulheres pobres, grávidas ou mães, principalmente quando não são brancas e são identificadas como problemas sociais” (BOYD, 2019, p. 215).

Por mais que o Canadá não tenha se desenvolvido nas bases da escravidão⁴⁰, como é o caso do Brasil e dos Estados Unidos, a apreensão infantil ou rapto dos filhos das mulheres usuárias de drogas também são práticas que ocorrem no país, como refere a autora. Isso ocorre desde a década de 1950, controlando a vida das mulheres pobres e não brancas que são consideradas pela justiça e pelos serviços de assistência judicial como mães inaptas.

A autora relembra que, nas décadas de 1980 e 1990, foi construída uma narrativa baseada em falsas evidências, sobre as histórias dos “bebês do crack”, em que afirmavam que o uso de crack era prejudicial aos fetos. Isso foi movimentado pelos testes do cabelo⁴¹, realizados pelo Hospital de Toronto. Porém, anos mais tarde, descobriu-se que os testes eram imprecisos, sendo que muitas famílias já haviam sido destruídas em função de falsos resultados. Seguimos com Boyd que aponta que, muitas vezes, as consequências das políticas punitivas em relação ao uso de drogas e da violência, que é estrutural, são confundidas com as consequências do uso individual de drogas. “Os corpos das mulheres e de seus filhos há muito são o terreno para promover leis e políticas punitivas sobre drogas que cruzam com o colonialismo, políticas neoliberais e violência de gênero” (BOYD, 2019, p. 224).

Carl Hart (2020), em seu último livro *Drogas para Adultos*, fala do quanto a construção feita pelos comentários “neuro”, sem fundamentos baseados em evidências, sobre as drogas eram problemáticos e foram eles que ajudaram a construir um ambiente com um objetivo injustificado e irreal de eliminar o uso de drogas por cidadãos marginalizados, mesmo que isso significasse atropelar suas liberdades civis e resultasse na aprovação de leis absurdas. Recorda que, em 1986, o Congresso dos EUA aprovou uma legislação estabelecendo penalidades que eram literalmente cem vezes mais severas para o tráfico de crack do que para as violações do tráfico de cocaína em pó. “Do ponto de vista farmacológico, o crack não é mais prejudicial do que a cocaína em pó, pois se trata da mesma droga, a diferença é que uma é fumada (crack) e a outra aspirada ou injetada por via intravenosa após ser dissolvido em líquido” (HART, 2021, p. 101). O que produz essa lei está no fato deles terem como alvo quem é a pessoa que consome o crack, sendo que nos Estados Unidos o crack foi utilizado majoritariamente por negros e latinos, em função do custo mais baixo e a cocaína em pó é consumida por pessoas brancas.

⁴⁰ O Canadá produziu outras formas de colonialismo como genocídio indígena, sendo atualmente julgado por crimes raciais, pela participação do genocídio racial, contra mulheres indígenas, esse relatório foi produzido pelo próprio governo canadense. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48503182>.

⁴¹ Em 2014 foi iniciada uma ampla revisão dos “testes do cabelo” realizado pelo Motherisk Drug Testing Laboratory (MDTL), localizado no Hospital Pediátrico de Toronto. O estudo analisou as testagens ocorridas na década anterior. Esses resultados foram utilizados nos tribunais canadenses como provas contra as famílias, que acabaram por resultar em perda da guarda temporária ou definitiva de crianças. Mais tarde fica provado, o quanto os testes não eram confiáveis sendo muito imprecisos.

O alarme injustificado sobre as descobertas desse estudo ficou ainda pior quando o assunto se conectou com o debate sobre a exposição pré-natal às drogas no funcionamento cerebral subsequente da prole. A crença popular é que a exposição pré-natal às drogas danifica inevitavelmente o cérebro dos fetos em desenvolvimento. Essa opinião foi profundamente replicada e os pesquisadores que relatam descobertas consistentes com essa visão desfrutaram de mais prestígio de suas pesquisas, “especialmente se os dados de imagens cerebrais forem incluídos” (HART, 2021, p. 101).

O que Carl Hart aponta é que justamente essa política de combate às drogas, é baseada nesses exageros, como os testes de cabelos e proposições de pesquisas baseadas em mapeamentos cerebrais. Na década de 1980, o uso de crack ou os “crackudos”, como ele lembra que seus primos eram chamados, eram responsabilizados por todos os fenômenos ruins que ocorriam na cidade, que iam desde a violência urbana, assim como o desemprego, morte e abandono de crianças. “Ainda mais assustador, dizia-se que para se viciar em drogas bastava apenas uma dose, uma afirmação tão longe da verdade que chega a ser ridícula. Não existe droga que produz dependência depois de consumida uma vez” (HART, 2021, p. 117).

No Brasil, temos outros exemplos históricos, que também se vinculavam ao campo da saúde ou em defesa de uma pretensa saúde, como no caso das mulheres atingidas pela hanseníase que tiveram seus filhos retirados. Um coletivo de pesquisadoras, trabalhou na reconstrução das memórias de mulheres que sofreram a interdição de seus direitos de serem mães pelo Estado brasileiro. Sonia Lansky *et al.* (2019) em sua produção, relata seu encontro com mulheres que tiveram seus filhos retirados, pelo fato de terem hanseníase, sob a justificava que deveria se conter o “mal social que era a ‘lepra’” (LANSKY *et al.*, 2019, p. 243).

O que as legislações da época determinavam, era que imediatamente após o parto, as crianças que fossem filhas de mulheres com hanseníase, deveriam ser encaminhadas para os orfanatos específicos da época.

O que ocorreu ao longo do século XX, quando milhares de pessoas foram levadas aos chamados leprosários e nesse mesmo movimento segregatório, assistimos crianças sendo levadas para outras instituições, que também tinham o mesmo objetivo de segregar. Essa situação se assemelha muito, ao que estamos presenciando nos dias de hoje, quando escutamos o processo de sequestro dos filhos de nossas parceiras de pesquisa.

Os debates sobre como os saberes biomédicos, da justiça, dos especialistas, operam um jogo de forças e de verdades que conduzem procedimentos e governam corpos de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade social em função do uso intenso de drogas, pobreza e estigmatização. É possível perceber isso nos diversos itinerários institucionais de

disciplinarização e controle ancorados na suposta proteção da criança. Em nome dessa pretensa proteção, se desmente e não se escuta, violando, desse modo, os direitos das mulheres e das crianças que já são comumente julgadas pelos seus modos de vida. Estas passam a receber uma nova “sentença”: não podem ser mães e seus filhos não podem ser filhos delas. Por isso pensamos em uma imagem de um duplo sequestro, no impedimento dessas histórias serem vividas.

2.3 A consolidação de uma noção hegemônica de maternidade e as práticas de exceção

A construção do que é ser mãe, de como esta deve se comportar na relação com a criança, de como viver, amamentar, amar e tudo mais que se presume que exista em uma relação “inata” entre mãe e filho é fruto de algo que foi construído com o surgimento do patriarcado e tudo aquilo que as mulheres passaram a viver como condição legítima de convivência, como a dominação e o abuso por parte do homem – e o Estado – como patriarca. Para Gerda Verden- Zoller e Humberto Maturana (2004), essa forma de estar no mundo passou a ser a principal fonte de servidão e escravidão em nossa cultura, é uma consequência da expansão do espaço psíquico do patriarcado, por meio da apropriação das mulheres patriarcais e não-patriarcais na guerra.

Isto é, um modo de ação que, sob o argumento da proteção, realiza uma intervenção estatal corretiva, aos modos do que Jacques Donzelot (1986) chamou de “complexo tutelar” para caracterizar a gestão da infância e da família na modernidade: realizada por meio da vigilância, do recuo do espaço público para o interior do lar e dos processos de normalização.

Foi a partir do século XVIII, na Europa, que a arte do governo alcançou um desenvolvimento expressivo com a emergência da população como objeto privilegiado de governo, para zelar por seu bem-estar e em defesa da vida. Serão os corpos dos indivíduos os novos alvos do poder que se exercerá em duas direções complementares: a do corpo máquina – disciplinas – e a do corpo espécie – biopoder –, por meio de ações de regulação da população, principalmente quanto à gestão dos perigos e promoção da saúde dos seres vivos de uma população (FOUCAULT, 2006). As crianças passam a ser alvo privilegiado dessas operações: tornam-se objeto de operações políticas, de intervenções econômicas, de campanhas de escolarização, de preocupação médico-moral, enfim de uma intervenção calculada enquanto objeto de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, que deve ser interrogado, investigado, mensurado, classificado e normalizado para garantir sua transformação em cidadãos úteis e ajustados à ordem social e econômica vigente (DONZELOT, 1986).

Tal governo através das famílias, configurou pelo menos dois tipos de infância e de maternidade. Enquanto nas famílias pobres as dificuldades eram tratadas como desvio social a

ser isolado para não ameaçar a ordem, configurando uma liberdade vigiada dos seus filhos, nas famílias burguesas, por outro lado, o saber médico garantia a sobrevivência física e psicológica das crianças, dando à mãe a função de cumprir as ordens do especialista. Além disto, também o corpo feminino foi objeto importante das estratégias de poder disciplinares e reguladoras no âmbito da biopolítica. Conforme sustenta Foucault em *História da Sexualidade*, com a proposição do dispositivo da sexualidade, o corpo feminino foi integrado ao campo das práticas médicas e sociais, por meio da regulação da fecundidade, além da responsabilização biológico-moral com a vida das crianças.

Assim, para Nascimento e Scheinvar (2005), a proteção é uma referência a uma formação política pautada em modelos hegemônicos, a uma sociedade cientificamente planejada, em que cada movimento, cada comportamento é enquadrado em padrões tecnicamente regulados.

Esta operação de vigilância, com base num pressuposto moral, é o caso das mães que tiveram seus filhos afastados, sequestrados, institucionalizados e adotados. Muitas delas, por uma cena de vulnerabilidade e miserabilidade têm dificuldades de realizarem as visitas às instituições, por questões financeiras, de transporte, entre outras questões que escutamos nesse trajeto de pesquisa. Em função desses aspectos, muitas delas são enquadradas como “negligentes”. Isto, sob certas concepções, é um traço de desafeto e irresponsabilidade, chegando-se ao cúmulo de puni-las, limitando as visitas aos filhos acolhidos.

Na leitura dos processos judiciais realizada no estudo do mestrado (SOUZA, 2017), assim como nos encontros com as mulheres que conversamos nesse trajeto de pesquisa, os ditos comportamentos levianos, imorais, irresponsáveis das genitoras, retratadas e apresentadas, nos processos, como tendo uma característica comum, o dito desafeto pelos filhos, são ressaltados como se fizessem parte ou constituíssem uma essência dessas mulheres vistas como mães desnaturadas. São eles: hábito de dar seus filhos, hábito de se envolver em relações amorosas passageiras e instáveis, falta de preocupação com os filhos, dentre outros.

No artigo *Ser mulher, mãe e pobre* a autora Claudia Fonseca (1997) relata processos judiciais, onde os maridos iam se queixar das “más condutas” das mulheres, pedindo a guarda dos filhos, para que as crianças pudessem seguir servindo aos homens de alguma forma. A autora analisa os processos de algumas cidades do Rio Grande do Sul, inclusive na fronteira de onde parti. Nas tendências das análises tradicionais e conservadoras, dividiam as mulheres “em santas ou demônios, pacatas donas de casa ou prostitutas” (FONSECA, 1997, p. 513), ou seja, aquelas que podiam ser mães e outras que não podiam exercer essa função.

A autora Elizabeth Badinter (1985), aponta que o amor materno é apenas um sentimento humano como qualquer outro e, como tal, incerto, frágil e imperfeito.

Pode existir ou não, pode aparecer e desaparecer, mostrar-se forte ou frágil, preferir um filho ou ser de todos. Contrariando a crença generalizada em nossos dias, ele não está profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, verifica-se que o interesse e a dedicação à criança não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais. As diferentes maneiras de expressar o amor vão do mais ao menos, passando pelo nada, ou quase nada (BADINTER, 1985, p. 9).

Elizabeth Badinter (1985) irá problematizar que, aos defensores do amor materno, evidentemente aqueles que postulam a existência de uma natureza humana que somente se modifica na superfície, entendendo que uma mulher foi feita para ser mãe e se houver uma exceção à essa norma, merece ser analisada em termos patológicos.

Sabemos que a noção de afeto, nas formas de organização familiar, vem sendo descrita nos processos de “adoção pronta”, expressão usada em um estudo realizado por Lygia Ayres, sobre histórias de vida e mulheres, mães, pobres. Essa expressão refere-se ao fato de que os pedidos de adoção que chegam ao judiciário, já se encontram concretamente direcionados para um casal “com afeto” e “competência”, que segue em consonância com o modelo de família nuclear, burguesa, diferente do que os operadores do direito entendem que a própria genitora possua (AYRES, 2009, p. 65).

Do mesmo modo, é necessário pensar que neste regime de produção/gestão dos afetos, algumas mulheres entendem e tomam como verdade o que foi socialmente construído, sobre suas incapacidades. Bader Sawaia (2007) aponta, em relação à discussão sobre famílias e afetividade:

O medo do castigo, a esperança de recompensa e de usufruir migalhas do poder, a humilhação do revanchismo, o ódio são as paixões tristes que servem ao Estado e às religiões. É por meio delas que o indivíduo se submete aos desejos e às vontades alheias, inibindo a sua própria capacidade de agir e pensar livremente (SAWAIA, 2007, p. 47).

E de outro modo, podemos pensar como o racismo e o sexismo consolidam “neuroses psicossociais”, conforme as construções feitas por Lélia Gonzales (2020), que trabalharemos mais profundamente no capítulo seguinte, em especial analisando esse efeito na vida das mulheres negras e pobres. A construção de Lélia e outras autoras nos apoia a pensar que a produção do sofrimento e o uso intenso de drogas são derivados dos mecanismos de controle social e moral de corpos.

Nossa hipótese, com base numa leitura desde os aportes da biopolítica⁴², tal como formulada por Foucault e desdobrada por Giorgio Agamben (2004), na formulação da noção de vida nua⁴³ como produção de práticas de exceção na contemporaneidade, é que a vida dessas mulheres, passa a ser capturada e entendida como vida indigna de ser vivida⁴⁴, ou como maternidade indigna, essa noção se dá pelo fato dessas não merecerem cuidado, porque não se comportam adequadamente, isso se concretiza quando a possibilidade de viverem junto aos seus filhos é interrompida.

Outro ponto para pensarmos, é na maternidade como “escolha”, pois numa sociedade que a mulher não pode interromper a gravidez de forma voluntária com o risco de ser criminalizada, ainda quando ela quer ser mãe e deseja ficar com o filho, ela também não tem o direito de escolha e compulsoriamente passa a ser destituída de seus filhos, reforçando o processo de desautonomização dos corpos dessas mulheres, uma dupla negação da escolha, em ser ou não ser mãe.

Nesse sentido, por mais que a noção hegemônica de afeto e de maternidade insista em homogeneizar e invadir o tecido mais íntimo das relações e dos corpos, os regimes de afetação não são homogêneos e expressam movimentos, opções e forças que disputam espaços de poder. Tais movimentos se expressam tanto nas tentativas e buscas das próprias mulheres, quanto à sustentação de sua maternidade, quanto nas tensões e dissensos entre diferentes atores, por exemplo, entre atores do cuidado – como consultório na rua⁴⁵, que em muitos casos são grandes parceiros – e atores do sistema de justiça, como Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública. Essa perspectiva traz um passo a mais na discussão sobre biopolítica e sua caracterização como poder sobre a vida, abrindo a indagação quanto à biopolítica como biopotência, para além do controle dos corpos e dos afetos, dos estilos de vida e de todas as outras formas que vem domesticar a vida.

⁴² Biopolítica para Foucault (1994) vem a ser a maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de indivíduos enquanto população, quando se dá o engendramento de mecanismos de gestão de saúde, de higiene, de alimentação, de sexualidade, de natalidade etc.

⁴³ Vida Nua, aqui entendida como as vidas indignas de serem vividas e que perderam suas qualidades de bem jurídico, uma redução do ser humano de plenos direitos ao ser humano sem direitos (AGAMBEN, 2004).

⁴⁴ Fazemos alusão aqui à expressão "vida indigna de ser vivida" que era um modo de designar os segmentos da população que, de acordo com o regime nazista, não tinha direito de viver: incluía pessoas com problemas médicos graves e as consideradas inferiores de um ponto de vista da raça.

⁴⁵ Consultório na Rua são equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integradas de saúde frente às necessidades dessa população. Elas devem realizar suas atividades de forma itinerante e, quando necessário, desenvolver ações em parceria com as equipes das Unidades Básicas de Saúde do território. Existem três modalidades Modalidade I: equipe formada minimamente por 4 (quatro) profissionais; Modalidade II – equipe formada minimamente por 6 (seis) profissionais; Modalidade III – equipe da Modalidade II acrescida de um profissional médico.

2.4 O dispositivo do sequestro: da roda dos expostos ao sequestro de bebês na ditadura

*Todo esse terremoto nos deixou mancos, incompletos,
parcialmente vazios, insones. Nunca mais seremos o que éramos antes.
Melhores ou piores, cada um saberá.
Por dentro, e às vezes por fora, uma tormenta passou sobre nós, um vendaval,
e essa calma de agora tem árvores caídas, telhados desmoronados,
terraços sem antenas, escombros, muitos escombros.
Temos que reconstruir, é claro: plantar árvores,
mas talvez não haja nos hortos as mesmas mudas, as mesmas sementes.
Erguer novas casas, fantástico, mas será melhor
que o arquiteto se limite a reproduzir fielmente o projeto anterior
ou será infinitamente melhor que repense o problema e desenhe um novo projeto,
que contemple as nossas necessidades atuais?
Remover os escombros, dentro do possível,
pois também haverá escombros que ninguém poderá remover
do coração e da memória.
(Mario Benedetti)*

Nesse tópico, pretendemos examinar algumas das dimensões da história brasileira que conectam a situação presente dessas mulheres à de outras que passaram pelo acontecimento de sequestros ou impedimentos da maternidade: passando da roda dos expostos ao sequestro de bebês nas ditaduras. Analisaremos também fatos que ocorreram na Argentina e na Espanha, países que nos interessam em função de que o acontecimento do sequestro dos bebês foi emblemático, tendo repercussões até os dias de hoje.

No Brasil, essas práticas ocorreram sob diferentes racionalidades e tecnologias, aproximando-se pelo efeito comum do impedimento da maternidade, como nos casos da roda dos expostos, do menorismo, da medicalização do corpo da mulher e do sequestro de bebês durante a ditadura militar, no período de 1964 a 1985.

Em relação à ditadura Argentina, traremos acontecimentos datados do período de 1978 a 1983, evidenciando o plano sistemático⁴⁶ de sequestro de crianças elaborado pelas forças armadas daquele país. Na Espanha, chamaremos a atenção para a aliança entre os militares e psiquiatras que articularam o afastamento de crianças filhas de militantes políticos no período de 1939 a 1976, durante o franquismo. Nesses períodos, foram realizadas diferentes ações de sequestro de bebês, entre outras violências como estupro e assassinatos de mulheres, que seguem se atualizando nos dias de hoje, fazendo sombra às práticas atuais. Por isso a necessidade de lançar luz na história que nos antecede.

⁴⁶ No caso da Argentina, o chamado *Plan sistemático de secuestro de niños*, foi amplamente debatido na tese de doutoramento da autora Carla Villalta (2012). Para esse tópico, entendemos que ambos os cenários da Argentina e da Espanha, apresentavam um plano, com diferentes estruturas.

2.4.1 Da Roda dos expostos ao Menorismo

A roda dos expostos, mecanismo utilizado no Brasil, que sobreviveu aos três grandes regimes políticos da nossa história, foi criada no período colonial, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguindo manter-se durante a República, tendo sido extinta definitivamente na década de 1950. Freitas (2009) aponta que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, da mesma forma foi o último país a terminar com o sistema da roda dos expostos, que, por mais de um século, foi o único dispositivo que se considerava de assistência a crianças que tinham sido “abandonadas” em todo o país.

A roda dos expostos consistia em um mecanismo utilizado para “deixar” as crianças recém-nascidas filhas das famílias pobres, passando a ficar sob os cuidados das instituições de caridade. A roda tinha um formato de tambor, embutido em uma parede e foi construída de tal forma para que aquele, quase sempre aquela, que deixasse a criança não fosse visto por aquela (geralmente freira ou enfermeira) que a recebia. Esse modelo da roda ganhou inúmeros adeptos por toda a Europa, principalmente pelos católicos, a partir do século XVI.

Esse sistema foi criado na Europa, mais especificamente em Portugal, que introduziu sua primeira roda dos expostos em Lisboa, nos muros do Hospital de Todos os Santos. Assim, quando se iniciou o processo de colonização do Brasil⁴⁷, Portugal já conhecia o modelo e havia estruturado a roda dos expostos em seu país⁴⁸ (FREITAS, 2009). Um dos princípios da existência da roda dos expostos era a salvação da alma dos recém-nascidos por meio do batismo.

Jacques Donzelot discorre sobre o sistema da Roda dos Expostos abordando seu objetivo e a relação entre Estado e família. Assim coloca o autor:

[...] esse é o objetivo: romper, sem alarde e sem escândalo, o vínculo de origem desses produtos de alianças não desejáveis, depurar as relações sociais das progenituras não conformes à lei familiar, às suas ambições, à sua reputação (DONZELOT, 1980, p. 30).

O sigilo das Rodas operava produzindo a lógica da orfandade, porque interrompia o vínculo de origem dos bebês ali depositados e porque, dessa forma, produzia vidas desprovidas de informações sobre sua história. Na mecânica da Roda, era possível girá-la e com esse

⁴⁷ Durante o período colonial, no Brasil, foram implantadas três rodas dos expostos em algumas cidades importantes do país: a primeira em Salvador e, logo a seguir, no Rio de Janeiro e Recife, todas essas no século XVIII. Na cidade de São Paulo, em 1825, foi implementada a primeira roda dos expostos no Hospital de Caridade.

⁴⁸ Em relação ao financiamento desses dispositivos, as Câmaras Municipais sempre relutaram em assistir às crianças expostas, considerando esse um encargo acima de suas possibilidades. Com a Lei dos municípios, de 1828, a Assembleia Legislativa Provincial é que deveria arcar com as despesas dos expostos junto às Casas de Misericórdia.

movimento soava um sino, que avisava aos funcionários a deposição de mais um bebê, “A identidade daquele que abandonava a criança permaneceria desconhecida para sempre, e o futuro da criança para sempre desconhecido daquele que a abandonara” (PALOMBINI; CECCIM, 2009, p. 304).

Para Marcilio (1998), a característica brasileira dos abandonos tem um outro registro, sendo importante ressaltar que a existência da escravidão no Brasil produziu um outro uso da ‘Roda’ pelas mães escravizadas, que viam nela uma oportunidade de livrar seus filhos da escravidão. Mas muitas dessas mulheres que deixaram os filhos nas rodas assumiram outros papéis, como os de mães pretas, amas de leite, mulheres “que doavam seu afeto e cuidado às crianças das famílias brancas” (SEGATO, 2021, p. 217).

Ainda no Brasil Colônia, ‘família’ passou a ser sinônimo de organização familiar latifundiária e todas as outras formas de ser família foram aniquiladas “a família escravizada foi destruída pela violência física e a dos homens livres e pobres, pela corrupção, pelo favor e pelo clientelismo” (COSTA, 2004, p. 37).

O debate proposto por Jurandir Costa, no livro *Ordem médica e norma familiar*, vai apontar justamente a forma de produzir tutela e controle do Estado por meio da construção de líderes, dentre eles os médicos, apontando que a ordem médica produziu uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à “disposição da cidade, do Estado e da pátria” (COSTA, 2014, p. 48).

Os registros da colônia são escassos em relação à temática da infância, sendo pouco mencionada nas correspondências entre metrópole e colônia. Já na prática, sabe-se da história de inúmeros meninos e meninas afastados do convívio familiar, que foram levados pelos colonizadores portugueses, que tinham como objetivo educar e catequizar as crianças indígenas (DEL PRIORE, 2004).

Para além de construir discursos sobre a incompetência das mulheres pobres, também foram produzidos discursos, verdades e a construção de certas noções sobre a inferioridade do corpo da mulher (DEL PRIORE, 1997). Ou seja, além de construir conceitos que desqualificavam o corpo das mulheres, a medicina passou também a persegui-las.

Retomando a autora Rita Segato (2021), quando discorre sobre as maternidades brasileiras, aponta que o movimento higienista, buscou encontrar as possíveis causas para as enfermidades no Brasil, culpando as mulheres negras por terem sido elas as transmissoras das enfermidades, por amamentarem as crianças brancas.

Nos estudos de Mary Del Priore (1997) sobre outros fenômenos que ocorreram durante o período colonial, é possível visualizar que o conhecimento médico falava a respeito da

reprodução e sobre o funcionamento da *madre* (útero), entendido como um órgão cuja finalidade era receber o sêmen.

A medicina traduzia então as suas poucas descobertas sobre a natureza feminina em juízos fortemente misóginos e desconfiados em relação às funções do corpo da mulher. Na tentativa de isolar os fins aos quais a natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos etc. [...]. Pensava-se que, ao contrariar sua função reprodutiva, a madre lançava a mulher numa cadeia de enfermidades, que iam da melancolia à loucura (DEL PRIORE, 1997, p. 83).

Construções como estas fortaleciam a medicalização da mulher, bem como sua demonização. Isso foi muito difundido por médicos lusitanos, a partir do entendimento sobre a menstruação como algo venenoso, transformando a mulher em "monstro ou numa eterna enferma, vítima da melancolia, seu corpo se abria para males maiores, como a histeria, o furor da *madre*" (DEL PRIORE, 1997, p. 83).

O que podemos perceber é que, durante esse período, essas mulheres foram medicalizadas, demonizadas e obrigadas a entregarem seus filhos. Como aponta Venâncio (1997), não é exagero afirmar que a história do abandono forçado de crianças é a história da dor feminina, principalmente da dor compartilhada por mulheres que enfrentavam obstáculos. Até os dias de hoje, seguimos acompanhando histórias repletas de sucessões de violações que resultam na permanência dessas práticas.

O cenário da Roda passou a ser criticado, pois considerava-se que as crianças expostas viviam em lugares inadequados, pequenos e insalubres, mas principalmente, entendiam que era necessário encaminhá-las para que fossem educadas e úteis para trabalharem em famílias (ARANTES, 2020). Assim, conforme as crianças cresciam, encaminhavam-se os meninos para o trabalho e as meninas para o casamento, ocasião na qual receberiam um dote para iniciarem uma vida de boas esposas e mães cristãs (ARANTES, 2010).

Posteriormente, ocorreu então a criação de outros mecanismos legais entendidos como mais sofisticados que visavam superar a Roda dos Expostos. Foi somente com a criação do Código de Menores Mello Mattos, promulgado em 12 de outubro de 1927, que ocorreu sua extinção oficial.

O Código de Menores Mello Mattos (CMM), apoiou-se na doutrina da situação irregular, que afirmava ser dever do Estado assistir os “menores abandonados” ou aqueles filhos de famílias que foram consideradas “inaptas” ao cuidado de seus filhos, categoria essa aplicada para as famílias pobres, negras e excluídas dos direitos de cidadania. Esse instrumento legal era

destinado à regularização da pobreza e tinha como finalidade garantir o chamado saneamento social (COIMBRA; AYRES; NASCIMENTO, 2009).

O Estado, na figura do juiz de menores, passou a ter legalmente o direito de intervir na vida da população infantojuvenil e de suas famílias, realizando processos de busca e investigação das situações entendidas como irregulares. Além da posição dos juizes, o discurso higienista projetava nos médicos a figura que seria a principal avalizadora na aplicabilidade da lei que conduziria as crianças para a institucionalização (COSTA, 2004). Lembrando que, no CMM, havia claras atribuições aos psiquiatras, como, por exemplo, “investigar os antecedentes hereditários e pessoal destes” (BRASIL, 1927).

Assim, com o movimento da extinção da Roda dos Expostos, amplia-se a aliança entre médicos e juristas na perspectiva de educar as famílias. Como aponta Flavia Blikstein, “Vemos que, sob a ótica dos médicos higienistas, era necessário extinguir a Roda dos Expostos e educar as mães para garantir não apenas a sobrevivência das crianças, mas também sua boa formação” (BLIKSTEIN, 2021, p. 54). No caso, fica evidente que não era a situação insalubre das instituições que movimentaram o fechamento destas, mas sim a necessidade de tornar as crianças úteis para o trabalho e o casamento.

O jurista Nilo Batista, no prefácio do livro *Pivetes*, afirma o quanto é necessário compreender nossos sistemas penais, essa aliança entre médicos e juizes, em que é possível “perceber uma espécie de interiorização das intervenções sanitários-punitivas” (BATISTA, 2009, p. 10).

Tanto os profissionais da psicologia como os do direito podem participar da experiência judiciária de reprodução de hegemonias, como, por exemplo, “naturalizando a família burguesa de raiz ibérica e tomando como desestruturada toda a organização familiar distinta, como as matrilocais de raiz africana, que enfrentam condições adversas” (BATISTA, 2009, p. 15).

Em uma outra análise dos encontros da psicologia e do direito, Vicentin e Oliveira (2012, p. 11), apontam que existe uma linha dos “funcionários da verdade”, apontando justamente aqueles que trabalham com uma lógica a serviço da justiça e não efetivamente das pessoas que deveriam promover cuidado.

Nessa perspectiva de criminalização das famílias, o CMM vigorou até 1979, quando houve a aprovação de um novo Código de Menores que modificou alguns aspectos do anterior, mas manteve a mesma base jurídica, preservando a prática da institucionalização da infância voltada para crianças em “perigo moral, por encontrarem-se em ambientes contrários aos bons costumes” (BRASIL, 1979).

O que podemos depreender é que mecanismos como a Roda dos Expostos e os códigos menoristas são marcados pelo viés da penalização, ao mesmo tempo em que assumem um

discurso de proteção e de defesa da vida das crianças. A história brasileira foi consolidando uma forma de exercer a tutela pelo Estado, através da institucionalização da infância pobre, que foi entendida, nos códigos menoristas, como a infância perigosa.

A fim de exercer o controle, apresentava-se uma ideia da família como a centralidade da sociedade, de modo que os especialistas adentram nas casas com o intuito de interferir na conduta das classes mais pobres, apresentando o modelo a ser seguido. As intervenções na vida das famílias ocorreram através da medicina doméstica, da educação das crianças e através de campanhas de moralização e higiene da coletividade (COSTA, 2004, p. 51). Será justamente a ideia de centralidade da família que sustentará a ação do Estado sobre o corpo das mulheres e crianças durante as ditaduras.

2.4.2 Sequestro de crianças na ditadura brasileira

Entre os anos de 1954 e 1989, os países da América Latina, em especial a região que nomeamos como Cone Sul, foram dominados por ditaduras militares. A marca da violência desses governos atravessou a vida de homens, mulheres, crianças e adolescentes, sendo que muitas delas foram vitimadas por sequestros, prisões, torturas e desaparecimentos. As violências sofridas por mulheres foram inúmeras e estenderam-se aos seus filhos.

Eduardo Reina (2019), em seu livro *Cativeiro Sem Fim*, relata histórias dos bebês e crianças sequestradas no período da ditadura militar no Brasil. História esta que não nos é tão próxima, diferentemente dos países vizinhos como Argentina, Chile e Uruguai. As histórias desses países são conhecidas justamente por um processo contínuo de investigação e elucidação dos fatos desde o período da redemocratização nesses países.

O autor nos mostra que, apesar de ser sabido que no Brasil vivemos uma das ditaduras mais violentas do continente, temos apenas um registro oficial de criança desaparecida durante o período da ditadura militar. Quando Reina (2019) iniciou a sua pesquisa, as respostas por ele recebidas sinalizaram que a prática de sequestro de bebês e crianças na ditadura brasileira não ocorreu. Porém, em sua investigação, o jornalista encontrou 19 casos de crianças sequestradas, daí o título de sua pesquisa: *cativeiro sem fim*, por se tratar do “desaparecimento e o desaparecimento do desaparecimento” (REINA, 2019, p. 22), colocando as vítimas nesse lugar de um eterno cativeiro⁴⁹.

⁴⁹ Desses 19 casos, 11 estão relacionados à guerrilha do Araguaia, no Pará; 5 no Mato Grosso do Sul; 1 no Rio de Janeiro; 1 no Paraná e 1 em Pernambuco (Reina, 2019, p.18).

Nesse sentido, seguimos com Fabio Luis Franco (2021) que se debruça nos processos da ditadura brasileira (1964-1985) analisando os processos de desaparecimento e mortes nesse período. Um dos fatos que o autor apura, é que, segundo a assembleia legislativa do Estado de São Paulo, além de ossadas de desaparecidos políticos também foram encontradas crianças na vala de perus⁵⁰, a justificativa, é que foram vitimadas por uma “epidemia de meningite”, ocultadas para que não expussem ainda mais o governo.

Dessa forma, Franco (2021) insiste em apontar que “o desaparecimento não opera somente como uma técnica suplementar a essas outras, e sim como uma racionalidade capaz de orientar a conduta das mais diversas áreas compreendidas pela governança contrarrevolucionária” (FRANCO, 2021, p. 52). Aliando a pesquisa de Franco e Reina, fica evidente uma forma de produção de desaparecimento como estratégia de governo.

Nesse sentido, pensamos nas políticas de saúde, assim como nas políticas de segurança, que atuam nessa lógica do desaparecimento, dirigindo as decisões e os procedimentos governamentais relativos aos sistemas de informação, como os sistemas de vigilância em saúde entre outros da segurança pública, como fica explícito abaixo:

Com isso empregar extensivamente o desaparecimento não apenas como técnica de combate, mas principalmente, como racionalidade política, a ditadura mostra que uma guerra contrarrevolucionária não envolve apenas o governo dos vivos: ela também implica e depende o governo dos mortos. Torturar e executar não basta; é preciso decidir sobre o destino dos cadáveres, sobre a forma como eles circularão nos necrotérios, nos cemitérios e também na memória social (FRANCO, 2021, p. 52).

Seguimos com a autora Flavia Medeiros, que em seu livro *Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro*, explica que “Matar o morto, significa construir a morte a partir de categorias próprias; transformar o corpo sem vida em um morto com *causa mortis* definida em termos médicos” (MEDEIROS, 2016, p. 107). Nesse sentido, pensando sobre a produção de mortes como, por exemplo, uma suposição de mortes por meningite ou outras construções para desaparecer e matar as pessoas, não são feitas somente por uma categoria, como aponta Medeiros (2016), essa construção se faz entre várias instituições como a polícia e a saúde.

Pensando na produção de morte e desaparecimento dessas crianças na ditadura, das quais pouco se sabe até hoje, havia ainda, durante a ditadura militar, um outro circuito de controle, desaparecimento e morte de mulheres e seus filhos, que foram os hospitais

⁵⁰ Em setembro de 1990 realizaram a abertura de uma vala clandestina no cemitério Dom Bosco. Nessa vala encontraram 1049 sacos com ossos humanos, muitos dos encontrados eram desaparecidos políticos da ditadura.

psiquiátricos, que realizavam as internações das mulheres. Essa grande instituição total, garantia a execução de todas essas práticas: internação, tortura, desaparecimento, morte e desaparecimento dos cadáveres. As mulheres que demonstravam sua autonomia e independência e posicionamento político eram vistas como estranhas e loucas, pois não correspondiam a um papel materno dado: “no caso da loucura feminina, a transgressão não atinge apenas as normas sociais, senão a própria ‘natureza’, que a destinaria ao papel de mãe e esposa” (CUNHA, 1986, p. 144).

Essas práticas de internação eram operadas por várias forças, inclusive com apoio dos profissionais da psicologia, conforme Cecilia Coimbra (2004) nos mostra, em sua pesquisa, que realizou juntamente ao Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, os arquivos do DOPS/RJ. Na ocasião, a autora encontrou documentos do exército, que construíam a ideia do “o perfil psicológico do terrorista brasileiro”. O propósito era desqualificar e patologizar todas aquelas pessoas que faziam oposição ao regime militar, resistindo ao terrorismo de Estado.

Nesses documentos estavam as provas na qual uma equipe de psicólogos, mantida em sigilo, encaminhava os resultados do teste de Rorschach ‘aplicado a um grupo de terroristas solicitado pelo 1º Exército’. Após indicar as fontes bibliográficas utilizadas, apontam os “traços dominantes do grupo”: “estabilidade emocional e afetiva precária; dificuldade de adaptação e ajustamento; atitude oposicionista, voltando sua agressividade ora contra o meio, ora contra o próprio ego; escasso interesse humano e social (atitude anti-social); pensamento rígido e índice de estereotipia elevado (COIMBRA, 2004, p.50)

Eduardo Reina trabalha evidenciando que o sequestro de bebês e crianças, filhos de militantes políticos, compõe uma lógica de guerra. E uma das lógicas mais cruéis desse sistema é justamente o plano de sequestro de crianças, que parte da ideia de exterminar uma ideologia, para construir uma outra sociedade.

Como um caso emblemático que vivemos na ditadura brasileira, trazemos Olga Benário Prestes que, em setembro de 1936, foi extraditada para a Alemanha, gestante no sétimo mês. Isso ocorreu no governo de Getúlio Vargas. Anita Leocádia Prestes nasceu na prisão, meses depois, ainda em 1936, em Berlim, onde sua mãe permanecia detida. Os horrores foram vividos por milhares de mulheres⁵¹ que estiveram no mesmo campo de concentração que Olga.

No livro *Viver é tomar partido* (2019), Anita Prestes relata com detalhes a prisão de seu pai, o seu nascimento⁵² na prisão, bem como a ameaça de ser entregue a um orfanato nazista, o

⁵¹ Essas histórias podem ser encontradas no livro publicado pela jornalista Sarah Helm – *Se isto é uma mulher*.

⁵² O relato do seu nascimento, assim como foi a sua vida na infância, sempre foram apoiados pelos relatos de sua tia Lygia e sua avó Leocádia, duas pessoas que foram fundamentais para que Anita não desaparecesse e não fosse assassinada.

que só não aconteceu em função da forte campanha mundial que sua avó, Leocádia, mobilizou, levando Anita a dizer que é “filha da solidariedade internacional” (PRESTES, 2019, p. 15).

Anita, historiadora e militante, apresenta em seu livro uma pesquisa feita ao longo de 40 anos sobre a vida dos seus pais, o Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Internacional Comunista, a partir de muitas memórias de sua tia Lygia, e de tantos outros registros. Com a história de Olga, seguimos com Veena Das (2020) que, em suas pesquisas com as mulheres que sobreviveram à Partição da Índia e aos massacres de Delhi, questiona “o que é recolher os pedaços e viver nesse lugar de devastação” (DAS, 2020, p. 27). Nesse sentido, me pergunto como as mulheres e crianças seguem vivendo após a experiência do traumático perpetuado pelo sequestro – ponto este que liga essas histórias às lógicas de guerra, construções de maternidade, morte e extermínio.

Outro grupo que contribuiu com práticas e discursos conservadores e que também teve sua criação na ditadura foi o movimento Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, conhecida como TFP. O movimento aliou-se ao governo militar instalado em 1964 fazendo uma defesa da “ordem” contra uma suposta “ameaça” da concretização de uma reforma agrária.

Silva (2009) aborda, em seu estudo, a forma como o movimento conservador TFP entendia as crianças como “filhos da luz e filhos das trevas”, devendo haver algum destino para as crianças filhas de comunistas, ou seja, o movimento se alia aos militares em uma ideia de preservação de um tipo de família e sociedade completamente voltado para uma concepção de família branca, nuclear, burguesa e com ligação católica.

Podemos ver nessa construção uma relação sólida entre igreja, sistema de justiça e outras organizações que partem dessas práticas segregatórias e racistas, pautadas em uma concepção de família. Como amplia, Kant de Lima (2010), existe uma “evidente relação umbilical das formas de produção da verdade no direito processual penal brasileiro com aquelas da tradição eclesiástica católica” (KANT DE LIMA, 2010, p. 37).

O que essas histórias carregam em comum, ou melhor, onde elas fazem lastro é que as lógicas de sustentação de abrigo e disciplina iam se concretizando por uma ideia de assistência acompanhada de repressão. Essas bases legais já foram largamente analisadas e tiveram como finalidade não a proteção das crianças, mas o saneamento social pela ótica burguesa (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

No período colonial, tinha-se como mandato eliminar crenças, modos de pensar e de estar no mundo, ou seja, tudo aquilo que confrontasse uma concepção de família nuclear burguesa, essa forma de atuação persiste nas práticas jurídicas e psicológicas, como podemos perceber na passagem abaixo.

A procura por uma competência técnica não é privilégio das áreas da psicologia e do direito, mas uma produção histórica trazida pelo pensamento liberal que tem, como um dos seus frutos diretos, a abordagem positivista com seus corolários cientificistas: objetividade, neutralidade, previsibilidade. A lógica positivista adota a naturalização das relações ao atribuir uma essência aos fatos sociais. A naturalização tem sido uma forma de exercer o poder, um mecanismo de dominação, pois tudo aquilo que coloca em risco a funcionalidade das relações dominantes, considerados naturais, passa a ser encarado como anormal, doentio, patológico, que necessita ser diagnosticado (BATISTA, 2009, p. 21).

Outro ponto em comum que destacamos em todas essas legislações e movimento higienista que atuavam fortemente para consolidar o afastamento de mulheres e seus filhos, é que a presença dos homens brancos é marcante. Foram eles que estiveram à frente da construção dessas legislações, bem como lideraram os processos de demonização das mulheres no período colonial, como os médicos lusitanos, assim como todo o movimento da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

A intenção sempre foi a de preservar e fortalecer uma certa ideia de família e sociedade que interessava ao Estado, perpetuando uma "caça às bruxas". Como pontua o Coletivo Sycorax (2017, p. 9),

[...] entendemos que esse fenômeno ainda está presente no encarceramento massivo de mulheres negras perpetrado pelo Estado; na subrepresentação ou representação deturpada da mulher nos meios de comunicação; nas violências obstétricas contra as cidadãs; nos corpos das vítimas da violência policial nas periferias; e na experiência cotidiana de perseguição, silenciamento; agressão e invisibilização das mulheres trans, travestis e prostitutas, entre tantos paralelos essenciais⁵³ (COLETIVO SYCORAX, 2017, p. 9).

Está presente também no contexto de guerra às drogas, que nada mais é do que uma guerra contra alguns segmentos da população, e cujo efeito na vida das mulheres que usam drogas é o sequestro de seus filhos.

2.4.3 O sequestro de bebês na ditadura Argentina

*Não são corpos tristes vagando sem rumo.
São corpos intensos, caminhando insistentemente
em uma ronda em torno da praça.
Uma ronda expansiva que agencia outros corpos,
que possibilita que todos caminhem com elas,
afetando todos os corpos que se aproximam.
(Osvaldo Saldon)*

⁵³ O coletivo Sycorax realizou a tradução do livro Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva, de Silvia Federici.

Figura 1 — Madres da Plaza de Mayo



Fonte: Casa por la identidad: Abuelas de Plaza de Mayo.

Na Argentina, durante a última ditadura militar, desenvolveram-se dispositivos de poder como a tutela, a institucionalização e a adoção de crianças, que ocorreram por meio de diferentes instituições que desenvolveram práticas de apropriação de crianças, uma vez que estas eram consideradas propriedade daqueles que realizavam as intervenções. Villalta (2012), em sua investigação, descreve que historicamente existe um campo de significados que se constituiu em torno da infância “abandonada”, “indefesa”, e por isso potencialmente “perigosa”, mostrando como estes mesmos significados se aliaram a um ideal salvacionista por meio desses dispositivos que buscaram transformar esses sujeitos em outros.

A pesquisadora argentina, Carla Villalta, autora do livro *Entregas e secuestros: el rol del estado en la apropiación de niños*, analisa os procedimentos e noções em torno da infância e como foram utilizados durante a última ditadura militar argentina (1976-1983) para realizar o sequestro e apropriação de crianças filhas de mulheres que desapareceram e/ou foram mortas. Essas práticas tinham regularidade e levaram a denunciar a implantação de um plano sistemático de sequestro e apropriação de crianças, executado por meio de múltiplos procedimentos ilegais. Tais apropriações começaram com o sequestro de crianças juntamente com seus pais ou com as prisões e desaparecimento das mulheres grávidas, as quais deram à luz em centros de detenção clandestinos⁵⁴. A pesquisa partiu de uma indagação sobre o que

⁵⁴ Cabe ressaltar que o maior cativado utilizado na época da ditadura é a Casa da Identidade, que hoje funciona como museu que as mães/avós instalaram em um prédio recuperado da Escola Mecânica de La Armada (ESMA) de Buenos Aires, ou seja, um dos mais emblemáticos Centros Clandestinos de Detenção e Extermínio da ditadura. Muitas de suas filhas deram à luz nessas unidades. O museu contém um grande Arquivo Bibliográfico, onde os netos e bisnetos de desaparecidos encontram pleno acesso a peças de registros orais, escritos e fotográficos de seus pais ou avós, pude visitar em 2019 esse local, momento em que conversei com Carla Villalta, professora da Universidade Autônoma de Buenos Aires e Alan Iud (por videoconferência), que é o coordenador da equipe jurídica do movimento *Abuelas de Plaza de Mayo*.

aconteceu com as crianças sequestradas e desaparecidas, revelando a longa permanência e consolidação dos dispositivos, categorias e saberes que se configuraram em torno do campo da infância e de suas famílias (VILLALTA, 2012).

Muito foi produzido, ao longo dos anos, para evidenciar o sequestro de bebês, em que os autores “centraram-se nas consequências da apropriação das crianças e abordaram a questão a partir de uma perspectiva que evidencia sua excepcionalidade” (VILLALTA, 2012, p. 2). Contudo, o interesse da autora foi outro, situando a análise no período anterior a tais eventos. Dessa forma, passou a olhar para as redes de relações sociais, de poder e para as práticas criminosas, apostando que compreendê-los auxilia no entendimento das práticas jurídicas, institucionais e sociais, bem como dos significados historicamente engendrados em torno da apropriação de um setor da infância, “que foram consolidando uma atitude salvacionista em relação a certas crianças” (VILLALTA, 2012, p. 3).

Um dos mecanismos centrais para operar essa apropriação de crianças foi uma espécie de culpa dirigida aos pais, muito especialmente às mulheres, que eram submetidas a uma avaliação que geralmente terminava com a rejeição e o descarte dessas mães, taxadas, por diferentes motivos, como “incapacitadas” (VILLALTA, 2012, p. 9) para lidar com a criação e a educação de seus filhos. Esse debate tem total ligação com os parâmetros construídos em torno dos “deveres maternos” ancorados na ordem da natureza, os quais se configuraram como imutáveis e sagrados (BADINTER, 1981).

Reina (2019) retoma, em várias passagens de seu livro, como o processo do plano sistemático de sequestro de bebês se deu na Argentina, que tinha como um dos coordenadores o chefe do Exército Ramón Juan Alberto Camps⁵⁵, que declarou em depoimento que o condenou à prisão, que o sequestro tinha como propósito reeducar as crianças com os princípios da igreja que estariam “contaminadas pelo espírito subversivo de seus pais” (REINA, 2019, p. 14).

Quando falamos no papel da igreja católica, é emblemática uma das falas da presidenta das Madres de Plaza de Mayo, Hebe Bonafini, retratadas no livro de Ulises Gorini:

El Papa és um cerdo-dijo Hebe.

Aquel 25 de septiembre de 1985 Bonafini no pensó que se había pasado de la raya, aunque lo advertiría muy pronto. Acaba de terminar una reunión con um grupo de jóvenes em el salón de actos de la Federación de Obreros y Empleados telefónicos de la República Argentina (FOETRA) em la ciudad de Rosario. Bonafini acababa de exponer sus opiniones sobre la situación política, en particular sobre los derechos humanos, cuando al terminar la charla um grupo se acercó a saludarla, y uno de ellos,

⁵⁵ A condenação desse general foi por 214 sequestros, 47 desapareções, 120 casos de tortura, 32 homicídios, 2 violações sexuais, 2 abortos provocados por tortura, 18 roubos e 18 subtrações de menores (REINA, 2019, p. 42).

una muchacha, le pregunto sobre el papa Juan Pablo II. La presidenta de Las Madres havia recordado, entre otras cuestiones, la actuación de la iglesia católica bajo la ditadura y entonces llegó esa pregunta que Hebe respondió com um calificativo próprio de su estilo (GORINI, 2015, p. 413).

A publicação realizada no final de 1981, pelo Centro de Estudios Legales y Sociales – CELS, aponta que as Abuelas de Plaza de Mayo convocaram uma entrevista coletiva que deu origem ao movimento pela recuperação de crianças desaparecidas. Elas foram acompanhadas por ativistas de direitos humanos com o intuito de mobilizar a opinião pública sobre o desaparecimento de bebês e crianças durante operações repressivas em centros clandestinos⁵⁶.

As Madres deram visibilidade a muitos fatos, dentre eles, o papel das forças armadas argentinas, demonstrando que estas construíram um manual para a execução do sequestro dos pais e filhos, intitulado *Instrucciones sobre procedimiento a seguir com menores de edad hijos de dirigentes políticos o gremiales cuando sus progenitores se encuentran detenidos o desaparecidos*⁵⁷. O manual definia que as crianças deveriam ser entregues a militares ou orfanatos e, caso tivessem mais de dez anos, poderiam ser assassinadas por estarem contaminadas pelo espírito comunista de seus pais.

Esse documento é uma das provas de que ocorriam sequestros de crianças que nasceram durante o cativo clandestino de suas mães. As provas indicaram, naqueles anos de ditadura, que as crianças foram entregues à adoção como uma das formas usadas para destruir sua identidade, o que nos leva novamente à reflexão de que as crianças ainda tinham uma certa “utilidade”, enquanto suas mães eram descartadas e mortas.

O que a publicação realizada pelo CELS aponta é que, no início, as avós pensavam que as crianças compartilhavam o cativo com as mães: “no entanto, alguns fantasmas começaram a povoar seus sonhos atormentados: a silhueta de um oficial retirando um recém-nascido do ‘chupadero’”⁵⁸ (CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES – CELS, 1981, n.p).

As chamadas “loucas da praça de maio” foram as produtoras de um dos maiores acontecimentos políticos; pela potência de seu movimento foi possível elucidar uma série de

⁵⁶ Essas informações foram retiradas do Centro de Estudios Legales y Sociales – CELS, de Buenos Aires, com o objetivo de produzir conhecimento público sobre o que ocorreu no exercício do Governo das Forças Armadas que iniciou em 1976.

⁵⁷ Para mais informações sobre como verificar a existência deste documento, consulte parte do documento escrito por Eduardo Viola intitulado *Órdenes secretas antisubversivas del Ejército Argentino*, de 17 de dezembro de 1976. O Manual possuía originalmente 380 páginas de profusas articuladas, de modo que podemos encontrar somente duas ordens. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/orden.html>. Acesso em: 27 fev 2022.

⁵⁸ A palavra pode ser traduzida por “sumidouro”; designa centros clandestinos de detenção durante a ditadura militar argentina de 1976-1983 (AUTOR apud CAPARRÓS, 2011, p. 36).

desaparecimentos de corpos, sendo que apenas na Argentina foram 30 mil desaparecidos entre adultos, crianças e jovens, como aponta Osvaldo Saidon (2008).

O fenômeno do desaparecimento produziu formas de resistência e fuga, para conseguir processar minimamente a dor e a tristeza de seus mortos e desaparecidos: “é a ação das mães da praça de maio, ‘das loucas da praça’, como são universalmente conhecidas, que protagonizou com mais clareza e energia essa resistência” (SAIDON, 2008, p. 101).

Elas são o que são, as mães de desaparecidos e o serão sempre. Elas não pensam e nem atuam por identificação; não fazem luto; não se identificam com a ausência. Na realidade, não conhecem a ausência, são loucas, deliram, porque querem o impossível neste universo simbólico (SAIDON, 2018, p. 105).

Podemos pensar que “o acontecimento do desaparecido”, apontado por Saidon (2018), é uma forma de impedir o luto. Por isso a questão é: como resistir às práticas terroristas que o Estado lança? “Qual é a loucura pela qual deveremos transitar para poder pensar e agir dentro da perversidade que o fascismo latino-americano decidiu transformar em ação política nesta última década?” (SAIDON, 2008, p. 102).

Uma das formas mais radicais com que as *madres* marcam a sua luta é justamente estarem na praça com sua presença, “com seus corpos de mães sem filhos” (SAIDON, 2008, p. 106). É essa cena que joga luz para que todos os argentinos e o mundo saibam o que se passou, ou como novamente nos diz o autor: “Só não vê quem não quer ou quem, para ver, precisa das próteses do sistema, dos juízes, dos discursos, dos meios de comunicação” (SAIDON, 2008, p. 106).

O roubo de crianças perpetrado na ditadura Argentina, fruto do terrorismo de Estado confronta e evidencia não apenas uma das múltiplas facetas das ações repressivas desencadeadas pela ditadura, mas também evidencia um silêncio e uma ausência nas respostas. Por isso a força das *Abuelas de Plaza de Mayo* são estruturantes para as denúncias, que ocorrem há tantos anos, apontando que as crianças apropriadas hoje são jovens “ainda desaparecidos e vivos” (VILLALTA, 2021, p. 220).

Em conversa com a antropóloga Carla Villalta, em 2019, quando estive em Buenos Aires, ela fala de campanhas que incentivam as mulheres não terem filhos ainda são presentes na Argentina e em resposta a isso, vários movimentos montaram estratégias, como a inserção de cartazes em diversos serviços, para que as mulheres não se sentissem coagidas a entregar seus filhos para a justiça, justamente para que as mulheres soubessem que não estavam sozinhas diante da retirada dos seus filhos.

No governo do presidente Mauricio Macri⁵⁹, campanhas extremamente preconceituosas foram divulgadas, em que diziam: *Si usted es pobre cuídese: No haga hijos si usted no está en condiciones de dar una vida digna, salud, educación, alimentación, amor, tempo y cuidados.*

Campanhas como essa do governo Macrista nos dão a dimensão da necessidade de permanência de ações que garantam direitos humanos, como o direito à convivência comunitária de crianças com as suas mães.

Sem dúvidas, o terrorismo de Estado na Argentina, que resultou na apropriação de crianças, marcou um dos capítulos mais cruéis na história, pelos níveis de violência e crueldade, pelo arrebatamento e desapropriação daquelas que de forma alguma queriam ficar longe dos seus filhos.

Os autores argentinos com os quais trabalhamos para entender a prática de sequestro nesse país nos auxiliam a pensar que as práticas de apropriação das crianças, que passaram a ser consideradas propriedade dos grupos e instituições que nelas interviam, têm uma longuíssima tradição, basta olhar para quais categorias foram construídas para classificar a infância e suas famílias, através dos discursos da igreja e dos militares, entre outras instituições, que diziam saber o que era melhor para as famílias e crianças.

As *madres* nos ensinam a não nos resignarmos, a seguirmos firmes contra as violações de direitos humanos. São mulheres que perderam seus filhos e netos em uma ditadura e que servem de inspiração para o que temos enfrentado no Brasil e que debatemos nesta pesquisa, como os efeitos da guerra às drogas na vida das mulheres e de seus filhos.

*30.000 detenidos- desaparecidos
¡presentes!*

2.4.4 O sequestro das crianças durante o Franquismo na Espanha

Na ditadura espanhola, entre os anos de 1938 e 1949, o Estado espanhol, dominado pelo general Francisco Franco, acionou seus recursos institucionais para se apropriar de filhos de pessoas presas, exiladas, perseguidas por se manifestarem contra o regime. O objetivo do sequestro dessas crianças era o de reeducá-las nos princípios do catolicismo (RIBAS, 2015).

⁵⁹ Mauricio Macri assumiu o governo da Argentina no final de 2015, após 12 anos de governo Kirchner. Os argentinos sentiram os impactos do peso de uma política neoliberal praticada por esse governo, que contou com o apoio de banqueiros, industriais, ruralistas e pela mídia, inclusive a brasileira, como a solução para o desenvolvimento do país.

Ricard Ribas discute que o sistema de Franco buscou psiquiatrizar aqueles que se manifestavam contra seu regime, em especial as mulheres, produzindo como resposta o afastamento das crianças de seu convívio.

Os desaparecimentos de crianças não aconteceram como um efeito da miséria e da desordem de uma cena pós-guerra, mas, sim, compõem um cenário desejado, um sistema para alcançar a reeducação massiva de crianças na Espanha.

O que o general Franco buscou implementar, sob pretexto científico, executado pelo comandante e psiquiatra Antonio Vallejo Nágera, foi um órgão específico formalizado em 1938 chamado *El Gabinete de Investigaciones Psicológicas*, após um despacho de Franco e comunicado aos campos de concentração pelo seguinte telegrama:

En contestación a su escrito de 10 del actual proponiendo la creación de un Gabinete de Investigaciones Psicológicas cuya finalidad primordial será investigar las raíces biopsíquicas del marxismo, manifiesto que de conformidad con su mencionada propuesta, autorizo la creación del mismo. Los gastos que origine la instalación serán sufragados de los generales dessa Inspección, y personal que preste sus servicios en el mismo será el Médico que voluntaria y gratuitamente se ofrezca para ello, lo que podrían ser militarizados si se considera necesario (FRANCO, 2015 apud RIBAS, 2015, p. 1).

As repercussões da atuação do psiquiatra Vallejo Nágera foram muitas, tendo sido aclamado na Espanha por suas análises, em especial com as mulheres da cidade de Málaga. Em sua síntese, construída sobre dados de aparência científica, a mulher que havia participado de atividades republicanas tinha “tendência para o mal”, como afirma Ribas (2015). Dentre os levantamentos que Ribas (2015) realizou, o autor encontrou dados sobre o gabinete psiquiátrico, em que Antonio Vallejo Nágera dizia que a militância marxista incluía pessoas propensas à criminalidade, especialmente mulheres. É o que podemos ver abaixo:

- La mujer roja y la mujer em general tiene rasgos físicos y psíquicos de extraordinária inferioridad em relación al hombre.
- El marxismo y la revolución unidos a la mujer deben ser tratados ‘medicamente’ no politicamente.
- Estos, aplicados al ‘caso’ malaguenho haven de la mujer um ser degenerado, lleno de ferocidad y rasgos criminales (NAGERA, 1939, p. 366).

A ditadura militar Franquista tinha componentes racistas; os militares golpistas acreditavam que a raça hispânica era superior e esta superioridade outorgava o direito de conquista e submissão de grupos considerados inferiores, como no caso das mulheres marxistas. O militar e psiquiatra Antonio Vallejo Nágera fez parte de sua formação na Alemanha, onde estudou as teorias

racistas nazistas, das quais era admirador. As teorias de Vallejo Nágera estão reunidas em seus livros, por exemplo em *Eugenesia de la Hispanidad y regeneración de la raza* (1937).

Para o juiz Baltazar Garzón⁶⁰, com quem troquei alguns e-mails no ano de 2019, o que ocorreu durante o Franquismo foi um crime contra a humanidade. Por este motivo, o juiz solicitava às instituições e aos juízes que pesquisassem possíveis histórias de sobreviventes, na intenção de tentar reparar as vítimas que tiveram suas identidades roubadas.

Um dos fatos apontados por Garzón, é que os sobrenomes das crianças foram mudados, para serem entregues a famílias ligadas ao regime franquista. Em 2006, o Conselho da Europa⁶¹ ofereceu o primeiro reconhecimento internacional aos filhos das presas republicanas cujos sobrenomes foram modificados.

Recentemente, em 2018, em matéria publicada pelo jornal *O Globo*, tivemos notícia de um dos primeiros julgamentos envolvendo um médico⁶² que atuava fornecendo declarações, informando que as crianças tinham morrido logo ao nascer, sendo pouco depois encaminhadas para famílias adotivas, sem que as mães soubessem.

Figura 2 — Em busca da verdadeira identidade



Fonte: Redes sociais.

⁶⁰ Baltazar Garzón ficou conhecido mundialmente ao emitir uma ordem de prisão para o ditador Chileno, Augusto Pinochet pela morte e tortura de cidadãos espanhóis. Utilizou como base o relatório da Comissão Chilena da Verdade (1990-1991). Participou do julgamento de alguns dos delitos de maior relevância que se produziram no seu país como crimes contra a humanidade, terrorismo, terrorismo de Estado.

⁶¹ O conselho da Europa é uma organização internacional fundada em 1949, e os seus propósitos são a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa.

⁶² O médico Eduardo Vela, de 85 anos, que trabalhava na clínica San Ramón de Madri, "presenteou", em junho de 1969, Inés Pérez com uma menina, que a registrou como sua filha biológica na certidão de nascimento, segundo o auto judicial consultado. A menina em questão, Inés Madrigal, agora com 49 anos, conseguiu levar o médico aos tribunais. Inés leu um artigo sobre bebês roubados no franquismo e começou a pesquisar a sua história. Esse tráfico, iniciado depois da Guerra Civil espanhola (1936-1939), envolveu milhares de crianças, segundo associações que militam para que todos os casos sejam solucionados. Na chamada da matéria, lia-se: "Um médico octogenário será o 1º na Espanha a sentar-se no banco dos réus nesta terça-feira (26), em Madri, por um caso referente à prática de roubo de bebês, que afetou milhares de famílias durante a ditadura franquista (1939-1975)".

Ao percorrer esses países, busquei evidenciar uma estrutura que articula as ideias, ações e intervenções pautadas na centralidade da família, que passa a sustentar a ação do Estado sobre o corpo das mulheres e crianças durante diversos períodos, como podemos ver.

A noção de mães indignas parte de uma construção de que muitas não podem exercer o papel da maternidade. São indignas porque usam drogas, são marxistas, loucas, comunistas. Trata-se de formulações que alimentam uma compreensão dessa indignidade, uma ideia persistente de que há uma boa mãe e uma mãe ruim.

Essas histórias nos mostram a quantidade de forças que foram mobilizadas para destituir essas mulheres dos seus lugares de mães. Diferentes dispositivos foram engendrados, diversos aparatos forjados, como gabinetes psiquiátricos, forças armadas, forças policiais, manicômios, todas operadas por juízes, milicos e médicos, para conter as mulheres. Isso mostra o tamanho da ameaça que as mulheres representaram e representam para uma determinada concepção de família. Ressaltamos a força de resistência dessas mulheres que, mesmo vivenciando histórias tão duras, conseguem escapar e confrontar o próprio regime.

A autora Veena Das nos apoia a pensar nas maternidades indignas através de seu estudo que se debruçou com especial atenção sobre as relações entre tempo e subjetividade, trauma e testemunho (VIANNA, 2020). O que podemos entender é que as repercussões do trauma permaneceram ao longo dos anos, efeito das sentenças sobre muitas mulheres que foram julgadas como inadequadas, mães ruins, afetando diretamente a vida de inúmeras crianças que ainda puderam “servir” para algumas famílias, porém suas mães não, por não corresponderem a uma ideia de maternidade.

Shoshana Felman (2014) fala da dimensão dos traumas privados e coletivos e do quanto não podemos tratá-los de forma separada, justamente porque uma experiência vai transformando a outra. Nesse sentido, podemos afirmar que a dor de inúmeras mulheres, marcadas nesses diferentes tempos históricos, que abordamos acima, atravessa gerações. Quando falamos das mulheres que vivem o sequestro de seus filhos, afirmamos que esta é uma pauta feminista, antimanicomial, antirracista e antiproibicionista.

Dessa perspectiva é fundamental olhar para o período que estamos vivendo no Brasil, no qual a defesa de um ideário de família é investida pelo atual governo, sustentado por pautas extremamente conservadoras explicitadas por integrantes do parlamento e do executivo brasileiro, como a atual ministra Damare Alves⁶³ do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MDH).

⁶³ Damare Alves foi recentemente apontada como uma das pessoas que usou o Conselho Tutelar de São Mateus (ES) e a equipe do MDH para interferir no aborto legal de uma menina de 10 anos, vítima de estupro no Espírito Santo. Ela estaria relacionada à atuação de grupos religiosos conservadores que vazaram dados pessoais da menina

O estudo⁶⁴ da autora Berenice Bento (2018) traz reflexões em relação à necrobiopolítica, fazendo uma relação entre “biopolítica (dar a vida) e a necropolítica (promover a morte)” (BENTO, 2018, n.p). A autora trabalha com três situações que nos apoiam a pensar nesse estudo: A Lei do Ventre Livre, a detenção indefinida e os autos de resistência.

Berenice Bento (2018) articula que o terror e a morte são elementos analisados de forma frequente nas pesquisas, e considerados como estruturantes do Estado brasileiro:

[...] quando as pesquisas se referem à violência do Estado contra os corpos abjetos, geralmente se aciona a noção de “soberania” em contraposição à de governabilidade (conjunto de técnicas voltadas para o cuidado da vida, da população). Sugiro outro conceito: necrobiopoder (BENTO, 2018, n.p).

Atendo-nos ao exemplo que ela traz em relação à Lei do Ventre Livre, onde aponta que as crianças nascidas após a promulgação da lei, seriam livres e suas mães continuariam escravizadas “o tráfico negreiro tinha sido interrompido em 1850, mas as mulheres negras continuaram a procriar e a oferecer a carne necessária para alimentar o sistema” (BENTO, 2018, n.p).

Concordamos com o fato de que essa mulher, esse corpo, no âmbito dessa lei, seja a melhor metáfora que expressa o necrobiopoder que estrutura o Estado brasileiro, o que vai construindo esse esquema em que podemos visualizar que a “necrobiopolítica é tentacular e sistemática” (BENTO, 2018, n.p).

Pelbart (2003), em seus ensaios sobre biopolítica, questiona:

[...] o que significa o poder sobre a vida [...]. De que dispositivos concretos, minúsculos e maiúsculos dispomos hoje para transformar o poder sobre a vida em potência da vida, sobretudo num contexto militarizado? Como isso se conecta com o desafio urgente de reinventar uma comunidade? (PELBART, 2003, p. 14).

Por estarmos em uma guerra permanente contra as mulheres - onde o denominador comum é a desvalorização da vida daquelas catalogadas por seus modos de existência, em que a violência se torna uma força produtiva privilegiada para a acumulação do capital. Assim, nos depararemos com inúmeras violações de direitos humanos, como mulheres mortas, crianças

e tentaram impedir o procedimento, inclusive com intimidação da família e atuação de parlamentares evangélicos, que fizeram orações na porta do hospital no Recife, para onde a criança precisou ser levada, uma vez que no Espírito Santo o hospital recusou o atendimento, alegando falta de recursos técnicos. Pautas como uma suposta proteção das crianças, a defesa da família heteronormativa e as pautas antiaborto são bandeiras dessa senhora.

⁶⁴ O estudo pode ser encontrado no artigo: Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? Debate quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil, localizado na revista Cadernos Pagu, n. 53, 2018.

sequestradas de suas mães, mulheres encarceradas, medicalizadas, laqueadas compulsoriamente, cuja a intenção é que sua voz seja progressivamente silenciada.

Como aponta Veronica Gago (2020), essas violências, esse desejo de produção de silenciamento é uma ideia-força para combatermos, e nos ajuda pensar o que vivemos hoje no Brasil; nas palavras da autora ainda nos restaria “desenvolver a pergunta sobre a atualidade, trata-se de pôr à prova a atualização das caças às bruxas como hipótese política” (GAGO, 2020, p. 75).

3 ANA: UM CORPO CANSADO, UM CORPO EXAURIDO⁶⁵

*Quem é essa mulher
 Que canta sempre esse estribilho
 Só queria embalar meu filho
 Que mora na escuridão do mar
 Quem é essa mulher
 Que canta sempre esse lamento
 Só queria lembrar o tormento
 Que fez o meu filho suspirar
 Quem é essa mulher
 Que canta sempre o mesmo arranjo
 Só queria agasalhar meu anjo
 E deixar seu corpo descansar
 Quem é essa mulher
 Que canta como dobra um sino
 Queria cantar por meu menino
 Que ele já não pode mais cantar
 (Chico Buarque)⁶⁶*

A música de Chico Buarque, que canta a dor de uma mãe que teve seu filho morto, me acompanhou nos dias após meu encontro com Ana. “Quem é essa mulher que canta esse mesmo estribilho...”. A informação que eu tinha: ‘Ana teve 11 filhos, sendo que 10 foram retirados’; ‘Ana anda na rua atenta, diz que olha no rosto das pessoas, imaginando que poderia ser seu filho’; ‘Vive o luto de uma pessoa que pode estar viva e que ela não sabe onde está, quem é, onde vive, o que gosta...’

Peguei a estrada para Santos pela primeira vez, em janeiro de 2019. No ônibus até lá, tinha uma certa emoção. Eu ia conhecer a cidade da Casa Anchieta⁶⁷, a cidade onde muitos dos amigos que fiz em Brasília vivem, uma cidade querida por pessoas queridas para mim.

Conheci Ana lá, em Santos, em uma tarde quente e úmida, durante uma atividade para a qual fui convidada a participar na Universidade Federal de São Paulo – Unifesp Baixada Santista.

⁶⁵ Pegamos “emprestado” os conceitos de “corpo cansado” e “corpo exaurido”, conceitos trabalhados por Françoise Vergès, autora do livro *Um feminismo decolonial*. A autora usa essas expressões para falar das mulheres negras e racializadas, “abrem” a cidade, sendo responsáveis pela limpeza e pela ordem, para que assim a máquina do capitalismo neoliberal não pare de funcionar, custe o que custar, até mesmo retirando seus filhos.

⁶⁶ A música *Angélica*, de Chico Buarque, em homenagem a Zuzu Angel, mãe do militante político Stuart Angel Jones, que foi preso, torturado e desaparecido em 1971. Zuzu Angel foi uma ativista política e usou de seu trabalho com a moda e costura para dar visibilidade para o que ocorria no Brasil. Ela só cessou de procurar as explicações pela morte e pelo corpo do filho quando morreu, em um acidente de carro, que posteriormente ficou comprovado que foi provocado por agentes do Estado. Essa informação foi comprovada em 2014, pelo ex-agente da repressão Claudio Antônio Guerra, que operou como delegado do Departamento de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS).

⁶⁷ O fechamento do manicômio “Casa Anchieta” ocorreu no ano de 1989, na gestão da prefeita de Santos, Telma de Souza e tinha como secretário de saúde David Capistrano e Roberto Tykanori Kinoshita coordenava o processo de fechamento.

Quem me chamou foi Luciana Surjus, professora da Unifesp e amiga que vem construindo uma estratégia coletiva de ação de redução de danos, que envolve estudantes de diferentes cursos de graduação e pós-graduação, usuárias e usuários do SUS, pessoas que vivem nas ruas, trabalhadores do SUS, da assistência. Dentre elas, estava Ana Maria, conhecida como Tina.

Nesse evento, fui falar sobre minha pesquisa de doutorado, que estava bem no início. Foi uma oportunidade que aceitei imediatamente, porque era uma chance de trocar com outras pessoas, de falar um pouco sobre o que estava pensando e pesquisando.

Antes de chegar em Santos, Luciana me falou sobre Tina, contando que ela teve vários filhos que foram retirados, sempre sob a justificativa de que ela era usuária de drogas, por isso não podia ser mãe.

Enquanto eu falava na roda de conversa, Tina chegou, sentou e me escutou atentamente. Em um certo momento, eu falo que a retirada de bebês sem o ‘devido processo legal’ era um sequestro, ou em outra perspectiva que o ‘devido processo legal’ é feito para impedi-las de exercerem a maternidade, justamente para que não sejam reconhecidas como mulheres dignas à maternidade. Nesse momento, Ana levanta e fala: “*É isso, meus filhos foram sequestrados!*” Ela sai da sala, chora muito e Luciana a acolhe, ficam conversando do lado de fora do espaço da atividade. Quando acaba a roda, ela me olha e diz que entendeu que foi isso que aconteceu, “*meus filhos foram sequestrados*”.

Luciana já havia compartilhado com ela que eu gostaria de entrevistá-la e Tina prontamente topou; disse que queria um livro com a sua história e uma casa com o nome dela para acolher mulheres que tiveram uma história como a dela.

Combinamos de nos encontrarmos no outro dia, marcamos lá na Unifesp. Luciana cedeu sua sala, por ser um lugar onde poderíamos ficar à vontade e pelo tempo que precisássemos. Era um período de férias, a universidade estava deserta, um bom lugar para uma conversa longa.

No outro dia chegaram Ana, seus filhos Pablo e Bruna e sua neta Mirely, filha de Bruna. Ana carregava uma mochila com um sapatinho de criança pendurado, um tênis pequenininho, pendurada também tinha uma toalhinha, que ela passava nela e no filho para enxugar o suor daquele dia quente. Ana achou melhor Bruna ficar em outra sala com Pablo e Mirely, enquanto nós as duas conversávamos, mas não teve jeito, Pablo se manifestou firmemente: “*Mãe, eu vou com você!*”. Ana me diz: “*Esse é meu grude, não me solta por nada nessa vida*”.

Enquanto nos acomodávamos, Pablo ia fazendo seus pedidos: “*tia, me dá água*”, “*tia, coloca jogo no computador*”, “*tia, quero canetinhas*” e assim os pedidos de Pablo foram sendo uma pausa e respiro no encontro intenso que seguia pelo relato longo, dolorido, repleto de muitas violências, que Ana compartilhava comigo.

Ana Maria: — Bom, a minha história é um pouco grande, não sei né...

Pablo: — Ô tia, ô tia...

Ana Maria: — Porque para você entender a minha história, você precisa entender um pouco do meu caso.

Pablo: — Ô tia, ô tia

Isadora: — Peraí, fala querido. O que que tu quer?

Pablo: — Quero brincar no computador.

Isadora: — Pera um pouquinho que tá carregando ainda, mas ele tá ligando.

Ana Maria: — Entender um pouco de como foi a minha vida, né. A minha vida já vem por família, né. Eu através do meu pai, minha mãe, não fui criada por mãe e nem pai, fui criada...

Pablo: — Esse tem jooogooooo!!!!!!

Ana Maria: — ...por tia e o meu pai quando conheceu minha mãe, assim que eu fiquei sabendo pela minha tia, que foi que meu pai conheceu minha mãe em uma boate no Rio de Janeiro, os dois cabô se engraçando, né, aí foi quando ela engravidou de mim.

Pablo: — Ô tia, me dá água.

Isadora: — Aqui.

Ana Maria: — Quando ela engravidou de mim e ela me teve, a minha tia falou que ela me levou para dentro da boate e o meu pai pego, e tirou dos braços dela e me trouxe com 15 dias de nascida para os braços da irmã dele, da Dona Jandira, mas eu não fui passada para o nome dela, e ela ficou com a minha guarda e através disso, depois, eu sei que os dois se reencontraram, e ela acabou engravidando de novo e ela teve o Cristiano, que é o meu irmão, de pai e mãe. Só que o Cristiano mora com ela, vive com ela..."

Ana conta que foi criada pela tia, mas que o pai mandava ordens, dizia que ela não podia andar com ninguém, que não era para ter amigas e amigos, que o melhor era ficar em casa.

A tia conhece um homem, engravida e começa a maltratar Tina, que foge, tentando se afastar da violência vivida. Quando ela relata a cena, lembra da roupa que estava, vestia shorts e camiseta branca, era magra e passava por baixo da roleta do ônibus, facilmente. Naquela época, o 'juizado de menores' tinha uma perua que passava e recolhia crianças que estavam na rua, colocavam as crianças em uma cela no fórum, e as crianças só saíam quando um responsável chegasse. Com nove anos de idade, seguiu fugindo de casa porque não se sentia bem lá, disse que começou a ser "rebelde" pelo fato de que viver trancada fazia muito mal para ela.

Ana relata as violências que sofreu na rua e o quanto isso atravessa a forma de ela se relacionar até hoje.

“Eu fugi de novo de casa, aí dessa vez que eu fugi de novo, eu tava dentro de um ônibus e tinha um cara dentro do ônibus parece que ele percebeu que eu tava sozinha, aí ele pegou e falou assim: “cê quer ir para minha casa?” E eu naquele negócio de ficar sozinha, não queria ficar na rua e não conhecia nada, aí eu aceitei. Ele me levou. Descendo no ônibus, ele me levou para um lugar, e desse lugar a gente andando em uma rua estreita, ele me pegou e me tampou a minha boca e me jogou para dentro do mato. Me abusou por trás, não chegou a tirar minha virgindade. Ele me abusou por trás e falou que ia me matar e não sei que mais, aí depois que ele me abusou quando saí correndo do mato, aí toda suja, sabe? Chorando, aí quando vi a rua deserta, aí comecei, e fui parar na Biquinha, em São Vicente. Aí na Biquinha, eu comecei a conhecer muita gente, gente de rua e eu era a única menor, pequena que tinha, sabe? E foi assim na minha vida, aí fui tendo conhecimento, aí conheci uma menina e ainda até meus 13 anos eu ainda era virgem, toda vez que minha tia me achava na rua, ela me levava para fazer exame e constava que eu era virgem ainda.”

Ana se sentia sozinha, na escola, na família, por isso conta que andava com essa amiga que era mais “vivida” que ela. Certa vez, foram para a Favela do Bitaru, lá na Baixada Santista. Lembra do homem que chegou com o nariz “melado”, quis transar com ela e ela não quis. Não satisfeito, ele saiu do lado dela e retorna com um machado, ameaçando-a. Ana foi estuprada pela segunda vez.

Ana falava da tristeza, da dor, do desamparo da família, das violências vividas na carne, da solidão que sentia. Com essa amiga circulava entre Santos e Praia Grande, iam para Bitaru, Biquinha, Boa Vista, Itararé. Foi em Itararé que ela conheceu o pai de seu primeiro filho, ela lembra:

“Ele era daqueles muleque que gostava de socar mulher e dava uns vinte minutos e já queria relação. Era assim a minha vida. Engravidei, apanhei, aí ganhei esse menino que é o Wilson, que tá com vinte e três anos. Aí foi quando a justiça ficou sabendo que eu estava nas drogas, o Fórum né, de Praia Grande, e veio duas irmãs, uma não tinha filho. E a outra tinha quatro menino homem, a que tinha quatro menino homem, ficou com a menina, com a Taina, e a que não tinha filho nenhum, o marido queria ser pai e ela não podia né e ela ficou com o menino.”

Esses são os dois primeiros filhos de Ana: Wilson, primeiro filho de Ana, viveu com ela até os 11 meses de idade. Taina, segunda filha de Ana, viveu com ela até os 2 meses de idade. Com esses primeiros filhos, podemos pensar na prática de sequestro como estratégia de planejamento familiar de outras mulheres, a que não tem filha, fica com a menina e a que não tem filho algum, fica com o menino, dessa forma os irmãos se tornaram primos. E falando sobre

a adoção, cabe ressaltar que Wilson é o filho da Ana que evidencia os maus tratos que viveu pela família adotiva.

Ana confiou no promotor e no juiz da época, ela não sabia ler. Eles falaram que era para assinar um papel, mas falaram que ela poderia ficar com os filhos. Não foi o que ocorreu, as mulheres que ficaram com as crianças impediram Ana de ver os filhos. Hoje, ela diz entender que aquele documento era de guarda provisória.

Nessa época, Ana morava no México 70, favela da Praia Grande, e foi também nesse período que a sua vida “desandou”; ela intensificou o uso de drogas. Se separou do “malandro” e conheceu o pai das filhas, Bruna e Jade.

A tia de Ana conseguiu pegar o termo da guarda provisória da Bruna e Ana ficou com a Jade. Certa feita, ela saiu para usar drogas e deixou Jade com a tia e com a irmã. O conselho tutelar apareceu e levou Jade de dentro da casa da tia direto para a “casa das crianças”, que era o abrigo da Praia Grande.

“E nisso, quando quis vê, eles falavam que não podia e sempre inventavam uma história, que eu não tava na condição de ver, que ia mexer com a criança, e não sei o quê. Mas se eu melhorasse, eles podiam abrir uma exceção pra mim. E eu só podia ver com ordem do juiz e eles não podiam liberar para ver a criança. Só quando o juiz marcasse pra mim poder visitar a criança. E nisso eu caí no mundo porque eu tinha certeza que eu não ia ver mais a criança. Aí foi assim, larguei do pai da Jade, aí fiquei um tempo e conheci outro menino, sabe, engravidei de novo, aí veio o Lucas. O Lucas veio, esse de 16 anos, e ele nasceu prematuro, aí minha mãe⁶⁸ que cuidou dele para mim.”

Nessa época, a tia de Ana conseguiu se manifestar na justiça e dizer que queria ficar com Bruna e Lucas, o juiz concedeu a ela o termo de guarda. Mas os outros não, em função de que a tia já era mais velha e o juiz avaliava que não era adequado. Ana ficou muito “revoltada” com tudo isso, algo que (re) volta para si mesma, no aumento do uso de drogas, durante muitos anos.

“Aí comecei a me revoltar, contra isso, comecei né, ficar revoltada, e cada filho que arrancava de mim, para me esquecer daquela dor, eu voltava para as drogas. Aí eu já não ficava uma semana fora de casa, eu já ficava um mês, dois meses, aí minha mãe ia atrás de mim, pensando que eu já tava até morta. Ela corria Santos todinha atrás de mim, minha tia. E

⁶⁸ Ana se refere à sua tia como mãe, em função de que foi ela quem a criou.

assim foi indo e eu nunca fiz pré-natal, eu nunca tive acesso à saúde dos meus filhos. Eu só ia perceber quando eu tava pra ganhar, quando atacava a dor. A dor atacava quando eu estava usando crack, inclusive, eu não falei, mas eu tenho uma que eu tive ela na rua, a Sabrina, eu tive ela na rua, na rua dos bombeiros.”

Ana conta que teve a Sabrina na rua do meio, em frente a um hotel, enquanto esperava o pai da criança descer da biqueira. Ela sentiu as contrações, deitou-se no chão e o pai segurou a criança. Na sequência, chegaram os policiais, que chamaram a ambulância e as levaram para o hospital.

“Essa não veio para os meus braços, ficou lá no Silvério Pontes⁶⁹”.

Ana reposiciona a história, e aqui ressaltamos que a história de vida não é um dado, mas sim, como aponta Becker (1999), a história de vida se diferencia de uma “autobiografia” justamente porque não estarmos ocupados de uma construção linear, mas sim em buscar saber e estar perto, entender esse “mosaico” de todo esse processo da vida de Ana e seus filhos, assim como entender as suas vinculações institucionais, conforme sugere o autor. Seguindo nesse reposicionamento da história, ela lembra que, antes de Sabrina, teve o Mateus e o Ruan, que também foram para a Casa das Crianças, abrigo da Praia Grande, na realidade ela foi informada que eles foram para essa instituição, mas nunca teve o direito de visitá-los. Depois teve o Gabriel, que também foi retirado na maternidade Silvério Pontes. E depois veio a Lara, que teve o mesmo destino: saiu do Silvério Pontes, seguiu para o abrigo e na sequência foi adotada.

“Aí conforme eu sai, que eles me deram alta, no dia seguinte eu já ia lá. Lá na casa das crianças procurar meus filhos. Chegava lá e eles falaram que não tinha dado entrada nenhuma criança recém-nascida, na casa. E pra onde foi meus filhos? Até hoje eu não entendo pra onde que foram meus filhos! Falaram que tem uma mulher que trabalha lá, que falou que esses filhos todos meus, tá com uma pessoa. Essa pessoa não é daqui e essa pessoa é rica. Meus filhos tá com essa pessoa, porque são tudo irmão. Mas eu não acredito [...]. Eles falavam que como eu era usuária de drogas eu não tinha condições de ficar com meus filhos, mas eu usava minha droga e tinha consciência de tudo que eu fazia, de tudo, de tudo! Eu não sou doente, eu não perdi minha memória nada, a única coisa que eu perdi foram meus filhos porque não me deram chance, se tivesse dado pelo menos a chance de ficar com um, talvez eu não teria colocado

⁶⁹ Maternidade de Santos, onde vários filhos de Ana foram retirados.

tantos filhos no mundo. Porque aconteceu isso de eu ter tantos filhos porque eu fui lutando e fui tentando para ficar com algum.”

Quando Ana lembra de algum serviço de saúde que a acompanhou na vida, sempre foi o hospital, a maternidade. Não tem outros serviços na sua vida. Ela fala que as profissionais do hospital sempre sabiam que ela estava grávida; ela acha que já era esperada no hospital e o procedimento sempre era o mesmo, chegar na maternidade Silvério Pontes, dar à luz e não receber seus filhos nos braços.

Durante toda a entrevista, ela relata as violências sofridas na rua, os estupros, a falta de apoio, a ausência da família, de amigas, ausência de uma rede de saúde e de assistência social. Mesmo com todas essas dores, ela sempre aponta que a pior violência foi a retirada de seus filhos, que eu chamo de sequestro.

Essa é a história da Ana e de seus dez filhos retirados: Wilson, Taina, Bruna, Jade, Lucas, Mateus, Ruan, Sabrina, Gabriel e Iara. Ela sonha em reencontrar os filhos, fala que guarda com ela o registro do nascimento de todos.

Seu último filho, o décimo primeiro, se chama Pablo, esse garotinho que foi a pausa e respiro nessa longa conversa, essa foi apenas uma das minhas conversas que com Ana, que audiografei, realizamos muitas conversas, e Pablo está sempre perto. Ana conseguiu ficar com esse filho, porque finalmente os serviços de saúde fizeram um acompanhamento próximo, em especial o Consultório na Rua, formado por um grupo de profissionais por quem ela tem muito carinho e consideração. Articularam o cuidado, que naquele momento entenderam que seria uma internação breve. Combinaram com ela de buscá-la de manhã cedo, na rua do meio, lá onde ela teve a filha Sabrina, na rua dos bombeiros. Naquela noite Ana não dormiu, estava ansiosa, nunca tinha sido cuidada pela rede de saúde. Para segurar a ansiedade passou a noite usando crack, tinha uma mochila cheia. Antes do carro chegar para buscá-la, Ana corre para o mar, se molha, se banha. Deixou a mochila com os cachimbos lá na areia e voltou para a rua do meio para encontrar a equipe. Eram vários trabalhadores que a esperavam, ela disse que parecia uma despedida e que diziam para ela: *“vai dar certo, você vai cuidar desse bebê.”*

Ana tomou uma decisão pessoal de não usar mais crack. O tempo que ela não usa é exatamente igual à idade de Pablo. O nascimento de Pablo fortaleceu Ana para buscar outros dois filhos, Bruna e Lucas, que primeiramente ficaram com a tia e depois foram viver com outras pessoas. Vive com ela, também, a neta Mirely, filha da Bruna, que também foi para a Unifesp, no dia em que eu e Ana combinamos de conversar.

Ana Maria, a Tina, atua como redutora de danos no coletivo “DiV3rso” da Unifesp Baixada Santista. Sua bandeira e luta é cuidar e articular os direitos das mulheres que passam pelo que ela já passou.

Eu e Ana mantemos um forte vínculo, nos falamos quase que diariamente, sempre conversamos e ela me conta o que tem feito na Praia Grande, fala do trabalho, do carrinho de pipoca que ganhou em um sorteio e que finalmente conseguiu uma licença para vender pipoca, fala de como estão os filhos, conta das dificuldades, conta da escola, contente que passou de ano, agora em 2021.

Ana e eu, desde que nos encontramos, participamos juntas de muitos debates, como falei no início da tese, foram audiências públicas, seminários, palestras, rodas de conversas. Pablo, está sempre junto, é um grande companheiro nessa luta.

Em janeiro de 2022, sua filha Bruna, conseguiu reencontrar a irmã Taina, segunda filha de Ana. Como me disse Ana, Bruna tem todo um “jeitinho” e foi a Bruna que conseguiu que as duas voltassem a conversar, inicialmente estão conversando pelo telefone e agora organizam um encontro presencial.

3.1 Os direitos sexuais e reprodutivos: bandeiras, lutas e guerras

As mulheres que acompanhamos nesta pesquisa, como Tatiana Raquel, Aline e Ana vivem uma imensa exclusão, até mesmo dos debates feministas, por serem mulheres que usam drogas. As mulheres que são parceiras nesta pesquisa, estiveram de fora de muitas das reivindicações e lutas do movimento feminista, bem como, também não estiveram como uma das prioridades da reforma psiquiátrica, que entendo que possui uma dívida histórica com elas, pois o acontecimento da retirada dos bebês das mulheres tidas como “loucas e drogadas” ocorre há décadas em nosso país. Sabemos que hoje existem muitos movimentos, assim como serviços, que vêm colocando como pauta central essa temática, como movimentos nacionais do campo da reforma psiquiátrica antimanicomial.

Nesse capítulo, traremos o debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos buscando dar corpo aos acontecimentos que atravessam o cotidiano dessas mulheres, que tiveram suas vidas judicializadas, marcadas pelo acontecimento do que chamamos de rapto, sequestro e retirada de bebês.

Há alguns anos, percebemos a visibilidade dessa pauta e movimentos como a RENFA – Rede das Feministas Antiproibicionistas, que tem realizado esse debate de forma conjunta das mulheres cisgêneras, mulheres e homens transexuais que perderam seus filhos.

A RENFA⁷⁰ foi fundada em 2016, sendo uma organização de direitos humanos que promove a garantia dos direitos das mulheres e das pessoas trans, buscando a igualdade social através de valores feministas, anticlassistas, antirracistas e antiproibicionistas, atuando em favor das pessoas mais atingidas pelo modelo proibicionista, que são pessoas negras; mulheres encarceradas e seus familiares; profissionais do sexo; mães vítimas da violência do Estado, que tiveram seus filhos mortos ou sequestrados; mulheres em situação de rua e LBTQIA+.

As mulheres que encontrei durante esses anos, nos diferentes espaços e lutas em que elas adentram, mostram uma força e potência sem tamanho, força esta que podemos encontrar nas suas narrativas, contidas nesta tese. Dessa forma, buscamos inicialmente explicitar uma necessária perspectiva política e epistemológica capaz de incluir estas mulheres, na perspectiva de um feminismo interseccional mais amplo, o que queremos falar com isso: situar esse debate como um feminismo antiproibicionista, que faça um bom combate às opressões, ao racismo, e à exploração capitalista.

A autora Kimberlé Crenshaw (2004) vai apontar que as discriminações ocorrem de formas distintas, entendendo que quando elas ocorrem de forma conjunta, no caso da discriminação racial e de gênero, aumentam as barreiras de acesso em muitos espaços de vida, como no caso das mulheres que acompanhamos aqui, em que se soma mais uma camada, por se tratarem de mulheres usuárias de drogas, que por conta de todas essas intersecções produz o efeito de sequestro de seus filhos.

A pauta urgente dos direitos sexuais e reprodutivos é reconhecida nas diferentes vertentes do feminismo, fundamentalmente pelo aborto, debate fundamental, que merece ampliação. Porém, aqui, para além da luta pelo direito ao aborto, traremos luz a outras cenas em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, como a pauta da esterilização compulsória e diferentes formas de controle dos corpos das mulheres, direito às maternidades, entre outros pontos centrais, que se referem aos diferentes aspectos da liberdade reprodutiva.

Sentimos a ausência, ao longo dos anos, desses aspectos nos diferentes movimentos feministas, bem como nos debates da reforma psiquiátrica antimanicomial brasileira. Sem sombra de dúvidas, pela urgência da retirada das pessoas, em especial adultos, que foram internadas em hospitais psiquiátricos, marcam um tipo de debate e construção teórica, sendo que pautas como a da saúde mental infantojuvenil brasileira, têm entrada tardia na agenda das políticas públicas. Na última década, temos registros importantes desse avanço, como nos

⁷⁰ A RENFA existe em 14 estados. Destacamos outros movimentos locais, que disparam esse debate, como o caso emblemático de Belo Horizonte, bem como Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

documentos nacionais⁷¹, publicados pelo Ministério da Saúde, que reconhecem a importância da convivência familiar e comunitária. Também percebemos contruções teóricas fundamentais nos últimos anos, como a trilogia *Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe*, organizado pelas autoras Rachel Gouveia Passos e Melissa de Oliveira Pereira (2017).

Para situar historicamente, vale contextualizar que foi a partir do século XIX que se iniciou uma construção de teorias feministas que passaram a discutir a hegemonia masculina e o patriarcado. Para Carla Garcia (2015, p. 16) foi “o feminismo radical, a partir dos anos 70 do século do XX que o utiliza (patriarcado) como peça-chave”. Sabemos que o movimento feminista tem suas diferentes “ondas” como sintetiza Garcia (2015):

O feminismo moderno ou a primeira onda: que começa a obra de Poulain de la Barre e o movimento de mulheres da Revolução Francesa que ressurgem com toda a força nos grandes movimentos sociais do século XIX chamado também de segunda onda e o feminismo contemporâneo - ou a terceira onda - que marca o movimento dos anos 60 e 70 e as novas tendências que nasceram no final dos anos 80 (GARCIA, 2015, p. 24).

Aqui nos deteremos mais especificamente nos anos de 1960 e 1970, tempo em que o movimento feminista está intimamente ligado à afirmação da liberdade sexual; para bell hooks⁷² (2019a) essas questões tinham relação significativa com as experiências das mulheres brancas, e mais especialmente daquelas com mais alto nível de educação.

Seguimos com bell hooks (2015), que discorre o quanto mulheres que tinham privilégio de classe continuavam a ter acesso a abortos seguros, enquanto as mulheres em “desvantagem material” sofriam, expostas a violências diversas, sendo que o direito das mulheres escolherem se gostariam ou não realizar o aborto, era um dos aspectos da liberdade reprodutiva.

bell hooks (2019b) aponta que, diferente do que foi apresentado midiaticamente, para além da queima dos sutiãs e da questão das lutas pelo direito ao aborto, o debate central se referia ao exercício da sexualidade, como o fato de escolher como e com quem gostariam de se relacionar, justamente em função das marcas oriundas das diferentes formas de exploração sexual que as mulheres sofrem.

⁷¹ Destaco três documentos publicados pela coordenação nacional de saúde mental, álcool e outras drogas do Ministério da Saúde que são: Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde; Atenção Psicossocial para crianças e adolescentes no Sistema Único de Saúde (SUS): tecendo redes para garantir direitos e o compilado do Fórum Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil: recomendações: de 2005 a 2012.

⁷² bell hooks é um pseudônimo que a feminista negra Gloria Jean Watkins escolhe para usar em sua escrita, sendo um nome de família, uma forma de mostrar sua ancestralidade, homenageando a avó.

Em relação às questões relativas à experiência da maternidade e de como as mulheres viviam esses processos, já se anunciavam práticas violentas, advindas de diferentes instituições. Destacamos, uma passagem da obra de hooks (2019a):

Enquanto a questão do aborto foi e permanece relevante para todas as mulheres, houve outras questões reprodutivas que eram tão vitais quanto, que precisavam de atenção e poderiam ter servido para incentivar multidões. Essas questões iam desde a educação sexual básica, controle pré-natal, medicina preventiva - que ajudassem mulheres a compreender como o corpo funciona - a esterilização forçada, cesarianas desnecessárias e ou histerectomias e as complicações médicas que esses procedimentos causavam. De todas essas questões, mulheres brancas com privilégio de classe se identificaram mais intimamente com a dor da gravidez indesejada (hooks, 2019a, p. 50-51).

As questões trazidas por hooks (2019a), como o aborto, obviamente atravessavam as mulheres negras, porém não se tratava da única questão e talvez nem a mais importante, no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos para as mulheres. As questões como as cesarianas e as histerectomias forçadas, não provocavam a atenção das grandes mídias, porque justamente confrontava frontalmente o sistema patriarcal dos médicos homens e brancos.

As mulheres pobres, em especial aquelas que são “minorias étnicas” continuam a ser vítimas da violência cirúrgica, como aponta Davis (2018) no caso das esterilizações forçadas, que discutiremos mais à frente. Davis sugere a necessidade de pensar tais violências numa chave de análise mais ampla:

Essas manifestações da violência contra a mulher se situam em um espectro mais amplo da violência produzida socialmente, que inclui violações sistemáticas orquestradas contra os direitos econômicos e políticos femininos (DAVIS, 2018, p. 42).

Davis (2018) aborda o quanto os direitos sexuais reprodutivos são muito mais amplos do que garantir aborto e métodos contraceptivos seguros, trazendo o exemplo de outras violências de gênero, como as violências que mulheres lésbicas vivem, como o fato de sermos alvos da violência sexual, como os estupros corretivos. O movimento antiestupro, na década de 1970 fez o papel fundamental de contestar mitos centrais em relação ao tema, como o aspecto de que a mulher é culpada ou “que a vítima do estupro é moralmente culpada pelo crime cometido por ela” (DAVIS, 2018, p. 37).

Outro debate central, quando falamos em direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, Davis (2018) debate a questão da maternidade para mulheres lésbicas⁷³, sendo que não havia

⁷³ O documentário *Nuclear Family*, lançado em 2021, retrata a vida de um dos primeiros casais de mulheres lésbicas dos Estados Unidos, que conseguem engravidar por inseminação caseira. Anos depois têm suas vidas judicializadas, por um dos doadores de sêmen. O casal tem duas filhas e a filha mais nova Ry Russo, é quem dirige o filme.

tecnologias de inseminação e nem possibilidade de adoção. A afirmação de nossas vidas, convoca a construção dessas tecnologias, para que outras maternidades sejam garantidas. O impedimento da maternidade das mulheres lésbicas, é uma das pautas que merecem ser ampliadas.

Em seu livro *Mulheres, Cultura e Política*, Angela Davis (2018) fala de como podemos romper com esses padrões históricos, ampliando o debate do feminismo, convocando defensoras e ativistas dos direitos humanos das mulheres:

Enquanto defensoras e ativistas dos direitos das mulheres de nosso tempo, devemos começar a fundir esse duplo legado a fim de criar um *continuum* único, que represente de modo sólido as aspirações de todas as mulheres da nossa sociedade. Devemos começar a criar um movimento de mulheres revolucionário e multirracial, que aborde com seriedade as principais questões que afetam as mulheres pobres e trabalhadoras (DAVIS, 2018, p.18)

Françoise Vergès⁷⁴ (2020), por muito tempo se apresentou nos diferentes espaços como uma militante anticolonial e antirracista pelo movimento da libertação das mulheres, mas que ao longo dos anos, se autodenominou feminista, por entender a importância do fortalecimento de um “feminismo político decolonial amplo, transnacional e plural” (VERGÈS, 2020, p. 30), marcando uma posição que ultrapassasse o feminismo civilizatório.

O feminismo civilizatório, de acordo com a autora, valida políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando outro tipo de opressão – não somente a masculina, mas de um povo sobre outro. Nesse processo são as mulheres dos grupos dominados que sempre sofrem mais. Para a autora, o feminismo decolonial, opõe-se ao feminismo liberal cujas pautas se encerram em demandas relativas à liberdade sexual e à igualdade no mercado de trabalho, desconsiderando as desigualdades entre as próprias mulheres e reafirmando ideologias racistas de escravatura e colonialismo.

A versão brasileira do livro *Um Feminismo Decolonial* (2020) traz uma introdução, escrita pela autora Flavia Rios⁷⁵, que atualiza e aproxima a discussão para o Brasil. Ao longo da leitura de toda a obra é possível compreender também que o feminismo francês proposto por Vergès pode nos inteirar do pensamento e das lutas das mulheres de diferentes continentes, especialmente aquelas vindas das chamadas epistemologias do Sul, que não podem ser confinadas a fronteiras geográficas criadas pelo mundo eurocêntrico.

⁷⁴ Françoise Vergès nasceu em 1952, em Paris, França. É cientista política, historiadora e ativista, especialista em estudos pós-coloniais, cresceu na Ilha da Reunião (França) e viveu por muitos anos na Argélia e no México.

⁷⁵ Flavia Rios é professora adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenadora do curso de licenciatura em Ciências Sociais da referida instituição, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Guerreiro Ramos (NEGRA) e integra o programa de pós-graduação em sociologia (PPGS). Autora e organizadora de diversos artigos e livros, dentre eles Lélia Gonzalez: Por um Feminismo Afro Latino Americano.

O mundo europeu se apropriou, de saberes, estéticas e técnicas dos povos que o continente negava, nesse sentido, Françoise Vergès retoma que questionar isso é uma posição do feminismo decolonial, que parte de um debate científico e filosófico criticando a narrativa europeia. A autora ressalta que a colonização pode ter acabado em muitos países, mas isso não significa que o colonialismo tenha desaparecido e que os movimentos feministas precisam assumir também essa bandeira.

Aqui seguimos com Lélia Gonzalez, que se afirma em um “feminismo afro-latino americano”, sendo uma referência para os debates antirracistas e feministas e também por ter construído uma crítica fundamental ao viés eurocêntrico que pauta o feminismo ocidental. Essa perspectiva confronta a colonialidade epistêmica, fazendo laço com o que outras autoras apontam, como a própria Françoise Vergès. Lélia questiona diferentes práticas colonializadas, como a psicanálise, que se construiu nas bases europeias, debatendo como opera a internalização da dominação, resultando na produção de sofrimento, que iremos debater mais profundamente na próxima seção.

As autoras Lélia Gonzalez (2020) e Angela Davis (2018) apontam em suas obras os efeitos da colonialidade nos movimentos feministas, ambas as autoras constroem, de formas muito semelhantes, o fato de que as feministas brancas diziam incluir as mulheres negras nos seus debates “mas elas [as mulheres negras] não querem comparecer”, sendo que podemos visualizar que muitas mulheres negras se organizam em outros coletivos, em função do fato de que as pautas que se discutiam nos movimentos das mulheres feministas brancas não diziam respeito ou pouco interessavam às mulheres negras, que tinham direitos assolados como seus direitos econômicos, políticos e sexuais, assim como seus direitos subjetivos, como Gonzalez (2020) aponta, já que as mulheres negras sofriam mais violências, mais discriminação e eram afetadas com o desemprego ou em situação de subemprego.

Outro debate que nos leva para uma melhor compreensão das estéticas colonizadoras é a autora nigeriana Oyèrónké Oywúmí (2021), que faz um outro itinerário, buscando incidir em formas de reorientar o pensamento descolonizador, não sendo pautado só em construções ocidentais.

Nessas conexões com outros mundos, Françoise Vergès (2020) discute pontos que se aproximam da realidade brasileira, visto que uma das históricas divergências entre feministas brancas e negras no Brasil é justamente a questão dos diferentes entendimentos em relação aos direitos reprodutivos.

Na década de 1960, no período que se designou de segunda onda do feminismo, tivemos um movimento mundial pelo fortalecimento dos direitos civis das pessoas negras, que consistia

em conseguir reformas visando abolir a discriminação e a segregação racial no país, mas seguimos afirmando que o movimento feminista majoritário, não conseguia olhar para as mulheres que mais sofrem violências, como por exemplo, as nossas parceiras⁷⁶ de pesquisa, que sofrem pelo afastamento compulsório de seus filhos.

A presença deste debate e a sustentação de maternidades antiproibicionistas (MALHEIRO, 2020) é bastante recente na produção científica brasileira. Por isso, concordamos com Françoise Vergés, ao apontar a necessidade da construção de uma perspectiva que vá “além da interseccionalidade”, para as mulheres que vivem vidas precárias e sustentam corpos exauridos. Vergés (2020) em seu livro faz a seguinte reflexão:

Não se trata nem de uma “nova onda”, nem de uma “nova geração”, para usar fórmulas favoritas que mascaram as vias múltiplas dos movimentos das mulheres, mas de uma nova etapa no processo de decolonização, que, sabemos, é um longo processo histórico. Essas duas fórmulas (onda e geração) contribuem para o apagamento do longo trabalho subterrâneo que permite às tradições esquecidas renascerem e ocultam o próprio fato de que elas foram soterradas; em outras palavras, essa metáfora confia uma responsabilidade histórica a um fenômeno mecânico (“onda”) ou demográfico (“geração”) (VERGÉS, 2020, p. 36).

Para olhar as tantas posições que envolvem o debate da interseccionalidade, retomamos Kimberlé Crenshaw (2002), responsável por cunhar esse termo, pensando na interseccionalidade como uma ferramenta jurídica para o reconhecimento de direitos específicos diante da convergência de opressões, ou seja, não se trata de pensar como um somatório de opressões, como muitas vezes é utilizado.

Em uma perspectiva sobre as diferenças entre mulheres e homens, Crenshaw (2002) analisa que, por muito tempo, a diferença se colocou como uma justificativa para negar e marginalizar os direitos das mulheres, assim sustentando a desigualdade de gênero, hoje, uma das questões que se colocam como ferramenta jurídica, é que todas as instituições de direitos humanos devem incorporar uma análise de gênero, justamente porque a forma como essas intersecções operam produzem vulnerabilidades distintas para diferentes grupos de mulheres. Um exemplo que a autora trabalha é a esterilização de mulheres marginalizadas em diversos países, como as Porto-Riquenhas esterilizadas sem seu consentimento nos Estados Unidos, em 1950.

⁷⁶ Conforme apontamos em outro capítulo, utilizaremos a terminologia parceiras de pesquisa, para falar delas, que não são “mulheres pesquisadas”, mas são as mulheres que fazem esta pesquisa, que saem do campo normativo em relação ao uso de drogas e da perspectiva hegemônica em relação à maternidade e que estão fora da pauta dos movimentos feministas, assim como dos movimentos antimanicomiais. Seguimos a terminologia “parceiras” em função da imensa contribuição ética e política que a antropóloga Luana Malheiro dá e que podemos encontrar mais sobre esse debate em seu livro *Tornar-se Mulher Usuária de Crack: Cultura e políticas sobre drogas* (2020).

Com isso, a autora (CRENSHAW, 2002) desdobra o entendimento de que a interseccionalidade é uma chave para entender o problema, que se consolida por questões estruturais e dinâmicas, que produzem subordinação, apontando que:

A forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Outro ponto trazido pelas autoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) em relação à interseccionalidade como uma importante ferramenta para pensarmos nas desigualdades globais, apontando que o alcance desse debate “no contexto transnacional circula como ferramenta analítica e política” (COLLINS, BILGE, 2021, p. 75).

Silvia Federici (2021) conversa muito com as proposições das autoras acima mencionadas, em especial em sua obra *O Patriarcado do Salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*, sustentando que para sermos feministas precisamos ser anticapitalistas, só assim podemos enfrentar a desigualdade socioeconômica advinda do capitalismo.

Pensando nesse debate, as mulheres e mães que acompanhamos, que experimentaram a dureza da trajetória de rua, da ausência de trabalho, múltiplas violências, solidão e o rompimento de vínculos familiares precocemente, vivendo os efeitos do capitalismo e do patriarcado, sendo colocadas e mantidas no lugar de exclusão, não à toa, nos nossos encontros com as mulheres, estão presentes relatos do aumento do uso de crack, álcool e outras drogas, próximo às cenas das violências vividas, como os estupros, a retirada dos filhos, dentre outras cenas, o uso de drogas ocorre na intenção de aplacar a dor.

Quando escutamos essas mulheres, com vidas marcadas pelo esvaziamento de todas as redes de apoio, como a família, a possibilidade do exercício da maternidade, de exercer um trabalho, percebemos o quanto essa análise mais ampla da opressão em todos os aspectos da vida é fundamental visto que estas violências invadem os tecidos mais íntimos e mina todas as possibilidades e espaços de vida.

Por isso, quando discutimos e pensamos no feminismo interseccional, que ganha força em função do trabalho, presença e militância das pensadoras feministas negras, em especial das latino americanas, americanas, negras e indígenas na década de 1970. Aqui retomamos a autora Patricia Hill Collins (2019), comentando que os direitos sexuais e reprodutivos, fazem parte das opressões interseccionais, ainda que as formas em que as opressões sejam conceituadas possam ser distintas. Ela aponta pelo menos três formas: a primeira em que a sexualidade pode ser

analisada como um sistema autônomo de opressão, como as opressões de raça, classe e gênero. Uma segunda possibilidade que a autora trabalha trata-se da sexualidade ser “manipulada no âmbito da classe, da raça, da nação e de gênero” (COLLINS, 2019, p. 244) e uma terceira visão toma a sexualidade em uma esfera específica da interseccionalidade, onde um conjunto de opressões se encontram.

Dessa forma, com outra análise dos direitos sexuais e reprodutivos, onde Crenshaw (2002) aponta quais justificativas são atribuídas, na invasão dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres pobres, como a esterilização e outras formas de controle da natalidade, justamente atribuindo mulheres pobres “como sexualmente indisciplinadas” (CRENSHAW, 2002, p. 179).

Mesmo percebendo que temos movimentos e avanços no debate interseccional, ainda assim, percebemos que as mulheres que são parceiras neste percurso de pesquisa seguem à margem do debate da saúde pública, por serem pobres, negras e por fazerem um uso mais intenso de drogas, justamente pela posição proibicionista que toma a ação das diversas instituições que as interpelam. Percebemos que existem movimentos que sustentam a garantia de direitos, mas ainda assim é necessário ampliarmos o debate.

Por isso temos que avançar na radicalidade do debate, que alguns movimentos têm feito, como por exemplo as mulheres que compõem a RENFA, que têm pautado conjuntamente com as mulheres que vivem diferentes violações, a importância de formas mais dignas de vida.

Na busca de discussões sobre os diferentes movimentos sociais, encontramos na autora argentina Verónica Gago (2020, p. 11), uma “chave de investigação militante”, debate presente em seu livro *Potência Feminista ou o Desejo de Transformar Tudo*. A autora adentra em uma trama transnacionalista, retomando e vivendo a potência dos movimentos feministas como *NiUnaMenos*⁷⁷. Com muita alegria, nos primeiros dias do ano de 2021, vibramos com as hermanas argentinas a conquista da lei de legalização do aborto, o que fez vibrar nossos corpos cansados, de tanta violência que estamos vivendo no Brasil. Em alguma medida, vibramos todas nessa onda feminista de dias melhores para todas. “Potência feminista é capacidade desejante. Isso implica que o desejo não é o contrário do possível, mas a força que impulsiona o que é percebido coletivamente e em cada corpo como possível” (GAGO, 2020, p. 11)

Se a potência feminista nos impulsiona, com sua capacidade desejante e se movimentos como a RENFA e *NiUnaMenos* nos inspiram no debate sobre a garantia e defesa de direitos das

⁷⁷ O movimento *Ni una menos* iniciou sua formação em março de 2015 e tem atuado fortemente junto à sociedade argentina, assim como vem construindo ponte com outros países, reivindicando a promoção de políticas públicas (leis, projetos, destino de verbas públicas) que promovam uma maior igualdade de gênero e de preservação do bem-estar das mulheres argentinas.

mulheres que são as que mais sofrem com a violência patriarcal, do Estado, das famílias. Recorremos a Beatriz Nascimento (2021) e a Françoise Vergès (2020), que nos falam de um feminismo de quilombagem, para se referir aos movimentos que afirmam e representam um feminismo radical. A proposta de um feminismo de quilombagem nos ajuda a questionar todas as formas de opressão, como iremos aprofundar nas próximas seções.

Aqui, apontamos as contribuições trazidas por Emiliano Camargo David que compreende o quilombamento como “resistir em busca libertária, abolicionista e antirracista, valorizando aspectos territoriais e culturais da população negra que predominantemente tem sido vítima diuturna de um Estado que busca lhe fazer anônima, indigente, presa, morta” (DAVID, 2018, p. 122). O autor aponta que a proposta do quilombar-se é justamente “sair do paradigma racista, trabalhando pela desinstitucionalização do racismo como relação de poder [...] sustentar o desejo da diferença, mas trabalhar também pela produção do comum” (DAVID, 2018, p. 146).

3.2 Mulata, mucama e mãe preta: a condição das mulheres negras escravizadas no Brasil Colônia e Império

Mulher mãe negra

*Não te lembro macia
Mas pelo teu amor pesado
Uma imagem da tua carne que já foi delicada
Partida em esperas traiçoeiras.*

*Quando chegam estranhos e me saúdam
Teu espírito envelhecido faz uma reverência
Cintilando de orgulho
Mas você já guardou esse segredo
No centro das fúrias
Me pendurando
Com seios vastos e cabelo áspero
Com sua própria carne cindida
E olhos fundos de dor
Enterrados em mitos de menor valia*

*Mas eu descasquei tua raiva
Até o cerne do amor
E olha, mãe
Eu sou
Um templo escuro onde teu verdadeiro espírito se eleva
Belo
E duro como castanha*

*Pilar contra teu pesadelo de fraqueza
E se meus olhos ocultam
Um esquadrão de rebeliões conflitantes*

*Eu aprendi com você
A me definir
Por suas negações
(Audre Lorde, 2020)*

Neste item, temos como objetivo trazer as dimensões do período da colônia e do império, discutindo como se deu o processo de colonização e quais tecnologias de poder e controle foram aplicadas no corpo da mulher negra, bem como o exercício de sua maternidade. Nesse período, se produziram estereótipos raciais e sexuais em relação às mulheres negras que foram objetificadas e hiperssexualizadas como mulata, mucama, e mãe preta - aquela que amamentava e cuidava de crianças brancas enquanto era impedida de criar os seus filhos.

No cotidiano brasileiro, as mulheres não brancas sofrem as marcas da escravidão e, não à toa, esse tema tem lugar significativo em um país que sedimenta, em sua estruturação, inúmeras desigualdades socioeconômicas, culturais, raciais e de gênero.

Lélia Gonzales (2020) aponta que são muitos os legados que a escravidão deixou no Brasil, desde os processos de distribuição geográfica dos territórios aos impactos na saúde mental e no corpo das mulheres, que sofreram as mais diferentes formas de exploração.

Para Novaes (1997), o modo de operação do processo de colonização repercutia na esfera do cotidiano e da intimidade das populações coloniais na forma de exploração das pessoas escravizadas, que sofreram diferentes abusos.

Na mesma direção, seguimos com Achile Mbembe (2018a) que, em seu livro *Necropolítica*, fala da necessidade de olharmos os processos de escravização entendendo que essa pode ter sido uma das expressões iniciais de exercício biopolítico, essa estrutura que já dava condições para a consolidação de um estado de exceção⁷⁸. O autor destaca três pontos relativos à retirada de direitos das pessoas escravizadas: “perda de um lar, perda dos direitos sobre o seu corpo e perda do estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social” (MBEMBE, 2018a, p. 27).

Para todas as populações que foram devastadas no processo de colonização, como os indígenas, que foram condenados a desaparecer, só houve espaço para a brutalidade: “trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas...” (CÉSAIRE, 2020, p. 24).

⁷⁸ Os conceitos de biopolítica e estado de exceção serão explicitados no capítulo 2, mais especificamente no tópico “A consolidação de uma noção hegemônica de maternidade e as práticas de exceção”.

Na violência operada no corpo, as mulheres negras foram violentadas sexualmente desde o início do processo de colonização, como o autor Jurandir Freire Costa (2004) traz em seu livro, registrando que a mulher negra que foi escravizada no Brasil era tida como a responsável pela infelicidade dos casais, das famílias brancas. Afinal, o que supunham era que as mulheres negras tinham um “potencial sexual distinto”, logo, os homens se sentiam atraídos, como podemos ver no trecho abaixo, retirado pelo autor de uma tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, datada de 1869, sobre prostituição:

Os negros estúpidos e brancos por natureza e educação, desconhecendo o sentimento de pudor e da castidade, e dotados de temperamento erótico e consequentemente muito libidinoso, são neste estado lançados no seio de nossas famílias como verdadeiros autômatos de nossa vontade, nosso *fac totum*, sobretudo os do sexo feminino (MACEDO JUNIOR, 1869, p. 25 apud COSTA, 2004, p. 25).

A autora Luísa Saad, ao debater as questões relativas ao gênero em seu estudo sobre a criminalização da maconha no pós-abolição, comenta as ações de Rodrigues Dória⁷⁹ que, por meio de legislações, artigos e manifestações públicas⁸⁰, produzia regramentos que pautavam a vida das pessoas, forjando uma configuração de família na qual “homens e mulheres deveriam ser educados para tornarem-se bons maridos e esposas e fixarem relações duradouras e estáveis, formando famílias exemplares e equilibradas” (SAAD, 2019, p. 55). A autora afirma a presença de uma moral nos estudos de Rodrigues Dória os quais explicitam uma postura racista e, em muitos momentos, apontam a “inferioridade dos negros” (SAAD, 2019, p. 23).

Beatriz Nascimento ao falar da mulher negra e o amor, aponta os padrões estéticos em nossa sociedade, em que o maior grau de embranquecimento é favorecido; dessa forma, muitos homens hiperssexualizam as mulheres negras, “pela crença de que ela seja mais erótica ou mais ardente sexualmente” (NASCIMENTO, 2019a, p. 268).

Realizando uma aproximação nos debates da psicopatologia, Frantz Fanon, ao realizar essa articulação com as práticas racistas, aponta que, para compreendermos psicanaliticamente a situação racial, é necessário pensarmos nos “fenômenos sexuais” (FANON, 2008, p. 140), que justamente se consolidaram em uma ideia vinculada à potência sexual das pessoas negras.

⁷⁹ José Rodrigues da Costa Dória foi presidente de Sergipe e liderou a cátedra de botânica e zoologia na faculdade. Foi professor de medicina legal da Faculdade Livre de Direito da Bahia e elegeu-se conselheiro municipal de Salvador em 1896, participando do Conselho Sanitário Superior da Bahia.

⁸⁰ Luísa Saad aborda largamente em seu livro a trajetória de Rodrigues Dória, apontando que o autor é estudado tanto por pesquisadores antiproibicionistas quanto por autores proibicionistas (SAAD, 2019, p.67). Dória fez estudos sobre “venenos e drogas”, a questão das “casas de meretrício”, assim como estudos sobre “degeneração e crimes”. Como político, seguiu realizando o debate sobre o campo das drogas.

A autora Grada Kilomba (2019) também trabalha com a ideia de que se consolidou uma fantasia sobre a mulher negra roubando crianças e homens. Isso tem a ver com o fato de o corpo da mulher negra ter sido colocado em um lugar de sexualização e de reprodução, ou seja, como amantes ou mães. De acordo com Collins (2019) e Kilomba (2019), existe uma imagem da mulher negra como mãe, *mamies* e matriarcas e essas imagens servem para um controle de raça, gênero e sexualidade. A atribuição de valor e lugar dessas mulheres estava ligado ao cuidado e à maternidade, como Grada Kilomba descreve: “durante o colonialismo, seu trabalho foi usado para nutrir e prover a casa branca, enquanto seus corpos foram usados como mamadouros, nos quais as crianças brancas sugavam o leite” (KILOMBA, 2019, p. 141).

Essa noção foi engendrada no Brasil, como Lélia Gonzalez fala, em relação às figuras construídas como *mulata* e *doméstica*, que culmina em outros dois entendimentos, a *mucama* e a *mãe preta* como aquelas que cuidam de diferentes frentes de forma solitária, no interior das famílias brancas. O *racismo* e o *sexismo* foram, portanto, se consolidando nessa “dupla imagem da mulher negra: mulata e doméstica” (GONZALEZ, 2019, p. 238). As construções hegemônicas eram atravessadas por perspectivas socioeconômicas e foram produzindo a noção mais ampliada “[...] de mulata, doméstica e mãe preta” (GONZALEZ, 2019, p. 239).

Porém, a autora redimensiona efetivamente quem é a mãe das crianças:

Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe para dormir, que acorda de noite para cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Como mucama, é a mulher; então a “bá” é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça só serve para parir os filhos do senhor. Não exerce função materna. Essa é efetuada pela negra. Por isso, ‘mãe preta’ é mãe (GONZALES, 2019, p. 249).

Lélia Gonzalez foi uma pensadora que evidenciava as explorações e subordinações a que as mulheres negras eram submetidas. Alex Ratts e Flavia Rios (2010), em biografia sobre a vida da autora, afirmam o quanto ela fez esse intenso debate crítico, buscando auxiliar a construir entendimentos e mudanças em relação às questões socioculturais e econômicas produzidas no contexto das enormes desigualdades raciais e de gênero.

Um dos pontos que Lélia aborda é a falsa ideia que a Lei Áurea produziu, alimentando o mito da democracia racial, que construiu o entendimento de que vivemos em uma grande harmonia inter-racial. A ideia que o mito defende é atravessada por um discurso moral pautado em uma responsabilidade individual, ou seja, o fato de uma pessoa ascender ou não socialmente depende dela mesma, como comenta Gonzalez, apontando que essas posições são tomadas pelo

mesmo público que defende essa harmonia racial e que constrói julgamentos sobre as pessoas negras, como: “preguiça, irresponsabilidade, alcoolismo, infantilidade etc” (GONZALEZ, 2020, p. 38). Julgamentos estes que persistem fortemente até os dias de hoje sobre as mulheres que são parceiras nesta pesquisa.

3.2.1 O mito da democracia racial e os efeitos subjetivos nas mulheres negras

Para que o mito da democracia racial tivesse tanta aceitação em nosso país, Gonzalez (2019) questiona como ele se concretizou e onde a mulher negra se situa nesse discurso. Um dos exemplos que a autora trabalha parte da maior festa do Brasil, o carnaval, que, na análise de Gonzalez (2019), é um dos momentos em que o mito da democracia racial se expressa com força nos sambas e marchinhas em que a mulher negra é “adorada”. Mas é aí que ela aponta a violência simbólica, porque do outro lado ocorre o cotidiano dessa mulher:

[...] no momento em que ela se transfigura de empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito (GONZALEZ, 2019, p. 242).

O carnaval é aquele momento em que podemos ultrapassar os limites, quando até as drogas viram símbolos de alegria para uma sociedade que as condena o ano inteiro. Assim, é prevista uma data para sermos felizes, desprovidos de julgamentos; esse momento é permitido pelo discurso dominante que é quem pratica o discurso da democracia racial.

Lembro da poesia e dureza do filme *Estou me guardando para quando o carnaval chegar*⁸¹ que mostra o cotidiano de um trabalho explorado e a organização de um povo, para um único momento de alegria no ano, o carnaval.

Silvio Almeida (2019) comenta que uma das perspectivas sobre a herança da escravidão na produção do racismo, como excelente tecnologia de controle social, é o fato de se ‘naturalizar’ o pagamento de salários mais baixos para trabalhadores que pertencem a grupos minoritários, ou seja, manter os mecanismos de exploração.

Retomando o que Lélia pontua, é no carnaval que o perigoso, o marginal e inclusive esse trabalhador explorado, se transforma em algum símbolo de alegria, nesse momento de

⁸¹ O documentário dirigido por Marcelo Gomes, se passa na cidade de Toritama - Pernambuco, e é conhecida por sua produção em fábricas caseiras de mais de 20 milhões de jeans. Os proprietários destas fábricas trabalham sem descanso durante todo o ano. O carnaval, é o único momento em que eles descansam e se divertem.

exaltação do mito da democracia racial. A questão do “lugar” que Gonzales (2019, p. 252) comenta vai depender de onde as pessoas negras são vistas.

Por que vivem dizendo pra gente se pôr no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Porque será que se tem “o preconceito de se ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, nos cortiços e alagados? (GONZALES, 2019, p. 252).

No livro *Por um feminismo afro-latino americano*, Lélia coloca que, no caso brasileiro, os efeitos da “ideologia do branqueamento” faz laço justamente com o mito da democracia racial e é esse encontro que produz ideais e lugares forjados, exemplificados por ela em falas, tais como: “que se ponham em seu lugar” ou “preto de alma branca” (GONZALEZ, 2020, p. 33).

Fanon articula a ideia das moralidades apontando que, para as pessoas negras, resta um lugar do que é ruim, de imoralidade, como ele mostra nessa passagem: “preto é aquele que é imoral. Se na minha vida me comporto como um homem moral, não sou preto. Daí se origina o hábito de dizerem também na Martinica, do branco que não presta, que ele tem uma alma de preto” (FANON, 2008, p. 163).

Um outro lugar que evidenciamos nesta tese diz respeito a quando as mulheres negras chegam ao judiciário, esse lugar em que as desigualdades são tantas. Estas desigualdades, como aponta Kant de Lima (2010), são fruto da forma como o poder judiciário atua, pautado em uma “tradição”, sem conseguir realizar um debate que esteja conectado com aquilo que se passa na vida das pessoas, “ocultando sua vinculação com as transformações políticas, sociais e econômicas que acompanharam sua produção e reprodução” (KANT DE LIMA, 2010, p. 37).

Esse poder judiciário branco, que opera e produz os julgamentos contra as mulheres que acompanhamos nessa pesquisa, dificilmente produziria esses julgamentos em relação às mulheres brancas de classe média ou ricas, conforme podemos observar no estudo de mestrado que analisou os processos de acolhimento institucional de destituição familiar na cidade de São Paulo (SOUZA, 2017). No estudo, fica evidente que crianças filhas de mães pobres e negras tiveram a destituição familiar consolidada de forma ágil, desrespeitando princípios fundamentais do ECA. Já mulheres brancas que estavam em uma condição de vida um pouco melhor conseguiram retomar a convivência com os filhos.

Ao analisar as relações raciais na cidade de São Paulo⁸², em especial, buscando saber quais eram os sentidos atribuídos em relação à branquitude das pessoas entrevistadas, Lia Vainer

⁸² “São Paulo contou com a história do colonialismo iniciada há mais de 500 anos, incluiu a escravidão dos africanos, o extermínio de inúmeras culturas indígenas, a migração forçada, subsidiada, interna e externa. Durante esse processo, ocorreu a institucionalização do racismo na Europa e a apropriação dessa ideologia por muitos que

Schucman (2020) mostra como a branquitude se constitui e o quanto isso tem ligação com os territórios mais ricos, nesse entendimento do “lugar de branco” (SCHUCMAN, 2020, p. 198), ou seja, uma mulher branca, moradora de um bairro de elite de São Paulo, não seria interpelada sobre seu uso de álcool ou cocaína na maternidade, em um bar ou em um serviço médico.

Saad (2019) ao debater aquilo que era entendido como os “vícios elegantes” da sociedade e aqueles entendidos como os que colocavam as famílias em risco, aponta que os “vícios elegantes” e “chiques”, como a cocaína, eram usados por “moços ricos”. As pessoas mais pobres, que usavam drogas mais baratas como o álcool e a maconha, eram consideradas um risco para a sociedade. Dessa forma, podemos pensar que, ainda hoje, pessoas que fazem uso de drogas em locais protegidos, e que provavelmente tenham onde morar e emprego, dificilmente serão criminalizadas pelo uso, diferente daquelas mulheres que vivem nas ruas, sem moradia, sem rede e sem apoio.

Estas mesmas mulheres representam também as mulheres encarceradas que, segundo Flavia Medeiros (2019, n.p), são “mais de 60% destas sob acusação de crimes nos quais as ‘drogas’ – notadamente pequenas quantidades de substâncias servem como material para incriminação”. A autora pergunta por qual motivo o Estado promove políticas de segurança pública em que o principal motivo é uma produção de exclusão social, violência e morte, assim como questiona o fato de o Estado operar uma prática “tecnológica burocrática” (MEDEIROS, 2019, n.p) que tem como alvo privilegiado a população mais pobre e negra.

3.2.2 Mulher negra hoje: opressões e seus impactos psicossociais

*Segunda ruptura:
a tarefa política fundamental no Brasil
é a destruição da máquina necropolítica
que pulsa no coração do seu Estado.
(Centelha, 2019)*

Beatriz Nascimento (2019), ao pensar a mulher negra e sua relação com o trabalho, já apontava que para além de cuidar das crianças das mulheres brancas, satisfazer as vontades dos senhores, também era aquela que garantiria o sustento, o acesso ao alimento para a sua família, dessa forma, a mulher negra era aquela que sustentava todo um sistema.

aqui estavam presentes. Nesse processo de colonização e construção da cidade, milhões de descendentes de africanos, asiáticos, árabes, judeus, europeus e indígenas se transformaram em brasileiros, paulistanos brancos e não brancos. Há narrativas diversas, portanto, para os grupos de sujeitos considerados brancos na cidade de São Paulo” (SCHUCMAN, 2020, p. 119).

Como Munanga *et al.* (2016) coloca, as mulheres no período escravista estavam inseridas em trabalhos forçados, tendo seus direitos e seus corpos violados. O autor aponta que esses desafios seguem postos, justamente por seguirmos vivendo em uma sociedade machista e racista.

Nesse lugar do capital, Nascimento (2019) discute que a dinâmica do sistema econômico constrói seus mecanismos para selecionar as pessoas que tomarão a frente de cada tarefa. Dessa forma, as mulheres negras continuam em um lugar marginalizado, tanto no trabalho quanto nos demais espaços da vida.

Assim, fica evidente que as mulheres negras que vivem na periferia são as que mais sofrem “os efeitos da terrível culpabilidade branca” (GONZALES, 2019, p. 245). Exatamente pelo motivo de que são elas que correm cotidianamente para conseguir garantir o sustento da família, muitas vezes sozinhas, em função de tantos ataques que os homens negros sofrem na cidade, como a violência policial.

Aimé Césaire, ao falar das opressões produzidas por diferentes agentes e instituições, reatualiza aquilo que as antigas sociedades passaram e isso se reproduz em cenas cotidianas “[...] em cada negação da justiça, cada escândalo abafado, cada expedição punitiva [...]” (CÉSAIRE, 2020, p. 26).

Se debruçando sobre as questões relacionadas ao sofrimento psicossocial, Frantz Fanon (2021) pensava em especial na forma como as marcas do racismo operam na saúde mental, no livro *Por uma Revolução Africana* aborda o quanto os processos de racismo levam a pessoa negra a ser encurralada, sem meios de existir, tendo seu desejo de viver capturado.

Aproximando esse debate ao tema desta pesquisa, em relação às crianças sequestradas, filhas das mulheres usuárias de drogas, muitas foram as mães culpabilizadas pelos seus modos de vida. Para além de todo julgamento sobre o uso de drogas, também foram julgadas pela situação de pobreza⁸³ em que viviam. As mulheres que acompanhamos nessa pesquisa não mediram esforços para sustentar seus filhos. Porém, na leitura de muitos serviços, isso não era suficiente, reforçando a ideia de que as mães pretas não servem para seus filhos, mas esses filhos podem servir para as mulheres brancas.

Inúmeras mulheres tiveram uma resposta negativa para entrar no mercado de trabalho, em função da “boa aparência” (GONZALES, 2019, p. 247). Colocá-las em trabalhos explorados ou não acolhe-las em lugar algum, destrói subjetivamente essas mulheres, ou seja, o racismo e o sexismo constroem e consolidam *neuroses psicossociais* (GONZALES, 2019), especialmente nas mulheres negras e pobres. Delas nascem as experiências de sofrimento psíquico, rotuladas

⁸³ Mesmo que desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) o artigo 23 afirme que “A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder”.

pelos mais diferentes diagnósticos psiquiátricos e expressas também nos usos diversos de substâncias lícitas e ilícitas, incluindo aquelas receitadas pelos próprios psiquiatras, em sua grande maioria brancos. Esses rótulos seguem sendo produzidos pelos mesmos brancos que desenvolvem pouco ou mal a escuta e não reconhecem o racismo e o sexismo como produtores dos mais diversos adoecimentos psíquicos, ao contrário disso, seguem produzindo mecanismos de controle social e moral dos corpos.

Para o Coletivo Centelha (2019), o Brasil guarda em seus vínculos sociais a estrutura da exploração escravista colonial, incorporando cada vez mais novas tecnologias do capitalismo contemporâneo, construindo uma ponte entre aquilo que é mais moderno, como a exploração do capital, e o mais arcaico – que é o passado colonial. Isso demonstra a continuidade entre passado e presente. “Um desses pontos convergentes é a gestão da morte” (CENTELHA, 2019, p. 36).

Aqui concordamos com Franco (2021) quando trabalha as questões relativas à *necrogovernamentalidade* e *necropolítica*, onde o *fazer morrer* não se encerra na morte, nos assassinatos, nas chacinas, mas opera em uma lógica de gestão de sofrimento dos corpos.

Nas experiências coloniais e neocoloniais, do presente e de outrora, o controle do território, ainda que não exclua formas biopolíticas e disciplinares de dominação, leva a produção de condições mortíferas para a população local com o objetivo de incapacitá-la política, econômica e estruturalmente, dispondo seus corpos no limiar entre a vida e a morte (FRANCO, 2021, p. 42).

Ao comentar que a prática do racismo faz a sua divisão entre aqueles cujas vidas “merecem” ser vividas e aqueles sem esse direito, Silvio Almeida também afirma que a morte não se trata da retirada da vida, mas dos processos de mortificação daqueles que estão diante da “[...] exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição” (ALMEIDA, 2019, p.115). Como diz Fanon:

O racismo salta aos olhos precisamente por fazer parte de um todo bastante típico: o da exploração desavergonhada de um grupo de homens por outro grupo, que atingiu um estágio de desenvolvimento técnico superior. É por isso que a opressão militar e econômica, na maior parte do tempo, precede, possibilita e legitima o racismo (FANON, 2021, p. 77).

Achille Mbembe (2018b) no livro *Crítica da Razão Negra* comenta os efeitos subjetivos, como nessa passagem: “investia contra o sistema nervoso tendia drenar as capacidades de suas vítimas criarem um mundo simbólico próprio” (MBEMBE, 2018b, p. 267). Justamente pelas marcas de exploração, como a experiência dos trabalhos forçados, que

marcava um domínio que os mais poderosos tinham sobre o futuro daquelas pessoas que eram colocadas nessas situações de extrema violência.

Corpos vigiados e robotizados, para entrarem em um certo modo de produção e em uma forma de viver a vida. Quando falamos das adoções forçadas e forjadas, para contemplar as famílias brancas, é uma forma de pensarmos como o exercício do controle ocorre nos corpos e em como a população, no caso as mulheres, passa a ser o alvo privilegiado desse tipo de controle.

Em *Esferas da Insurreição*, Suely Rolnik (2018) comenta que é na expressão do sofrimento que a indústria farmacológica se fortalece “precisamente desse desalento [...] contribuindo para sua perpetuação, já que confirma a interpretação fantasmática de sua causa e angústia que lhe provoca ao patologizar a experiência da desestabilização” (ROLNIK, 2018, p. 71).

Na modalidade atual, Rolnik (2018, p. 37) afirma que o “inconsciente colonial-cafetinístico” atua justamente na lógica de retirar a pulsão da vida e inserir uma outra lógica, que podemos entender “que foi introduzida pelo capitalismo financeirizado e neoliberal – a qual se define [...] pelo sequestro dessa força no próprio nascedouro de seu impulso germinador de mundos” (ROLNIK, 2018, p. 37). Esse sequestro tem ligação com a precarização da vida, produzindo traumas e uma impossibilidade de agir “é com base nesse trauma induzido que se constroem as condições para o poder sem limites do capitalismo globalitário, que passa pela tomada do poder do Estado, em situações em que este todavia não se encontra inteiramente em suas mãos” (ROLNIK, 2018, p. 80).

Uma das passagens do livro *Os Supridores* (FALEIRO, 2020)⁸⁴, tem ligação com o que Suely Rolnik fala, na dimensão desse sequestro da vida, de algo potente que poderia ser, mas que é retirado pelo modo como as forças capitalísticas, racistas e sexistas operam. A passagem trata do diálogo entre os dois protagonistas da história, e diz assim:

Tu passa a vida te perguntando onde foi que tu errou, o que é que tu fez de errado. Mas quando eu abro a minha maldita boca e começo a falar, eu te mostro a vida de outro ângulo, não é verdade? Eu te dou um vilão pra tu poder mandar teu ódio na direção correta. Eu te mostro que tu não é o vilão da tua própria vida. Eu te mostro que, enquanto tu faz força para subir, tem uma pá de safado fazendo força pra tu ficar onde tu tá, pra tu morrer afogado na merda pra eles nunca cair na merda (FALEIRO, 2020, p. 58).

Lélia Gonzalez (2019) chamava de *produção de neuroses psicossociais*; esse sofrimento que tem ligação com o que Faleiro (2020) evidenciou na passagem acima, uma construção na

⁸⁴ O autor do livro, um gaúcho da quebrada de Porto Alegre. A história refere-se a dois supridores de supermercados, aqueles que suprem, que repõem produtos nas estantes, e que, já cansados dessa vida, montam um plano para melhorar de vida através do tráfico de maconha.

qual a pessoa acha que tem cometido todos os erros, sendo que tem uma estrutura que monta essas paredes firmes e sólidas, produzindo vidas e territórios marcados pela catástrofe da colonização, ou como nos diz o Coletivo Centelha, “governar é gerir mortos e tratar setores da população como mortos em potenciais” (CENTELHA, 2019, p. 38).

Em *Olhares Negros: raça e representação*, bell hooks (2019c) debate a questão do “auto-ódio” dos negros, quando ela analisa o atravessamento dos processos de colonização e exploração produtores desse ódio racial, ao ponto de ser internalizado pelas pessoas. Em vários momentos, as mulheres que compartilharam suas histórias nessa pesquisa falavam de suas dores, de seu desespero em não conseguir estar com os filhos e da intensificação do uso de drogas como uma forma de se destruir, de acabar com o sofrimento que sentiam. Muitos as consideravam zumbis, mortas-vivas, vidas que são indignas, produzidas por modos de governo orientados pelas práticas de morte e de esquecimento de determinadas vidas.

No contexto da retirada de crianças, se produz o sumiço das mães para dar o destino desejado às crianças. Essas são formas de produção de fragilidades subjetivas operada por diferentes poderes e instituições: “aliam-se procedimentos micropolíticos, numa tríplice aliança composta pelos poderes Judiciário, Legislativo e midiático” (ROLNIK 2018, p. 79).

Seguimos com Lazzaroto e Alliez (2021) que afirmam que a descolonização política precisa ser acompanhada por uma outra descolonização, a subjetiva. Isso não é algo que está próximo, pois a lógica de governar, produzida por diferentes atores, segue sendo a mesma. Nesse sentido concordamos com o Coletivo Centelha, ao dizer que:

[...] não é por acaso que todo governo fascista precisa se voltar contra os batimentos do desejo. Trata-se de não deixar nenhum espaço sem sua interferência, para que nenhum deles venha [a ser] o início das rachaduras. Se todo fascismo fala tanto sobre sexo, sobre corpos em contato, sobre quem pode ser visível, sobre nossas crianças ameaçadas, sobre a maneira singular com que cada um desenha e se decompõe (CENTELHA, 2019, p. 59).

Se aqui nós “desenhamos” o funcionamento do colonialismo na aliança com o Estado e as instituições, interessa agora detalhar sua produtividade e seus efeitos sobre as mulheres.

Uma mulher- lamento para crianças perdidas

*Despertar
Rumores da necessidade de sua morte
Se espalham pelos lampejos que gritam persistentes
Na luz da manhã
Eu deito
Sabendo que já passou a hora do sacrifício*

*E eu queimo
 Feito a língua faminta de um fogo ocre
 Feito uma bênção de fúria
 Lançada pela palma da mão
 Da deusa do trovão
 Abrindo as dobras da terra com um dedo minucioso
 Eu produzo
 Uma gota de sangue
 Que eu sei de súbito
 Perdida.*

*Um homem nomeou a si mesmo
 Guardião leal dos fetos
 Séculos de crianças perdidas
 Guerreadas e prostituídas e massacradas
 Me ungem guardiã
 Da vida.*

*Mas na luz primeira
 Outro sacrifício é feito
 Sem questionamento
 Uma pequena forma escura escorre
 Um declive montanhoso
 Arrastando sua trilha de sangue perdido
 Até o chão
 Estou quebrada
 Em fendas de gritos
 Que soam como mineração cintilante
 Em ar matutino traiçoeiro
 Nas calçadas assassinas
 Eu estou curvada
 Para sempre
 Limpando o sangue
 Que devia ser
 Você.
 (Audre Lorde, 2020, p. 157)*

3.3 O Matriarcado da miséria

Para falar das mulheres que são impedidas de exercer a maternidade, ou daquelas que as exercem passando por grandes experiências de sofrimento, vivendo em condições duras, sem redes de apoio, seguimos com Sueli Carneiro (2011), que relembra a expressão “matriarcado da miséria” proferida pelo poeta paraibano Arnaldo Xavier, que se dirigia às mulheres que carregam no corpo uma vida marcada pela exclusão e pela miséria. Tanto a obra de Carneiro (2011) quanto a de Françoise Vergés (2020) se dirigem às trabalhadoras, mulheres com vidas exploradas, marcadas pelas desigualdades, pelo racismo e pelo sexismo.

Continuando com os debates raciais, Carneiro (2011) aponta o quanto o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial em relação ao debate sobre gênero, que estabelece mais ou menos acesso das mulheres em diferentes espaços da vida.

Em alguma medida, não reconhecer a dimensão racial nos debates relativos à maternidade reproduz, afirma e sustenta essa posição controladora em relação às mulheres negras: “A mãe negra representa a relação ideal de mulheres negras com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada, que é amada pela família branca” (KILOMBA, 2019, p. 142).

Dessa maneira, para que as mulheres possam acessar minimamente alguns lugares, como os espaços de trabalho doméstico, elas passam a ser encorajadas a se tornarem inférteis, enquanto as mulheres brancas, por terem melhores condições econômicas, são incentivadas a ter filhos. Esse debate tem total ligação com as memórias coloniais, que se aproxima muito do que falamos na seção anterior.

Esse incentivo para a infertilidade ocorre por meio de diversas tecnologias, como as campanhas para uso de métodos contraceptivos, em especial para as mulheres que têm vivência de rua, estimuladas a usar implante anticoncepcional⁸⁵. Outra tecnologia de controle, que vem se configurando como uma das mais cruéis violências de Estado, é a laqueadura compulsória.

Nesses últimos anos, como exemplo, acompanhamos casos que ganharam visibilidade midiática e aqui destacamos a situação de algumas mulheres, como a esterilização de Janaina Aparecida Quirino, residente da cidade de Mococa - SP, que tinha 36 anos na época, fazia uso de drogas e estava presa por tráfico de drogas. Ela foi submetida à cirurgia de laqueadura, sem o seu consentimento, depois de decisão proferida pelo juiz Djalma Moreira Gomes Júnior, em junho de 2017 (PORTAL G1, 2019, online).

Mesmo com a lei de planejamento familiar, percebemos que mulheres em situação de rua, usuárias de drogas, com a experiência do sofrimento psíquico, mulheres com deficiência ou em contexto de prisão, têm sido alvos desse tipo de política. A laqueadura compulsória de Janaina é, nesse sentido, emblemática. Acatando o pedido do promotor da Comarca de Mococa, o juiz decidiu que o procedimento deveria ser realizado mesmo contra a vontade dela, por ela ser pobre, usuária de drogas e por já ter outros filhos, que julgavam que ela também não podia cuidar.

Destaco outro caso, que acompanhei enquanto estava em Brasília, de uma jovem mulher de Amparo, cidade localizada também no interior de São Paulo. Esse caso teve um desfecho diferente, em função da rápida ação da Defensoria Pública de SP, representada pela defensora

⁸⁵ O Implanon (implante anticoncepcivo), é o único produto dessa categoria aprovado, no Brasil, pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Daniela Skromov, que tomou a frente e conseguiu reverter a situação. “Na minha opinião, se foi identificada uma situação de vulnerabilidade, o Estado deveria fornecer meios que possibilitem esta pessoa a se estruturar. Não arrancar as trompas dela à força”, diz Daniela na entrevista (PORTAL G1, 2013, n.p).

Depois de forte mobilização, a Justiça de Amparo atendeu ao pedido da Defensoria Pública de São Paulo e anulou a ordem judicial. Essa mulher, que na época tinha 19 anos, um diagnóstico de “deficiência moderada”, cuidava de muitos sobrinhos e expressava seu forte desejo de ser mãe.

Vale lembrar, que os movimentos começam na cidade a partir de comentários que as pessoas faziam em relação à vida sexual dela, diziam que ela tinha mais de um parceiro e que a gestação poderia ocorrer em breve. Isso chega na justiça, que entendeu que uma laqueadura resolveria o que entendiam como “risco” para a gestação. Em uma das reportagens, eles apontam: “até agora a deficiente alega ter utilizado outros meios contraceptivos para evitar a gravidez” (PORTAL G1, 2013, n.p). Tratam-na única e exclusivamente como “a deficiente”: juíza, moradores da cidade, bem como a mídia, que desconsideram sua história, seu laço com as crianças e o seu desejo de ser mãe.

Diferentemente do caso da mulher de Amparo, foi o que ocorreu em 2021, em Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), com Andrieli e sua filha Suzi.

Andrielli dos Santos, de 21 anos de idade, teve sua filha Suzi separada compulsoriamente horas após o parto, nascida com 4.200 quilos, no Hospital Universitário da capital catarinense. Destaco o peso, porque discutiremos em outras seções da tese que bebês “gordos”, ou seja, bebês saudáveis, não devem ser colocados em UTI e nem distantes de suas mães e, caso se perceba alguma questão de fragilidade na saúde, como no caso de bebês de baixo peso, um dos caminhos utilizados é o “método canguru”⁸⁶, política de saúde humanizada, voltada para bebês com alguma fragilidade. Não bastasse essa violência, ela foi submetida a outra, no mesmo dia, sendo esterilizada durante a cesariana, sem ter sido consultada antes do procedimento definitivo que a impedirá de gerar outros filhos biológicos, ou seja, ela sofreu uma laqueadura compulsória.

⁸⁶ O método canguru é voltado para a humanização do nascimento, devendo promover ações desde o pré-natal “evitando condutas intempestivas e agressivas para o bebê. A atenção ao recém-nascido deve caracterizar-se pela segurança técnica da atuação profissional e por condições hospitalares adequadas, aliadas à suavidade no toque durante a execução de todos os cuidados prestados. Especial enfoque deve ser dado ao conhecimento do psiquismo do bebê, seja em sua vida intra como extrauterina, da mãe, do pai e de toda a família” (BRASIL, 2001, p. 12).

Andrielli, em entrevista ao Portal Catarinas⁸⁷ (2021), relata que, ao receber a informação, não entendeu que se tratava de uma violação dos seus direitos, até porque meses antes ela chegou a pensar sobre a possibilidade de realizar o procedimento. “Agora eu tenho mais consciência, eles deveriam ter me informado. É uma decisão que eu estava questionando já no finalzinho da gestação. É frustrante porque agora Suzi é a minha única esperança de ser mãe” (CATARINAS, 2021, online). Ela teve outros filhos, todos retirados por decisão da mesma juíza, Brigitte Remor de Souza May, da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital.

Desde que Andrielli saiu do hospital, não teve coragem de voltar à casa onde vivia antes da gravidez, para não ter que ver o enxoval da criança. Mesmo tentando manter a produção do leite materno, aos poucos sente que está secando. “*Me sinto vazia, tiraram a minha alma, o que me define é o vazio enorme*”, ela diz em entrevista.

Sem direito a visita, Andrielli ficou sem saber onde a filha estava, não sendo informada em qual instituição ela foi institucionalizada, pela mesma juíza que determinou a impossibilidade da mãe de amamentar a bebê.

Estou muito abalada, me sinto muito humilhada, porque aqui era um hospital onde tinha desejo de ganhar minha filha. Desde que entrei na sala, já fui maltratada. O normal na cesárea é ganhar uma anestesia, eu ganhei cinco. Além de ouvir comentários em tom de chacota de que a minha bebê se tratava da bebê a ser levada (CATARINAS, 2021, online).

Figura 3 — Cartaz feito pelos movimentos sociais em apoio à Andrielle.



Fonte: Redes sociais

⁸⁷ O Portal Catarinas, é um veículo de jornalismo, que vem dando visibilidade para pautas que normalmente a mídia hegemônica não se ocupa, pautado em uma perspectiva de gênero. Em relação ao caso de Andrielli e Suzi, eles realizaram uma cobertura fundamental para o debate do caso.

Essa realidade não ocorre somente no Brasil, como apontamos no início do capítulo, a partir das contribuições de Angela Davis e bell hooks, assim como Elsa Dorlin (2021) que reafirma a presença das práticas de esterilização nas mulheres afro-estadunidenses, enquanto as mulheres brancas passam por outras violações, que da mesma forma são graves, como sucessivas gestações indesejadas, fruto de relações em que as mesmas não queriam a gestação, ou gestações oriundas de estupros o que as obrigava a buscar a estratégia do aborto clandestino: “essas são duas modalidades diferentes de sexismo, estreitamente ligadas às políticas de eugenia praticadas nos séculos XIX e XX” (DORLIN, 2021, p. 82). O que Elsa Dorlin aponta em seu livro *Sexo, Gênero e Sexualidades*, é que todas as mulheres estão sujeitas ao sexismo, sendo que algumas estarão sujeitas ao sexismo e outras formas de opressão como o racismo, a lesbofobia, a transfobia, a violência aos direitos reprodutivos, entre outras. No campo dos direitos sexuais e reprodutivos, percebemos que eles operam de formas distintas no corpo das mulheres, como o caso das esterilizações compulsórias, que ocorrem em sua grande maioria contra mulheres negras.

Outra análise é a de Françoise Vergés, que acompanhou casos de abortos e esterilizações sem consentimento, presente em seu livro *Le ventre des femmes, capitalisme, racialisation, féminisme* (2017), esses casos foram perpetrados na Ilha da Reunião, em 1970, identificando que quem os praticava eram os médicos franceses brancos. Quando ela avança na investigação, evidencia que isso se tratava de uma “política contra a natalidade das mulheres racializadas e pobres” (VERGÉS, 2020, p. 48). A autora não para nesse resultado, em função de que seu estudo descortinou os efeitos de uma política estatal francesa que se colocava a favor da natalidade das mulheres brancas e contra a natalidade de crianças filhas de mulheres “racializadas e pobres”.

Aliás, as análises mais esclarecedoras e produtivas das últimas décadas foram aquelas que puxaram o maior número de fios, colocando em evidência as redes de opressão concretas e subjetivas que tecem a teia da exploração e das discriminações (VERGÉS, 2020, p. 49).

Com isso a autora nos ajuda a esclarecer o quanto o Estado opera na construção dessas redes de opressão, agindo de forma concreta na exploração, na dor, no trauma e na produção de morte no corpo de mulheres e crianças.

3.3.1 “Pois é Carolina, as misérias dos pobres do mundo inteiro se parecem como irmãs”

*Como é horrível ver um filho comer e perguntar:
Tem mais? Esta palavra “tem mais” fica oscilando
dentro do cérebro de uma mãe, que olha a panela e não tem mais.
(JESUS, 2014, p. 38)*

A autora Carolina de Jesus viveu com os três filhos pequenos, na favela do Canindé, em São Paulo, que foi desocupada no início da década de 1960, para a construção da marginal Tietê. Em seu diário ela relata o seu cotidiano e de seus filhos, vivendo na extrema miséria, que ganhava mais força pela desigualdade de raça e de gênero, que é possível se conectar com cada linha dos diários dela.

Carolina nasceu em uma cidade no interior de Minas Gerais e, quando chegou em São Paulo, trabalhou como empregada doméstica, logo depois engravidou e as “patroas” não aceitavam que ela trabalhasse gestante e muito menos com as crianças nascidas, o que tem total ligação com o que falávamos, em relação ao fato de que mulheres negras são desencorajadas a ser mães e quando efetivamente são, passam a ser excluídas de diversos espaços, como o trabalho. Quando ela foi demitida do trabalho, ela não encontrou outra opção, se não a de viver em um barraco na favela Canindé, no “quarto de despejo” da sociedade.

13 de maio - hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. Nas prisões os negros eram bodes expiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz [...] Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manoel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco, vou sair.
...eu tenho tanta dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:
- Viva a mamãe!
[...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual - a fome!
(JESUS, 2014, p. 30).

No diário de Carolina pulsa sua voz forte, que consegue interrogar, uma série de questões centrais como a condução da política no Brasil, a fome, a miséria, as opressões de raça e gênero e retrata a intolerância do mundo adulto com a infância como nessa passagem:

Veio a D. Silvia reclamar contra os meus filhos. Que meus filhos são mal educados. Mas eu não encontro defeito nas crianças. Nem nos meus nem nos dela. Sei que criança não nasce com senso. Quando falo com uma criança lhe dirijo palavras agradáveis (JESUS, 2014, p. 16).

Não são todos os autores que conseguem falar da violência cotidiana, como aponta Claudia Fonseca (2004), muitos autores que escrevem sobre o tema são, em geral, integrantes da classe média e não viveram nada parecido. Não é à toa que a escrita de Carolina produz tanto impacto, porque coloca a fome, a violência contra as crianças, a violência institucional em grande destaque, dessa forma, sua escrita reverbera no Brasil e no mundo, porque ela traz com tamanha força um mundo que as pessoas não acessavam. Ela passa a ser conhecida pelo livro *Quarto de Despejo* (1960) e, na sequência, quando sai da favela, publica outros dois livros, que não fazem sucesso, porque justamente ela falava das marcas da opressão e do racismo que uma mulher negra passava, em um bairro mais nobre, evidenciando inúmeros outros preconceitos.

Os livros foram publicados em dois volumes, nomeados *Casa de Alvenaria*, o primeiro mostra a trajetória da vida da autora na cidade de Osasco (São Paulo) e o outro volume se passa no bairro de Santana, na capital de São Paulo. A filha Vera Eunice, uma das principais personagens em todos os livros da mãe, hoje é professora de português e compõe um grupo de pesquisa que estuda os manuscritos de Carolina de Jesus. Nessa reportagem ela conta das dificuldades que viveram, quando mudaram para bairros melhores e ela percebia infelicidade da mãe ao ir para o que ela chama de “sala de visita”.

O maior sonho dela era sair de favela e ir para a casa de alvenaria, mas, no livro, ela fala que deveria ficar na favela, porque a sala de visitas tinha muito racismo e discriminação, por ela ser negra, por ter pouco estudo, por ser mãe solteira, por escrever, ao ver deles, errado (CORREIO BRAZILIENSE, 2021, n.p).

No texto de Conceição Evaristo e Vera Eunice (2021), presente na recente republicação de *Casa de Alvenaria*, as autoras apontam que a fome que Carolina falava em seu quarto de despejo, e que ganha outra forma nas publicações seguintes evidenciavam que a fome não era somente material, mas uma fome produzida pelo entristecimento, pela dor, pelo vazio. Carolina sonhava em sair da favela com seus três filhos e viver em condições melhores, mas quando efetivamente conquista a casa de alvenaria, não foi o que ocorreu, em função de todos os preconceitos e julgamentos aos quais ela e seus filhos foram submetidos. Criticaram a forma como ela escrevia, se vestia, falava, assim como seus filhos eram identificados no bairro de Santana, como aqueles com quem não se podia brincar. Na literatura ela foi apontada como “pernóstica”, logo respondendo “o negro não tem o direito de pronunciar o clássico?” (JESUS, 2021a, p. 69). Nessa mesma passagem, Carolina lembra das muitas vezes que foi despedida da casa das “patroas”, justificavam que ela falava “clássico”, e isso não era adequado para o que se esperava de uma doméstica.

Nesse contexto, seguimos com a indiana Spivak (2010), que em sua obra *Pode o subalterno falar?*, aponta aquelas mulheres que estão em posições periféricas, pelas questões que envolvem as discriminações de gênero e de raça, questionando “Pode o subalterno falar? O que a elite deve fazer para estar atenta à construção contínua do subalterno? A questão da “mulher” parece ser a mais problemática nesse contexto” (SPIVAK, 2010, p. 110).

Ela nos ajuda a pensar que nesse processo de Carolina de Jesus, quando ela efetivamente sai de um território em que vivia uma cena de miséria e conta as experiências de humilhação que vivia na parte mais ‘nobre’ da cidade, passa a ser excluída de todos os processos sociais, marcando que se operam diferentes formas de repressão para aquele que busca sair de sua condição oprimida. Como Spivak coloca:

A restrita violência epistêmica do imperialismo nos dá uma alegoria imperfeita da violência geral que é a possibilidade de uma episteme O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso na lista das prioridades globais (SPIVAK, 2010, p. 165).

Insistindo contra as formas de repressão, outra mulher que encontro, apresentando a sua força na escrita, foi Françoise Ega, que conheci sua obra nesses tempos de pandemia, quando fazia caminhadas até uma banca que vende livros aqui em São Paulo. A autora da Martinica escreve um romance epistolar, dedicado a Carolina de Jesus.

Começando a folhar o livro, entendo que ela não chegou a ler o *Quarto do Despejo: diário de uma favelada* (1960), mas lê uma reportagem sobre a vida da autora em uma revista francesa, no trajeto que ela fazia no ônibus, em direção ao trabalho. A identificação com a brasileira e o desejo de estabelecer um diálogo literário foram imediatos e se estenderam em cartas escritas e datadas até junho de 1964, que jamais foram postadas.

No início do livro, sendo a primeira publicação em 1978, ela já as conecta, a partir das experiências de sofrimento que ambas vivem, a partir de suas vidas exploradas, sofridas e exauridas, tendo que correr de todas as formas para cuidar, alimentar, vestir e educar seus filhos.

Pois é, Carolina, as misérias dos pobres do mundo inteiro se parecem como irmãs. Todos leem você por curiosidade, já eu jamais lerei; tudo o que você escreveu, eu conheço, e tanto é assim que as outras pessoas ficam impressionadas com as suas palavras. Faz uma semana que comecei estas linhas, meus filhos se agitam tanto que não tenho muito tempo para deixar no papel o turbilhão de pensamentos que passa pela minha cabeça (EGA, 2021, p. 5).

Nas cartas para Carolina ela consegue mostrar as injustiças que remetem ao legado colonial, que atravessa não só a sua vida, como a de suas irmãs e amigas, que eram exploradas

em casas de famílias. Ela denuncia a exploração que ocorria com os imigrantes na França, relatando as cenas cotidianas.

Carolina, dizem que o futuro é dos que cedo madrugam. Sempre me levantei cedo, porque pobre levantar cedo não é uma questão de futuro, mas de presente. Se meus pés estão inchados, tenho que massageá-los imediatamente, amanhã preciso deles para subir a escada: há dezenas de janelas para deixar brilhando (EGA, 2016, p. 18).

Seguimos com Françoise Vergés (2020) que aponta que o feminismo decolonial não tem por objetivo melhorar o sistema vigente, mas sim deseja combater radicalmente todas as formas de opressão. Justiça para as mulheres significa justiça para todos, uma justiça que se baseie nas lutas antirracistas, antiproibicionistas, anticapitalistas, que combata a violência policial, a violência sexual e a violência que fere os direitos reprodutivos, para fazer valer a luta nessas fronteiras, é necessário recusar as posições que encarceram as mulheres, que as punem de diferentes formas, como podemos ver, nesses tantos casos que contamos nessa tese. Nesse sentido concordamos com Françoise Vergés:

A temporalidade da escravidão/abolição coloca a escravidão colonial em um passado histórico, e assim ignora o fato de que as estratégias de racialização e sexualização continuam projetando suas sombras em nosso tempo. No entanto, a imensa contribuição do afro-feminismo (Brasil, Estados Unidos) para a compreensão da importância da escravidão colonial na formação do mundo moderno e na invenção do mundo branco, assim como no papel exercido pela escravidão colonial na proibição dos laços familiares, ainda não afetou as análises do feminismo branco-burguês (VERGÉS, 2020, p. 52).

As noções estereotipadas sobre o entendimento do que seria uma “boa mãe” ou uma “boa maternidade” como Vergés comenta, foi o que sustentou/sustenta maternidades exploradas como nos casos de Carolina e Ega, assim como legitima o sequestro de crianças, em função dessas políticas familiares que minorizam e violentam essas famílias.

3.3.2 “Não existem inocentes, existem espertos, ao contrário”⁸⁸

Pensando sobre outras maternidades violadas, trago aqui outras mulheres que são o retrato das opressões em função da experiência do sofrimento psíquico, das opressões raciais, sexistas e de classe. Mulheres que lutaram pela sustentação da vida e de suas maternidades.

⁸⁸ Frase de Estamira, registrada no documentário de mesmo nome.

Começo por Estamira, que foi a primeira história de uma mulher com a experiência do sofrimento psíquico com a qual entrei em contato durante o curso de psicologia e que me possibilitou entender melhor o que era opressão de raça, gênero e classe. Estamira tinha um pensamento filosófico, abordando em suas análises temas como a religião, o trabalho, a indústria farmacêutica, eram pensamentos acerca de si mesma e da sociedade. “Para ela, o verdadeiro lixo eram os valores falidos em que vive a sociedade”, comentou Marcos Prado (2006), diretor do documentário *Estamira*. Um registro que poucos têm, é o fato de que Estamira também teve uma filha retirada, filha que aparece no documentário, falando o quanto gostaria de ter vivido ao lado da mãe.

A filha, Maria Rita, fala do tempo que viveu no lixão do Jardim Gramacho, lembra que era um lugar de trabalho, que catava lixo desde muito pequena, juntava dinheiro para comprar comida. Essa cena, me remete a outro documentário, mais antigo, *Ilha das Flores* do diretor Jorge Furtado (1989), onde ele mostra uma linha desde a produção, passando por aqueles que podem comprar o alimento e finaliza com aquilo que resta e não presta, destinado primeiramente aos porcos e posteriormente finalizando o ciclo que chega às mulheres e crianças em situação de miséria.

Mesmo com todo o cenário de uma vida dura, dessa vida alimentada de restos, a filha de Estamira aponta a sua principal dor, que foi no período que a tiraram da mãe, com oito anos de idade. Maria Rita relata que cresceu pensando em ajudar a mãe, mesmo sabendo que ela é um “*pouco difícil de querer se ajudar*”, como ela diz no filme: “*Eu, sinceramente, se eu pudesse, eu nunca teria saído de perto da minha mãe, não tinha mesmo. Mas se aquele Gramacho continuar, pode apostar, ela vai continuar lá*”. Nessa hora, Estamira interrompe e convida a filha para cozinhar. Maria Rita responde: “*eu vou ser sincera, eu queria cozinhar igual à minha mãe*”.

No caso de Estamira e Maria Rita, num duplo sequestro, a estereotipia de uma mãe que trabalha em um lixão e é considerada louca impossibilitou as duas de viverem parte da vida juntas. Essa construção em relação às pessoas com a experiência da loucura, produzida por tantas opressões, como podemos ver na tese, é o que guia o Estado quando ele decreta o fim de uma história, aniquila uma mãe e uma filha.

Quando Françoise Vergés pensa no cotidiano das mulheres negras, inclusive na manutenção de uma sociedade que explora mulheres “racializadas”, porque elas operam e mantêm em ordem esse sistema patriarcal e capitalista, mantendo a limpeza da cidade, assim como a ordem de vários outros espaços, a autora afirma que, “nessas vidas precárias e

extenuantes para o corpo, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo poderoso” (VERGÉS, 2020, p. 25).

Outra mulher que lembramos, que mesmo sendo branca e da elite mineira, viveu uma vida de miséria, justamente por ter a experiência da loucura foi Maura Lopes Cançado, que também viveu a experiência de ter um filho retirado.

Maura passou a infância no interior de Minas Gerais, aos 14 anos conheceu seu marido, um jovem de 18 anos, e com essa mesma idade teve seu filho, Cesarion Praxedes. Separou-se do marido pouco depois do nascimento do filho. Aos 18 anos foi internada na Casa de Saúde Santa Maria, em Belo Horizonte. Cesarion tinha três anos de idade quando foi afastado da mãe. Muitos registros foram feitos por Maura, que foi também uma importante autora, tendo publicado dois livros: *Hospício é Deus* (1965) e *Sofredor do Ver* (1968).

Na reimpressão de seus livros consta um perfil biográfico, escrito por Mauricio Meireles, sobre a obra e a vida da autora, contando alguns períodos e cenas de sua vida.

Quando Maura partiu para a capital mineira, Cesarion tinha três anos. O menino se agarrou a seus joelhos e precisou ser segurado pela avó, enquanto chorava e pedia para não ser deixado. Ele não sabia disso à época, mas passaria a maior parte da vida longe da mãe (MEIRELES, 2016, p. 117).

Dos dois livros publicados de Maura, destaco o livro *O Sofredor do Ver*, onde existem dois contos em que ela fala do filho retirado, Cesarion: *Pavana* e *O Rosto*, que retratam o sofrimento dela e do filho em função do afastamento dos dois. Nesses contos de Maura para Cesarion, ela registra o que viveram, os movimentos que ela fez, falando do que ocorreu com eles:

A iminência do corpo cansado. Com quem repartir o que davam o pesado nome de Responsabilidade? E que seria no caso Responsabilidade, se tudo processava natural, sem atropelo, não fora o cerco inquisitorial das mulheres? Nunca a natureza me pareceu tão sábia, coerente. Não me sendo possível dar determinado valor a determinadas palavras, buscava exatamente o significado de Responsabilidade. Encontrei algo tão diferente do que estava estabelecido que não me foi possível gritar-lhes a minha verdade. Assim, a compreensão não se fez (CANÇADO, 2016, p. 61).

Maura fala que, além das grades que a separavam do seu filho, o que mais sentia era a incompreensão, quando era impedida de pegar o filho no colo e tinha que suportar seu choro, que ela dizia ser “cheio de razão”, reconhecendo uma aliança entre mãe e filho que sabiam das dores de viver uma vida separados. Nessa passagem, Maura fala dessa experiência de sofrimento, da dor da separação e na aposta que para as vidas sofridas, uma dimensão de entendimento se produz mais cedo.

Sei que você tem razão neném, mas não me deixam ficar aqui mais do que alguns minutos. E à noite sofro por causa do frio. O frio que você sente ao se descobrir do berço. Também a fome: pois não ignoro que não o alimentam bem. Eu queria tê-lo toda a noite junto do meu corpo. Aquecê-lo, amá-lo, cuidá-lo. Minha vontade, porém (e também a sua), nunca tem importância. O mundo é indiferente aos nossos sentimentos, as pessoas são más e não nos permitem ser felizes. Você entende, pois estas coisas são as coisas que nos obrigam a entender mais cedo (CANÇADO, 2016, p. 64).

Esses trechos são fragmentos do conto Pavana, Maura deixa em seus registros o tamanho da dor que sentia e que podia imaginar que o filho também as vivesse, assim como deixa em seus registros as histórias que um dia ela queria que ele soubesse.

A importância das suas obras é imensa, justamente pelo fato que observamos que existem poucas produções sobre Maura Lopes Cançado, como a tese de doutorado, datada em 2010, de Maria Luiza Scaramella e um recente artigo da autora Beatriz Adura (2017), no livro *Luta Antimanicomial e Feminismos: Discussões de Raça, Gênero e Classe*.

Na sua obra, Maura é a testemunha dos horrores do machismo e do sexismo, que culminaram em um muitas internações psiquiátricas, algumas sendo solicitadas por ela e outras internações forçadas. Essa escrita nos apoia a pensar nas produções diagnósticas presentes nos prontuários e na discussão rasa sobre a vida e as formas de viver, como a autora Beatriz Adura afirma também nesse trecho “escrever com Maura, então, seria ecoar o que não pode parar de falar” (ADURA, 2017, p. 92), nesse sentido, assim como Estamira, Maura deixa em seus livros, muitas denúncias do que passou.

Maria Luiza Scaramella (2010) que estudou a vida de Maura, indo até as cidades que ela nasceu e viveu, passou pelos diferentes hospitais psiquiátricos em que ela foi internada no Rio de Janeiro e Minas Gerais. A partir disso a autora adentra outros itinerários de Maura nesses dois Estados, sendo que ela ficou até os vinte e dois anos em Minas, e o resto de sua vida no Rio de Janeiro. Ela teve conversas com familiares de Maura e conseguiu acessar documentos pessoais, cartas e fotos, além de realizar o desarquivamento do processo penal no qual Maura figurou como ré, em função do assassinato de uma paciente que estava no mesmo manicômio que ela. O processo penal que Maura respondeu anos depois, em função desse assassinato, ocorreu em um dos hospitais psiquiátricos em que ficou internada, é um documento precioso para nós, porque conta sobre doze anos da vida de Maura, os históricos das internações, os laudos psiquiátricos e uma carta de Maura ao juiz, que segue abaixo:

Carta a um juiz

Rio, 15 de agosto de 1974.

Quero antes de qualquer coisa, agradecer a V. Excia. pelo muito que me tem feito. Sobretudo por me haverdes livrado da idéia infantil de que um Juiz não era exatamente um ser humano, mas qualquer coisa que se me escapava, algo acima de minha compreensão, do meu alcance – e principalmente do meu afeto. Ao constatar vossa humanidade, admiti também que, como ser humano eu vos podia amar. No sentido em que os seres, verdadeiramente humanos, são amáveis. E V. Excia o sois, sei-o, e sinto-me muito feliz com isso porque assim não vos temo, quero-vos bem, muito bem – ainda vossa lembrança deixa-me comovida. Creio associá-lo ao “Grande Pai”, o Adam Kadmon dos cabalistas, Aquêle que me pode dar minha própria e exata medida. Isto é muito bonito. Sim, pois é ainda através de V. Excia. que novos caminhos se me abrem. Descubro pessoas que me amam, têm-me como gente – e começo também a amá-las, vendo-as e vendo-me, eu mesma, também assim. Isto é: gente. Ajudam-me a sair do meu silêncio e constatar o quanto estive perdida durante toda minha vida. Refiro-me especialmente aos médicos da Biopsicologia, aos quais, recomendásteis-me [sic](...) Por mais paradoxal que vos possa parecer, tudo isto – quero dizer: o crime e suas conseqüências – tornaram-me melhor. Aproximou-me de pessoas lindas (incluo quem vos leva esta carta (...), deu-me uma segurança que eu antes desconhecia. Não imaginais V. Excia. o que significa para mim ouvir do Fernando: – Sua necessidade de dar e receber foi e é tão grande, que você matou. Já que não podia conter durante mais tempo, dentro de você, tanto amor. Ele devia irromper-se de qualquer maneira. E o seu crime foi um gesto desesperado de amor, Maura. Então eu entendi. E admitindo a dor, parece também que comecei a admitir o amor. (...) Muito obrigada também por me haverdes apresentado o rosto de um Juiz que não saiu de um livro de Kafka. Obrigada porque sois gente. Tudo isso é de veras surpreendente. Eu esperava um Juiz terrível, um semi-deus, cruel em sua frieza. E vos associava a idéia de Deus que me foi imposta na infância. V. Excia. Aparecesteis-me. Julgáveis-me. Mas principalmente buscáveis entender-me. Eu que fui julgada cruel e injustamente durante toda minha vida, não sabia então como existir. As coisas sempre me vieram por caminhos imprevisíveis. Precisava dizer-vos tudo isto. Muito mais ainda. Não o faço para não cansar-vos. Falo-ei em meu livro. Peço-vos perdão por não conseguir manter-me reverente como geralmente se entende reverência. Perdoe-me dizer-vos o que sinto e ano pensais que vos adulo antes de fazer-vos um pedido. Não pode ser adulação porque é verdade. Sr. Juiz faça de conta que lhe escrevo outra carta. O tratamento Excelência limita-me, é-me insuportável, dispense-mo, lhe peço. Eu tentarei escrever como sei fazer porque assim

sou mais eu. Há um curso de Tragédia e Comédia Gregas (envio-lhe o recorte). Eu amo a Grécia, sou apaixonada pelo teatro grego, tenho em casa as peças de Sófocles, Esquilo, Eurípedes e Aristófanes. Meus conhecimentos, adquiri-os sozinha, jamais tive alguém que me orientasse nesse sentido. Este curso me será útil em minha literatura e tudo mais. Até mesmo em minha vida cotidiana. O curso começa amanhã, sexta-feira, dia 16. É apenas uma vez por semana, às sextas-feiras, de 14 às 16 horas. Não creio que minha frequência a esse curso possa prejudicar o sistema disciplinar da casa, levando-se em conta que algumas presas saem semanalmente e passam até dois dias em casa. Uma delas tem seu carro na porta da cadeia, dirige-o, inclusive viajando para outro Estado. É uma infinidade de coisas verdadeiramente escandalosas – que prefiro não mencionar. Segundo pedido: lá fora eu estudava línguas, interrompi ao ser presa. Queria continuar a estudar inglês e alemão (que me são demasiados necessários), os professores viriam aqui, duas vezes por semana. (...) Se o senhor não concordar com meus dois primeiros pedidos, atenda-me pelo menos um deles. (...) Escrever-lhe-ei outras cartas num livro. Já comecei, seu título é Cartas a um Juiz. Trata-se de um livro de contos, cada conto é uma carta dirigida a um Juiz. A propósito, tenho lutado para arranjar um local onde possa escrever aqui. Davam-me uma cela só para mim. Agora tiraram-na. Meu filho está lutando para que ma dêem de novo. Mas isto é ainda secundário, não posso pedir-lhe mais. Não sou datilógrafa, escrevo às carreiras, a pessoa que deverá levar-lhe esta carta está esperando. Não posso passá-la a limpo, peço desculpas por estar bem escrita. Queira-me bem – é o meu pedido mais insistente. Maura Lopes Cançado (Processo penal, fls. 157, 158 e 159).

A situação de Maura era muito delicada, ela havia matado uma paciente durante sua internação no hospital psiquiátrico Dr. Eiras de Paracambi⁸⁹ e nesses percursos que a autora Maria Luiza Scaramella seguiu é visível a sucessão de práticas legais e psiquiátricas que foram produzindo maior dor nela, porém ela conseguia escapar dessa “rede” em alguns momentos, tendo conseguido fugir de alguns manicômios em que ficou internada, ou até mesmo, como ela mesma falava, encontrava algum conforto na escrita, nos estudos, nesses espaços. Em uma de suas fugas, a encontraram junto de seu filho, contrariando todas as recomendações do Estado e até mesmo de sua família.

Pensando nos caminhos de Carolina, Ega, Estamira e Maura, pensamos nas mulheres que acompanhamos nos dias de hoje, como a Ana, que abre esse capítulo, Tatiana Raquel e

⁸⁹ A Casa de Saúde Doutor Eiras, em Paracambi, na Baixada Fluminense, que já foi considerado o maior hospital psiquiátrico da América Latina foi definitivamente fechado em 2009, sendo que a justiça já tinha determinado a ordem de fechamento em 2007.

Aline, que viveram no corpo a intensificação do uso de drogas frente ao sequestro de seus filhos, e que também buscam se movimentar para deixar registros diversos, assim como os trazidos nessa tese, para quem sabe um dia seus filhos saibam mais sobre suas histórias de vida.

Em relação às violências praticadas pelo Estado, destacamos que as grandes parceiras dessa pesquisa, Ana Maria e Aline, tiveram encontros com o sistema de justiça marcados por violações de direito, que resultaram em decisões arbitrárias, que aniquilaram suas vidas. A presença ativa e forte delas na busca por reaver os filhos e por inscrever outra história sobre o que se passou, é ato que faz existir o laço, mesmo tendo se concretizado essas separações. Ana lembra que foi orientada a assinar documentos sem saber ler, todos esses documentos eram as destituições de poder familiar de seus 10 filhos.

Como forma de fazer essa pesquisa viva, Ana e eu participamos de inúmeros eventos desde que nos conhecemos, eram encontros como seminários, rodas de conversa, audiências públicas, mas, em especial, dois encontros foram marcantes.

Um deles foi o seminário em que fomos chamadas para falar sobre o tema da retirada de bebês filhas de mulheres usuárias de drogas, na Associação Brasileira dos Magistrados, Promotores e Defensores Públicos (ABMP)⁹⁰, que ocorreu no dia 17 de setembro de 2021, nesse evento ela pode dizer, pela primeira vez, a um juiz, como se sentiu ao longo desses anos, o que ela viveu e o que fizeram com ela. O juiz presente na mesa pode agradecer a ela, por conseguir falar para outros juizes, promotores e defensores, mesmo entendendo quantos traumas ela viveu e vive, agradecendo também a oportunidade que ela deu para que eles possam pensar em outros caminhos, para que não se repita o que ocorreu com ela, provocando essa profunda dor.

Outro efeito que colhemos após a Audiência Pública⁹¹ de que participamos na cidade de Santos, em 2021, que tinha como tema a retirada de bebês de mulheres em situação de vulnerabilidade, foi o fato ocorrido dias após a audiência, quando foi divulgada a publicação de uma decisão, em que o juiz da cidade não aceita o pedido de acolhimento institucional de uma criança, respondendo “a mãe e a criança devem receber acolhimento juntas”.

Pensando nos movimentos que afetam as instituições de alguma ordem, recorremos ao livro de Alex Ratts (2006), *Eu sou Atlântica*, sobre a vida de Beatriz Nascimento, que apontava a importância de eventos “acadêmicos” que nascem fora do “espaço acadêmico”, em função de

⁹⁰ A ABMP realizou em 2021 uma sequência de debates sobre o campo da infância e da adolescência, envolvendo temas sobre adoção, medidas socioeducativas, entre outros.

⁹¹ A audiência pública foi organizada pelo gabinete da vereadora Telma de Freitas e tinha como apoio a Escola da Defensoria Pública, o Instituto Luiz Gama (USP), Unifesp e CRP-SP. Além de Ana Maria e eu, estavam presentes as professoras Luciana Surjus (Unifesp) e Janaina Dantas (USP).

que talvez resida aí, uma das possibilidades de nascimento do que se entende por quilombo, como um espaço de resistência.

O corpo negro plural constrói e qualifica outros espaços negros, de várias durações e extensões, nos quais seus integrantes se reconhecem. Para Beatriz Nascimento, a África e o Quilombo são terras-mãe imaginadas (RATTS, 2006, p. 59).

E aqui continuamos com essa linha de pensamento com Mariléia Almeida (2013), que evidencia as invasões aos modos de subjetivação na medida que se exige dos quilombolas que performem aquilo que se é, explico: como o fato de pedirem para uma pessoa quilombola “jongar”⁹², para que aquele que investiga, de fato reconheça que ali tem um quilombola. Outro exemplo de que me recordo, no campo dos indígenas que em muitos momentos tiveram que dançar o “Toré”⁹³ para serem reconhecidos como índios. O que Almeida problematiza é que o direito à terra não pode estar ligado a um reconhecimento indentitário, a uma demonstração daquilo que se é.

Quando penso no “quilombo” de Ana Maria, Aline e Tatiana Raquel, que sabem e afirmam as mulheres mães que são e que poderiam ser para aquelas filhas e filhos que não conviveram; quando enfrentam juízes, promotores e apontam as barbaridades cometidas pelas assistentes sociais e psicólogas; que abrem tudo o que viveram para a TV, para os jornais locais e nacionais; que fazem e registram histórias, mesmo com a experiência do traumático marcada no corpo, elas fazem movimentar e afetar a verdadeira história que viveram e vivem. Elas são “terras-mãe imaginadas” elas são mães e não deveriam ter que provar isso para ninguém, mas frente ao direito violado, gritam para todos saberem, são mães e seus filhos foram roubados.

Seguimos assim para o debate final sobre rede, junto da convocação de Estamira: “Existe a lucidez e a ilucidez. A gente aprende alguma coisa de tanto lucidar”.

⁹² O jongo é uma dança brasileira de origem africana, em que utilizam tambores. Faz parte da cultura afro-brasileira e influenciou no samba de forma definitiva, assim como em outras cenas culturais brasileiras.

⁹³ Conheci o Toré quando fui para um encontro de Pajés em Carnaubeira da Penha, sertão de Pernambuco. O Toré é uma dança realizada por diversos povos indígenas, mas é um símbolo de resistência e tradição dos índios do Nordeste brasileiro. Como os povos indígenas do Nordeste foram os últimos a serem reconhecidos, pelo mito de que o índio de “verdade” estava na Amazônia Brasileira, assim, quando as equipes iam realizar os estudos de regularização de terra, pediam para que os índios dançassem o Toré, para verificarem se realmente eram índios. Quem me contou essa história foi um indígena, enquanto caminhávamos juntos pela aldeia.

4 O CASO BH: MULHERES DE BELO HORIZONTE NA LUTA - NAS BRECHAS E FRESTAS PARA SUSTENTAR DIREITOS

*Pensava na mulher, às vezes sem cabelo,
quando a levavam para algum sanatório.
Passava semanas desaparecida.
Quando voltava, retomava sua vida, seus lençóis usados,
seus papelões que serviam de cama, suas sobras de comida.
As roupas sujas, um olhar de esquecimento
e um sorriso que ninguém poderia dizer que não era um sorriso.
(Itamar Vieira Junior, 2021, p. 116)*

Figura 4 — De quem é esse bebê?



Fonte: Coletivo De quem é esse bebê.

Neste capítulo trabalharemos o “caso BH” na perspectiva das mulheres, profissionais da saúde e do direito, que protagonizaram a experiência da luta por assegurar direitos num contexto de hegemonia do dispositivo do sequestro de bebês.

O “caso BH” é emblemático em função das recomendações produzidas pelo Ministério Público Estadual de Minas Gerais, no ano de 2014, mas também pelos movimentos firmados e conduzidos por mulheres, que se posicionaram ao lado de outras mulheres que tiveram seus filhos retirados, bem como daquelas que estavam ameaçadas de perderem seus filhos. Essas trabalhadoras e mães atuam firmemente na linha de frente para garantir direitos das mulheres em situação mais vulnerável, buscando, em diferentes espaços, alterar a posição das políticas públicas na relação com as mulheres mães e usuárias de drogas.

Para situar aqui o que chamo de ‘O caso BH’, relato o fato ocorrido, no ano de 2014, quando o Ministério Público de Minas Gerais lançou as Recomendações nº 5 e 6, que, por seu conteúdo, ganharam muita visibilidade midiática e foram alvo de manifestação dos profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. O primeiro documento recomenda que as maternidades acionem a Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte em casos de gestantes usuárias de drogas para que seja realizado o acolhimento institucional de crianças. O segundo, por sua vez, em reação às manifestações sociais contrárias, propôs que profissionais da saúde que notassem gestantes “impontuais” com o calendário de consultas pré-natalinas as encaminhassem aos Conselhos Tutelares. Nesse mesmo ano, estudos revelaram que, na capital mineira, de janeiro a outubro, das 232 crianças entre 0 e 2 anos acolhidas, 158 eram recém-nascidos filhos de mães usuárias de drogas (O TEMPO, 2014).

O documento provocou um grande debate no Brasil e, na sequência, houve a publicação de uma Nota Técnica Conjunta nº 001/2015 da Secretaria de Atenção à Saúde – SAS e Secretaria de Gestão Participativa – SGEP do Ministério da Saúde (BRASIL, 2015) indicando diretrizes para a saúde das mulheres e das adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de crack e outras drogas e para seus filhos recém-nascidos. Esse documento configura-se como um importante marco nesta discussão, bem como outros documentos que discutiremos mais à frente.

Da mesma maneira, as Defensorias Públicas da União e do Estado de Minas Gerais publicaram uma Recomendação Conjunta nº 01/2014/ODHTCMG/DPDH/DPJC, em sentido contrário à do Ministério Público, isto é, com o objetivo de orientar profissionais dos sistemas sociais e de justiça acerca dos direitos das mulheres, das crianças e dos próprios trabalhadores, bem como acerca de procedimentos e dispositivos das políticas públicas mais adequados para garantia de direitos (DEFENSORIA PÚBLICA, 2014).

Tais recomendações, a exemplo do documento de Minas Gerais, por vezes, têm ocasionado decisões na direção do afastamento das crianças recém-nascidas de suas mães, logo após o nascimento, pelo fato de usarem drogas, decisões estas ancoradas na suposta proteção da criança.

Ainda na capital mineira, efeitos da movimentação institucional em favor da interrupção da convivência entre mães e recém-nascidos e da discussão sobre o que é ser “uma boa mãe”, qual a melhor forma de gestar, parir e ter suas crianças, têm sido observados nos discursos feitos por diversos atores da rede de serviços. Nos últimos anos, é possível perceber esses movimentos em outras localidades no Brasil (2013)⁹⁴.

⁹⁴ Capitais como Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Vitória, encontramos manifestações semelhantes as de Belo Horizonte. É o que encontramos na matéria, que fala da realidade de São Paulo, disponível em:

Esse caso é parte fundamental desta pesquisa, que foi baseada em uma investigação documental, e composta por conversas e entrevistas com profissionais e uma mulher que é mãe e usuária de drogas, que é a Aline, feitas durante o tempo em que estive em Belo Horizonte, em julho de 2019. Esses encontros, assim como os documentos, são parte da linha condutora desta pesquisa.

No período de pesquisa em BH, tive acesso a aproximadamente 20 documentos, como normas técnicas, portarias, recomendações, entre outros, dispostos em uma linha do tempo, no fim desta seção. Esses documentos passaram a me interessar por seus diversos conteúdos, alguns situados na contramão dos direitos das mulheres e crianças e muitos outros elaborados pelo coletivo “Mães órfãs/De quem é esse bebê?”, posicionados contrariamente às instituições, que aqui chamaremos de “rede morta”, a partir do conceito de “trabalho morto”, que seria o trabalho instrumental, em contraposição ao “trabalho vivo”, que seria o trabalho em ato, conceitos desenvolvidos por Merhy e Franco (2003, n.p).

Entendemos que esses conceitos nos apoiam, pois foi justamente na conversa com as trabalhadoras e mulheres, cujos filhos foram retirados, que foi possível evidenciar um trabalho realizado por uma rede hegemônica que culminou em práticas de sequestro de crianças filhas de mulheres usuárias de drogas. Como movimento contrário, o de uma rede viva, houve a criação de uma rede “clandestina”⁹⁵, elas chamaram assim, informalmente, em função de que não era uma rede inicialmente aberta, mas sim um coletivo de trabalhadoras que começaram a se reunir em outros horários, fora dos expedientes, para pensarem em estratégias de organização e resistência para apoiar as mulheres usuárias de drogas que entravam nas maternidades de BH. Também penso que a ideia do “clandestino” traduz uma relação aguda de polarização que coloca os que exercitam o Estado de direito na posição de excluído.

Essa rede opera até os dias de hoje produzindo cuidado, debate aberto, audiências públicas, parceria e acompanhamento permanente a essas mulheres que fazem uso de drogas e estavam nas maternidades e outras que lutavam para ficarem com seus filhos. Esse coletivo tem muita importância e institucionalidade, participavam: a Universidade Federal de Minas Gerais

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,justica-tira-bebes-de-familias-em-situacao-de-risco,70002044603>. Acesso em: 25 out. 2017.

⁹⁵ O que chamaremos de rede clandestina diz respeito a um conjunto de mulheres que tiveram seus filhos retirados, bem como trabalhadoras de diversos pontos de atenção da rede de BH e posteriormente outros integrantes que foram compor o coletivo Mães Órfãs que depois passou a ser chamado ‘De quem é esse bebê’.

(UFMG), através do Projeto POLOS de Cidadania⁹⁶ e a Clínica de Direitos Humanos⁹⁷; profissionais de serviços que estavam atentos e dispostos a mudar a cena que ocorria na cidade, como por exemplo, os trabalhadores dos consultórios na rua, mulheres que tiveram seus filhos retirados ou que estavam em risco de perdê-los. Essa consolidação de rede potente, que se organizou para operar de forma organizada, viva e quente, foi fundamental, em função de que radicalmente produziam o debate e atuação aberta, em uma direção de fazer valer os direitos que estavam sendo frontalmente violados das mulheres e crianças.

Regina Benevides e Eduardo Passos (2009) discutem que a atuação em rede e a experimentação clínica se dão em um plano coletivo, pensando que essa dimensão do coletivo tem um sentido amplo, já que, quando nos referimos a tantas possibilidades de se construir redes, os autores entendem que ela pode operar de forma *quente* ou *fria*. Há um consenso histórico⁹⁸ na consolidação das políticas públicas, que toda rede deve funcionar de forma descentralizada, próxima da vida das pessoas, porém sabemos que ela pode ser hierárquica e distante.

Experimentamos atualmente redes que se planetarizam de modo a produzir efeitos de homogeneização e de equivalência. A globalização neoliberal é uma rede fria e de cima para baixo porque sua lógica é a do capital enquanto equivalente universal ou sistema de equalização da realidade. Já a rede quente se caracteriza por um funcionamento no qual a dinâmica conectiva ou de conjunção é geradora de efeitos de diferenciação, isto é, trata-se de uma rede heterogênea. É nesse sentido que a experiência do coletivo, do público ou mesmo da multidão deve ser retomada como plano de produção de novas formas de existência que resistem às formas de equalização ou de serialização próprias do capitalismo (BENEVIDES; PASSOS, 2009, p. 169).

Uma das pessoas centrais no “aquecimento” da rede, que resultou na produção do coletivo de resistência “Mães órfãs”, é a pediatra e epidemiologista Sônia Lansky, trabalhadora central nesse processo (assim como nesta seção da tese), que viveu todo o processo de luta junto

⁹⁶ O Polos de Cidadania é um programa transdisciplinar e interinstitucional de extensão, ensino e pesquisa social aplicada, criado em 1995, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), voltado para a efetivação dos direitos humanos de pessoas, famílias e comunidades vulnerabilizadas e em trajetória de risco social e ambiental e para a construção de conhecimento a partir do diálogo entre os diferentes saberes. A atuação do Polos-UFMG é estruturada a partir de plataformas de comunicação, conhecimento e produções técnico-científicas que reúnem projetos de extensão, ensino e pesquisa social aplicada construídos coletivamente e de maneira compartilhada com pessoas em situação de rua e mulheres, crianças e famílias em condições históricas e diversas de exclusão e desigualdade social, violações de direitos e em risco quanto às suas maternagens (Plataforma Aberta de Atenção em Direitos Humanos – PADHu), conversamos com Egídia, advogada do POLOS.

⁹⁷ Com a participação de advogados, inclusive Amanda, que conversamos em Belo Horizonte, no ano de 2019.

⁹⁸ O decreto 7508/2011, regulamentou a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. Nesse decreto, ficou evidenciada uma forma de organização em rede, considerando inclusive a Rede de Atenção Psicossocial (3088/2011, republicada em 2013). Outras políticas, como a Política Nacional de Humanização (PNH) trouxe essa dimensão da rede localizada perto da vida das pessoas.

com outras trabalhadoras, como Egídia, Amanda, Glaucia e mulheres que tiveram seus filhos retirados, como Aline e outras. Nas palavras de Sônia,

“Desde 2014 eu acho que nós devíamos fazer a reparação com ação judicial contra essas pessoas, que fizeram relatórios simplórios, condenatórios, que ajudaram a separar essas crianças, eu acho, é a minha opinião e eu vou continuar lutando por isso. Elas têm nome, são 7 maternidades, são 7 assistentes sociais.”

Aqui, não queremos entrar em uma roda condenatória. Sabemos que os atravessamentos dos poderes jurídicos são muitos, mas, ainda assim, existe uma dimensão que é preciso olhar: a condução desses casos foi feita por alguns profissionais de maternidades e de outros serviços que executaram o afastamento das crianças, mantiveram crianças sem problemas de saúde retidas nas Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) das maternidades, expondo-as a riscos como infecções hospitalares, além do risco evidente da ruptura da convivência familiar e comunitária.

Encontramos alguns caminhos para essa discussão na dissertação de mestrado de Ariana Oliveira Alves (2020), que pesquisou as diferentes posições, classificações e disputas morais no “caso BH” entre os atores envolvidos nesse cenário, justamente apontando que “esse intrincado campo de documentos atua diretamente na rede de profissionais, instâncias jurídico-estatais e de ativistas” (ALVES, 2020, p. 23). Cabe destacar que nesse estudo a pesquisadora buscou entrevistar os responsáveis da promotoria da infância e da juventude, mas o convite não foi respondido durante todo o período da pesquisa. Porém, Ariana Alves teve notícias, por meio de uma interlocutora de pesquisa que conseguiu conversar com uma das promotoras que imediatamente lhe perguntou: *“Você é pesquisadora séria ou pesquisadora militante?”* (ALVES, 2020, p. 27), questão que, segundo a autora, já evidencia as posições ideológicas distintas e a desigualdade em termos das dinâmicas de poder.

Como a autora afirma em seu texto: “Vale enfatizar, portanto, que ‘ser militante’ é um meio de contraposição ou adesão. Ora serve como acusação, ora como forma de acesso privilegiado” (ALVES, 2020, p. 27).

Eu, como uma pesquisadora militante, tive acesso a diversas trabalhadoras que estão na linha de frente da “rede clandestina”, desde o primeiro momento, quando nos conhecemos em São Paulo e estas foram muito receptivas, chamando-me para acompanhar outros circuitos como o próprio coletivo ‘mães órfãs/de quem é esse bebê’; podemos estar juntas ainda em mesas de debates, audiências públicas, entre outras atividades. Trabalhadoras e mulheres mães militantes que tiveram seus filhos retirados imediatamente se dispuseram a contribuir com essa

pesquisa, afirmando o desejo e o compromisso com as histórias de vida das mulheres e crianças, desejando que existam políticas reparatórias para mães e crianças que foram afastadas.

Foi por meio dessas conversas e entrevistas que evidenciamos formas distintas de atuar, estar e compor diversas redes e o quanto essas posições marcaram formas de promover direitos ou efetivar sequestros.

4.1 Diante da dor dos outros⁹⁹: uma rede morta e uma rede viva

Todos os atores que se colocam em cena, implicados com a produção da saúde, governam certos espaços, dado o grau de liberdade que existe no agir cotidiano do trabalho em saúde. Isso pressupõe que o modelo assistencial se constitui sempre, a partir de certas contratualidades entre estes atores sociais e políticos, mesmo que esta pactuação se dê sob forte tensão, a forma de organização da assistência é produto dela.
(Merhy; Franco, 2003)

Figura 5 — Os sapatinhos como símbolo da resistência



Fonte: Coletivo De quem é esse bebê.

Oswaldo Saidon (1995) propõe que o “pensar em rede” constitui-se em um plano, trazendo a dimensão de que não há especialista em rede, a não ser aquele que encontra um modo de fazê-la funcionar. A rede faz sentido à medida em que entra em nossa prática não só como pensamento, mas também como promoção de acontecimentos. Segundo o autor, está implícito

⁹⁹ Esse título surge inspirado no livro *Diante da dor dos outros*, da autora Susan Sontag, em que ela debate o efeito das imagens de sofrimento em nossas vidas. As construções da autora nos ajudam na formulação teórica deste capítulo.

que uma rede deve se montar a partir das necessidades de cada pessoa e isso tem ligação direta com a forma como o profissional atua nesta articulação, entendendo que a construção de rede faz parte de um projeto.

O que Saidon (2008) discute é justamente o fato de que a promoção do trabalho em rede possibilite o surgimento de um pensamento que, diante do caos ou da complexidade social, encontre uma resposta criativa e própria para aquele fenômeno que se vive. Quando pensamos em uma cena complexa, como a que envolve a vida de mulheres que usam drogas e seus filhos, se faz necessária a construção de respostas complexas em rede, ou seja, que construam alternativas que ultrapassem o menorismo, garantam os direitos das mulheres e que façam valer com radicalidade os princípios postos em nossas legislações da infância, do SUS, bem como da Reforma Psiquiátrica antimanicomial, como podemos pensar nessa passagem: “Em certos casos, trata-se de um modo de organização e institucionalização de projetos e, em outros, é a forma de resistir ao instituído dominante, criticando a organização centralizada e piramidal” (SAIDON, 2008, p. 167).

No campo das drogas, escutamos um discurso hegemônico, construído a partir de uma moralidade, no qual se pauta que uma vida boa é uma vida longe das drogas. Quando nos referimos a mulheres usuárias de drogas que estão gestantes ou já são mães, esse discurso se alarga consideravelmente dentro do que se entende como ‘rede de cuidados’.

Não basta ser da rede para que efetivamente se promova cuidados, como a autora Rachel Passos (2018, p. 47) comenta em seu estudo de doutorado sobre trabalho, gênero e saúde mental. O cuidado não necessariamente tem um aspecto positivo, podendo ser “desagradável, impositivo, obrigatório, desafetuoso, entre familiares ou pessoas com os mais diversos vínculos”.

Avançando com a proposição do enunciado desta seção, Judith Butler (2018) nos ajuda a pensar de qual maneira a dor nos é apresentada e, conforme essa apresentação, como isso produz as nossas respostas.

No Brasil, temos inúmeras campanhas que são apresentadas, pautadas não só pelos poderes executivos, mas pelo parlamento brasileiro e pela sociedade civil, com o lema Diga não às drogas¹⁰⁰. As redes que atuam no campo das drogas muitas vezes constroem modelos hegemônicos e piramidais atravessados pela lógica proibicionista. Concordamos com Merhy *et al.* (2014) que problematizam o cuidado às pessoas usuárias de drogas, bem como às pessoas que vivem ou que têm nas ruas seus espaços de existência. Nesses cenários, mais do que em

¹⁰⁰ As distintas campanhas com o título ‘Diga não às Drogas’ nascem de diversos cenários como o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) que consiste em uma aliança entre polícia militar, escola e as famílias. Assim como campanhas do Senado Federal de distribuição de cartilhas com o mesmo lema.

qualquer outro, os trabalhadores precisariam se apoiar nas multiplicidades possíveis das tantas formas de estar no mundo e trazer para o campo do cuidado as singularidades dos sujeitos e suas possibilidades existenciais como redes vivas em produção. Penso que aí está a ética do trabalho vivo, do trabalho em ato.

Como propõem Merhy e Franco (2003), a mudança do modelo assistencial busca impactar o núcleo do cuidado, trazendo uma mudança de modelo, transformando o “trabalho morto” e hegemônico no “trabalho vivo”, o que significa uma produção da saúde com base em tecnologias leves¹⁰¹, relacionais, pensando na produção do cuidado de forma integralizada, operando em linhas de cuidado por toda a extensão dos serviços, centrado nas necessidades das pessoas que são atendidas. No campo das mulheres que fazem uso de drogas e estão em situação de imensa vulnerabilidade, a mobilização das redes precisaria operar no sentido de apoiá-las e não na direção do afastamento de seus filhos, uma vez que esse ato produz ampliação da dor para mães e crianças e nenhum efeito de cuidado, como é possível vermos nos casos de Tatiana, Aline e Ana.

Quando apontamos que existe um campo de guerra contra as mulheres em capítulos anteriores, pensamos aqui o quanto a guerra às drogas, que nada mais é do que uma guerra contra algumas pessoas, operada por alguns atores, dentre eles operadores de uma rede de cuidados, produz efeitos nefastos na vida das pessoas (como qualquer guerra): “A guerra dilacera, despedaça. A guerra esfrangalha, eviscera. A guerra calcina. A guerra esquarteja. A guerra devasta” (SONTAG, 2003, p. 13).

Susan Sontag (2003), em seu livro *Diante da dor dos outros*, problematiza as guerras e questiona o uso e os sentidos das imagens¹⁰², pensando quais os limites da solidariedade e como opera nossa consciência diante disso.

Pensando no que as câmeras e mídias mostram e o que isso opera no funcionamento e produção de redes mortas. Em especial para as pessoas que usam crack, a mídia constrói uma imagem de *zumbis*, ou seja, de mortos-vivos, dizendo justamente que essas pessoas já não existem, estão mortas, não há mais vida ali. Se estão mortas, então levem seus filhos! Se estão mortas, deixem-nas ali! Se estão mortas, tragam uma rede morta! Diante da dor do outro, talvez possa se operar algo, mas para quem já está morto, nada mais pode ser feito.

Se pensarmos na ideia do *zumbi*, além de estar morto, ele persegue o outro, logo precisa ser eliminado, e chegando na figura construída da mãe zumbi, ela também precisa ser eliminada

¹⁰¹ Nomeia-se de tecnologias leves aquelas que dizem respeito às relações, como acolhimento, vínculo, autonomização, responsabilização e gestão como forma de conduzir processos de trabalho. A utilização destas tecnologias nos processos de cuidado atuam diretamente na produção de saúde.

¹⁰² Em uma das passagens do livro, ela fala do momento em que inventaram as câmeras fotográficas, em 1839, e que desde seu nascimento a fotografia flerta com a morte.

e as crianças protegidas, salvas, afastadas dessas mulheres mortas-vivas¹⁰³. Destacamos que estamos discutindo, em toda a análise dessa pesquisa, a inversão dessa lógica, e aqui nos apoiamos na pesquisa de doutorado de Claudia Trigo nomeada *Quando morre um filho, morre também uma mãe: Violência de Estado e Descolonização*, em que ela mostra uma inversão dessa lógica pelas mulheres que perderam seus filhos assassinados pelo Estado.

Indignadas, estas mulheres se manifestam na forma que se apresentam publicamente mortas-vivas: tomam seus corpos como testemunho do assassinato de seus filhos, choram as perdas de seus filhos, exigem o luto público, desestabilizam a ordem: um trabalho de não morrer completamente, fazendo restar a possibilidade de viver outra vez (TRIGO, 2021, p. 147).

Retomando a ideia que Denis Petuco (2012) discute, ao se debruçar sobre as figuras dos *zumbis* em sua dissertação de mestrado, inclusive mostrando imagens dos zumbis dos filmes de terror, bem como a imagem dos zumbis presentes nas campanhas de ‘combate’ ao crack, como na desastrosa campanha gaúcha nomeada Crack: é possível vencer¹⁰⁴, que justamente mostra as pessoas usuárias de crack como zumbis.

Este personagem dos filmes de horror, este zumbi que articula medo e nojo, não está solto num fundo branco, isento. Não se trata de uma figura cujos contornos encontram a página vazia; trata-se de uma personagem inserida em um cenário. As cenas em que o sujeito do discurso está inserido constituem-se em vastos territórios trevosos, úmidos e sombrios. São becos escuros, calçadas e escadarias imundas, banheiros fétidos. Lugares ao mesmo tempo escuros e abertos, feitos de “noite” e “rua”. Territórios do medo, da degradação e da degeneração, degradados e degradantes, cobertos por uma fuligem cinza e grudenta, que também cobre a pele das usuárias e usuários de crack que ali habitam (PETUCO, 2012, p. 22).

O que o autor trabalha é o fato de que os discursos das campanhas de prevenção ao crack produzidas no Brasil trazem a mensagem de que usuários e usuárias de crack são mortos-vivos, monstros urbanos: “Estão praticamente mortos, mas são ainda sim perigosos, capazes de fazer sofrer as pessoas que mais os amam” (PETUCO, 2012, p. 23).

Taniele Rui (2012), ao discutir os *corpos abjetos*, fazendo uma etnografia na região da Luz, centro de São Paulo, conhecida como Cracolândia, descreve seus encontros com as mulheres e homens que faziam um uso intenso de crack, aqueles nomeados por tantas pessoas como *nóia*.

¹⁰³ Sustentamos e mostramos a força e vida dessas mulheres que, mesmo tendo passado por momentos duros e traumáticos, encontram forças para seguir construindo resistências e apoiar outras mulheres, como no caso de Aline e Ana.

¹⁰⁴ A campanha Crack: é possível vencer, produzida pelo grupo RBS (Rede Brasil Sul), atuando no Rio Grande do Sul e Santa Catarina é filiada da Rede Globo. Este grupo produziu uma campanha que diminuía a experiência e a existência das pessoas que usam crack, assim como produziu uma série de matérias nomeada ‘os filhos do crack’ que incentivava o afastamento de mães e crianças.

[...] aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção. Se da perspectiva das interações concretas trata-se de uma categoria bastante plástica, quase inalcançável; é instigante o fato de que tal plasticidade some quando se fala publicamente do uso de crack: imediatamente é essa figura que emerge e justifica todo o aparato repressivo, assistencial, religioso, midiático e sanitário (RUI, 2012, p. 9).

Judith Butler (2002) trabalha com a ideia de que um corpo abjeto é aquele que a vida não é considerada possível, não é legítima, e por tudo isso, passa a não ser possível de se realizar, de se materializar.

Por esse caminho, o mesmo vale para os manicômios, local onde as mulheres que acompanhamos estiveram e que muitas vezes se aproximou dessa imagem de indignidade, de "zumbizismo", de *corpos abjetos*, de pessoas se arrastando, quase sem vida. Uma leitura fundamental é a de Franca Ongoro Basaglia¹⁰⁵ (1985), em seu texto no livro *A Instituição Negada*, onde fala das transformações institucionais e da atuação dos trabalhadores. Ela relembra Goffman, retratando que uma instituição negada pode ser considerada como um lugar onde um grupo de pessoas é conduzido por outras pessoas, sem possibilidade de escolher a forma de viver. Fazer parte de uma instituição total significa ser controlado e julgado pelos planos de outros, sem que a pessoa que necessite de cuidados possa intervir para modificar o andamento da instituição (BASAGLIA, 1985, p. 273).

Para Franca, a:

[...] transformação de uma instituição deveria, portanto, implicar uma transformação simultânea de ambos os pólos da situação de que se trata, através da negação de valores de referência que mantenham a condição de ambos os níveis. Só neste caso a liberdade perderia o caráter de concessão controlada de cima, e, ao mesmo tempo, o de reversão de uma situação coercitiva (BASAGLIA, 1985, p. 276).

Seguimos com Franca Basaglia para pensarmos em como as trabalhadoras foram capturadas em um “funcionamento total”, ficando à mercê das recomendações do poder judiciário e da promotoria da infância. Um dos pontos centrais para pensar questões relativas às transformações institucionais que Franca propõe passa por perceber que as pessoas que

¹⁰⁵ Na escrita da tese, irei optar por chamar a autora pelo nome e sobrenome, Franca Basaglia, comumente Franca “desaparece” nos debates ou é lembrada como a “companheira de Franco Basaglia”. A professora Melissa Oliveira Pereira, recentemente falou em uma entrevista, marcando que Franca foi uma grande referência para lutas e processos de resistência na Itália, desde a década de 1960. “Socióloga e militante que foi, assim como por seus escritos, suas práticas em saúde mental e seu protagonismo em serviços e ações inovadoras que até hoje nos inspiram e fazem ser possível uma atenção psicossocial territorial e um feminismo que se pretende antimanicomial” (PEREIRA, 2021, n.p).

deveriam ser cuidadas são estereotipadas, tornam-se “o [...] internado do qual as pessoas sãs se defendem” (BASAGLIA, 1985, p. 273).

Frantz Fanon (2020) comentava pouco os sintomas das pessoas, mas se debruçava em entender o ambiente familiar e a conjuntura em que cada paciente vivia. Desafiava a psiquiatria tradicional e hegemônica, sendo que por esse motivo foi transferido para diversas instituições, por não operar na mesma lógica institucional. No livro *Alienação e Liberdade*, podemos ver seu trabalho em Saint-Alban, junto com François Tosquelles¹⁰⁶, momento em que construíram uma contribuição decisiva para a psiquiatria antimanicomial.

Fanon dirá que:

O louco é aquele que é estranho à sociedade. E a sociedade decide se livrar desse elemento anárquico. O internamento é a rejeição, o alijamento do enfermo. A sociedade exige do psiquiatra que torne o enfermo novamente apto a integrar a sociedade. O psiquiatra é o auxiliar da polícia. O protetor da sociedade contra o grupo social, decide se proteger e tranca o doente (FANON, 2020, p. 276).

Mais do que uma construção de que os corpos das mulheres tidas como loucas e drogadas são reduzidos a uma forma de existência, havia uma conduta de muitos trabalhadores que compunham as equipes técnicas no sentido de as lentificar, medicalizar, docilizar e, por fim, retirar suas crianças. Esta é uma das formas de obter mais controle e barra qualquer possibilidade de autodefesa. Aqui, cabe pensarmos quem precisa de proteção? Quem tem direito à autodefesa?

Seguimos com Elsa Dorlin (2020) que, em sua obra sobre autodefesa, parte de uma ideia de que o ‘direito natural’ está intimamente ligado àquele que possui propriedade. Nesse sentido, Dorlin avança para um entendimento da violência como uma forma de constituição possível para aquelas pessoas que vivem uma vida com seus direitos negados, e aqui pensamos nas intensificações do uso de drogas também como uma forma de autodefesa, algo que volta para si, para o corpo.

Judith Butler, no livro *Quadros de Guerra*, nos provoca ao afirmar que, diante da precariedade da vida, ainda mais de uma vida assolada e marcada pela violência e brutalidade unilateral do Estado, é impossível ter certeza de “que a violência salve a pureza da alma de alguém, mas ela [a violência] reconhece a existência de um vínculo social, mesmo quando este é violentamente atacado de outra parte” (BUTLER, 2018, p. 250).

Quando falamos das mulheres que não têm propriedade, que têm nas ruas um espaço de vida e/ou moradia, ou que vivem em outras situações de extrema vulnerabilidade, estamos falando

¹⁰⁶ François Tosquelles foi um psiquiatra catalão, militante antimanicomial e antifranquista e pioneiro na psicoterapia institucional.

de mulheres que não são consideradas sujeitos de direitos e, mais que isso, que devem superar o rolo compressor que o Estado passa em suas vidas, devendo segurar a agressividade, não sendo agressivas ou violentas em hipótese alguma. Afinal, qualquer ato pode torná-las ainda mais suspeitas, o que evidentemente não é exigido daqueles que têm propriedade, em alguma medida, esse é o desejo de uma sociedade, que o Estado chegue até essas mulheres pela via da violência.

Butler (2018) questiona para quem se volta o discurso da não violência, pensando para quem esse apelo se torna razoável, afirmando que o exercício da violência, muitas vezes, pode se contrapor ou interromper outras violências. Inúmeras mulheres que acompanhamos nesta pesquisa relatam cenas de violência, como a violência doméstica, violência sexual, violência nas ruas, violência nos fóruns, nas maternidades, sendo delas exigida a sobriedade, o autocontrole e a compostura como durante às visitas aos filhos – para aquelas que não foram proibidas –, nos serviços de acolhimento institucional, com o pretexto de que as crianças não podem ser "desorganizadas". Portanto, afastar as crianças de suas mães não perfaz um fato desorganizador, mas a mãe se exaltar nas visitas, sim, como Sônia Lansky comenta:

“A Leila¹⁰⁷ contava pra gente quando ela ia visitar os meninos dela fora do horário, porque tinha horário, era uma hora só, três vezes na semana, e ela ia falar com os meninos todos os dias, por baixo do portão e eles gritavam do lado de lá e ela gritava do lado de cá. Ela contava isso e chorava, chorava, isso foi segunda agora.... E no fórum ela se defendeu sozinha, não sabia de defensoria, não sabia que tinha direito a nada. Ela foi no juiz, se defendeu, tá agora com o neném pequenininho, acho que perdeu quatro filhos.”

Dorlin exemplifica, através do caso Rodney King¹⁰⁸, que quanto mais ele tentou se defender, mais se tornou indefensável, “em outras palavras, quanto mais se defendia, mais era atacado e mais era visto como agressor” (DORLIN, 2020, p. 24), cena essa que assistimos cotidianamente no Brasil. O que a autora nos ajuda a pensar é que, para aquele corpo indefensável, não cabe a autodefesa. No caso das mulheres que se manifestam nos diferentes circuitos institucionais, elas são tidas como loucas, drogadas, descontroladas e zumbis que incomodam. Em uma das conversas que tivemos com as trabalhadoras, elas lembraram da juíza comentando que não aguentava aquela mãe, solicitando para que as trabalhadoras fizessem algo. Para Elsa Dorlin, essas pessoas só conseguem se manter vivas na medida em que

¹⁰⁷ Aqui utilizaremos nome fictício, em função que de que não conseguimos falar com essa mulher.

¹⁰⁸ Rodney Glen King foi brutalmente agredido pela polícia em Los Angeles. Ele foi um operário e se tornou escritor após sobreviver a essa tragédia.

constroem algumas formas de autodefesa, o que ela chama de “éticas marciais de si”, e mais uma vez penso que o uso de drogas pode entrar como essa ‘tática’ de proteção.

Esse dispositivo de dois gumes traça uma linha de demarcação entre, por um lado, sujeitos dignos de se defender e de serem defendidos e, por outro, corpos encurralados em táticas defensivas. A esses corpos vulneráveis e violentáveis, restam apenas subjetividades desarmadas (DORLIN, 2020, p. 27).

Fanon já nos dava pistas dos horrores institucionais cometidos em nome da normalidade, do controle, do bom comportamento, apontando como “é proibida a loucura no hospital” (FANON, 2020, p. 277), problematizando, assim, o quanto a socioterapia criava uma sociedade falsa, ou seja, formas de cuidado que não eram efetivas, pois não produziam acolhimento real às necessidades das pessoas.

Quando pensamos nas redes de atenção que fazem pedidos de fineza e elegância às mães das crianças sequestradas, é importante lembrar que estas são posições de uma “rede morta”, que enxerga essas mulheres como *mães-zumbis* e, por enxergá-las assim, não se mobiliza diante das dores expostas nos diferentes circuitos institucionais pelos quais passam, tais como: as maternidades, os fóruns, os diferentes serviços de saúde e de assistência. Quando as mulheres chegam nesses serviços, a urgência que elas têm é que façam valer seus direitos, porém muitas delas, quando mais precisaram de ajuda, acabam massacradas, e passam a ter certeza de que estão sozinhas e sem direito à autodefesa.

Muitas das trabalhadoras que construíram os documentos na direção do afastamento da convivência familiar de mães e crianças chegaram a usar construções teóricas pautadas no SUS e na legislação da infância, incluindo construções ditas interdisciplinares, mas basta aprofundar um pouco a leitura para percebermos que não houve o investimento necessário para a permanência do vínculo. Essas evidências estão presentes em todas as conversas que tivemos com as mulheres trabalhadoras e mulheres mães cujos filhos foram levados¹⁰⁹. Isso resultou em uma ampliação do acolhimento institucional significativo.

Um outro efeito evidenciado na rede de saúde de BH é que as mulheres, temendo perder os filhos, foram se afastando dos serviços de saúde, como podemos perceber nessa fala de Sônia Lansky:

¹⁰⁹ Como foi possível ver no caso de Aline, no capítulo onde abordamos a produção do sequestro. Quando ela buscou seu processo, elencou ponto a ponto as respostas falsas que os trabalhadores deram para o seu caso, como as mentiras em relação ao fato de ela não ter casa, não ter feito as consultas de pré-natal, não ter família.

“Porque as mulheres começaram a viver isso, né? Elas começaram a não fazer pré-natal, a fugir do pré-natal, fugir das maternidades, ganhar neném fora das maternidades. E a gente tentando fazer disso um escândalo, envolvendo todas as pessoas, porque a gente tinha o serviço social da prefeitura nos apoiando e mostrando os dados, o crescente número de abrigados.”

Nesse sentido, concordamos com Franca Basaglia quando, ao pensar na democratização das relações, aponta que muitos trabalhadores escorregam em concepções equivocadas, “deixando que a situação em vias de mudança resvasse para a noção burguesa de interdisciplinamento (cada um buscando no outro sua própria confirmação, mantendo intacta a própria zona de competência)” (BASAGLIA, 1985, p. 283).

Atuar em rede é ultrapassar um fazer meramente instrumental, como propõem Merhy e Franco (2003); só assim avançaríamos no entendimento de uma rede como um instrumento de gestão de políticas, já que muitas vezes as pessoas que elaboram as políticas são agentes distantes das bases.

Uma contribuição importante dos triestinos¹¹⁰ que nos ajuda a problematizar as lógicas de funcionamento da rede morta é a formulação da noção de *circuito do controle*, conforme propõe Ota de Leonardis. A lógica do circuito mostra um mecanismo que alimenta os problemas de tal forma que os torna crônicos, como um espiral (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 2001). Se formos pensar nas questões que envolvem o campo das drogas, identificamos que essas pessoas não sofrem como aquelas pessoas que eram entendidas como usuários de saúde mental “crônicos”, egressas dos hospitais psiquiátricos, mas são os “novos crônicos”, isto é, pessoas que fazem um uso intenso de drogas e estão em situação de rua.

Em artigo recente, nomeado *Cadeia Ping-Pong: entre o dentro e fora das muralhas*, Taniele Rui e Fabio Mallart (2017) justamente apontam uma outra cronicidade, através de um circuito institucional, mais especificamente prisional e socioeducativo¹¹¹ das pessoas que vivem na região da Luz de São Paulo e usam drogas:

[...] uma pesquisa de avaliação realizada no Programa de Braços Abertos evidenciou que dos 370 beneficiários, então atendidos 66,6% já tinham passagens pelas prisões e 25% já haviam sido internados, durante a adolescência, na antiga FEBEM, atual Fundação Casa. O mais recente Censo da População em situação de Rua na cidade de São Paulo também anota que 40% desta tem passagem no sistema prisional [...] (MALLART; RUI, 2017, p. 3).

¹¹⁰ Foi em Trieste, cidade italiana, que se desenhou o cenário que mobilizou, na década de 1970, uma reforma psiquiátrica emblemática e inspiradora, inclusive para o Brasil. Os processos de desinstitucionalização foram conduzidos por Franca Basaglia, Franco Basaglia, entre outros.

¹¹¹ Os autores referem que a entrada no sistema socioeducativo também faz parte da cadeia ping-pong daqueles que vivem e circulam pela Cracolândia.

Os autores trabalham demonstrando a intencionalidade que os circuitos operam ao fazerem as pessoas circularem pela Fundação Casa, Centro de Detenção Provisória de Pinheiros (CDP-São Paulo) e Cracolândia. Por “girarem” nesses lugares, são perigosos, são presos e, quando libertos, retornam para o lugar ao qual pertencem: a boca do lixo¹¹². Nesse funcionamento, a ideia da prisão provisória pode ser vista como um dispositivo, uma “chave do entra e sai, ‘faz circular’” (MALLART; RUI, 2017, p. 4), mas que obviamente mantém as pessoas nessa “cadeia”, sem avançar para nenhum outro lado da cidade e da vida.

Essas políticas penitenciárias de controle, de institucionalização, de confinamento se articulam diretamente com as estratégias de “gestão da vida e da morte nos territórios periféricos paulistanos” (MALLART; RUI, 2017, p. 4). Os autores apontam estes como vetores que fazem parte de uma composição, de um repertório do governo da gestão destas populações e destas regiões.

Seguimos com Fabio Luis Franco (2021) ao apontar a dimensão do racismo na produção de “dessubjetivações” (FRANCO, 2021, p. 98). Ao comentar essas políticas de terror e de melancolia, traz uma cena entre mãe e filho¹¹³, onde a mãe que insistia para o que filho, negro, permanecesse no curso de medicina “Em outras palavras, Cida sabe que o poder melancoliza para governar” (FRANCO, 2021, p. 98).

Esses *circuitos de controle*, de *dessubjetivação*, de *cadeias ping-pongs*, são produções racistas, necropolíticas e negrogovernáveis “[...] os dispositivos necropolíticos contemporâneos criam fronteiras móveis, instituindo enclaves mortíferos no interior ou ao lado de áreas geridas biopoliticamente” (FRANCO, 2021, p. 45).

Retomando o circuito manicomial, com os autores Rotelli, Leonardis e Mauri (2001) ao pensarem o *circuito de controle* e as possibilidades para uma possível prática de saída, de rompimento dessa lógica, através da desinstitucionalização, apontam caminhos pela superação de modos de conhecimento, nas formas de relações e a definitiva superação de práticas violentas. A invenção de proposições substitutivas, que rompam e reconheçam o cenário de extrema violação dos direitos do outro, é o movimento necessário para que possamos construir um lugar social para a experiência do sofrimento psíquico que signifique garantia de defesa, promoção e garantia de direitos de cidadania.

¹¹² Já citada anteriormente, ‘Boca do Lixo’ é uma das formas que a região da Luz do centro de São Paulo já foi chamada, hoje é mais conhecida como Cracolândia.

¹¹³ O autor comenta a história de Cida, técnica de enfermagem e seu filho Mauricio, estudante de medicina. O jovem, que estagiava no IML, se questionava: “às vezes eu me pergunto se não tenho mais a ver com estes corpos do que com os meus colegas de turma” (FRANCO, 2021, p. 98).

Roberto Tykanori Kinoshita (2016) ao comentar *o circuito do controle*, aponta que as instituições psiquiátricas passam a ser um lugar privilegiado para aqueles casos que as outras instituições não conseguiram normalizar. O circuito tem, entre outras funções, a de naturalizar uma noção de certo ou errado, como segue nesse trecho:

Esse método permite dissolver as contradições do viver humano e naturalizar o bem e o mal, de modo que possa sempre normalizar um dos polos e apontar o outro como culpado pelo mal e sancioná-lo, sem que se possa perceber a arbitrariedade da situação, o que é muito conveniente para aqueles que seguram a faca pelo lado do cabo (KINOSHITA, 2016, p. 195).

Mallart e Rui (2017), ao conversar com seus interlocutores de pesquisa, na região da Luz, escutaram comentários daqueles que passaram pelas prisões em que diziam ter ‘engordado’, ‘tomado banho’ e ‘diminuído o uso das drogas’. Mas os autores alertam para os possíveis desencontros que apontamentos como estes podem trazer, já que sabemos que as prisões são “máquinas de morte” (MALLART; RUI, 2017, p. 8) justamente por operarem tortura, além da falta de condições mínimas para as pessoas estarem lá, como falta de água e alimentação adequada. “Afinal, depender da prisão para a realização de um cuidado mínimo é, por si só, um descabimento” (MALLART; RUI, 2017, p. 8), mas repito, essa é a presença do Estado que a sociedade deseja para aqueles que têm uma vida “indigna”.

Reconhecendo os horrores das instituições totais propriamente ditas, assim como das práticas que reduzem, violam e diminuem a produção de vida, passamos a olhar novamente para rede instituinte, como a rede clandestina ‘Mães Órfãs/De quem é esse bebê?’, em que a produção de uma rede viva, através da recusa de qualquer violação de direitos, foi o que pode confrontar a violência de Estado, praticada por uma rede morta, insistindo em fazer circular mulheres e crianças por cadeias, abrigos, rodas, práticas executadas e encaminhadas pelos poderes “psi” e judiciais.

Saidón (2008) fala dos movimentos de rede que ganham um sentido inovador quando as redes são estabelecidas como um modo de recriar e, assim, conseguem construir novos modos de solidariedade. Pensando dessa forma, as redes ou os novos arranjos vivos, podem ser a maneira para superar o esgotamento.

O coletivo ‘De quem é esse bebê?’ construiu formas e caminhos de cuidado para as mulheres e crianças que acompanham, garantindo direitos e produzindo parcerias com outras instituições.

Nosso movimento pede a individualização do atendimento a estas gestantes e institui um fluxo de atendimento para identificar e criar rede de apoio e tratamento para as mulheres gestantes. Temos a adesão de diversas entidades da sociedade civil e de órgãos oficiais para a utilização de um fluxograma de atendimento capaz de atender às necessidades de atenção e saúde desta mulher, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (DE QUEM É ESSE BEBÊ?, n.d, n.p).

Com esse objetivo, que nada mais é do que fazer valer o mínimo que se espera da rede, foi possível visualizar na rede clandestina uma ética na atuação direta com as mulheres que foram trituradas pelas instituições psiquiátricas e jurídicas. Merhy *et al.* (2014) afirma que muitas vezes quem está fora do “muro institucional” da saúde – como no caso dos trabalhadores que atuam nas ruas acompanhando pessoas como as que conhecemos nesta pesquisa – insistem em não perceber que outras possibilidades e outras articulações são possíveis.

Quando não percebemos as tantas formas possíveis de existência, caímos em uma lógica de invalidação ou o que Kinoshita (2001) chama de problema de produção de valor, que é o que aumenta ou diminui o poder contratual das pessoas que atendemos. O autor aponta três dimensões que comumente são invalidadas na experiência do campo da saúde mental: “os bens se tornam suspeitos; as mensagens incompreensíveis, os afetos desnaturados” (KINOSHITA, 2001, p. 55). Em resumo, podemos compreender que se anula qualquer valor da pessoa por não a compreender como um sujeito de direitos, que vive em comunidade e que possui e estabelece relações de troca como todas as outras pessoas.

Pensar em caminhos e formas pelas quais uma rede morta possa se tornar viva e ética, assim como a rede clandestina de BH nos ensina, me fez voltar ao prefácio de Foucault, no livro *O anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari, intitulado “Para uma vida não fascista”.

- Libere a ação política de toda forma de paranóia unitária e totalizante;
- Faça crescer a ação, o pensamento e os desejos por proliferação, justaposição e disjunção, mais do que por subdivisão e hierarquização piramidal;
- Libere-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna), que o pensamento ocidental, por um longo tempo, sacralizou como forma do poder e modo de acesso à realidade. Prefira o que é positivo e múltiplo; a diferença à uniformidade; o fluxo às unidades; os agenciamentos móveis aos sistemas. Considere que o que é produtivo, não é sedentário, mas nômade;
- Não imagine que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga, nas formas da representação) que possui uma força revolucionária;
- Não utilize o pensamento para dar a uma prática política um valor de verdade; nem a ação política, para desacreditar um pensamento, como se ele fosse apenas pura especulação. Utilize a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como um multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política;
- Não caia de amores pelo poder (FOUCAULT, 1977, p. XIV).

4.2 Sônia: O movimento peripatético¹¹⁴ de uma Rede viva

*Natalina alisou carinhosamente a barriga, o filho pulou lá de dentro respondendo ao carinho.
Ela sorriu feliz. Era sua quarta gravidez, e o seu primeiro filho. Só seu.
De homem nenhum, de pessoa alguma.
Aquele filho ela queria, os outros não.
Os outros eram como se tivessem morrido pelo caminho.
Foram dados logo após e antes até do nascimento.
As outras barrigas ela odiara.
(Conceição Evaristo, Olhos D'Água, 2016, p. 43)*

Figura 6 — Dona Sônia



Fonte: Coletivo “De quem é esse bebê”

Começo essa história pela Sônia Lansky, médica pediatra, com 30 anos de atuação no SUS, em especial na saúde materno-infantil. Foi ela quem me apresentou às outras pessoas, que são de Belo Horizonte, e com as quais consegui conversar.

Nos conhecemos pessoalmente no mês de fevereiro de 2019, em São Paulo, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Largo São Francisco, região do Centro da capital Paulistana, em um evento de lançamento da publicação intitulada Primeira

¹¹⁴ Nesse tópico, tomamos emprestada no título, a ideia de peripatético justamente porque iremos usar alguns aportes teóricos da clínica ético-política peripatética trabalhada por Antônio Lancetti.

Infância e Maternidade nas ruas da cidade de São Paulo (2017), organizado pela clínica de direitos humanos Luiz Gama, também localizada na Faculdade de Direito.

Já tinha escutado falar muito da Sônia quando eu trabalhava na Coordenação Nacional de Saúde mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde (CGMAD/MS), em função de sua larga atuação nessa pauta. Mas também a conhecia pelas ameaças que sofreu em defesa das mulheres usuárias de drogas e de seus filhos, por sua competência no debate sobre saúde materno-infantil. Nessa época, foi elaborada a Nota Técnica, já comentada anteriormente, que marcava uma posição de defesa aos direitos humanos das mulheres e de seus filhos.

Nesse mesmo evento que citei acima, conheci outras trabalhadoras e militantes dos direitos das mulheres usuárias de drogas e com vivência de rua, como Amanda, advogada da clínica de direitos humanos da UFMG, e Egídia, advogada do projeto Polos, também da UFMG. Conversei com elas em julho de 2019, em uma viagem para Belo Horizonte, momento no qual me dediquei a esses encontros.

Em Belo Horizonte, Sônia e eu nos encontramos em uma noite do inverno mineiro de 2019 e conversamos por mais de três horas. Ela me contou de sua trajetória, militância e de quando começou a acompanhar as mulheres usuárias de drogas que tiveram seus filhos sequestrados e como chegaram à construção do movimento Mães órfãs, hoje conhecido como De quem é esse bebê?

Com sua longa trajetória acadêmica e de SUS, iniciou sua militância nas pautas ambientais, defesa dos indígenas, atravessada pelos ataques que Minas Gerais tem sofrido ao longo dos anos, fruto dos ciclos de exploração pela mineração. Na faculdade de medicina, teve uma grande inclinação para o debate do cuidado de crianças e adolescentes, decidindo fazer residência em pediatria; anos depois realizou seu mestrado e doutorado trabalhando com mortalidade perinatal, pensando no quanto esse aspecto tinha a ver com a vida da mulher que gesta, com as condições de nascimento do bebê, com a qualidade da assistência à saúde e com o modelo assistencial. Sônia fez uma parte do seu doutorado nos Estados Unidos, em Harvard, e ganhou o prêmio de melhor tese de saúde pública pela Capes.

Conto isso para lembrar que, mais tarde, ela foi desqualificada por ser uma pesquisadora; diziam que ela não era da “clínica”, que não sabia o que se passava no hospital. Curiosamente, lembro que uma das questões centrais na reforma psiquiátrica brasileira dizia respeito ao fato de que psiquiatras biomédicos apontavam que os psiquiatras antimanicomiais não eram clínicos, sendo que justamente o debate referia-se à qualificação e ampliação de estratégias de cuidado.

Por mais de 20 anos, Sônia coordenou a saúde materno infantil do município de BH. Servidora pública de carreira, estudiosa, pesquisadora, ela também contribuiu para a melhoria das maternidades de Belo Horizonte, públicas e privadas. Trabalhou ainda na consolidação da Rede Cegonha Nacional¹¹⁵, programa do Ministério da Saúde que objetiva implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada durante a gravidez, o parto e o puerpério, assim como pretende assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis.

Em um tempo de muito ódio à ciência, como nos fala Donna Haraway (2009), temos urgência de um modelo de ciência que entenda formas de produzir saber oriundas de diferentes comunidades epistêmicas e que adote os saberes localizados, ao invés de incorporar o liberalismo, o produtivismo, comprometendo-se com a libertação dos grupos mais vulnerabilizados.

Veena Das (2020) produz há muitos anos pesquisas sobre violência, problematizando como a antropologia faz contorno para o que nomeamos como violência. Das pensa no quanto o seu caminho, sua biografia intelectual estava ligada à violência. Há aqui um ponto de encontro com a autora ao pensar em minha trajetória, bem como na de Sonia Lansky e de outras trabalhadoras, que montam uma outra rede para cuidar e escutar as violências provocadas por diversas instituições que deveriam garantir direitos.

Essas experiências fronteiriças, dessas mulheres que habitam um front, estão na linha de frente das políticas públicas, nos fazem encontrar em Das (2020) um ponto de ancoragem metodológica. Sua obra não fala sobre os eventos, mas, sim, sobre a vida das pessoas e o impacto que essas violências produziram “como tentáculos na vida cotidiana” (DAS, 2020, p. 22).

Os conceitos de voz e cotidiano, trabalhados por Das, fazem ligação com os eventos de “violência coletiva” (DAS, 2020, p. 23) que estão entrelaçados com os eventos traçados entre comunidades e Estado. A autora nos ajuda a pensar na violência sistemática e cotidiana que as mulheres que acompanhamos nesta pesquisa vivem, e nesse front construído pelas trabalhadoras da rede clandestina. Sonia fala: “... o duro é viver o curso da história, né, porque o hospital, a maternidade, se coloca como instituição total, uma ótima armadilha para pegar mulheres de interesse para a sociedade, de exclusão definitiva.”

¹¹⁵ Esta estratégia tem a finalidade de estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no País e foi implantada, gradativamente, em todo o território nacional, iniciando sua implantação respeitando o critério epidemiológico, taxa de mortalidade infantil e razão mortalidade materna e densidade populacional. São quatro os componentes da Rede Cegonha: pré-natal; parto e nascimento; puerpério e atenção integral à saúde da criança; sistema logístico (transporte sanitário e regulação).

Articulando o que Sônia fala, da dureza que é viver o curso de uma história de violência profunda, seguimos com Das quando a autora aponta que a questão central não deve ser o registro da escrita desses momentos de horror, das violências, como no pós-guerra da Índia, mas sim, pensar o que ocorre com as pessoas, em suas relações, e como essas memórias operam nas relações existentes. Uma das hipóteses de Das é que quando as pessoas são chamadas a falar sobre a violência vivida, muitas relatam aquilo que assistiram ou viveram em seus corpos: “Não é apenas a violência experimentada no corpo nesses casos, mas também a sensação de que se perde o acesso ao contexto, aquilo que constitui o sentido da violação” (DAS, 2020, p. 31).

No caso BH, Sônia e as parceiras foram se implicando cada vez mais, ao perceberem o que chamei anteriormente de rolo compressor do Estado; as arbitrariedades eram muitas e vinham de todos os lados, como o fato da maternidade reter bebês.

“Como que eu fiquei sabendo, dois mil e quatorze, rede cegonha, eu fazendo as coisas aqui, também ajudei lá na nacional, aí tinha uma visita, porque a gente tinha o apoio institucional aos hospitais e aí tem todo aquele arranjo, local, estadual, federal e tava tendo uma visita a uma maternidade nossa que é pública, federal que é o Risoleta Neves, ligada à UFMG, então já nasceu no modelo que a gente preconizou, uma maternidade assim. As sete maternidades aqui, a gente sempre trabalhou o conjunto da obra, ninguém vai ficar de fora, todo mundo tem que mudar junto, é uma política só, igual e ainda tem que pegar o privado. Aí tinha essa dinâmica das visitas institucionais, numa dessas visitas, a gente sempre ia, o gestor local. Tamo lá na visita, reunido com o conselho gestor, da rede cegonha, local, mais o Estado e federal, aí o pessoal reclama, as assistentes sociais, os médicos, os psicólogos, que aqui tá lotado, lotado.

— Gente, por que que aqui tá tão lotado?

— Porque a gente faz acolhimento imediato, cuidado continuado, todos aqueles princípios, que você sabe, a gente faz desde o ano 2000.

Aí o pessoal na reclamação, tá lotado, tá lotado, tá lotado, a gente transfere, transferiu um tanto. Mas gente, o que acontece, a neonatologia tá lotada, aí não dá vaga para a mulher e isso é uma questão histórica também. Aí eu falei:

— Eu posso ir lá? Eu queria ir lá. Vamo lá da uma olhadinha e ver, vai só eu. Eu sou pediatra, vamo lá.

Chego lá e é uma cena que eu conto sempre. Tá tudo cheio mesmo e tem uma enfermeira, com um nenê inconsolável, grande, neném bom que a gente chama, grande, saudável, no colo dela, inconsolável, dentro da UTI neonatal.

Olhei todos os meninos, e esse aqui, e esse neném gente?

— Ah esse neném tá judicializado, vai para o abrigo,

E eu falei:

— Ahn? Dentro da UTI neonatal esse neném vai ficar doente aqui, porque um neném bom não pode ficar aqui.

E a enfermeira falou:

— Não tem outro lugar, não tem alojamento social, não tem alojamento conjunto social.

E eu perguntei:

— Cadê a mãe dele? A mãe dele não pode ficar com ele?

— Cadê o pai dele? Cadê a vó?

— Eles vêm aqui visitar todos os dias.

Aí eu falei:

— Gente, eu não to entendendo o que tá acontecendo, a família vem visitar o menino internado, pelo ECA ele tem que tá com acompanhante 24 horas dentro da UTI. Que é outra luta né, que ninguém consegue, não tem ambiência, nem no privado, nem no público, uma luta. Aí tem as enfermarias sociais para a mãe ficar ou a casa da gestante ou a casa do bebê que depois a gente conseguiu, que a gente conseguiu instituir pela rede cegonha, conseguimos induzir a política, mas não implantar em todos.

Aí voltei para o carro indignada, possessa, que eu fico braba, fico vermelha, choro. Não chorei nesse dia, mas eu dizia, gente não tô entendendo o que que tá acontecendo.”

A força da fala de Sônia evidencia o quanto o Estado atropela a vida dessas mulheres. Ela e outras trabalhadoras, como Glaucia, Marcia, Egídia, Amanda, foram se organizando entre serviços da rede, clínica de direitos humanos da UFMG para construir uma rede de proteção para essas mulheres. Já que os sequestradores estavam na própria rede, era necessário estratégia, discussão, contra-argumentação, para conseguir proteger as mulheres e suas crianças. Dessa forma, elas resolveram que nenhuma mulher estaria sozinha na maternidade, que elas fariam o revezamento e estariam junto delas, o que nos remete a Lancetti quando ele chamava o trabalho do Acompanhante Terapêutico-AT de “amigo qualificado” (LANCETTI, 2008, p. 30). Era justamente assim que elas se apresentavam na maternidade ou em outras instituições, como amigas das mulheres gestantes e revezavam sem parar para que nenhuma ficasse sozinha.

“[...] então nesse período todo de acompanhamento das mulheres, o que que a gente viu fazer toda a diferença, era ter alguém de um outro nível social, branco, para estar junto dessas mulheres.”

Outro fato muito emblemático foi quando as trabalhadoras levaram a pauta da retirada das crianças para o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, e entendem que há um esquema armado do qual os abrigos participavam, o que imediatamente demonstra um conflito de interesse.

“Aí foi uma primeira reunião, segunda reunião e eu comecei a chamar de sequestro de bebês. As assistentes sociais ficaram putas comigo, se organizaram entre elas, contra a minha pessoa. Só que eu tinha um lastro muito grande, eu não tava nem aí. Fiquei meio incomodada, fiquei meio assim, impressionada delas não se alinharem com a gente, na defesa das mulheres. E tinha a questão de ser pobre e preta, então veio quem era para vir e se afastou quem era para se afastar. Hoje eu enxergo isso muito bem. Na época, eu sofri muito, eu falei: — Meu Deus. Porque é um sequestro, é um sequestro de bebês. Aí que eu fui entendendo o jogo, porque eram os abrigos, as assistentes sociais, que fazem parte do conselho da criança e que estão nas maternidades, e que tem um fórum de abrigos e que tão no conselho, então tem um jogo de poder entre eles mesmos.”

Esse desespero, essa "fissura" em resolver imediatamente, se manifesta na prática de internações forçadas, retiradas de bebês, internação das mulheres ou no ato mortífero de abandoná-las nas ruas, apontando que elas são difíceis ou que não “aderem” ao tratamento. Estas práticas são produtoras de violência, corrupção entre todos os outros desarranjos que visualizamos no “Caso BH”. Essa volúpia em resolver as questões de modo simplificado, problemas que são altamente complexos, foi o que Lancetti nomeou de “contrafissura” (LANCETTI, 2015, p. 30).

Talvez como resposta à contrafissura, o próprio Antonio Lancetti já tenha nos deixado uma pista, antes mesmo do livro *Contrafissura e plasticidade psíquica* (2015), quando lançou o *Clínica peripatética* (2008). Pistas essas que as trabalhadoras da rede viva foram seguindo através de um modo de operar cuidado, defesa e proteção peripatético.

O conceito de clínica peripatética, trabalhado por Lancetti (2008), foi inspirado na escola filosófica fundada por Aristóteles, que tinha o costume de ensinar caminhando pela cidade. Caminhar este que mostra uma disponibilidade, vontade política e não acomodação em

uma cena que se alastrava em BH. Para isso, era preciso passear, fazer plantão, ir e voltar conversando. Essa disponibilidade para andar junto, esses movimentos constroem uma rede viva, atenta às necessidades do outro.

Lancetti aponta que, para desconstruir uma lógica manicomial, de redução do sujeito, é fundamental uma reorganização do espaço e do tempo, só assim é possível efetivar processos desinstitucionalizantes. “Na desconstrução manicomial e na clínica antimanicomial trata-se, de saída, de pôr as pessoas de pé” (LANCETTI, 2008, p. 22).

O autor nos apoia a pensar o cuidado em cenas graves e complexas, e o quanto é necessário inventar outras estratégias de cuidado, que não sejam hegemônicas, assim como ele mesmo fazia em Santos, no processo de fechamento do principal manicômio da cidade e assim como fez durante a ditadura militar argentina, em que as pessoas só podiam fazer análise nas ruas caminhando, peripateando, para não serem descobertos. Isso traz uma dimensão do agir em saúde que é artesanal e este pode ser um caminho para aqueles que justamente não entrarão em protocolos clínicos fechados.

No campo das drogas, pensando na urgente e necessária perspectiva da redução de danos, Lancetti aponta:

É por isso que a posição ética de afirmação da vida e a corrente micropolítica provocada pelas experiências de redução de danos abrem o sulco de uma nova clínica. Se a redução de danos pode transformar-se numa clínica, é porque pode transformar-se em um desvio que consiste em criar uma experimentação de vida ali onde o empreendimento é mortífero (LANCETTI, 2008, p. 82).

Uma das construções peripatéticas que Lancetti também nos empresta é a noção de amigo terapêutico, que comentamos acima. Essa ideia nasce justamente de um entendimento de que muitas pessoas não aceitam serem cuidadas por alguém que seja mais distante no trato, ou seja, para alguns “somente é possível algum processo terapêutico se as pessoas em questão se tornam um *brother*, um amigo” (LANCETTI, 2008, p. 115).

Outra experiência em que podemos reafirmar a importância da “*brotheragem*” é na fala de Danilo Afonso Abreu que escreveu um artigo em parceria com a autora Luciana Surjus, falando do quanto o “cuidado” protocolar lhe fazia mal, dizendo “que as pessoas pegam ‘no diazepam’ pra valer” (SURJUS; ABREU, 2019, p. 256). Danilo Abreu hoje atua como facilitador em redução de danos pela UNIFESP, e atua com esse jeito *brother* que é o oposto do modo contrafissurado de atender na rede. Modo esse que opera nos trabalhadores, nas instituições e no Estado. “A contrafissura é o primeiro obstáculo a ser vencido para poder se

relacionar com pessoas, biografias, corpos e também para elaborar políticas inteligentes e eficazes” (LANCETTI, 2015, p. 41).

Finalizo a história das mulheres de BH em luta contando uma história, de cuidado, aposta e amizade de uma rede viva.

4.3 “Cê não vai entrar sozinha no hospital!”: a rede clandestina

Bibiana¹¹⁶ morava perto da casa de Sônia e por muito tempo, na realidade já há alguns anos, Sônia conversava com ela em função da retirada de seus filhos.

Bibiana passava sempre na casa de Sônia para pedir comida, dizer o que estava passando na vida, inclusive para contar que estava com um namorado novo. O namorado era um cara conhecido na rede, era uma figura engraçada, conhecido porque andava de bicicleta por toda a cidade, já tinha ido até em programa de televisão, e quando foi para a televisão, despertou mais carisma nas pessoas.

Certo dia, Bibiana foi visitar Sônia com ele e ela desconfiou, achou que ela estava com uma barriga maior, e era mesmo, estava grávida de novo.

Nisso Sônia já fez todo o texto, dizendo que em hipótese nenhuma era para ela ir para o hospital sozinha, alertando “que estavam acontecendo coisas complicadíssimas na cidade”.

Sônia também alerta em relação a isso porque já tinha uma longa história com Bibiana. Antes dessa gestação, ela tinha tido outros filhos, todos retirados com base nos atestados e laudos feitos pela mesma assistente social que emitiu os laudos sobre Aline¹¹⁷.

Nessa época, Bibiana liga para Sônia contando que foram buscar a filha dentro da creche e depois disso foram na casa dela e tiraram o outro bebê, eram gêmeos. O menino estava mamando quando foi levado, sendo arrancado do peito, ambos foram separados da mãe no mesmo dia, Bibiana colecionava essas histórias terríveis e isso mobilizava muito a Sônia, fazia ela correr para “outra rede”, aquela que não estava nos serviços duros, mas aqueles que se dispunham a acolher Bibiana.

Nessa ocasião, o filho de Sônia foi junto, testemunhou com a mãe as crianças chorando e pedindo colo para Bibiana. Ela lembra do impacto que o filho [filho de Sônia] sentiu, ao escutar o choro e desespero dos filhos de Bibiana. Sônia chegou a dizer que as crianças poderiam ficar com ela, assim colocaria Bibiana dentro de sua casa.

¹¹⁶ Utilizaremos um nome fictício, em função de que não conversamos diretamente com a mulher em questão.

¹¹⁷ Aline está presente durante toda a tese, mas mais especificamente no capítulo 2, quando falamos da produção do sequestro.

Depois da retirada dos filhos, Bibiana ficou muito mal e aumentou o uso de drogas, “virou bixo”, morava sozinha e não queria o apoio de ninguém. Sônia a levava no serviço de saúde mental, tentando de todos os jeitos vinculá-la em algum cuidado. Em um certo dia, Bibiana estava dentro do carro de Sônia e começou a dizer que ela [Sônia] não era confiável e que provavelmente estava do lado das outras pessoas que queriam tirar seus filhos. Isso ocorreu próximo a um rio da cidade, “que lembra o Tietê”; ela se voltou contra Sônia e abriu a porta do carro.

Como em um filme, Sônia vai atrás dela, desviando de carro, ônibus e consegue ver Bibiana sentada e grita: “Bibiana, pelo amor de Deus”, pedindo que ela retornasse para o carro, que ela estava do seu lado e que só queria apoiá-la, que era sua amiga. A partir daí elas firmaram ainda mais o vínculo.

Com toda essa história e vínculo consolidado, um certo dia, antes da data esperada de Bibiana dar à luz, ela chega na casa de Sônia, por volta das 6 horas da manhã, gritando: “Dona Sônia, dona Sônia, me ajuda, tô em trabalho de parto”. Ela acorda correndo, enfia uma roupa, coloca um óculos, acomoda Bibiana no banco de trás do carro e sai correndo para a maternidade Sofia Feldman¹¹⁸, que fica a cerca de meia hora de distância da casa de Sônia.

No caminho, Sônia conversava com ela o tempo inteiro e lá pelas tantas, já próximo ao hospital, Bibiana já estava em franco trabalho de parto e Sonia dizia: “segura que nós estamos chegando”. Sônia pergunta para ela se estava com vontade de fazer cocô, e ela responde:

— “Já estou fazendo Dona Sônia”.

Sônia para o carro. Faltavam cinco minutos para chegar, mas não ia dar tempo, foi Sônia mesmo quem fez o parto. Ligou o pisca alerta, desceu do carro, pulou para o banco de trás e auxiliou o neném a chegar ao mundo.

Sônia conta que era “bonzinho e tava tudo certinho”, enrolou a criança nos panos de pescoço que tinha no carro, colocou no colo dela e seguiram para a maternidade.

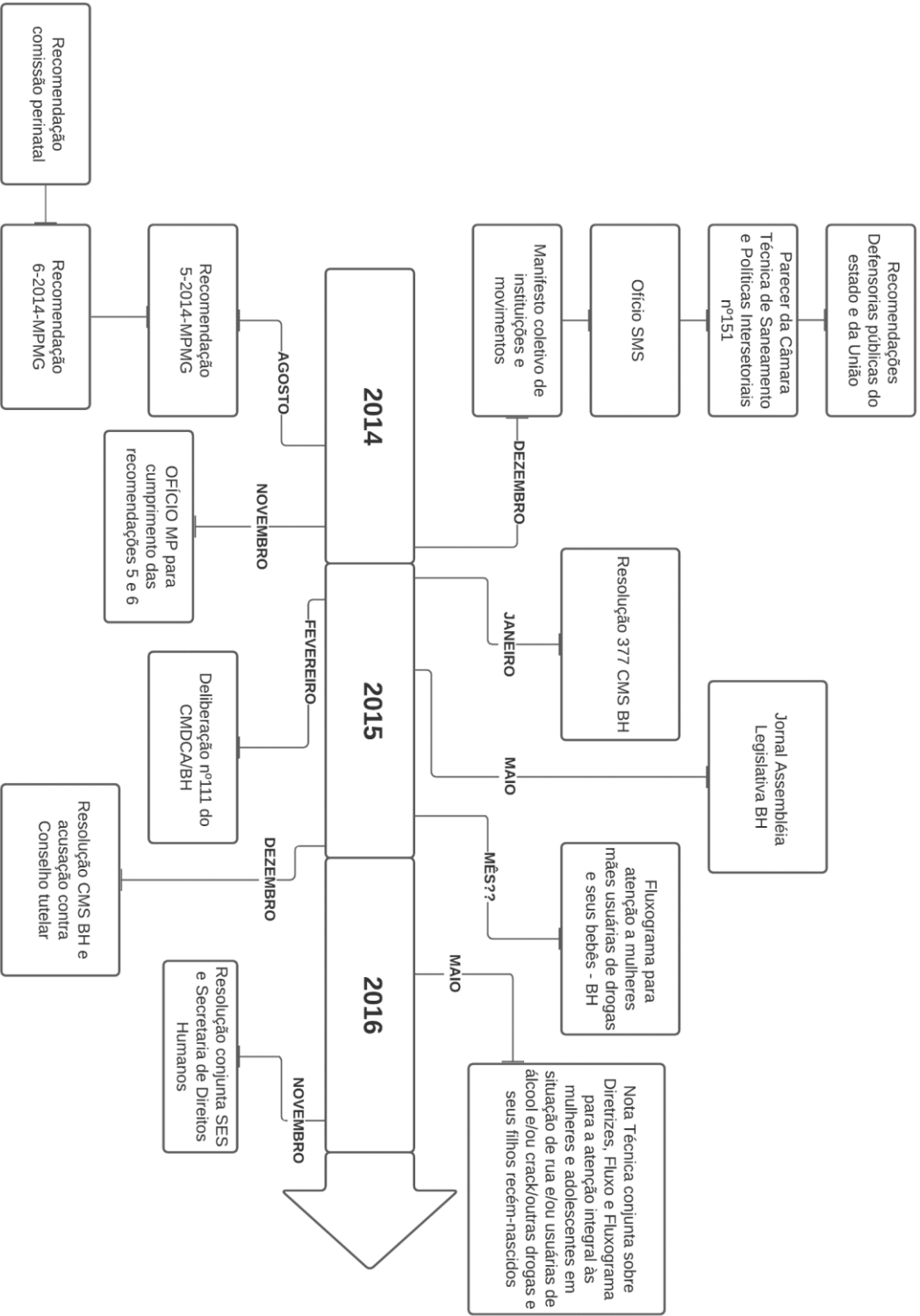
Sônia entra buzinando e falando “o neném nasceu, o neném nasceu”.

Foi todo mundo visitar, irmão, namorado, conversaram com ela e nesse momento foi inserido o DIU pós-parto.

Depois disso, uma senhora do bairro quis ajudar com a neném, Bibiana queria a filha, mas precisava de ajuda, construíram um cuidado compartilhado.

¹¹⁸ A Maternidade Sofia Feldman é uma referência em parto humanizado em todo o Brasil. Esse hospital oferta inclusive processos formativos, via residência interdisciplinar. A atual gestão da cidade, vem desconstruindo um trabalho feito por anos, inclusive quebrando banheiras que serviam de apoio na hora do parto, em outra maternidade de referência, como a maternidade Leonina Leonor. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2021/01/28/funcionarios-da-pbh-quebram-banheiras-da-maternidade-leonina-leonor>. Data de acesso: 13 dez. 2021.

Figura 7 — Linha do tempo com ações e documentos do município de Belo Horizonte, e documentos nacionais, relativos aos debates sobre o sequestro de crianças



Fonte: A autora

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: EM DEFESA DE UMA MATERNIDADE ANTIPROIBICIONISTA

Estamos chegando ao final de um processo, já não sou mais a mesma do início de 2018. O mundo também já é outro, enfrentamos a dureza da pandemia do COVID- 19, a tristeza de um luto coletivo, assim como passamos por momentos muito difíceis durante o andamento dessa pesquisa, me faltou o ar, me desesperei frente a tanta violência, frente ao intolerável que estamos vivendo nesse país, que só amplia o poder para aqueles que têm licença para matar e produzir a morte em vida. Mas sei que foram essas atrocidades, como as que contei no início, falando das fronteiras em que estive, como o horror das mortes dos meninos que eu acompanhava, que me aproximaram do antiproibicionismo.

Na trincheira antiproibicionista, me coloco ainda mais fortemente, a partir do momento em que começo a acompanhar mulheres que estavam com o risco de perderem seus filhos e outras que efetivamente perderam, essas mulheres e tantas outras que também estão presentes nessa tese, fizeram esse tema ser visceral para mim. Estou posicionada nessa fronteira, ao lado das parceiras dessa pesquisa.

Ainda assim, mesmo sofrendo no corpo as mais terríveis violências, as parceiras dessa pesquisa construíram suas estratégias, formas de viver e de desenrolarem um novelo, deixando uma linha de acontecimentos contados, para que um dia, quem sabe, seus filhos possam encontrar essas pistas.

Tatiana Raquel é a mulher que se defendeu sozinha, fez de seu corpo uma máquina de guerra, não aceitando que ninguém a diminuísse, partindo para cima de quem quer que seja. Como Elsa Dorlin (2020) aponta, as subjetividades que experimentam o horror são construídas de muitas formas, incluindo o uso de “táticas marciais de si”, táticas corporais de defesa e, sem dúvida, o uso intenso de drogas pode ser entendido como uma das táticas que sustentam a resistência, confrontando o Estado que tenta capturá-la.

Aline é a mulher que vê na produção de memória um caminho de afirmação de sua história e de seu filho. A que encontra no estudo, no entendimento da máquina do Estado, na publicação cotidiana da foto do filho, uma forma de dizer a ele que em nenhum momento desistiu dele. Aline me convoca com toda força para o lugar de pesquisadora/testemunha, pedindo que apareçam nessa pesquisa todos os nomes das pessoas envolvidas, que atuaram na “rede morta” que produziu o afastamento temporário de um de seus filhos e a efetivação do sequestro do outro.

Ana Maria encontra no trabalho em saúde, na militância, um modo de fazer uma história diferente. A mulher que teve como primeiro emprego com carteira assinada o trabalho de redutora de danos e que atua na Baixada Santista acompanhando outras mulheres que passam pelo que ela passou. Ana sonha em construir uma casa com o seu nome para acolher mulheres que passam pelo que ela passou na vida.

Estas mulheres perfazem estratégias distintas. São estratégias de luta, de autodefesa que algumas redes vivas conseguem acolher, como a rede das trabalhadoras de BH que finalizam a tese, com estratégias inventivas e corajosas buscando garantir o que é de direito das crianças e das mulheres: a possibilidade de viverem uma vida juntas.

As ações de todas essas mulheres são muito concretas e sem descanso, mas isso produz efeitos profundos, como os que trabalhamos, a partir das leituras de Lélia Gonzales (2020) que comenta a produção da “neurose psicossocial” como efeito das opressões produzidas pelo racismo e pelo sexismo.

Assim como os efeitos diversos produzidos nos corpos das mulheres, penso nas crianças, como apontei anteriormente: o que farão essas crianças, quando forem adultos e conseguirem acessar seus processos, ao saberem o que foi dito sobre suas mães, ao saberem que não foram escutadas.

Um conjunto de ações que sustenta essa guerra aniquilou a vida de muitas mulheres e crianças, desses corpos tomados como abjetos, segundo uma epistemologia pautada na lógica racista, sexista, patriarcal e colonial, que utiliza a maior parte de sua energia para produzir mais normas e julgamentos sobre o que é a boa maternidade e largas explicações sobre a má mãe.

Exemplo disto é o Instituto Nacional de Pesquisa sobre Drogas dos Estados Unidos (National Institute on Drug Abuse - NIDA), coordenado pela pesquisadora Nora Volkow. O NIDA é a instituição com mais dinheiro e influência no mundo no campo das drogas e consequentemente, interfere em larga escala, com suas pesquisas que sustentam que as pessoas que usam drogas têm uma doença cerebral, fortalecendo assim a máquina de matar proibicionista. No recente Guia de Tratamento¹¹⁹ disponibilizado pela organização, onde deveriam falar das mulheres grávidas e as necessidades de cuidado, não há nenhuma palavra sobre a mulher, apenas sobre os efeitos no feto. Ou seja, vale tudo para interromper o uso de drogas, mas com a mulher não é necessário preocupar-se.

É importante reconhecer que instituições como o NIDA mantêm a caça às “bruxas” a todo vapor no mundo, por isso é preciso analisar as práticas dessas instituições uma vez que

¹¹⁹ É possível encontrar uma versão virtual no site do NIDA: <https://nida.nih.gov/publications/principles-drug-addiction-treatment-research-based-guide-third-edition/principles-effective-treatment>. Acesso em: 17 set. 2021.

estas levam à separação de mães e crianças. É necessária uma exaustiva análise do que está ocorrendo, percebendo as condições que são forjadas, desencadeando tantas violências na vida dessas mulheres e crianças.

Um feminismo que se proponha decolonial não pode ignorar que a violência opera naquelas mulheres e crianças que vivem o efeito das distintas opressões, e que produz efeitos como os que Paul Preciado aponta “fechar fronteiras, capturar úteros, expulsar estrangeiros e imigrantes, negar-lhes trabalho, moradia e saúde [...]” (PRECIADO, 2020, p. 94), ou seja, a produção da morte em vida.

A produção dessa guerra contra mulheres é intolerável, a intensidade das práticas violentas vigentes é insuportável, como aponta Mbembe (2021) em *Brutalismo*. Tamanha intensidade faz com que estas mulheres estejam em permanente estado de alerta, intensificando o uso de drogas, exaurindo ainda mais seus corpos diante da iminência do sequestro de seus filhos e depois da consolidação de sequestro, o uso ainda mais intenso de drogas dá alguma sustentação para viver a dor da perda.

Para que efetivamente as maternidades antiproibicionistas possam existir, precisamos embarcar no convite de Vergés (2021), ao nos falar de um futuro pós-escravocrata, em que é preciso ser antirracista, antipatriarcal, anticapitalista, antifascista, antimanicomial, e, eu acrescento, é preciso ser antiproibicionista.

Contrapondo a narrativa proibicionista, a força coletiva de muitas mulheres consegue confrontar essa guerra, afirmando um feminismo antiproibicionista e uma maternidade antiproibicionista como a Rede das Feministas Antiproibicionistas (RENFA) e *Niunamenos*, que mantêm permanentemente diálogo aberto e apoia o fortalecimento das mulheres que mais precisam. Assim como as “loucas da praça de maio”, que com seus corpos de mães sem filhos exigem explicações sobre o desaparecimento de suas filhas e netos, abrindo todos os fios para que os netos cheguem até elas. É a produção desses quilombos, como aponta Beatriz Nascimento (2021), que são espaços de resistência e ancoragem, para as vidas que foram condenadas à experiência do traumático, como as mulheres que acompanhamos aqui. Outra ideia na construção de quilombo ou comuna, é apontada pelo Comitê Invisível (2016, p. 260), “na construção da comuna como uma potência comum, e a ideia de que podemos nos organizar em tantos e diversos planos, ao ponto de que ninguém pode totalizá-los”.

Para muitas mulheres e adolescentes, negras e brancas, que vivem nas periferias, a maternidade se constitui enquanto uma alegria, uma possibilidade e uma resistência, logo, essas perdas vividas, produzidas pela violência de Estado, consolidam-se como uma tragédia intolerável, traumática. Mas, ainda para estas mães, o que as mobiliza e fortalece é saberem que

são mães, por isso lutam e insistem em propagar a verdade sobre suas histórias, sobre seus filhos que foram arrancados pelo Sistema de Justiça ou, como aponta Veena Das (2011), se não há retorno para um mundo que foi destruído, é preciso habitá-lo como volta.

No mundo que volta, pensamos com Vergés (2021) que aborda em seu livro *Uma teoria feminista da violência*, a possibilidade de imaginar uma sociedade pós-violenta, não de forma ingênua, como quem aposta em uma sociedade sem conflitos, mas no sentido que está posto abaixo:

[...] uma sociedade que não naturalize a violência, não a celebre, não faça dela o tema central da sua narrativa sobre o poder [...] como implementar uma desracialização e uma despatriarcalização das políticas de proteção? Por que a proteção das meninas e mulheres se tornou um argumento que permite reforçar o plano de ação da polícia e do judiciário? [...] Como explicar a proliferação de medidas de proteção às mulheres enquanto a precarização das leis destinadas às classes populares e às comunidades racializadas só aumenta? (VERGÉS, 2021, p. 13).

Se o Estado racista e assassino só se importa com os “corpos válidos”, como aponta Vergés, lembramos que justamente são essas mulheres invisibilizadas que sustentam as cidades em pé, fazendo desde a limpeza dos espaços, o cuidado das crianças, a garantia da alimentação, entre outros processos que as levam à exaustão e garantem o conforto aos “válidos”, relação essa que passa pela manutenção do funcionamento dos corpos exauridos. Para terminar com essa máquina necropolítica, com essas formas de exploração é preciso coragem, é preciso coragem para o enfrentamento do intolerável, afirmando com essa atitude uma experiência ética e viva.

Pois saibam que, contra esse desejo de fazer o mundo desabar, nós ainda veremos todas as forças se levantarem. O fascismo sempre foi a reação desesperada contra a força de uma revolução iminente no horizonte. Se ele voltou agora é porque o chão treme, é porque as fendas estão por toda parte. Ouçam como treme o chão, como há algo que quer atravessar o solo. Não nos deixemos enganar novamente, vivemos uma contrarrevolução preventiva que não temerá nenhum nível necessário de violência para nos calar, que rasgará todos os disfarces para agir mais livremente. Podemos estar perdendo agora, mas porque estamos sem armas. Perdemos a coragem de levantar nossas armas, de recusar pactos e conciliações que servem apenas para preservar a violência contra nós mesmos. Como animais acostumados à paisagem estável, preferimos acreditar que a tempestade acabará por passar. Mas a tempestade só acabará quando rasgarmos as nuvens que foram empurradas para cima de nossas cabeças. E precisamos de todas as formas de armas para isso. Tudo é necessário agora, desde que tenhamos a consciência do não retorno, desde que tenhamos o desejo de sermos ingovernáveis. O momento é mais decisivo do que alguns gostariam de acreditar. Só governos fracos são violentos. Eles têm de vigiar todos os poros, pois sabem que seu fim pode vir de qualquer lugar. Governos fortes são magnânimos, porque vislumbram tranquilamente sua perpetuação. O que se contrapõe a nós é fraco e desesperado. Ele cairá. É hora de fazê-lo cair (CENTELHA, 2019, p. 12-13).

REFERÊNCIAS

- ADURA, Beatriz; CANÇADO, Maura Lopes. A força impessoal de um diário. *In*: PEREIRA, Melissa de Oliveira (org.); PASSOS, Rachel Gouveia (org.). **Luta Antimanicomial e Feminismos**: discussões de raça, gênero e classe. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- AGAMBEM, Giorgio. **Estado de Exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGUIAR, Claudia Cristina Trigo de. **Quando morre um filho, morre também uma mãe**. Violência de Estado e Descolonização. 204 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- ALMEIDA, Mariléia. Norma jurídica e as técnicas de si: os modos de subjetivação de pessoas definidas como remanescentes de quilombo no Sul do Estado do Rio de Janeiro, a partir da década de 1990. **Revista Epistemis transversalis**, v. 4 , n. 2, 2013.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVES, Ariana de Oliveira. **Quem tem direito a querer ter/ser mãe?** Dinâmicas entre gestão, instâncias estatais e ação política em Belo Horizonte (MG). 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Unicamp, Campinas, SP, 2020.
- ANZALDÚA, Glória. **Borderlands / La Frontera**: The New Mestiza. 2. ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 1999.
- AYRES, Lygia Santa Maria. Subjetividades Produzidas nos Processos de "adoção-pronta" A família afetiva e a Mãe desnaturada. *In*: COIMBRA, Cecília; AYRES, Lygia; NASCIMENTO, Maria Livia. (org.). **Pivetes**: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário. Curitiba: Jurua, 2008.
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. *In*: Conselho Federal de Psicologia. **Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção**. Propostas do Conselho Federal de Psicologia. 1. ed. Brasília-DF, 2009.
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Arquivo e Memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro. **Revista Pesquisa e Práticas Sociais**, São João del Rei, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jul. 2010.
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. A reinvenção da Roda dos Expostos: arquivo, memória e subjetividade. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 355-391, 2020.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**. O mito do amor Materno. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- BASAGLIA, Franco. Mulheres e Loucura. *In*: **II Encontro Latino Americano e VI Encontro Internacional da Rede de Alternativas Psiquiátricas**. 1983. Belo Horizonte.
- BASAGLIA, Franco. **A instituição negada**. Relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BATISTA, Nilo. Prefácio. *In*: COIMBRA, Cecília Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria; NASCIMENTO, Maria Livia do. **Pivetes: encontros entre a psicologia e o Judiciário**. Curitiba: Juruá, 2009.

BECKER, Howard. A história de vida e o mosaico científico. *In*: **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENEDETTI, Mario. **Primavera num espelho partido**. Tradução Eliana Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018. Título original: *Primavera con una conquista rota*.

BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. Clínica, política e as modulações do capitalismo. **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 159-171, jul. 2009.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? Debate quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.

BLIKSTEIN, Flavia. **Saúde Mental: retratos de crianças esquecidas**. São Paulo: Labrador, 2021.

BOYD, Susan. Mulheres, drogas e o rapto de seus filhos. *In*: MENDES, Neyla (org.); MERHY, Emerson (org.); SILVEIRA, Paulo (org.). **Extermínio dos excluídos**. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2019.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n 17.943-A**, de 12 de outubro de 1927. Código de Menores Mello Mattos.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei n 6697**, de 10 de outubro de 1979. Consolida as Leis de Proteção aos Menores, Brasília DF.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição Federal**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html. Acesso em: 26 out. 2017.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n° 8069**, de 13 de Julho de 1990. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso: Método Canguru**/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 204 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/Secretaria de Gestão Participativa - SGEP. **Nota Técnica Conjunta n° 001/2015**. 2015.

BUARQUE, Chico. **Pedaço de mim**. Ópera do malandro. Rio de Janeiro, 1978.

BÜHLER, Maíra. **Diz a ela que me viu chorar**, São Paulo, 2019.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: Sobre los limites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Quando a vida é passível de luto. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANÇADO, Maura. **O Hospício é Deus**. 5. ed. 1 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CANÇADO, Maura. **O sofredor do ver**. 2 ed. 1 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CAPARRÓS, Martín. **A Quem de Direito**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. *In*: Heloisa Buarque de Hollanda (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CATARINAS. **Andrielli é submetida à laqueadura sem seu consentimento**. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/andrielli-e-submetida-a-laqueadura-sem-seu-consentimento/>. Acesso em: 17 set. 2021.

CATARINAS. **Jovem preta é afastada de bebê após nascimento em maternidade de Florianópolis**. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/jovem-preta-e-afastada-de-bebe-apos-nascimento-em-maternidade-de-florianopolis/>. Acesso em: 17 set. 2021.

CELS. El caso Argentino: Desapariciones forzadas como instrumento básico y generalizado de uma política. La doctrina del paralelismo global. Su concepción y aplicación. Necesidad de su denuncia y condena. Conclusiones y recomendaciones. *In*: **Colóquio "La Política De Desapariciones Forzadas De Personas"**, Paris, 31 de enero – 10 de febrero de 1981.

CENTELHA. Coletivo. **Ruptura**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. **Mnemosine**, v. 1, n. 0, p. 48-52, 2004.

COIMBRA, Cecília Marília Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria. Da Moralidade e Situação Irregular à Violência Doméstica: Discursos da (In) competência. *In*: COIMBRA, Cecilia; AYRES, Lygia; NASCIMENTO, Maria Livia (orgs.). **Pivetes**: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário. Curitiba: Jurua, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: crise e insurreição/ Comitê invisível.** São Paulo: n-1 edições, 2016.

CORREIO BRASILIENSE. '**Casa de alvenaria', de Carolina de Jesus, recupera diário da escritora.** 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/08/4944037-casa-de-alvenaria-de-carolina-de-jesus-recupera-diario-da-escritora.html>. Acesso em: 12 jan. 2022.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COUTO, Maria Cristina Ventura. Por uma política pública de saúde mental para crianças e adolescentes. *In*: FERREIRA, Tânia (org.). **A criança e a saúde mental: enlaces entre a clínica e a política.** Belo Horizonte: Autêntica/FHC-FUMEC, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Universidade Católica de Salvador, 2002. Tradução: Luiza Bairos e Claudia de Lima Costa.

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: **Cruzamento: raça e gênero**, Brasília, p. 7-16, 2004.

CUNHA, Maria Clementino Pereira. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DAS, Veena. **Vida e Palavras: a violência e sua descida no ordinário.** Tradução Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infante juvenil.** 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2yNiCOR>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DAVID, Emiliano de Camargo. Aquilombar a cidade: território, raça e produção de saúde em São Paulo. **Revista do centro de pesquisa e formação**, n. 10, agosto 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEFENSORIA PÚBLICA. **Recomendação Conjunta n. 01/2014/ODHTCMG/DPDH /DPJC.** Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Recomendacao%20Conjunta%20Defensorias.pdf>. Acesso em 25 out. 2017.

DE LEONARDIS, Ota; ROTELLI, Franco; MAURI, Diana. Desinstitucionalização, uma outra via: a reforma psiquiátrica italiana no contexto da Europa Ocidental e dos “países avançados”. *In*: NICÁCIO, Fernanda (org.). **Desinstitucionalização.** São Paulo: Hucitec, 2001. p. 17-60.

DELIGNY, Fernand. **Os vagabundos eficazes: operários, artistas, revolucionários: educadores.** Tradução Marlon Miguel. São Paulo: n-1 edições, 2018.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias das Mulheres no Brasil**. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DE QUEM É ESSE BEBÊ? **Entenda o caso**. Disponível em: <https://dequemeestebebe.wordpress.com/entenda-o-caso/#more-443>. Acesso em: 27 jul. 2021.

DONZELOT, Jaques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

DORLIN, Elsa. **Autodefesa**: uma filosofia da violência. Título Original: *Se Défendre. Une philosophie de la violence*. São Paulo: Crocodilo/ Ubu Editora, 2020. 320 p.

DORLIN, Elsa. **Sexo, gênero e sexualidades**: introdução à teoria feminista. Tradução Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Título original: *Sexe, genre et sexualités*. São Paulo: crocodilo/ Ubu Editora, 2021.

EGA, Françoise. **Cartas a uma negra**: narrativa antilhana: Título original: *Lettres à une noire. Récit antillais*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2021.

ESTADO DE S. PAULO. **Justiça tira bebês de famílias em 'situação de risco'**. Matéria veiculada em 14 out. 2017. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,justica-tira-bebes-de-familias-em-situacao-de-risco,70002044603>. Acesso em: 25 out. 2017.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'Água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição; JESUS, Vera Eunice. Outras Letras: Tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus. In. JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, vol. 1, Osasco.

FALERO, José. **Os Supridores**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Alienação e Liberdade**: escritos psiquiátricos. Título original: *Écrits sur l'aliénation et la liberté*. Traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, Frantz. **Por uma Revolução Africana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Título original: *Caliban and the witch: Women, the body and primitive accumulation*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do Salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FELMAN, Shoshana. **O inconsciente jurídico**: julgamentos e traumas no século XX. Tradução Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 2014.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: Mary Del Priore (org.). **Histórias das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. Preface. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Anti-edipus**: Capitalism and Schizophrenia. New York: Viking Press, 1977, p. XI-XIV. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FRANCO, Fabio Luis. **Governar os mortos**. Necropolíticas desaparecimento e subjetividade. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

FREITAS, Marcos Cezar. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FURLANI, Thaina. **Habeas Corpus**: Um remédio Constitucional. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/74421/habeas-corpus-um-remedio-constitucional>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FURTADO, Jorge. Ilha das Flores. Porto Alegre, 1989.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Título Original: La potencia feminista o el deseo de cambiarlo todo. Tradução Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GBRIM, Ana. **Psicanálise no Front**: a posição do analista e as marcas do trauma na clínica com migrantes. Curitiba: Juruá, 2020.

GEERTZ, Clifford. “Os usos da diversidade”. **Nova Luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

GOMES, Marcelo. Estou me guardando para quando o carnaval chegar. Recife- Toritama. Pernambuco, 2019.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. *In*: Heloisa Buarque de Hollanda (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Esse texto é uma versão revisada do artigo publicado no anuário ciências sociais hoje, ANPOCS, 1984, p. 223-244, tendo sido apresentado pela primeira vez na reunião do grupo de trabalho “Temas e problemas da população negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós Graduação e pesquisa em ciências sociais (ANPOCS), Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1980.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flavia Rios e Marcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORINI, Ulises. **La outra lucha**: história de las madres de Plaza de Mayo. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2015a.

GOUVEIA, Rachel Passos. **Trabalho, gênero e saúde mental**: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino. São Paulo: Cortez, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 3 jan. 2022.

HART, Carl. **Drogas para adultos**. Título original: Drug use for grown-ups. Tradução Pedro Maia Soares. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

HART, Carl. **Drug Use for Grown-Ups**. Ebook. Penguin Publishing Group, 2021.

HOOKS, bell. **O Feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libânio; 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

HOOKS, bell. **Olhares Negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019c.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto do despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**, volume 1: Osasco. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021a.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**, volume 2: Santana. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021b.

JUNIOR, Itamar Vieira. **Doramar ou a Odisseia** - Histórias. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2021.

KANT DE LIMA, Roberto. (2010). Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**, n. 35, v. 2, p. 25–51, 2010.

KAFKA, Franz. **O processo**. São Paulo. Ed: Martin Claret, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação** – Episódios do racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KINOSHITA, Roberto Tykanori. Contratualidade e Reabilitação Psicossocial *In*: Ana Pitta. **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. 2. ed. São Paulo, 2001.

KINOSHITA, Roberto Tykanori. **Autopoeise e Reforma Psiquiátrica**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2016. KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANCETTI, Antonio. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2008.

LANCETTI, Antonio. **Contrafissura e Plasticidade Psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.

LANSKY, Sonia; CARAJÁ, Adriana Fernandes; PONTES, Monica Garcia. Mães órfãs de seus filhos: Vozes que gritam por seus direitos. In: MENDES, Neyla; MERHY, Emerson Elias; SILVEIRA, Paulo (orgs.). **Extermínio dos excluídos**. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2019.

LAZZAROTTO, Maurizio; ALLIEZ, Eric. **Guerras e Capital**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

LORDE, Audre. **Entre nós mesmas**: poemas reunidos. Título original: Between ourselves; from a land where other people live; chosen poems old and new. Tradução Tatiana Nascimento e Valéria Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LOURAU, René. **A análise institucional**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

LOURAU, René. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MALLART, Fabio; RUI, Taniele. Cadeia Ping-Pong: entre o dentro e o fora das muralhas. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, Ponto Urbe 21, 2017.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. **Tornar-se mulher usuária de crack**: trajetória de vida, cultura de uso políticas de drogas no centro de Salvador, Bahia. Dissertação (Mestrado em Antropologia). 292 f. UFBA, Salvador, BA, 2018.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. **Tornar-se mulher usuária de crack**: cultura e política sobre drogas. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. Tradução Sebastião Nascimento. Título Original: Brutalisme. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MEDEIROS, Flavia. **Matar o morto**: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 2016.

MEDEIROS, Flavia. Políticas de vida e de morte no controle proibicionista das drogas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 13, n. 145, p. 06-07, ago. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/politicas-de-vida-e-de-morte-no-controle-proibicionista-das-drogas/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

MELO, Eduardo Rezende. Direito e Norma no campo da sexualidade na Infância e na Adolescência. In: **Criança e Adolescente**. Direitos e Sexualidades. São Paulo: ABMP, 2008.

MERHY, Emerson Elias; FRANCO, Tulio Batista. Por uma Composição Técnica do Trabalho Centrada nas Tecnologias Leves e no Campo Relacional. *In: Saúde em Debate*, Ano XXVII, v. 27, n. 65, Rio de Janeiro, set/dez 2003.

MERHY, Emerson Elias; GOMES, Maria Paula Cerqueira; SILVA, Erminia; SANTOS, Maria de Fátima Lima; CRUZ, Kathleen Tereza da; FRANCO, Tulio Batista. **Redes Vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde.** Rio de Janeiro, jan. 2014.

MITCHEL, Joni. Little Green. Em: Blue. CD. 1977.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no brasil de hoje.** 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

NADAL, Antonio. **Experiencias psíquicas de las mujeres marxistas malagueñas.** Malaga: Universidad de Málaga, 1939.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *In: Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto.* 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** Relações Raciais, quilombos e movimentos. Organização: Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Maria Livia; ESCHEINVAR, Estela. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 5, n. 2, jul./dez. 2005. Rio de Janeiro: Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v5n2/artigos/aj01.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NIDA. **Principles of Drug Addiction Treatment: A Research-Based Guide (Third Edition).** N.d. Disponível em: <https://nida.nih.gov/publications/principles-drug-addiction-treatment-research-based-guide-third-edition/principles-effective-treatment>. Acesso em 14 ago. 2021.

NOVAIS, Fernando. Condições da privacidade na colônia. *In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). História da Vida Privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil; 1)

OTEMPO. **Determinação de MP para casos de mães viciadas gera polêmica.** Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/determina%C3%A7%C3%A3o-de-mp-para-casos-de-m%C3%A3es-viciadas-gera-pol%C3%AAmica-1.946423>. Acesso em: 25 out. 2017.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PALOMBINI, Analice de Lima; CECCIM, Ricardo Burg. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. **Revista Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 301-312, dez 2009.

PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira. **Luta Antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira.** 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Revista em Pauta** – Revista da faculdade de serviço social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 116 – 129, 1º Semestre de 2020.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEREIRA, Melissa Oliveira. Franca Basaglia, feminismo e medicalização. **Mad in Brasil - Ciência, psiquiatria e justiça social**. Escola Nacional de Saúde Pública - Fiocruz, 2021.

PETUCO, Denis. A produção social do usuário de crack: desconstruindo o monstro. *In: Drogas e Cidadania: em debate / Conselho Federal de Psicologia*. Brasília: CFP, 2012. 76 p.

PIEROTE-SILVA, Valdir. **Artistas do deslocamento**: cinco estudos em arte contemporânea africana. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Artes). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, SP, 2019.

PORTAL G1. **Juiz anula decisão sobre laqueadura forçada em deficiente de Amparo, SP**. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/01/juiz-anula-decisao-sobre-laqueadura-forcada-em-deficiente-de-amparo-sp.html>. Acesso em: 23 fev. 2022.

PORTAL G1. **Defensoria pede indenização de R\$ 1 milhão por laqueadura de mulher sem consentimento**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/08/05/defensoria-pede-indenizacao-de-r-1-milhao-por-laqueadura-de-mulher-sem-consentimento.ghml>. Acesso em: 21 jan. 2022.

PRADO, Marcos. Estamira. Rio de Janeiro, 2005

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em Urano**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRESSE, France. Espanha celebra 1º julgamento sobre bebês roubados no franquismo. Portal do G1, Mundo, 25 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/espanha-celebra-1o-julgamento-sobre-bebes-roubados-no-franquismo.ghml>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PRESTES, Anita Leocadia. **Viver é tomar partido**: memórias. São Paulo: Boitempo, 2019.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010. Retratos do Brasil Negro.

REDE BRASIL ATUAL. **Uso distorcido da lei separa mães pobres e usuárias de crack dos filhos**. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/131/uso-distorcido-da-lei-e-responsavel-por-separar-maes-pobres-e-usuarias-de-crack-dos-filhos>. Acesso em: 25 out. 2017.

REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim**: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

RIBAS, Ricard Vinyes. **Estructura del sistema de capturas, deportaciones y pérdidas infantiles establecido por la dictadura del general Francisco Franco**. 1938-1949. Organización: Fundación Internacional Baltazar Garzon, Fevereiro 2015.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROTELLI, Franco. A instituição inventada. In: NICÁCIO, Fernanda (org.). **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 89-100.

RUI, Taniele. **Corpos Abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack / Taniele Cristina Rui. Unicamp. Campinas, SP: [s. n.], 2012.

RUSSO-YOUNG, Ry. Nuclear family. Estados Unidos, 2021.

SAAD, Luísa. **“Fumo de Negro”**: a criminalização da maconha no pós- abolição. Salvador: EDUFBA, 2019.

SAIDÓN, Osvaldo. Las redes: pensar de otro modo. In: DABAS, Elina; Najmanovich, Denise (orgs.) **Redes**. El lenguaje de los vínculos. Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil. Buenos Aires: Paidós, 1995. p. 203-207.

SAIDON, Osvaldo. **Devires da Clínica**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
SARACENO, Benedito. A cidadania como forma de tolerância. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 22, n. 2, p. 93-101, maio/ago. 2011.

SARMENTO, Caroline. Mulheres em situação de rua e tecnologias de governo. In: MENDES, Neyla; MERHY, Emerson Elias; SILVEIRA, Paulo (orgs.). **Extermínio dos excluídos**. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2019.

SAWAIA, Bader. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia. **Família**: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SCARAMELLA, Maria Luisa. **Narrativas e sobreposições**: notas sobre Maura Lopes Cançado. Tese de doutorado- UNICAMP. Campinas, SP: [s. n.], 2010.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho; SILVA; Jhon Lenon Caldeira da; GALEANO, Giovana Barbieri; CAETANO, Carla Lavarda; BRUNO, Bruna. Polícias de Saúde: Quem Tem Medo de Usuários de Drogas? **Revista Polis e Psique**, v. 3, n. 3, pp. 106-124, 2013.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Tradução Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
 SELIGMANN-SILVA, Marcio. O local do testemunho. **Revista do Programa de Pós-graduação em história**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3 – 20, jan./jun. 2010.

SILVA, Felipe Francisco Neves Domingues da. **Cruzadas do Século XX: o movimento tradição, família e propriedade (TFP). Origens, doutrinas e práticas (1960-1970)**. 156 f. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Alice de Marchi Pereira de. Práticas militantes e cuidado de si: exercícios éticos por uma vida não fascista. **Quadranti** – Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea, v. VI, n. 2, 2018.

SOUZA, Isadora Simões. **Determinantes da Institucionalização de Crianças e Adolescentes em Tempos da Doutrina da Proteção Integral**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SURJUS, Luciana Togni de Lima e Silva; ABREU, Danilo Afonso. Redução de danos: clínica aberta para a desinstitucionalização das relações entre pessoas e drogas. *In*: ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa; EMERICH, Bruno Ferrari (orgs.). **Saúdeloucura 10: tessituras clínicas: itinerários da reforma psiquiátrica**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2019.

SZYMBORSKA, Wislawa. **Segundo intervalo para a maternidade**. Tradução Regina Przybycien. Ed. Chão de Feira, 2019.

VALLEJO NÁGERA, Antonio. **Eugenesia de la Hispanidad y regeneración de la raza**. Zaragoza: Editorial Española, 1937.

VALLEJO NÁGERA, Antonio. Psiquismo del fanatismo Marxista. Investigaciones psicológicas en marxistas femeninos delincuentes. **Revista Española de Medicina y Cirugía de Guerra**, n. 9, año II, mayo de 1939.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

VERDEM-ZOLLER, Gerda; MATURANA, Humberto. **Amar e Brincar - Fundamentos Esquecidos do Humano**. São Paulo: Palas Athena, 2015.

VERGÉS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Título Original: *Un féminisme décolonial*. São Paulo: Ubu, 2019.

VERGÉS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. Tradução Raquel Camargo. Título original: *Une théorie féministe de la violence*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

VIANNA, Adriana. Vida, palavras e alguns traçados: lendo Veena Das. Ensaio Bibliográfico. **Mana**, v. 26, n. 3, p. 1-20, 2020.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. **A Vida em Rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves; OLIVEIRA, Renata Ghisleni. Intercessões psicologia e justiça: Por uma ação ético-política. **Revista da Defensoria Pública**, ano 5, n. 1. 2012.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Criar o Descriançável. *In*: LAURIDSEN-RIBEIRO, Edith; LYKOROPoulos, Cristiana Beatrice (comps.). **O CAPSi e o desafio da gestão em rede**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

VILELA, Eugénia. Do Testemunho. **Princípios**, revista de Filosofia. Natal (RN), v. 19, n. 31, Jan./Jun. 2012, p. 141-179.

VILLALTA, Carla. **Entregas y secuestros**: el rol del Estado en la apropiación de niños. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto; Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales - CELS, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **O inimigo no direito penal**. Editora Revan e Instituto Carioca de Criminologia, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **A questão criminal**. Tradução: Sérgio Lamarão. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.